

PPG
Serviço Social
UFJF



Ednéia Alves de Oliveira
Carina Berta Moljo
(ORGANIZADORAS)

FUNDAMENTOS
DO SERVIÇO SOCIAL,
**QUESTÃO SOCIAL E
POLÍTICAS
PÚBLICAS**



Ednéia Alves de Oliveira
Carina Berta Moljo
(ORGANIZADORAS)

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

COLETÂNEA DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL UFJF



2023

@Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva

Logo Serviço Social

Luciano Cardoso de Souza

EQUIPE EDITORIAL DO SELO SERVIÇO SOCIAL

Diretora Editorial

Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira

Editora

Profa. Dra. Carina Berta Moljo

Diretor Associado

Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia
Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Conselho Editorial

Alcina Martins

(Instituto Superior Miguel Torga - Portugal)

Carina Berta Moljo

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Cláudia Mônica dos Santos

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Elaine Rossetti Behring

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

José Paulo Netto

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Marco José de Oliveira Duarte

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Margarita Helena Rozas Pagaza
(Universidad Nacional de La Plata - Argentina)

Maria Carmelita Yazbek

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Maria Lúcia Duriguetto

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Marilda Villela Iamamoto
(Universidade Federal do Rio de Janeiro e
Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Ana Elizabete Mota

(Universidade Federal de Pernambuco)

Miguel Ángel Oliver Perelló

(Universitat Illes Balears - Espanha)

Paula Vidal Molina

(Universidad de Chile - Chile)

Rodrigo Souza Filho

(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Vassilis Ioakimidis

(University of Essex - Inglaterra)

Projeto Gráfico, Editoração e Capa
Paolo Malorgio Studio

Fundamentos do Serviço Social, questão social e políticas públicas : coletânea do programa de pós-graduação em Serviço Social UFJF / organizadoras: Edneia Alves de Oliveira, Carina Berta Moljo. – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023

ISBN: 978-65-89512-73-8

1. Serviço Social. 2. Políticas públicas. I. Oliveira, Edneia Alves de. II. Moljo, Carina Berta. III. Título.

CDU: 361/362

Editora UFJF

Rua Benjamin Constant, 790

Centro - Juiz de Fora - MG - CEP 36015-400

Fone/FAX: (32)3229-7646 / (32)3229-7645

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



SUMÁRIO

Prefácio <i>Jane Cruz Prates</i>	6
Apresentação <i>Ednéia Alves de Oliveira e Carina Berta Moljo</i>	15
Parte I Serviço Social	19
Capítulo I: Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na contemporaneidade: um estudo a partir das Revistas da área de Serviço Social <i>Carina Berta Moljo, Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho, Shirley da Silva Oliveira, Mariana Leite Péres</i>	20
Capítulo II: Serviço Social e Teoria Social de Marx: uma relação conflituosa <i>Ednéia Alves de Oliveira, Victor Salomão Lacerda Brandão, Laura Maria Cabral Silva</i>	39
Capítulo III: Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: ação/fazer, atuação e intervenção profissional <i>Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Érika Alves Martins, Luzia Amélia Ferreira, Nanci Lagioto Hespanhol Simões, Nicole Alves Espada Pontes</i>	58
Capítulo IV: As requisições institucionais e o avanço do conservadorismo no Serviço Social <i>Laira Lúcia dos Santos Silva e Luciana Gonçalves Pereira de Paula</i>	81
Capítulo V: A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Estudo da Particularidade Ibero-Americana <i>Alzira Maria Baptista Lewgoy, Cláudia Mônica dos Santos e Alcina Martins</i>	102

Parte II Políticas Públicas e Questão Social	115
Capítulo VI: Política de Saúde, crise sanitária e determinação social do processo saúde/doença: uma análise da pandemia do coronavírus em Juiz de Fora/MG no ano de 2020	
<i>Marina Monteiro de Castro e Castro, Bruna Atalaya de Almeida Rocha, Débora Cristina Lopes Santos, Isa de Miranda Ribeiro Maia, Laís de Carvalho Saldanha, Laura Marcelino Leal</i>	116
Capítulo VII: De “vagabundos” a “descartáveis”: a trágica trajetória do envelhecimento no Brasil escancarada pela pandemia da covid-19	
<i>Estela Saléh da Cunha</i>	128
Capítulo VIII: Por onde andam as Políticas e Direitos das Dissidências Sexuais e de Gênero? Invisibilidades e Resistências	
<i>Marco José de Oliveira Duarte, Dandara Felícia Silva Oliveira, Júlio Mota de Oliveira, Sidnelly Aparecida de Almeida</i>	151
Capítulo IX: Abolicionismo e imigração na modernização socioeconômica brasileira	
<i>Ricardo Lara e Pablo Ramon Diogo</i>	171
Capítulo X: Marx, Engels, as especificidades nacionais, as relações internacionais e a guerra no tempo da Nova Gazeta Renana	
<i>Vitor Sartori</i>	195

PREFÁCIO

A INTERCONEXÃO ENTRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL, A QUESTÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com muita alegria prefacio o livro Fundamentos do Serviço Social, questão social e Políticas Públicas organizado pelas colegas pesquisadoras da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, as queridas Profa. Ednéia Alves de Oliveira e Profa. Carina Berta Moljo, cujas produções muito têm contribuído para o adensamento simbólico da produção de conhecimentos na área do Serviço Social. Aliás, é importante reconhecer que a UFJF tem se constituído em um importante pólo formador, em particular, na área do Trabalho e dos Fundamentos do Serviço Social, o que é motivo de orgulho para o coletivo da categoria. Nesse sentido, pretendo tecer algumas reflexões sobre os grandes eixos abordados na presente coletânea e sua relevância para a formação de profissionais da área pela Graduação e formação de docentes e pesquisadores, mestres e doutores em Serviço Social, pela Pós- Graduação stricto sensu, que terão a importante incumbência de formar os primeiros. Marx já destacava nas teses sobre Feuerbach (2009, p. 120) que “(...) as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado.”.

Vivemos um contexto absolutamente adverso, quando valores que consideramos fundamentais - e que têm sido bandeiras de luta da categoria profissional de assistentes sociais, por meio de suas entidades representativas -, são postas em xeque. As bases do projeto que nos orienta, na Graduação, na Pós-graduação e no trabalho profissional, que não se dissocia da formação, têm sido frequentemente atacadas por um avanço incomensurável da selvageria capitalista, expondo a grande maioria da população mundial a intensos processos de precarização da vida e desproteção. No caso de países periféricos e dependentes, como o Brasil, essas desigualdades históricas se acirram de modo ainda mais contundente. Os dados de realidade, seja qual for o foco de nossa análise: trabalho, saúde, assistência social, educação, habitação, meio ambiente, espaços de participação social, níveis de pobreza, violências de gênero, raça e etnia, direcionamento do fundo público; são contraprovas históricas dessa destruição sistemática e progressiva da vida

humana, dando visibilidade ao esgotamento desse modo de produção e a catástrofe de um governo conservador e ultraneoliberal no Brasil.

Infelizmente, a partir da realidade concreta, temos de concluir que nunca vivenciamos um retrocesso tão significativo e assustador que põe em risco a vida de gerações futuras. Esse processo de crise rasteira do capital que, no caso brasileiro, é associado a um governo de ultradireita, fundamentalista e conservador e ainda atravessado por um contexto pandêmico, para o qual suas respostas foram e são o descaso, a negação da ciência, dos serviços públicos, dos servidores públicos, a destituição dos espaços de controle social da sociedade e ameaça as instâncias democráticas, mesmo nos limites da sociedade burguesa, tomam proporções trágicas. Alguns dados de realidade são emblemáticos para dar visibilidade aos impactos da crise econômica associada à crise sanitária, de proporções mundiais, provocada pela pandemia do covid-19. Destaco apenas alguns para fins de exemplo.

Conforme matéria publicada pela BBC News em 2020, alguns analistas e organismos internacionais afirmam que a crise econômica global vivenciada atualmente é a pior desde a Grande Recessão da década de 1930. Até 2020, o montante global total de gastos fiscais era de US\$ 7,2 trilhões (mais de R\$ 40 trilhões), o equivalente a cerca de US\$ 1.152 (R\$ 6,6 mil) per capita. Estudos da Universidade de Columbia apontam que o gasto fiscal com a covid-19, em relação ao PIB nos países ricos até 2020, foi na ordem de 6,7%. A média em todo o mundo fica em 3,7%, mas nos países da América Latina esse montante cai para 2,4% (PRATES, 2020).

Segundo a ONU (2020), a crise da covid-19 abalou os mercados financeiros globais com pesadas perdas e intensa volatilidade, o que levou os investidores a retirar 90 bilhões de dólares dos mercados emergentes - a maior já registrada -, o que, conforme a entidade, deve levar 420 milhões de pessoas no mundo de volta à extrema pobreza. Estima ainda que os afetados pela fome crônica subirão de 135 milhões para 265 milhões (Idem).

No que concerne aos processos criminosos de desmatamento, no Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (2020) afirma que somente nos primeiros 4 meses de 2020 foram desmatados 1.202km² de florestas. Os dados de satélites apontam um absurdo aumento de 55% do desmatamento em relação ao mesmo período em 2019, índices que permanecem crescendo assustadoramente em anos consecutivos, apesar das pressões internas e internacionais sobre o governo brasileiro. O Instituto, também, destaca que somente no ano de 2019 a taxa consolidada de desmatamento nos nove estados da Amazônia Legal (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR e TO) foi de 10.129km². Estudiosos do tema afirmam que, no caso brasileiro, o desmatamento desenfreado das reservas naturais, em especial na floresta Amazônica, pode fazer com que o Brasil corra o risco de ser o epicentro de novas pandemias (Idem).

Em abril de 2022 o alerta desmatamento informa que foram dizimados na Amazônia 198,67km² – 61,7% mais do que os 122,8km² registrados em 2021. Em janeiro de 2022, a região amazônica contabilizou os piores índices para o mês na história do monitoramento: foram 430,44km², 419,3% mais do que os 82,88km² registrados no ano anterior (CNN BRASIL, 2022).

Os dados relativos ao financiamento da Educação também são prova do brutal processo de desmonte em políticas estruturantes no Brasil. Em 2019 o orçamento da Educação era de 122,9 bilhões. Em 2020 esse valor baixou para 103,1 bilhões, um corte de 16,3%, ou seja, 19,8 bilhões. Em 2021 os recursos orçados para a Educação sofreram um corte de mais 4,5 bilhões. Estamos falando de uma perda de 24,3 bilhões nos 2 últimos anos, em plena crise sanitária. Em 2022, num momento em que os desafios dessa política são imensos, os cortes e incertezas seguiram se aprofundando, com a ausência de rumos e o vergonhoso desvio de recursos que culminou com a queda de mais um Ministro da Educação. Para 2022, o valor autorizado para educação (R\$ 123,7 bilhões) é R\$ 6,2 bilhões menor que a verba de 2021 (R\$ 129,8 bilhões), segundo dados do Siga Brasil (PORTAL SIGA BRASIL, 2022).

O mesmo site informa que, no caso da saúde, até maio de 2022, foram executados R\$ 36,9 bilhões do orçamento da União relativo a Saúde, o que representa apenas 5,1% da dotação orçamentária total destinada a essa Política, previstos para 2022 (Idem).

Por fim, segundo o IBGE (2022), os dados relativos à ocupação da população brasileira mostram, a partir da PNAD Contínua, publicada em abril de 2022, que, no trimestre encerrado em março deste ano, a taxa de desocupação era de 11,1% e a taxa de subutilização, de 23,2%. Informa também o Instituto que, no mesmo período, 11,9 milhões de pessoas estavam desocupadas, e que a população subutilizada é estimada em 26,8 milhões. Aquelas consideradas desalentadas somaram 4,6 milhões, enquanto os empregados sem carteira assinada no setor privado, cerca de 12,2 milhões. A PNAD mostra ainda que os trabalhadores por conta própria chegaram aos 25,3 milhões e que a taxa de informalidade foi de 40,1% da população ocupada, ou seja, 38,2 milhões de trabalhadores informais.

As refrações da questão social na vida dos sujeitos singulares e coletivos é nosso objeto de trabalho e matéria-prima, que se explica por elementos comuns universais e se manifesta de modos particulares, considerando elementos regionais, locais e áreas específicas. Essa mediação sistemática entre o universal, o particular e o singular, dando visibilidade à sua interconexão, é um grande desafio em nossas pesquisas. São refrações que decorrem da grande contradição entre capital e trabalho que produzem, necessariamente, segundo a Lei Geral de acumulação capitalista, desocultada por Marx (1989): pobreza e desigualdades. Mas, como contraponto, os sujeitos imprimem formas de resistência, por intermédio de direitos

demandados ao Estado, de políticas para sua materialização, de estratégias de lutas em movimentos sociais, de pequenas formas alternativas de organização, ocupações, manifestações, lutas em partidos políticos e sindicatos, em coletivos de bairro, em movimentos setoriais e em defesa de povos, áreas e segmentos sociais.

O contexto analisado à luz da totalidade, articulando essas múltiplas facetas e desvendando as contradições inclusivas que conformam suas determinações, considerando sua processualidade histórica ou sua dinâmica, precisa ser contemplado por quem trabalha e pesquisa sobre Fundamentos do Serviço Social, questão social e políticas públicas, temas abordados na presente coletânea.

A articulação entre a questão social e suas refrações como eixos articulares da formação e do trabalho profissional implica essas múltiplas mediações, que atravessam as políticas públicas, fruto de concessões e lutas dos trabalhadores, mas, também, as mais diversas instâncias e formas de organização e luta popular.

Questão social e refrações dela decorrentes são frutos de uma contradição, implicam concentração de capital por um lado e produção de desigualdades por outro. Marx (1989) esclarece que as duas grandes alavancas para a concentração do capital são exatamente o crédito (ou endividamento e dependência dele decorrente) e a concorrência, que é parte do processo de alienação do trabalho no modo de produção capitalista, subsumindo a cooperação que seria natural entre os produtores no desenvolvimento da cadeia produtiva, não fosse sua captura pelos processos que configuram o trabalho abstrato, característico da sociedade burguesa.

O trabalho, por sua vez, elemento fundamental ao processo de humanização, ontológico ao ser social, é subsumido nas tramas da ideologia burguesa e nas suas formas, - cada vez mais sutis -, de alienação e captura da subjetividade dos trabalhadores, resultando num aprisionamento que Chico Buarque (1976) expressa magistralmente através da arte. Diz o poeta: “Prepara o teu documento, carimba o teu coração, não perde nem um momento, perde a razão (...). Vai te enforcar, vai te entregar, vai te estragar, vai trabalhar”.

Debater, portanto, a concepção e as configurações assumidas pela questão social, desocultando sua estrutura e sua dinâmica, é fundamental para explicar suas refrações que configuram nosso objeto de trabalho; e para identificar espaços possíveis de fortalecimento de resistências, pois o projeto político construído por essa categoria profissional assume o compromisso com processos transformadores, em qualquer âmbito onde se materializa o trabalho profissional, mesmo reconhecendo sua autonomia relativa em função dos limites do assalariamento. Reconhecendo ainda que assistentes sociais são trabalhadores e trabalhadoras que sofrem todas as vicissitudes do mundo do trabalho e da divisão social e técnica do trabalho onde se incluem interdições de ordens diversas, mascaradas por consensos e capturas dos sujeitos que trabalham, esses processos precisam ser equacionados. Na mesma direção são fundamentais os debates acerca do sobretrabalho, da precarização

do trabalho, das condições e relações de trabalho que interferem diretamente na saúde dos trabalhadores e nos produtos de seu trabalho, em qualquer espaço sócio-ocupacional onde o exerça.

No âmbito da pós-graduação, quando efetivamente formamos pesquisadores esse compromisso assume proporções maiores, pois é fundamental o adensamento desse tema e dos atravessamentos que o conformam para subsidiar a formação de profissionais na graduação. Nessa direção, o trato mais aprofundado dos rebatimentos da questão social a partir da visibilidade as opressões de classe, gênero, raça e etnia, tem sido privilegiado nos debates, eventos e lutas encampadas pela categoria profissional, contudo, sua análise e produção precisam fundamentar-se no materialismo, dialético e histórico que tem em Marx e Engels sua fonte originária, para que o entendimento que viabiliza o aprofundamento de aspectos particulares não inviabilize o necessário movimento de volta e interconexão efetivados pela razão dialética. O entendimento, segundo Lefebvre (1991), precisa separar, mas a razão precisa tornar a unir num movimento sistemático que unifica determinações diversas, objetividade e subjetividade, teoria e prática, quantidade e qualidade para que o fenômeno estudado seja efetivamente cercado e o significado ampliado por estas conexões possibilite a explicação, ou como diz Marx (1989), para que a vida da realidade seja espelhada na exposição.

Mas nos direcionemos para o debate acerca do que consideramos o toque final: o trato dos Fundamentos do Serviço Social. Temos contribuições históricas importantíssimas de ícones intelectuais de nossa área no debate, acerca dos fundamentos que nos auxiliaram a dar continuidade à intenção de ruptura com o conservadorismo, a nos reconhecemos como profissão e como trabalhadores e trabalhadoras inseridos em processos de trabalho, tais como Marilda Iamamoto, Maria Carmelita Yazbek e José Paulo Netto, entre outros. Se somam a essas contribuições fundamentais os estudos contemporâneos de jovens pesquisadores que têm se debruçado sobre essa temática para o aporte de novas mediações, tais como Thaisa Closs, Mariléia Goin, Rodrigo Teixeira, entre outros, embora ainda seja restrita a produção da área sobre essa temática, se comparada a outros temas que vêm sendo pesquisados e debatidos pela categoria, em que pese sua relevância.

Exemplo dessa produção, ainda pouco expressiva, é aportado pelos dados contidos no capítulo I da presente coletânea, que versa sobre a produção de conhecimentos acerca das tendências teórico metodológicas do Serviço Social nos periódicos da área (MOLJO et al., 2022 p. 27). Destacam as autoras que o debate acerca da questão social e suas múltiplas expressões aparece na quarta posição, em termos de temáticas privilegiadas:

com 178 artigos (12,8%) assim congregados: 26 artigos sobre a Questão Social de forma ampla; 30 Questão de gênero,/racial /

Políticas Públicas, 55 Debates Questão de gênero/étnico-racial/sexualidade, 10 Questão Social e Racismo, 42 Questão Urbana e Rural, 15 Violência nas mais diversas esferas. Em quinto lugar temos os artigos que apresentaram debate sobre o mundo do trabalho com 102 publicações (7,3%) (grifo nosso).

São os fundamentos, cujo eixo articulador é a questão social, que aportam subsídios para explicar como se conformou e se conforma o ensino e o trabalho profissional de assistentes sociais, articulando história, teoria, método e a contribuição da organização dessa categoria profissional na sua trajetória histórica de acúmulos simbólicos que dão base para a análise e intervenção profissional na realidade concreta. São os fundamentos que possibilitam o substrato que dará densidade à materialização do trabalho profissional pela mediação do eixo técnico-operativo, incidindo sobre a efetividade do trabalho profissional.

Entendo por fundamentos¹ as totalizações provisórias feitas pelo Serviço social acerca de sua organização e movimentação na história, na relação com a sociedade de seu tempo e as múltiplas determinações que a condicionam, mediando métodos e teorias explicativas para decifrar e materializar seu trabalho, tendo como matéria e objeto as refrações da questão social com ideal de explicar sua própria constituição: enquanto profissão e área de conhecimento, e sua interpretação acerca da realidade concreta e dos processos de trabalho nos quais se inseriu e se insere, visando instruir a formação e a materialização do seu trabalho profissional.

Nesse sentido, os núcleos de fundamentação que constituem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de forma interconectada dão substrato para a realização dessas sínteses, embora não se constituam integralmente como fundamentos. Do mesmo modo, o eixo técnico-operativo, como exercício das instâncias de passagem para a materialização do trabalho profissional, são orientados pelos fundamentos, mas não os compõem, embora sejam essenciais para dar concretude a essa materialidade. Por fim, as políticas públicas, cuja relação é intrínseca - tanto para a mediação do trabalho profissional quanto para aportar elementos para seu aprimoramento -, embora não se constituam como fundamentos, neles interferem e deles necessitam para a realização de um trabalho crítico e substantivo. Nessa direção, a história da sociedade e o próprio método em si compõem os fundamentos quando desenvolvidos pela via da interpretação acerca do modo como a profissão deles se apropria e como os media para subsidiar suas análises, proposições e materialização do trabalho profissional, ou seja, como os movimenta ao longo da história. Portanto, os

1 Quanto a esse debate, necessário e polêmico, acerca da concepção e constituição dos Fundamentos do Serviço Social, quero agradecer a leitura atenta, crítica e generosa e as sugestões apontadas pela Profa. Thaisa Closs e pela doutoranda Carla Jacques para o aprimoramento dessa tentativa de sistematização, como totalização provisória. Ambas vêm se dedicando ao debate sobre os fundamentos do Serviço Social.

fundamentos se conformam a partir de um conjunto de elementos que constituem uma matriz explicativa e orientadora, dando substrato para a realização da análise e materialização do trabalho no real, a partir do modo como o Serviço Social se reconhece, se posiciona, se organiza, se relaciona e materializa os processos de formação e trabalho profissional, o que inclui o lugar que ocupa na divisão social e técnica do trabalho, os limites do assalariamento e sua crítica a esses processos, tendo o trabalho e a questão social como categorias centrais.

No caso dos Fundamentos contemporâneos, cuja orientação se pauta na matriz materialista, dialética e histórica, consideramos o modo como a categoria articulou-se e absorveu os processos históricos e como estabeleceu relações com a sociedade de classes, reconhecendo-se como parte da classe trabalhadora, bem como as contradições e as transições que marcaram esses processos, o que inclui o debate sobre os projetos societários que permanecem em disputa, os percalços, apropriações enviesadas ou limitadas, as superações e desafios que explicam o modo como se conforma essa profissão e área de conhecimento na atualidade. Explica, do mesmo modo, os enfrentamentos e desafios realizados pelo coletivo da categoria e ainda aqueles que precisam ser equacionados, como a capilarização do debate produzido pela academia no coletivo profissional, a superação na produção de conhecimentos de um marxismo sem Marx ou as estratégias de enfrentamento aos atravessamentos do conservadorismo no âmbito profissional.

Nessa direção destaco os achados de estudo realizado por Oliveira, Brandão e Silva (2020, p. 53) apresentados no Capítulo II da presente coletânea, tomando a Revista Serviço Social e Sociedade como fonte, nos períodos de 2010 a 2020. O estudo mostra uma apropriação residual da obra marxiana nas fontes bibliográficas utilizadas na produção de assistentes sociais, uma vez que “do total das publicações - 311 artigos, 117 são de assistentes sociais brasileiros e destes apenas 37 carregam em seu referencial bibliográfico algum escrito de Marx”.

O processo de amadurecimento simbólico da área se deve, em grande parte, ao desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e das produções dela decorrentes, associada a uma estreita relação com as contribuições da teoria marxiana e marxista, embora a ela não se restrinja. Esse processo pressupõe o reconhecimento e a conexão entre o trabalho, como categoria central, a questão social como eixo articulador e a transversalidade da pesquisa e da ética como elementos indispensáveis dessa construção, o que se expressa nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Os fundamentos, que precisam ser analisados pela interface entre os Núcleos de Fundamentação que compõem as Diretrizes Curriculares, quais sejam: o Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, embora não os incorpore integralmente como matéria inscrita em disciplinas que se debruçam sobre essa temática, necessárias ao processo de

formação graduada e permanente, dão substância política para uma inserção crítica em políticas públicas e outras instâncias onde o trabalho profissional se materializa. Destaco meu entendimento de que em qualquer espaço de inserção profissional não há como prescindir da mediação das políticas públicas e dos direitos humanos. Orientados pelos fundamentos, mediados no trabalho profissional, essa inserção se torna mais efetiva, na medida em que a cadeia de mediações ontológicas se amplia e pode ser mobilizada na construção de mediações reflexivas necessárias a materialização do trabalho profissional.

Muitos são os desafios para o adensamento da produção do conhecimento na área do Serviço Social e para a construção de um ensino-aprendizagem sólidos nos diversos espaços de formação formais e informais que, efetivamente, espelhem nosso projeto ético-político, para além de intenções. Me parece fundamental materializá-lo na contribuição para a ampliação da consciência crítica, de processos educativos e organizativos que compõem o processo pedagógico de participação e na instigação a pequenas convulsões revolucionárias, para usar a expressão de Marx (2009), o que, sem dúvida, necessita da realização de pesquisas radicalmente críticas e audaciosas, sua socialização e debate pela categoria. Nesse sentido a presente coletânea tem muito a contribuir. Desejo a todos e todas uma boa leitura!

Jane Cruz Prates²

Porto Alegre (RS), outono de 2022.

REFERÊNCIAS

BBC News Mundo. Coronavírus: os 10 países que mais gastaram para enfrentar a pandemia de covid-19. Maio de 2020. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-52721417. Acesso em: 01 jul. 2020.

BUARQUE, Chico. Vai trabalhar vagabundo. Álbum Meus caros amigos, 1976. Disponível em: www.google.com/search?q=chico+buarque+vai+trabalhar+vagabundo&rlz=1C1GCEA_enBR925BR925&oq=chico+buarque+vai+trabalhar+vagabundo&aqs=chrome..69. Acesso em: mai. 2022.

CNN Brasil. Amazônia Legal tem recorde de alertas de desmatamento. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/Nacional. Acesso em: mai. 2022.

IBGE. PNAD Continua, 2019. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html. Acesso em: 04 jul. 2020.

2 Professora da Escola de Humanidades, do Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado e Doutorado) da PUCRS.

_____. Quadro sintético do primeiro trimestre. 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html. Acesso em: 04 jul. 2020.

_____. 2022. Disponível em: www.agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33541-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-1-e-taxa-de-subutiliza. Acesso em: mai. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Desmatamento consolidado 2019 na Amazônia Legal. Disponível em: www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465. Acesso em: 04 jul. 2020.

MOLJO, Carina Berta; CARVALHO, Thaíse Seixas Peixoto de; OLIVEIRA, Shirley da Silva; e PÉRES, Mariana Leite. Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na contemporaneidade: um estudo a partir das Revistas da área de Serviço Social. In: MOLJO, C. e OLIVEIRA, E. (org). Fundamentos do Serviço Social, questão social e Políticas Públicas. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2022.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de; BRANDÃO, Victor Salomão Lacerda; SILVA, Laura Maria Cabral. Serviço Social e Teoria Social de Marx: uma relação conflituosa. In: MOLJO, C. e OLIVEIRA, E. (org.). Fundamentos do Serviço Social, questão social e Políticas Públicas. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. O Capital. 13 ed. Livro I Vol. I Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). COVID-19: ONU pede retomada da assistência ao desenvolvimento de países mais pobres. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/covid-19-onu-pede-retomada-da-assistencia-ao-desenvolvimento-de-paises-mais-pobres/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

PORTAL SIGA BRASIL. 2022. Valores executados como Educação em 2022. Disponível em: www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil. Acesso em: mai. 2022.

_____. Valores executados pela União com saúde em 2022. Disponível em: www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=-senado%2Fsigabrasilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=-true&Sheet=shOrcamentoVisao. Acesso em: 07 mai. 2022.

PRATES, Jane C. Crise do capital, pandemia e (des) proteção social. In: ANDRADE, R.; ASSUNÇÃO, H. e VALLINA, K. (org.). Campo Minado. As investidas do capital contra a seguridade social brasileira. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020.

APRESENTAÇÃO

*Ednéia Alves de Oliveira
Carina Berta Moljo*

O livro, que ora sai ao público, denominado FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS, fruto do trabalho de professores e discentes do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF e professores e discentes convidados, busca socializar as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas neste Programa, integrando a linha de pesquisa de Serviço Social e Sujeitos Sociais e Gestão Pública e Políticas Sociais.

Desde a sua aprovação pela CAPES, em 2005, o Programa vem buscando socializar o conhecimento aqui produzido. Numa primeira instância, privilegiando a Revista *Libertas*, assim como a organização dos Seminários Internacionais e Nacionais e a participação dos seus docentes e discentes, em diferentes congressos e seminários de âmbito nacional e internacional.

Posteriormente, vendo a necessidade de ampliar e aprofundar a socialização do conhecimento aqui produzido, construindo uma política de publicação, privilegiando agora os livros e capítulos de livros. Deste modo, desde o ano de 2014³ o Programa de Pós-graduação vem organizando coletâneas publicadas pela Editora da UFJF, contendo as produções dos diferentes grupos de pesquisas, demonstrando o amadurecimento destes.

A coletânea aqui apresentada traz a novidade de ser a primeira publicação, junto à outros livros do PPG, do Selo do Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Sem dúvida a constituição do Selo traz novas possibilidades de publicação e, também, hodiernas responsabilidades para o corpo docente deste Programa. Tal realização, contudo, não seria possível sem o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFJF e dos órgãos de fomento à pesquisa Capes, Fapemig e CNPq, aos quais reiteramos nossos agradecimentos, desejando sempre que a colaboração seja contínua e recíproca.

Respalhada por um rigor teórico que demarca a produção do Serviço Social em geral e também do PPG, a coletânea foi dividida em duas partes: a primeira destina-se à análise do Serviço Social, seja na produção de conhecimento, privilegiando os fundamentos do Serviço Social, como, também, nas requisições

3 Embora existam livros publicados pela editora de diferentes grupos de pesquisa anteriores a esta data.

institucionais ou na supervisão de estágio. A segunda parte do livro está destinada à análise das políticas sociais e da questão social.

O capítulo I denominado: Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na contemporaneidade: um estudo a partir das Revistas da área de Serviço Social, de autoria da professora Carina Berta Moljo, da doutoranda Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho, e das alunas de iniciação científica Shirley da Silva Oliveira e Mariana Leite Péres, teve como objetivo central apreender as diferentes concepções e referências teórico metodológicas presentes no debate profissional nas últimas décadas. A análise dispôs como foco as produções da área, principalmente, aquelas publicadas em revistas de circulação nacional, instaurou como marco temporal as produções veiculadas de forma online por seis revistas da área de Serviço Social entre os anos de 2007 a 2017.

O Capítulo II denominado Serviço Social e Teoria Social de Marx: uma relação conflituosa, da professora Ednéia Alves de Oliveira, do mestrando Victor Salomão Lacerda Brandão e da aluna de iniciação científica Laura Maria Cabral Silva, analisou a relação entre Serviço Social e marxismo. Com o intuito de identificar a apropriação da teoria marxiana no Serviço Social, os autores realizaram uma pesquisa de artigos publicados por assistentes sociais na revista Serviço Social e Sociedade, nos anos de 2010 a 2020. Acredita-se que com o movimento de renovação do Serviço Social nos anos de 1960 e, retomado com maior fôlego nos anos de 1980, a aproximação do Serviço Social ao método marxiano deveria ocorrer mediante a apropriação direta da obra de Marx. A conclusão dos autores demonstra que, ainda, são utilizadas leituras secundárias de autores da tradição marxista, não priorizando a fonte primária de Marx.

Na sequência, o III Capítulo nomeado como Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: ação/fazer, atuação e intervenção profissional, da professora Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, e das doutorandas Érika Alves Martins, Luzia Amélia Ferreira, Nanci Lagioto Hespagnol Simões e Nicole Alves Espada Pontes, apresenta os resultados de uma pesquisa em andamento. Retratam as análises de 39 artigos de “profissionais de campo” a partir das concepções ação/fazer, atuação e intervenção profissional, seu significado e/ou conceituação. O material foi trabalhado de forma a evidenciar na produção desses profissionais que se propuseram a expor sua atuação, quais são as referências teórico-metodológicas e o posicionamento ético-político, articulado às estratégias e perspectivas de operacionalização das ações.

O IV capítulo relata As requisições institucionais e o avanço do conservadorismo no Serviço Social, da mestranda Laira Lúcia dos Santos Silva em parceria com a professora Luciana Gonçalves Pereira de Paula, que analisou as requisições institucionais que são apresentadas aos/às assistentes sociais nos seus espaços

socioinstitucionais; percebendo como elas têm sido, muitas vezes, determinadas pelo avanço das tendências conservadoras em meio à profissão do Serviço Social.

Na continuidade temos o V capítulo, que aborda A Supervisão de estágio em Serviço Social: Estudo da Particularidade Ibero-Americana, de autoria das professoras Alzira Maria Baptista Lewgoy (UFRGS); Alcina Martins (Portugal); e Cláudia Mônica dos Santos (UFJF). Tem como foco de análise o estágio e a supervisão de estágio em Serviço Social trazendo alguns dos resultados da pesquisa intitulada Fundamentos e Mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na Formação e no Exercício Profissional: Estudo da particularidade ibero-americana (2018) que é realizada no Brasil Espanha Argentina e Portugal.

Por fim, a segunda parte da Coletânea é assim composta. O VI Capítulo retrata a Política de Saúde, crise sanitária e determinação social do processo saúde/doença: uma análise da pandemia do coronavírus em Juiz de Fora/MG no ano de 2020, de autoria da professora Marina Monteiro de Castro e Castro e das residentes em Serviço Social: Bruna Atalaya de Almeida Rocha, Débora Cristina Lopes Santos, Isa de Miranda Ribeiro Maia, Laís de Carvalho Saldanha e Laura Marcelino Leal. O propósito é apontar elementos para contribuir com a análise da pandemia no município de Juiz de Fora, com uma análise à luz do debate da determinação social do processo saúde/doença. Revela o cenário da pandemia no município ao longo do ano de 2020, extraindo dados divulgados nos boletins informativos e notas técnicas do 'JF salvando todos', da Universidade Federal de Juiz de Fora.

De “vagabundos” a “descartáveis”: a trágica trajetória do envelhecimento no Brasil escancarada pela pandemia da covid19 é o tema do Capítulo VII, escrito pela professora Estela Saléh da Cunha. As reflexões apresentadas versam sobre a centralidade trazida para os sujeitos velhos e a velhice, especialmente quando, no início da pandemia, o maior número de mortos entre esse grupo estava sendo propagado pela ciência e, de forma especial, pelos Estados e suas instituições. Com o objetivo de compreender a intrínseca relação entre os fios que estruturam essa “propagação”, e a forma como ela é ecoada entre nós, e os fios que tecemos historicamente o tecido social na ordem capitalista de viver e de pensar.

A leitura do Capítulo VIII traz como tema Por onde andam as políticas sociais e direitos das dissidências sexuais e de Gênero? Invisibilidades e Resistências, do professor Marco José de Oliveira Duarte e dos mestrandos Dandara Felícia Silva Oliveira, Júlio Mota de Oliveira e Sidnelly Aparecida de Almeida, no qual temos uma análise crítica sobre as políticas e direitos voltados para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, intersexos e mais (LGBTI+), no contexto do Estado ultraneoliberal e ultraconservador, com suas ofensivas antigênero, anti-LGBTI+ e anti-negro. As conclusões dos autores evidenciam um recuo forçado, pelas gestões públicas em relação as políticas LGBTI+, em todos

os níveis de governo, principalmente, pela pressão ultraconservadora, que em nome da “moral”, da “família” e dos “bons costumes” produzem discursos de ódio. Assim, os corpos de LGBTI+, que para este segmento político não tem valor de vida humana, são inferiorizados e tratados como abjetos, produto da LGBTIfobia estrutural e pelo racismo de Estado.

O Capítulo IX, intitulado Abolicionismo e imigração na modernização socioeconômica brasileira, foi escrito por Pablo Ramon Diogo e Ricardo Lara. Neste artigo encontramos uma abordagem sobre o movimento abolicionista e o processo imigratório no Brasil na segunda metade do século XIX, com particular destaque para duas associações de apoio à imigração: a Sociedade Central de Imigração e a Sociedade Promotora de Imigração, que tiveram papéis importantes no processo imigratório brasileiro. Trata-se de um debate introdutório sobre o pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco sobre a temática com a finalidade de subsidiar o entendimento de qual era a perspectiva de modernização socioeconômica projetada para a sociedade brasileira.

Por fim, o Capítulo X aborda Marx, Engels, as especificidades nacionais, as relações internacionais e a guerra no tempo da Nova Gazeta Renana. De autoria do professor Vitor Sartori, o propósito é, a partir do que foi chamado pelo filósofo brasileiro José Chasin de análise imanente, explicitar as nuances dos textos marxianos e engelsianos da Nova Gazeta Renana acerca das relações internacionais e da situação de cada país diante das revoluções de 1848. Busca, ainda, identificar as diferenças específicas do tratamento dado no Manifesto e na Nova Gazeta Renana no periódico mencionado.

Desejamos a todos uma ótima leitura!
Juiz de Fora outono de 2022

PARTE I:
SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I

Tendências Teóricas Metodológicas do Serviço Social na contemporaneidade: um estudo a partir das Revistas da área de Serviço Social

*Carina Berta Moljo*⁴

*Tháise Seixas Peixoto de Carvalho*⁵

*Shirley da Silva Oliveira*⁶

*Mariana Leite Péres*⁷

- 4 Assistente Social formada pela UNR, Argentina, Dra. em Serviço Social pela PUC-SP, Pós-doutorado em Serviço Social pela PUC-SP e pela UFRJ, Professora titular da UFJF, Faculdade de Serviço Social (graduação e Pós-graduação), Pesquisadora do CNPq, Membro do grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Pesquisa: *Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social*. CNPq.
- 5 Assistente Social formada pelo CES-CL, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, Professora do curso de Serviço Social do CES-CL, integrante da Pesquisa: *Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social*. CNPq.
- 6 Graduada em História pela UFJF e Graduanda na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista PIBIC/CNPq de Iniciação Científica na Pesquisa: *Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social*.
- 7 Graduanda na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Voluntária de Iniciação Científica na Pesquisa: *Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social*.

INTRODUÇÃO

O capítulo que ora apresentamos é um dos resultados da pesquisa denominada Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social,⁸ que teve como objetivo central apreender as diferentes concepções e referências teórico metodológicas presentes no debate profissional nas últimas décadas. A nossa análise teve como foco as produções da área, principalmente, aquelas publicadas em revistas de circulação nacional. A pesquisa teve como marco temporal as produções veiculadas de forma online por seis revistas da área de Serviço Social entre os anos de 2007 a 2017.

A escolha das revistas obedeceu a critérios de qualificação, regionalização e representatividade na área de Serviço Social. Conforme os dados apresentados por Garcia, Nogueira e Sarmento (2018) na avaliação Qualis da CAPES (2013-2016) foram 16 periódicos que concentraram a publicação da área de Serviço Social. Na época que iniciamos a nossa pesquisa não tínhamos esse dado, mas conhecíamos as publicações da área e escolhemos 6 periódicos nacionais com diferentes características que nos permitiriam analisar a heterogeneidade e representatividade da nossa área. Acertadamente, a nossa escolha concentrou 37,5% dos periódicos dos quais mais se publica na área de Serviço Social. Escolhemos as seguintes revistas: Revistas Serviço Social e Sociedade (Cortez, SP) por ser qualificada como Qualis 1 A; Revista Katálysis (UFSC, SC) Qualis 1 A; Revista Temporalis (ABEPSS) Qualis B1; Revista Textos e Contextos (PUC, RS) Qualis A2; Revista de Políticas Públicas (UFMA, MA) Qualis A2; Revista Libertas (UFJF, MG) Qualis B4.⁹ Das 6 revistas escolhidas apenas a Libertas não ocupa os primeiros lugares entre as mais citadas, ocupando o 14º lugar, mas, ainda, dentro das revistas escolhidas pelos pesquisadores da área para publicação.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza teórica e qualitativa, a primeira etapa do estudo esteve destinada ao aprofundamento teórico das principais matrizes de pensamento presente no debate das Ciências Sociais, o que nos permitiu construir um “quadro referencial” que serviu como parâmetro para a análise dos artigos. O segundo momento da pesquisa esteve destinado ao trato do material empírico coletado, onde “classificamos” os artigos presentes nas revistas e separamos para análise aqueles que de alguma forma se referiam à profissão. A partir disso realizamos um fichamento de cada artigo contendo as seguintes informações: temáticas trabalhadas, autores citados, concepção de profissão e de

8 Pesquisa financiada pelo CNPq, por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-CNPq) e Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e pela UFJF/BIC.

9 A Avaliação do Qualis aqui apresentada refere-se à avaliação Quadrienal de 2013-2016. A nova avaliação do Qualis deveria ter sido disponibilizada em dezembro de 2021, assim como a avaliação dos Programas de Pós-graduação, mas esta avaliação foi suspensa pela CAPES, trazendo sérios prejuízos para as áreas de conhecimento.

TENDÊNCIAS TEÓRICO METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REVISTAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

realidade, e matriz teórica. Considerando o espaço destinado para este capítulo do livro, apresentaremos parte dos dados coletados e analisados.

Sem dúvida, trata-se de um volumoso material empírico, totalizando 1896 artigos publicados nas seis revistas (excluindo editoriais e entrevistas). Destes artigos, 500 se referenciaram a profissão de Serviço Social. Destes 57 tratavam do Serviço Social internacional (3%). Estes artigos foram retirados da nossa análise, considerando que a nossa pesquisa trata sobre os Fundamentos do Serviço Social no Brasil. Analisar os fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social em outros países precisaria de um rigoroso conhecimento da formação econômica e social destes, assim como da construção da profissão neles. Portanto, os dados aqui apresentados se referem aos 443 artigos publicados nas 6 revistas que no desenvolver dos argumentos dos artigos tratavam da profissão no Brasil, totalizando 23,4% do total dos artigos publicados nas revistas antes citadas.

Destacamos, novamente, que se trata de um período histórico determinado que vai de 2007 a 2017, podendo ter ocorrido mudanças nas Revistas, conforme as alterações de equipes editoriais, de política editorial, entre outras.

O capítulo se encontra assim dividido: inicialmente apresentamos a concepção de Fundamentos teórico metodológicos do Serviço Social; na sequência apresentamos as principais temáticas trabalhadas nas 6 revistas, seguida pelas principais temáticas trabalhadas na relação com o Serviço Social, assim como os principais autores citados. Finalmente, construímos algumas conclusões que são novos pontos de partida.

Entendemos que após 40 anos da Renovação Crítica do Serviço Social,¹⁰ assim como do amadurecimento intelectual da profissão, é importante questionarmos sobre como vem sendo tematizada a profissão na última década, quais os objetos de estudo que privilegia e quais são os principais autores que servem de referência para as produções do Serviço Social.

10 Segundo Netto (1996) o processo de Renovação do Serviço Social, que se processou durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) contendo três vertentes: a Reatualização do Conservadorismo, a Modernização Conservadora e a Intenção de Ruptura. Esta última- que neste projeto denominamos como Renovação Crítica- rompendo com o conservadorismo profissional, aproximando-se dos diferentes marxismos da época. Emergiu na estrutura universitária em meados dos anos de 1970, tendo como uma das suas expressões a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, experiência conhecida como Método BH. A vertente de Intenção de Ruptura será marginal até final dessa década, ganhando força com o congresso da Virada em 1979. Nos anos de 1980 se consolidará na esfera profissional, ganhando maturidade intelectual com a obra de Yamamoto e Carvalho (1982). Nos anos 90, esse novo projeto crítico profissional, conhecido como projeto ético-político, ganhará hegemonia no campo profissional.

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Antes de apresentar o material empírico trabalhado, se faz necessário explicitar qual a concepção de Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social com a qual trabalhamos, considerando que é essa concepção que parametrizou e deu base para a nossa análise. Concordamos com Yamamoto (2008), quando sinaliza que o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social se situa em três grandes eixos temáticos:

a) o resgate da historicidade da profissão, seja na reconstituição de sua trajetória na formação histórica da sociedade brasileira, seja na explicitação das particularidades históricas de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho; b) a crítica teórico metodológica tanto do conservadorismo quanto da vulgarização marxista, introduzindo a polêmica em torno das relações entre história, teoria e método no Serviço Social; c) a ênfase entre a política social pública, no campo das relações entre o Estado e a sociedade civil, com especial atenção para a seguridade social e, nela, para a política de assistência social (2008, p. 236).

Assim, quando pensamos nos fundamentos do Serviço Social estamos pensando nas bases históricas e teóricas nas quais foram se construindo a profissão, inserida na trama das relações sociais, na trama da história. A análise dos fundamentos incorpora as matrizes explicativas da profissão, ou seja, as raízes do pensamento social que são as que matriciam as concepções de profissão, incorpora a Questão Social e as suas expressões que são as bases de constituição da profissão; e as políticas sociais, espaço privilegiado de atuação do assistente social. Conforme já sinalizou Yazbek em 2018:

Nesse sentido, entendemos que os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade. É no âmbito da análise acerca dos fundamentos que se observa a incorporação pela profissão de matrizes fundamentais de conhecimento do social na sociedade burguesa. Esses fundamentos são constituídos por múltiplas dimensões: históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa (2018, p. 48).

Portanto, trata-se de compreender os fundamentos histórico-teórico e metodológicos do Serviço Social na sua historicidade, na sua complexidade, na inserção nas relações sociais, portanto, na totalidade histórica em movimento e transformação. Trata-se de questionar o que é esta profissão, qual seu significado, qual seu modo ou seus modos de ser, como foi construindo (de forma contraditória

TENDÊNCIAS TEÓRICO METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REVISTAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

e sempre tensa) ao longo da sua história uma cultura profissional. Trata-se de compreender a profissão e seus fundamentos conforme já sinalizou lamamoto em 1982 inscrita na divisão social e técnica do trabalho, inserida no âmbito das relações sociais e sempre tensionada pelos interesses antagônicos das classes sociais.

Destacamos o pioneirismo da ABEPSS no debate sobre os fundamentos do Serviço Social, expresso na construção das diretrizes curriculares, que culminou na formulação das diretrizes de 1996 tendo como base a relação dialética entre história - teoria e método -, deslocando a tríade entre caso-grupo e comunidade. Nesta perspectiva, os fundamentos devem ser tratados a partir de três núcleos centrais, quais sejam: o Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, adotando “a teoria crítico-dialética” como princípio teórico-metodológico, necessário à ‘apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 7).

Esta concepção buscou construir explicações totalizantes sobre os fundamentos da profissão, isto é, sobre a sua natureza, objetos de intervenção, modo de ser, assim como sobre o significado social da profissão, mostrando a relação orgânica com a Questão Social.¹¹ Somos legatários de uma importante construção coletiva, de acúmulo teórico, político e organizativo, que possibilitou a consolidação Serviço Social como profissão e como área de conhecimento (MOTA, 2013).

O certo é que existe um consenso hoje, no Brasil, de que o Serviço Social é uma profissão que tem maturidade intelectual, que possui estatuto teórico e reconhecimento das outras áreas do saber (YAZBEK, 2000). Concordamos com Netto (1992) que dentre os muitos fatores decisivos para esta maturação intelectual encontra-se o ingresso do Serviço Social no âmbito universitário, possibilitando o diálogo com outras áreas do conhecimento, assim como a criação das pós-graduações na década de 1970, que propiciou a conformação de vanguardas de pesquisa. Mas, em nosso entender, deve-se, sobretudo, à Renovação Crítica do Serviço Social influenciado pela vertente marxista. A aproximação a esta vertente¹² e a incorporação do método em Marx, permitiu ultrapassar explicações endógenas do Serviço Social, que realizavam uma análise meramente cronológica e descritiva

11 Conforme lamamoto (2008, p. 156), “assim, a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma *arena de lutas políticas e culturais na disputa de projetos societários*, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais que trazem o selo das particularidades históricas nacionais”.

12 Conforme Netto (1988) a aproximação à vertente marxista foi realizada, mesmo que de forma enviesada, no período da autocracia burguesa, sofrendo uma grande influência do Movimento de Reconceituação da América Latina.

da profissão, para uma compreensão histórico-crítica, mediada pela relação orgânica com as classes sociais e com o Estado, portanto, uma profissão inscrita no processo de produção e reprodução da vida social, no marco capitalismo contemporâneo. É neste campo da produção e reprodução da vida social que o Serviço Social brasileiro vem elegendo as suas áreas de pesquisa e de atuação. Desta forma, quando analisamos o nosso material empírico temos que 73,6% das publicações tratam desse universo mais abrangente. Reafirmamos aqui a necessária relação dialética que deve existir entre os três núcleos de fundamentação antes citados, mas, não deixa de chamar a atenção que dentre os artigos publicados nas revistas, apenas 26,4% se referem à profissão o que nos leva a questionar qual a particularidade da produção de conhecimento da nossa área.¹³

Iamamoto, no ENPESS de 2004, já sinalizava¹⁴ que os Programas de Pós-graduação da área de Serviço Social que congregavam as linhas de pesquisa e área de concentração sobre Políticas Sociais, ocupavam o primeiro lugar e os Programas cujas linhas e áreas de concentração sobre Fundamentos do Serviço Social, ocupavam o quinto lugar, mostrando a primazia do debate das Políticas Sociais sobre os Fundamentos do Serviço Social.

A mesma autora sinalizava que “são poucas as produções recentes que têm o Serviço Social como objeto de pesquisa” (2008, p. 244). Em 2015 Closs, Prates e Carraro, analisando os Programas de Pós-graduação em Serviço Social, identificam uma alta incidência do debate sobre as Políticas Sociais em detrimento do debate sobre os Fundamentos do Serviço Social:

Através da presente análise é possível concluir que a investigação e formação pós-graduada sobre políticas sociais e públicas vêm ocupando uma posição protagonista nas áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social bem como nas linhas de pesquisa. Este dado explica-se, sobretudo, pelo vínculo histórico existente entre a profissão e as políticas sociais, sendo estas o espaço onde mais atuam os assistentes sociais, bem como pelo protagonismo político assumido pela profissão na luta e defesa dos direitos sociais. Contudo, há de se considerar que esta crescente abordagem, nos programas de Serviço Social - embora a área conte com uma significativa pós-graduação em Política Social - necessita estar acompanhada do adensamento do debate teórico-metodológico sobre a própria profissão, especialmente ao que se refere aos seus Fundamentos, tendo em vista a própria formação de docentes

-
- 13 Lembrando que neste capítulo trabalhamos sobre 23,6% dos artigos publicados, considerando que retiramos os artigos sobre o Serviço Social internacional.
 - 14 Vale lembrar novamente que não se trata de realizar estudos endógenos do Serviço Social, nem de desconhecer a importância das outras temáticas de pesquisa que interferem diretamente sobre o Serviço Social, mas neste caso, estamos querendo destacar a importância estratégica que possuem os estudos sobre a profissão.

TENDÊNCIAS TEÓRICO METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REVISTAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

que materializam o projeto de formação profissional previsto das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2015, p. 28).

Tendência que se manteve na quadrienal de 2017¹⁵ da CAPES mostraram a existência de 34 Programas de Pós-graduação na área 32 de Serviço Social, (sendo dois de economia doméstica), tendo a área base Social 23 PPG em Serviço Social (67,6%); 06 PPG em Política Social (17,6%); 03 PPG em Políticas Públicas (8,8%), e 02 em Economia Doméstica (5,9%). Mas, ao analisar qualitativamente a área de concentração, linhas de pesquisas dos Programas assim como os projetos de pesquisas dos docentes inseridos nos Programas de Pós-graduação, observamos reduzida quantidade de pesquisas que tematizam a profissão como demonstra a tabela a seguir elaborada para a apresentação no I Seminário de Fundamentos do Serviço Social realizado em Novembro de 2017 no Rio de Janeiro organizado pelo GTP de Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho profissional, da ABEPSS.

Tabela 1 - Tendências das linhas de Pesquisa e investigações da área sobre Fundamentos Formação e Trabalho Profissional

TENDÊNCIAS DAS LINHAS DE PESQUISA E DAS INVESTIGAÇÕES DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO SOBRE FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Regiões ABEPSS	Nordeste						Sul I			Leste			Norte						Sul II			Centro-Oeste			Tota			
Estados	CE	RN	PB	AL	SE	BA	PE	RS	SC	PR	MG	ES	RJ	AM	AC	RO	PR	PA	AP	MA	TO	PI	SP	MS	MT	GO	DF	19
Linhas	01	02	02	02	01	00	02	06	03	03	02	00	08	01	00	00	00	01	00	02	00	01	09	00	01	01	01	59
Projetos	04	04	08	09	05	00	04	17	12	16	22	00	30	04	00	00	00	02	00	08	00	01	27	00	04	03	05	186
Fundamentos	03	01	05	06	01	00	03	03	06	03	11	00	10	01	00	00	00	01	00	04	00	01	11	00	02	01	00	73
Formação	00	00	00	00	04	00	00	12	00	06	03	00	03	03	00	00	00	01	00	00	00	00	02	00	00	02	00	36
Trabalho	01	03	03	03	01	00	01	04	06	07	08	00	17	00	00	00	00	00	00	04	00	00	14	00	02	00	05	79
Total Eixo	34						45			52			16						27			12						
Total Ênfases	Fundamentos: 19 Formação: 04 Trabalho: 12						Fund: 12 Form: 18 Trab: 17			Fund: 21 Form: 06 Trab: 25			Fundamentos: 07 Formação: 04 Trabalho: 04						Fund: 11 Form: 02 Trab: 14			Fund: 03 Form: 02 Trab: 07						

27 Estados brasileiros - 19 contemplam Pesquisas em uma das ênfases do Eixo: SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL e 08 Estados não possuem pesquisa em nenhuma das ênfases. Ênfase com mais Projetos de Pesquisa: **TRABALHO**, seguida de **FUNDAMENTOS**, e por último **FORMAÇÃO**. Região de maior concentração em **FUNDAMENTOS**: LESTE. Maior concentração em **FORMAÇÃO**: SUL I. Maior concentração **TRABALHO**: LESTE. . Do total de 1.079 pesquisas, apenas 188 vinculam-se a este Eixo., correspondendo a 17,5%.

Fonte: Elaborada pelo Grupo de pesquisa da UFRGS, coordenado pela professora Alzira Lewgoy. Base de análise o relatório sucupira da CAPES, novembro 2017

Foi nessa direção que buscamos analisar como está configurado o universo de temáticas abordadas nas revistas, que expressam as principais preocupações da nossa área que apresentaremos a seguir.

15 Dados acessados em 23 de fevereiro de 2018. Disponível em http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/32_SSOC_docarea_2016.pdf.

PRINCIPAIS TEMÁTICAS ABORDADAS PELAS REVISTAS ANALISADAS

Neste ponto apresentaremos as principais temáticas abordadas nos artigos, excluindo aqueles que se referem à profissão, que será apresentado de forma mais detalhada no próximo ponto. Do total de 1896 artigos, 1396 não vincularam seus estudos à profissão, ou não fizeram o caminho de retorno para a profissão, isto é 73,6% dos artigos.

Considerando o espaço destinado a este capítulo, não apresentaremos os dados por separado de cada Revista, já que nosso objetivo aqui é apresentar tendências da produção de conhecimento e não uma análise de cada revista, embora tenhamos construído para cada Revista uma análise por separado.

Do total de artigos publicados nas 6 revistas, **472 artigos (33,8%)** se debruçaram sobre as Políticas Públicas (156 Políticas Públicas em geral; 63 Políticas Públicas e questão ambiental, reforma agrária, 60 Políticas Públicas e Assistência Social, 77 Políticas Públicas e Saúde, 35 Políticas Públicas e Educação, 32 Políticas Públicas e Gestão, 22 Políticas Públicas e Previdência Social, 17 Políticas Públicas no Sociojurídico, 10 Políticas Públicas e Seguridade Social.).

Em segundo lugar temos os artigos que analisavam o sistema capitalista representam **241 publicações (17,3%)** assim divididos: Capitalismo Contemporâneo (202 Debates sobre o Capitalismo, nas suas variadas esferas), 34 Debates sobre capitalismo no âmbito Internacional), e 05 Debates sobre área econômica, desenvolvimentismo, neoliberalismo,

A temática sobre o Estado e a sociedade civil corresponde a **210 publicações (15%)**, e, portanto, marca a terceira colocação.

Após, em quarto lugar, temos o debate sobre a Questão Social e as suas múltiplas expressões com **178 artigos (12,8%)** assim congregados: 26 artigos sobre a Questão Social de forma ampla; 30 Questão de gênero/racial/Políticas Públicas; 55 Debates Questão de gênero/étnico-racial/sexualidade; 10 Questão Social e Racismo; 42 Questão Urbana e Rural, 15 Violência nas mais diversas esferas.

O debate sobre o mundo do trabalho, com **102 publicações (7,3%)**, está em quinto lugar no campo das publicações. Em sexto, com **64 artigos (4,6%)**, registramos os estudos sobre os Direitos Sociais e Humanos. Na sequência, em sétimo, são **58 publicações (4,1%)** de artigos que analisaram os movimentos sociais.

Por fim, em oitavo lugar, com **35 artigos (2,5%)**, destacamos aqueles que trabalharam com temáticas relacionadas às Teorias Sociais (16 Debates sobre o marxismo, 01 Debates matrizes teóricas, 01 Reflexão filosófica, 15 Formação, Pesquisa e suas metodologias, 02 Debates das Ciências Humanas e interdisciplinaridade) e, para completar, temos **36 artigos** que foram resenhas de livros (2,6%).

TENDÊNCIAS TEÓRICO METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REVISTAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Tabela 2 – Temáticas dos artigos publicados sem mediação direta com a profissão

Temáticas dentre os artigos que não fazem mediação	Quantitativo	Percentual
Políticas Públicas	472	33,8%
Sistema capitalista	241	17,3%
Estado e sociedade civil	210	15%
Questão Social	178	12,8%
Mundo do trabalho	102	7,3%
Direitos sociais e humanos	64	4,6%
Movimentos Sociais	58	4,1%
Teorias sociais	35	2,5%
Resenhas de livros	36	2,6%

Fonte: Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em dezembro de 2021

Para chegarmos nesse resultado foram seguidos os mesmos procedimentos: análise e sistematização revista por revista, classificação e contagem geral. Na tabela acima estão sintetizadas as principais temáticas abordadas nas revistas, nas quais não se referem à profissão.

Esses dados confirmam as análises antes citadas de Iamamoto (2004) e também por Closs, Prates e Carrara (2015), demonstrando a primazia dos estudos das políticas públicas, espaço privilegiado de atuação do Serviço Social.

A seguir apresentaremos as principais temáticas apresentadas nas revistas daqueles artigos que fazem a mediação com a profissão.

TEMÁTICAS TRABALHADAS NAS REVISTAS QUE CONSTRUÍRAM MEDIAÇÃO COM A PROFISSÃO

Conforme já sinalizamos, a questão central foi conhecer como vem se desenvolvendo a produção de conhecimento do Serviço Social, especialmente, daquelas produções que tomam como objeto de estudo à profissão nas suas diversas manifestações.

Aqui também apresentaremos de forma conjunta os dados de todas as revistas, considerando o espaço destinado ao capítulo. Entretanto, é importante sinalizar o perfil diferenciado das Revistas, sendo que a Revista *Temporalis* dedicou 55% dos seus artigos relacionados ao Serviço Social; seguida pela Revista *Serviço Social e Sociedade* com 39,4%. As revistas *Libertas*, *Katalysis* e *Textos e Contextos* possuem porcentagens semelhantes. Finalmente se encontra a Revista de *Políticas Públicas* ocupando o último lugar conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 3 – Temáticas dos artigos publicados com mediação direta com a profissão

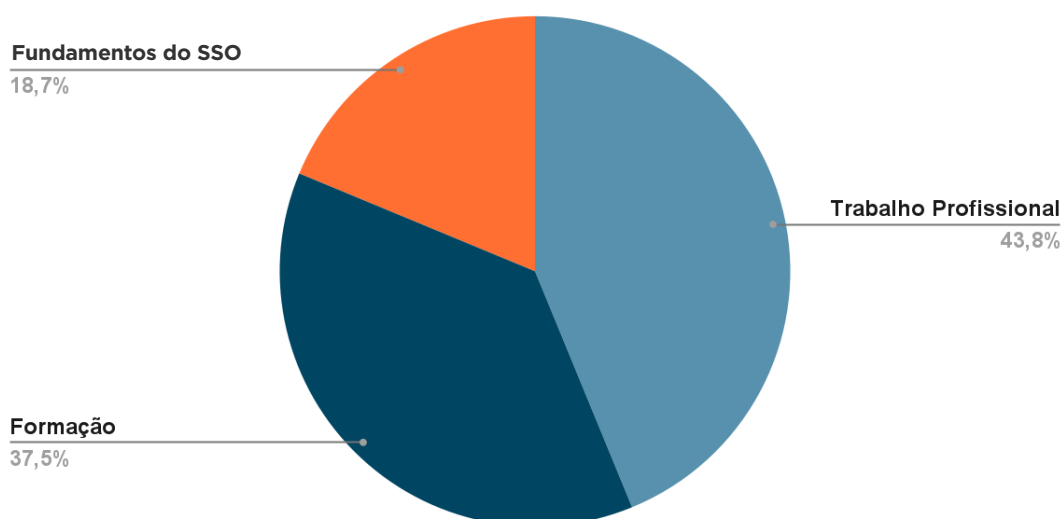
REVISTAS	% Artigos que fazem a mediação com o Serviço Social
Revista Temporalis	55%
Revista Serviço Social e Sociedade	39,4%
Revista Textos e Contextos	27,5%
Revista Katálysis	21,8%
Revista Libertas	21,3%
Revista Políticas Públicas	4,3%

Fonte: Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em dezembro de 2021

As principais temáticas abordadas nos 443 artigos que se referiam ao Serviço Social nas 6 revistas analisadas foram assim divididas: 194 (43,8%) têm como temática o trabalho profissional, 166 (37,5%) sobre formação, 83 (18,7%) sobre fundamentos do Serviço Social.

Gráfico 1 – Principais temáticas abordadas nos artigos relacionados à profissão

Principais temáticas abordadas nos artigos que se referem à profissão



Fonte: Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em dezembro de 2021

TENDÊNCIAS TEÓRICO METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REVISTAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Os estudos sobre o trabalho profissional do assistente social foram os que mais concentraram as publicações, somando 194 artigos. A Revista Serviço Social e Sociedade foi a que mais concentrou este tipo de publicações com 60 artigos, seguida pela Revista Textos e Contextos com 49 artigos; a Libertas com 23 artigos; a Katalysis com 18 artigos, e, finalmente, a Revista de Políticas Públicas com 13 artigos.

A temática Trabalho Profissional (TP) está subdividida nos artigos, considerando as seis revistas alvo desta pesquisa, do seguinte modo: 77 (39,7%) artigos referem-se ao TP nas políticas públicas, sendo que 52 trataram do trabalho dos assistentes sociais com políticas públicas de modo geral, 17 que analisam a política de saúde, 03 abordaram o TP na política de assistência social, 03 na política de educação e 02 na previdência social. Dos 49 (25,2%) daqueles que discutem TP dos assistentes sociais de forma geral, 21 deles abordaram TP de forma generalizada, 14 TP e condições de trabalho, 08 TP e instrumentalidade e 04 TP e interdisciplinaridade e 02 TP junto às famílias. Outros 23 (11,9%) estudos têm como temática o TP frente às expressões da questão social, sendo que 09 destes se referem ao TP e questão urbana e ambiental, 07 TP e questão de gênero e étnico racial, 04 TP e questão social de forma abrangente, 03 TP e violências. Os estudos que apontam o TP e espaço sócio ocupacional somam 20 (10,3%) subdivididos em, 08 que abordaram o espaço de forma geral, 07 TP em empresas privadas, 02 TP na área de gestão, 01 TP no 3º setor, 01 no setor judiciário e 01 no setor penitenciário. Temos ainda 20 (10,3%) artigos que possuem a temática TP e relações entre teoria e prática, sendo 07 relações entre TP e ética, 06 TP e organização profissional, 04 TP e Projeto Ético-Político-profissional (PEP), 02 TP e pesquisa e 01 sobre cultura profissional. Finalmente, 05 (2,6%), discutem sobre o TP e os movimentos sociais. Esses dados são apresentados de maneira sintética na tabela abaixo:

Tabela 4 - Trabalho Profissional com relação as temáticas abordadas

Temática	Quantitativo	Percentual
TP nas políticas públicas	77	39,7%
TP dos assistentes sociais	49	25,2%
TP frente às expressões da questão social	23	11,9%
TP e espaço sócio ocupacional	20	10,3%
TP e relações entre teoria e prática	20	10,3%
TP e os movimentos sociais	5	2,6%

Fonte: Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em dezembro de 2021

Em segundo lugar temos os artigos que debatem a Formação do Assistente Social com 166 artigos. O debate sobre a Formação se concentra na Revista Temporalis com 63 publicações, seguida pela Revista Katalysis com 41 produções, a Revista Textos e Contextos com 28 artigos, a Revista Serviço Social e Sociedade com 17 artigos, a Revista Libertas com 12 artigos finalizando com a Revista de Políticas Públicas com 5 artigos.

As produções que abordam o eixo Formação profissional estão distribuídos da seguinte forma nas revistas: 22 artigos tratam sobre a Formação e o estágio; 18 abrangem Formação profissional de um modo geral; 15 deles debatem sobre Formação e a relação teoria - prática; 13 Formação e educação; 11 sobre Formação e políticas públicas na área da educação; 11 Formação e pesquisa; 10 sobre Formação e questões de gênero e étnico racial; 10 estão Formação e pós-graduação; 08 discutem Formação e projeto ético-político (PEP); 08 Formação e políticas públicas; 07 Formação na área de saúde; 06 Formação e organização profissional; 05 Formação e movimentos sociais; 05 Formação e educação continuada; 04 Formação e questão social; 03 Formação e questão urbana e ambiental; 02 Formação e ética profissional; 02 Formação e produção de conhecimento; 02 Formação e marxismo; 01 Formação e organização discente; 01 Formação e interdisciplinaridade; 01 Formação e diretrizes curriculares e 01 diz respeito à Formação profissional e formação sócio-histórica brasileira.

Tabela 5 - Formação Profissional e temáticas abordadas

Temática	Quantitativo	Percentual
Formação profissional e estágio	22	13,2%
Formação profissional de modo geral	18	10,8%
Formação e a relação teoria - prática	15	9%
Formação e educação	13	7,8%
Formação e políticas públicas na área da educação	11	6,7%
Formação profissional e pesquisa	11	6,7%
Formação profissional e questões de gênero e étnico raciais	10	6,1%
Formação profissional e pós-graduação	10	6,1%
Formação profissional e projeto ético-político	8	4,8%
Formação profissional e políticas públicas	8	4,8%
Formação profissional e na área de saúde	8	4,8%
Formação profissional e organização profissional	6	3,6%

TENDÊNCIAS TEÓRICO METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REVISTAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Temática	Quantitativo	Percentual
Formação profissional e movimentos sociais	5	3%
Formação profissional e educação continuada	5	3%
Formação profissional e questão social	3	1,8%
Formação profissional e questão urbana e ambiental	3	1,8%
Formação profissional e ética profissional	2	1,2%
Formação profissional e produção de conhecimento	2	1,2%
Formação profissional e marxismo	2	1,2%
Formação e organização discente	1	0,6%
Formação profissional e interdisciplinaridade	1	0,6%
Formação profissional e diretrizes curriculares	1	0,6%
Formação profissional e Formação sócio-histórica do Brasil	1	0,6%

Fonte: Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em dezembro de 2021

Em terceiro lugar temos os artigos que trabalham sobre o eixo de *Fundamentos do Serviço Social* com 83 publicações. Em primeiro lugar temos a Revista Serviço Social e Sociedade com 29 Publicações, seguida pela Revista Temporalis com 20 artigos, a Katalysis com 12 artigos, a Libertas com 10 artigos, a Textos e Contextos com 6 artigos e finalmente a Revista de Políticas Públicas com 6 artigos.

Quando analisamos as subdivisão dentro deste eixo temos a seguinte configuração: 18 artigos se debruçam sobre os fundamentos históricos do Serviço Social; 15 sobre fundamentos da profissão de modo geral; 09 sobre Fundamentos e organização profissional; 07 Fundamentos; pesquisa e produção de conhecimento; 06 Fundamentos e ética; 04 Fundamentos e questão social; 04 Fundamentos e transformações no mundo do trabalho; 04 Fundamentos e PEP do Serviço Social; 03 Fundamentos e movimentos sociais; 02 Fundamentos e debates sobre o capitalismo; 02 Fundamentos e marxismo; 02 Fundamentos e cultura profissional; 02 Fundamentos e questão de gênero e racial; 01 Fundamentos e educação; 01 Fundamentos e políticas públicas; 01 Fundamentos na área da saúde; 01 Fundamentos no sócio jurídico e 01 sobre instrumentalidade.

Tabela 6 - Fundamentos do Serviço Social e temáticas trabalhadas

Temática	Quantitativo	Percentual
Fundamentos históricos do Serviço Social	18	21,7%
Fundamentos da profissão	15	18,1%
Fundamentos e organização profissional	09	10,8%
Fundamentos, pesquisa e produção de conhecimento	07	8,4%
Fundamentos e ética	06	7,4%
Fundamentos e questão social	04	4,8%
Fundamentos e as transformações no mundo do trabalho	04	4,8%
Fundamentos e PEP do Serviço Social	04	4,8%
Fundamentos e movimentos sociais	03	3,6%
Fundamentos e debate sobre o capitalismo	02	2,4%
Fundamentos e marxismo	02	2,4%
Fundamentos e cultura profissional	02	2,4%
Fundamentos e questão de gênero e raciais	02	2,4%
Fundamentos e a esfera da educação	01	1,2%
Fundamentos e políticas públicas	01	1,2%
Fundamentos na área saúde	01	1,2%
Fundamentos e campo sócio-jurídico	01	1,2%
Fundamentos e Instrumentalidade	01	1,2%

Fonte: Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em dezembro de 2021

Desta forma, como pode ser observado, a grande concentração das produções se produz entre o eixo do trabalho profissional e o eixo da formação profissional, sendo os estudos sobre os fundamentos a temática menos abordada. A seguir apresentaremos os dados sobre os autores mais citados nos textos que abordam de forma direta a profissão.¹⁶

16 Esta tendência já foi sinalizada pelo GTP da ABEPSS: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional nos seus diversos Relatórios que pode ser acessados no site da ABEPSS. <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/fundamentos-xiii-enpess-relatorio-201810081113234468210.pdf>.

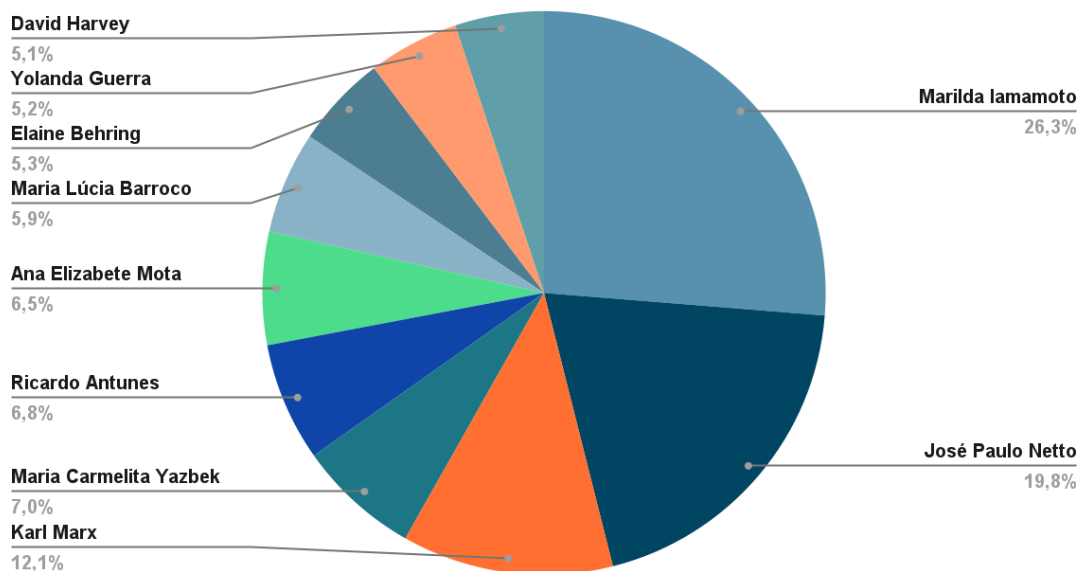
AUTORES MAIS CITADOS NOS ARTIGOS, QUE FAZEM MEDIAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Neste ponto apresentaremos os autores mais citados em todos os artigos que construíram alguma mediação com a profissão. Ao analisarmos os autores mais citados podemos inferir quais as tendências teóricas predominantes nas Revistas. Apesar de cada Revista ter um perfil diferenciado, esses dados nos permitem construir tendências da produção de conhecimento.

Os autores mais citados nos 443¹⁷ artigos analisados foram: Marilda Villela lamamoto sendo citada em 247 artigos, por 806 vezes. Em seguida, o professor José Paulo Netto foi citado em 186 artigos, por 649 vezes. Karl Marx é citado em 114 artigos por 385 vezes; Maria Carmelita Yazbek em 66 artigos por 155 vezes; Ricardo Antunes em 64 artigos por 159 vezes; Ana Elizabete Mota em 61 artigos por 139 vezes; Maria Lúcia Barroco em 55 artigos por 123 vezes; Elaine Behring em 50 artigos por 93 vezes; Yolanda Guerra em 49 artigos por 140 vezes, e, David Harvey em 48 artigos por 83 vezes. Quando analisamos a quantidade de vezes citados nos artigos temos que, além dos dados antes citados, autores como Gramsci (citado 136 vezes) e Lukács (citado 102 vezes) se incorporam entre as referências mais utilizadas no Serviço Social como pode ser observado nos gráficos.

Gráfico 2 - Quantidade de artigos citados

Quantidade de Artigos Citados Geral

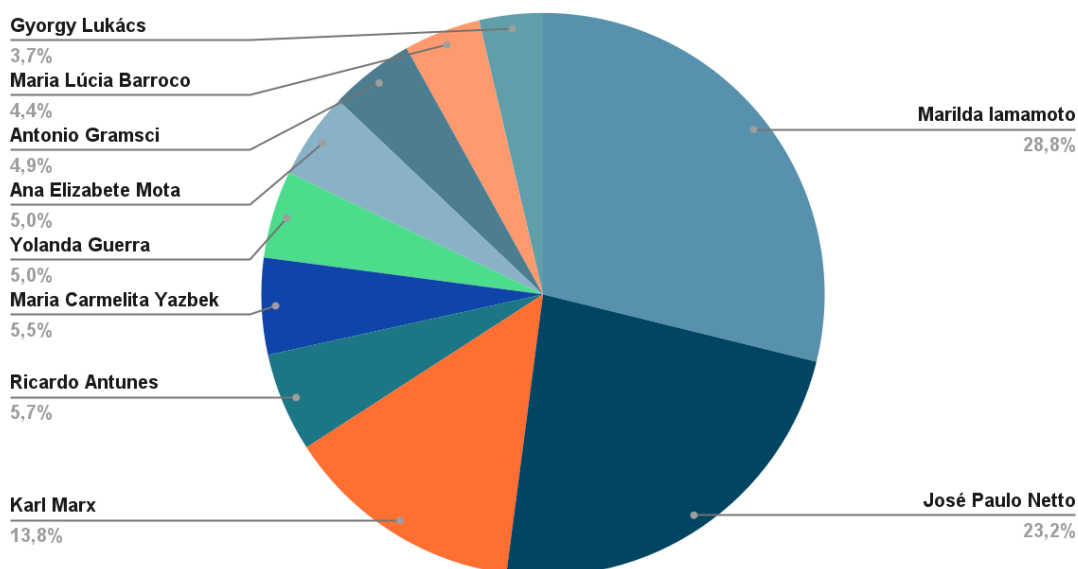


Fonte: Elaborada pelo Grupo de Pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em dezembro de 2021

17 Neste capítulo apenas apresentaremos os 10 autores mais citados nas revistas.

Gráfico 3 – Quantidade de citações geral

Quantidade de Citações Geral



Fonte: Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em dezembro de 2021

Os dados apresentados sobre os autores mais citados nas revistas demonstram a hegemonia da perspectiva histórico crítica que vem sendo construída no Serviço Social há mais de 40 anos. Todos os autores aqui citados se referenciam, claramente, na perspectiva inaugurada por Marx, ao mesmo tempo que mostra as principais tendências dentro do debate do Serviço Social crítico no Brasil. Não é por acaso que Gramsci e Lukács são os autores clássicos mais citados, assim como Harvey e Antunes.

Se analisarmos os autores de Serviço Social mais citados, temos a lamamoto, Netto, Yazbek, Mota, Guerra, Barroco e Behring. Não poderíamos deixar de mencionar autores como Vicente de Paula Faleiros (citado em 39 artigos), Ivanete Boschetti (citada em 38 artigos), Marilena Chaui (citada em 38 artigos), Maria Lúcia Martinelli (citada em 35 artigos), István Mészáros (citado em 34 artigos), e Ivete Simionatto (citada em 32 artigos). Estes autores formam parte da nossa cultura profissional, do nosso acervo intelectual, sendo referência para a profissão e além dela. São quadros intelectuais de referência para o pensamento crítico no Brasil, na América Latina, em alguns países da Europa, assim como em alguns países da África. Neste sentido o legado do pensamento crítico, hoje hegemônico na profissão, é incontestável.

CONCLUSÕES

Sempre que sistematizamos parcialmente ou finalizamos uma pesquisa, neste caso uma pesquisa que envolveu alunos de graduação e pós-graduação, além de professores, necessariamente novas questões são levantadas. A partir das sínteses realizadas novos conhecimentos são produzidos, mas, também, novos questionamentos, novas perguntas são formuladas, abrindo novos caminhos para desvendar as principais perguntas que levaram a formulação do projeto de pesquisa.

Ao sintetizar o estudo aqui apresentado temos algumas certezas, uma delas é a necessidade vital de expandir os estudos sobre a profissão, seja nos fundamentos históricos e teórico metodológicos, ou por estudos sobre a formação profissional, e também sobre o efetivo exercício profissional do assistente social nos seus múltiplos espaços sócio-ocupacionais.

Não temos dúvida da vigência e atualidade dos 3 núcleos de fundamentação da profissão: o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Estes núcleos de fundamentação necessariamente se relacionam e implicam de forma dialética, e reafirmamos a necessidade de estudos em cada um deles.

Mas esta pesquisa nos trouxe a certeza da necessidade de aprofundamento e expansão dos estudos sobre a profissão, não de forma endógena como mencionamos na introdução deste capítulo, mas compreendendo a profissão inseridas nas relações sociais como tantas vezes nos chamou a atenção Yamamoto. É necessário fazer o caminho de retorno à profissão, sem negar o acúmulo produzido a partir dela, pelo contrário, com o acúmulo produzido que é possível fazer esta viagem de retorno. Se nós, assistentes sociais, não fazemos esta mediação quem a fará?

A nossa profissão vem construindo, nos últimos 40 anos, uma cultura e um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora. É reconhecida no âmbito intelectual por este legado. Não se trata de abandonar as temáticas estruturantes que permeiam a profissão, nem negar a Questão Social como fundante da profissão, quando menos negar a necessidade de produção de conhecimentos sobre as suas expressões atuais, muito menos negar nem a necessidade do rigoroso conhecimento teórico. Não se trata de negar a importância de conhecer no plano teórico e prático a configuração histórica e atual das políticas sociais, espaço privilegiado de atuação profissional, não menos que a importância do conhecimento do funcionamento do sistema capitalista, nem dos funcionamentos das classes sociais e as suas lutas, pelo contrário, a nossa tarefa é vincular este acúmulo teórico e construir as mediações com a profissão.

Queríamos destacar, mais uma vez, a direção teórica apresentada nas publicações que se referem ao Serviço Social, no qual a perspectiva crítica inspirada

em Marx é hegemônica. Os autores mais trabalhados são aqueles que possuem uma análise crítica, tendo como base a teoria social de Marx.

Da mesma forma, temos que observar que não é por acaso que dentre as temáticas mais trabalhadas, vinculadas à profissão, estejam aquelas que tratam do trabalho profissional, num contexto de regressivas transformações no mundo do trabalho, com processos de precarização, flexibilização, uberização, e trabalho intermitente. O Serviço Social não poderia estar fora deste debate, nem à margem da análise da realidade concreta na sua processualidade e articulada às lutas mais gerais da classe trabalhadora.

O Serviço Social não poderia estar ausente dos debates sobre a formação profissional no contexto atual, debatendo a formação na graduação e na pós-graduação, assim como a importância da formação continuada.

E também não poderia se eximir de analisar os fundamentos da profissão, buscando compreender a profissão, na perspectiva de Yamamoto (1982), como *totalidade histórica inscrita no campo das relações sociais*; buscando apreender as *particularidades históricas sobre o que elas intervêm*, isto é, sobre as expressões da questão social; e *analisando sobre o que ela produz*, quer dizer as temáticas que escolhe como objeto de pesquisa e de produção de conhecimento.

Esta pesquisa tratou justamente sobre o que a área vem produzindo e socializando em algumas das principais revistas da área.

A atualidade nos desafia, cotidianamente, enquanto assistentes sociais, a resistir à ofensiva capitalista neoliberal que, a cada dia, exponencia suas contradições e agudiza as expressões da questão social. Para tanto, a compreensão de quem somos, do que fazemos e a que viemos é fundamental para a garantia do exercício profissional alinhado a um projeto profissional crítico. Destarte, é no movimento de reconhecer historicamente essa profissão, compreender suas bases e a resultante de sua dinâmica na atualidade que se encontram as chaves explicativas de seu modo de ser e do modo como se vê.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

CLOSS, T. T.; PRATES, J. C.; CARRARO, G. *Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas*. In: *I Congresso Internacional de Políticas Sociais e Serviço Social: desafios contemporâneos*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.

GARCIA, M. L. T.; NOGUEIRA, V. M. R.; SARMENTO, H. B. DE. *Avaliação de Periódicos Científicos da Área Serviço Social: Quadriênio 2013-2016*. In: *Revista Temporalis*, a. 18, n. 36. Brasília: ABEPSS, 2018.

TENDÊNCIAS TEÓRICO METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DAS REVISTAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

IAMAMOTO, M. V. *Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: Conferência do XI ENPESS*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

_____.; CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

MOTA, A. E. *Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: Revista Katálysis, v. 16, n. esp*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

_____. *O Serviço Social e a tradição marxista. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 30*. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

YAZBEK, M. C. *Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da (ORG.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

_____. *Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4 do Curso de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/NED.

Capítulo II

Serviço Social E Teoria Social de Marx: Uma Relação Conflituosa

Ednéia Alves de Oliveira¹⁸
Victor Salomão Lacerda Brandão¹⁹
Laura Maria Cabral Silva²⁰

18 Bolsista Cnpq, Coordenadora do Dynamis- Grupo de Pesquisa em Teoria Social e Crítica da Economia Política/ CNPq (FSS/PP-GSS-UFJF). Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e da graduação da faculdade de Serviço Social da UFJF

19 Mestrando em Serviço Social/UFJF.

20 Graduanda em Serviço Social/UFJF.

INTRODUÇÃO

Este capítulo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2020 e 2021 com o objetivo de compreender a apreensão da teoria social de Marx nas produções teóricas do Serviço Social.²¹ A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo por meio de artigos publicados por assistentes sociais na Revista Serviço Social e Sociedade nos anos de 2010 a 2020. A escolha da revista se justifica pelo pioneirismo na produção do conhecimento na área, somando um volume consistente de publicações de profissionais e intelectuais.²²

Nosso intuito foi identificar como vem se dando a compreensão e interpretação das relações sociais de produção capitalista, em particular na realidade brasileira. Partimos do pressuposto que, com o movimento de renovação do Serviço Social nos anos de 1960 e, retomado com maior fôlego após o término da ditadura civil-militar no Brasil nos anos de 1980, houve uma maior aproximação do Serviço Social ao método marxiano e, conseqüentemente, uma apropriação direta sobre seu pensamento para análise das mediações necessárias para a construção do saber alicerçado sobre o pensamento crítico com vistas a superação da ordem vigente.

Salientamos que a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo colocou em disputa a necessidade de não mais utilizar Marx pelas vias de autores secundários, o que empobrecia e tornava a leitura do autor numa espécie de cartilha ou manual a ser seguido pelos profissionais limitando a compreensão do que a teoria trazia em sua gênese. Este movimento possibilitou avanços na compreensão do modo de produção capitalista e suas reverberações no âmbito da profissão, mas também foi acometido de uma profunda crise que, originada no seio do debate sobre algumas categorias, contribuiu para um entendimento que tende ao ecletismo, reformismo ou ainda no espontaneísmo da vontade, mesclando a teoria social de Marx com autores que pouco ou nada se vinculam a ele.

Destarte, é importante ressaltar que o Serviço Social, pela sua própria dinâmica dentro do modo de produção capitalista, vive em um conflito constante,

21 Pesquisa financiada pelo CNPq, por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-CNPq) e Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e pela UFJF/BIC.

22 Conforme site da revista: "A Revista Serviço Social & Sociedade (Qualis A1) é uma publicação quadrimestral da Cortez Editora que vem sendo publicada ininterruptamente desde 1979, constituindo-se em um espaço de manifestação de questões do Serviço Social e das Ciências Humanas e Sociais, da teoria social e das políticas públicas e de temas da realidade brasileira e mundial". E ainda, "É a primeira Revista de circulação nacional na área do Serviço Social, mantendo-se como um dos mais importantes periódicos de consulta obrigatória de professores e estudantes universitários, de pesquisadores e profissionais que buscam sintonizar-se com o debate de grandes questões nacionais e internacionais que incidem no Serviço Social e nas ciências humanas e sociais". Segundo a pesquisadora Maria Ozanira da Silva e Silva "é o único periódico na América Latina que chegou ao número 100, mantendo fluxo regular de publicação durante trinta anos". A mesma pesquisadora ressalta ainda a "recente classificação no Estrato A1 no Sistema Qualis Periódicos da Capes/MEC" (Silva e Silva, 2009, p. 601)". Disponível em: www.scielo.br/journal/sssoc/about/.

pois ao mesmo tempo que no Brasil assume a perspectiva de lutar pela construção do comunismo, se vê obrigado a responder às necessidades imediatas da classe trabalhadora, e, também, da sua subsistência, executando políticas públicas no seio do Estado burguês em tempos de ofensiva do capital.

Ao não compreender as categorias fundamentais da teoria de Marx acaba por invocar soluções que são contrárias ao pensamento crítico e acreditamos que isso se dá, devido ao fato de que as leituras de Marx continuam se efetivando por vias secundárias em que o referido autor é apresentado, muitas vezes, com graves distorções, ou ainda com citações ou frases que não traduzem seu pensamento. Nesse sentido, não ocorreu uma leitura direta das suas fontes, mas de autores que interpretam Marx, o que compromete as análises do Serviço Social e também da realidade em que se insere este profissional.

Outro aspecto a ser destacado é o movimento do capital que impõe uma luta pela sobrevivência de forma a afetar toda a classe trabalhadora e que impede que as respostas se deem por vias do Estado tendo em vista o recorrente apelo ao corte de gastos públicos, sobretudo, nas políticas e serviços sociais e na crescente flexibilidade das leis e contratos trabalhistas, para atender imposições das agências internacionais, impactando no trabalho do assistente social e dos sujeitos com os quais trabalha cotidianamente.

TEORIA SOCIAL DE MARX E MÉTODO

É importante ressaltar, mesmo que de forma sintética, por conta da natureza deste texto, que o entendimento do método em Marx é fator essencial para a compreensão e intervenção na dinâmica da realidade social capitalista. Grande parte daquilo que é considerado a tentativa de aproximação do Serviço Social ao marxismo, e, principalmente, às suas fontes originais marxianas, derivará seus resultados necessariamente da apropriação do método em Marx e de suas premissas empreendidas pela profissão.

Podemos iniciar indicando que, em Marx, não há um método como nas ciências naturais ou nas ciências sociais modernas (ou pós-modernas). A título de exemplo, podemos pensar nas formulações weberianas, onde há fabulação do *tipo ideal* como um recurso para compreensão da realidade, estabelecido *a priori* e desconectado desta própria realidade, que se prova verdadeiro na comparação com a situação

real, via sua aplicabilidade.²³ No sentido que o *tipo ideal* é um quadro do pensamento construído anteriormente e não reconstrução mental do real, isto é, seus objetivos não estão ligados a reprodução do real na forma de categorias históricas em suas determinações.

Assim, é nos claro que em Marx não existe um movimento similar a este, uma vez que, não há a elaboração conceitual ou tipificadora *a priori*, isto é, uma elaboração especulativa acerca do objeto que seja anterior ao contato com o próprio objeto. De modo que se considera o método como procede Weber, ou seja, como elaboração anterior à experiência; não existe em Marx nada análogo. Além disso, Marx não formula uma teoria do método ou um procedimento metodológico orientador a ser rigorosamente seguido e replicável, como fizeram outros cientistas naturais e sociais, exemplo pode ser a clássica obra Durkheim, intitulada de “As regras do método sociológico”.²⁴

Marx não se preocupou em formular uma metodologia, uma regratura na forma de manual do como e de por quais meios *conhecer*, muito menos se preocupou em legar procedimentos definitivos e estabelecidos a serem efetivados anteriormente ao processo de pesquisa indistintamente ao objeto em análise, menos, ainda, salientou que o processo de conhecimento, para ser efetivo, deriva de formulações especiais, subjetivas e anteriores ao processo em si.

Deste modo, parece evidente que Marx não formula um método com conjunto de regras, justamente porque seu método é também ele, dada a constituição mesma do objeto, um método em movimento, em processo, passível de alteração, visto exatamente o papel do sujeito na construção do próprio objeto ao qual se debruça, no caso em questão, a totalidade social e suas determinações. Assim, em Marx, se há um método, e, particularmente, argumentamos que há, este método é construído, criado, ao longo do processo de pesquisa, no contato, na atividade com objeto, na própria experiência objetiva. O método é formulado pelas determinações do objeto, visando compreendê-lo a partir do seu movimento típico e essencial.

Sendo assim, vale, antes de passarmos a palavra ao próprio, realizar dois reparos essenciais. O primeiro: o fato de não haver a formulação de um procedimento

23 “Para saber se o curso empírico do desenvolvimento foi efetivamente o mesmo que o construído, é necessário comprová-lo com o auxílio desta construção tomada como meio heurístico, procedendo-se a uma comparação entre o tipo ideal e os “fatos”” (WEBER, 2003, p. 117). Em Weber, o elemento essencial para o entendimento da realidade social é a formulação de *tipos ideais*, justifica-os primariamente, justamente pela não consideração da existência de uma totalidade social apreensível, de modo que o objeto assume interesse não em sua existência universalmente determinada, mas sim pelo seu “significado cultural” enquanto fenômeno particular. De modo que, o sujeito do conhecimento assume relação indiferente frente ao objeto, no sentido que o sujeito mesmo é o produtor de conceitos, estes não relacionados com a realidade – com o objeto histórico, cuja existência mental destes conceitos se dá *a priori* das determinações gritantes do objeto, formando-se como concatenação subjetiva do pesquisador sem ligação genética com a realidade.

24 DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

metodológico em Marx, definido e replicável, não desvalida a cientificidade do conhecimento em questão, dado, como já apontamos anteriormente, que a régua para aferição da genuinidade do conhecimento de um determinado objeto é o objeto mesmo, tendo em vista que o que autentica a veracidade de um processo de conhecimento, de uma teoria social, é o resultado deste processo mais próximo possível das elucidações determinativas essenciais do objeto, e não o emprego de formulações, sistemas, normas, técnicas e meios estabelecidos anteriormente e formalmente estipulados como necessários. Segundo: instrumentos e técnicas de pesquisa são diferentes de método, e Marx não se furtou de utilizar os primeiros ao longo de toda a sua vida. Dados estatísticos, anuários, bibliografias diversas, documentos censitários, mapas, legislações, material jornalístico, entrevistas, pesquisas empíricas, literatura e romances em geral, elementos da própria vida, tudo isso está presente na obra de Marx e serviu de base no seu processo de reconstituição da realidade na forma de conhecimento científico.

Feito isto, vejamos como o próprio Marx trata de seu método em questão,

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2017, p. 28).

Isto é, o método em Marx consiste exatamente na captação do movimento do real e de suas determinações por meio do pensamento, de modo que, a realidade é impositiva no processo de conhecimento, visto que é captada pelo sujeito via pensamento, via abstração na consciência, e, a partir de tal momento, é processada na consciência na forma de conhecimento. Logo, o método em Marx é a forma de proceder do pensamento neste processo de apropriação do real na consciência, onde o resultado sintético deste processo aparece como conhecimento. Marx aponta que, “[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado. Mas também não é este o processo da gênese do próprio concreto” (MARX, 1973, p. 229). Logo, devemos ter clara noção, como nos alerta Tonet (2013), que o método é o caminho para a reprodução do real no pensamento e não de produção do real. Isto é, a realidade e suas determinações existem indiferentemente da percepção intelectual do sujeito, compreendê-las em seu movimento próprio exige recurso ao método.

Dado então que, “[...] o método científico não é mais do que a maneira de proceder do pensamento” (CHASIN, 2009, p. 128), por meio da qual o sujeito

reconstrói a realidade cognitivamente, tentando sintetizá-la para compreendê-la, levando em conta suas conexões internas, suas fronteiras históricas, sua razão na constituição econômica da sociabilidade, sua gênese. Assim, “[...] na perspectiva ontológica o conhecimento é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos diversos elementos que o constituem” (TONET, 2013, p. 107).

O método liga-se mesmo à constituição do ser social no seu processo de relacionamento com a realidade, derivado do processo de trabalho, das capacidades teleológico-projetivas, derivadas do conhecimento, ou da tentativa de, via contato com a realidade e suas propriedades. É por este motivo que o método é aproximativamente mais verdadeiro para a captação científica do movimento real, não pode ser de matriz especulativa, muito menos constituído por pressupostos dedutivos desconexos do objeto que deseja conhecer, uma vez que, o motor de veracidade do “método” em Marx é o imperativo do objeto, do real.²⁵ Assim, o objeto central do método é a reprodução do real na sua forma de ser transposta para o pensamento, para o conhecimento científico, isto se dá via um processo sucessivo de abstração, cada vez mais complexo e minucioso, das determinações conformadoras do real, e das relações íntimas e interligadas que o compreende.

Desta forma, devemos ter em conta que, o processo de abstração, de reprodução mental do movimento real²⁶ (NETTO, 2011a), é a intermediação entre o pensamento, o conhecimento subjetivado e a própria realidade, no sentido mesmo, que é via abstração que o sujeito cognoscente (e também ontologicamente ativo) capta o movimento próprio da realidade, suas determinações e mediações, reproduzindo-as no intelecto, sob a forma de pensamento abstraído, visando conhecer o próprio real e reconstruí-lo racionalmente como conhecimento científico.²⁷

Logo, é necessário,

[...] não esquecer que as categorias exprimem, portanto, formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada, deste sujeito, e que, por conseguinte, esta sociedade de maneira nenhuma começa a existir, inclusive do ponto de vista científico,

25 “[...] o método que propõe a “máxima fidelidade na reprodução ideal do objeto de análise” mantém inalterada sua validade teórico-prática, na medida em que este processo de “máxima fidelidade” significa a própria auto verificação de suas categorias em face do movimento do real” (PONTES, 1995, p. 30).

26 “A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011a, p. 21).

27 Repetindo: *Abstrair o concreto não é produzi-lo via pensamento, mas reproduzi-lo no pensamento.* “Com isso, é delineada crítica e metodologicamente a base da inversão materialista” (LUKÁCS, 1978, p. 75).

somente a partir do momento em que ela está em questão como tal (MARX, 1973, p. 235).

Assim, exporemos brevemente o movimento empreendido por Marx apresentando os resultados do processo de abstração do real em categorias históricas, determinadas, que exprimem a dinâmica da realidade. Para exemplificar, demonstraremos nos limites deste texto, a categoria que talvez seja a principal descoberta do autor, o mais-valor ou a mais valia. Vejamos.

Em termos sumários, Marx apreenderá a mais-valia constatando que, 1) o preço de uma mercadoria não corresponde ao valor excedido a partir da troca uma mercadoria, isto é, não é o mero comércio de uma mercadoria por preço acima de seu valor que origina o lucro; 2) o lucro então, não provirá de um mero acréscimo mercantil proveniente de um aumento de preço acima do valor da mercadoria, de modo que; 3) as mercadorias são vendidas, em condições normais e gerais, pelo seu próprio valor, isto é, o preço das mercadorias expressam o valor próprio da mercadoria, não o valor adicionado de um preço mercantil extra. Logo, o lucro não vem de habilidades comerciais, mas tem outro fundamento, qual seja; o mais-valor, expresso abaixo pelo próprio Marx.

Portanto, para explicar a natureza geral do lucro, temos de partir do princípio de que, em média, as mercadorias são vendidas pelo seu valor real e que os lucros provêm do fato de se venderem as mercadorias pelo seu valor, ou seja, proporcionalmente à quantidade de trabalho que lhes está incorporada (MARX, 1980, p. 35).

Diante disto, vale considerar que, “O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela” (MARX, 1980, p. 36). O que significa obviamente que, há sempre um limite temporal, físico e cultural para a venda da força de trabalho ao capital, tendo em vista que a venda da força de trabalho se dá sob o regime de assalariamento, diferenciando-se do escravismo ou servilismo, todos baseados na exploração da força trabalho. Mas, continuemos, a força de trabalho, ao ser vendido é vendida por certo valor, “[...] o seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua produção” (MARX, 1980, p. 37). Isto é, os meios sociais e culturais médios para sua manutenção e reprodução, visando mantê-la e reproduzi-la para a continuidade da atividade produtiva. Sendo assim, “Com a compra do valor diário ou semanal da força de trabalho do operário, o capitalista adquire, pois, o direito de se servir dessa força, de a fazer trabalhar durante todo o dia ou toda a semana” (MARX, 1980, p. 38), ou seja, o capitalista compra a força de trabalho durante um período temporal específico, o que significará que, o valor

da força de trabalho pode ou não corresponder ao valor da jornada de trabalho contratada. Acontece que na lógica de produção capitalista, para sua existência e realimentação,

O valor diário ou semanal dessa força de trabalho é totalmente diferente do exercício diário ou semanal dessa força, tal como o alimento de que um cavalo necessita e o tempo que pode transportar seu cavaleiro representam duas coisas absolutamente distintas. A quantidade de trabalho que limita o valor da força de trabalho do operário não constitui em caso algum o limite da quantidade de trabalho que a sua força pode executar (MARX, 1980, p. 38).

Isto é, o trabalhador se reproduz com x horas de trabalho, porém sua jornada de trabalho é de x+y horas, assim, o capitalista paga por x, o valor da força de trabalho, todavia esta é forçada a ser colocada em ação, pelo próprio contrato firmado, durante x+y horas. Logo temos a mais-valia expressa em taxa na, “[...] relação entre a parte do dia de trabalho necessária para renovar o valor da força de trabalho e o trabalho excedente ou tempo empregado em excesso destinado ao capitalista” (MARX, 1980, p. 39). De todo modo, há um obscurecimento do processo, na medida mesmo que,

[...] embora apenas se pague uma parte do trabalho diário ao operário, enquanto a outra parte permanece, sem remuneração, e apesar de esse trabalho não pago ou trabalho excedente constituir exatamente o fundo a partir de que se forma a mais-valia ou lucro, dá a impressão que todo o trabalho é remunerado (MARX, 1980, p. 40).

Desta forma, é possível inferir que há: a) obscuridade quanto a diferenciação entre trabalho não pago e pago, diferentemente da escravidão onde o trabalho pago parece não pago, ou na servidão que há clara diferença entre a parte paga e não paga, no capitalismo o trabalho não pago aparece escondido no trabalho pago. Assim, a relação de assalariamento aparece como uma relação justa, como contrato entre partes, onde cada um recebe exatamente aquilo que deu, há uma conotação de aceitação voluntária. E, ainda, b) o lucro advém das horas de trabalho não pagas pelo capitalista, mas que estão embutidas na jornada contratada, se confundindo com o valor da força de trabalho. Assim, o capitalista paga apenas o valor de reprodução da força de trabalho, apesar de usufruir desta força por tempo maior ao corresponde ao seu valor de reprodução. É desta forma, e sob bases complexas e profundas como as estabelecidas no desvelamento da mais-valia como elemento real e objetivo de funcionamento do modo de produção capitalista, que aquilo que entendemos como método em Marx se manifestará de forma cristalina.

Assim exposto, questão central que desejamos identificar é que, em que medida com a aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx, em primeiro momento por meio de fontes secundárias e posteriormente em tentativa de aproximação com fontes originais, se deu de forma efetiva e quais os seus desdobramentos atuais na profissão. Assim, vejamos um breve escopo desta aproximação.

RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E APROXIMAÇÃO DO MARXISMO

O processo de renovação do Serviço Social Brasileiro, durante a ditadura militar no país, marca a ambiência da pluralidade na profissão, pluralidade que extrapolaria formas e métodos de atuação e passaria a permear o âmbito de produção do conhecimento e orientação teórica profissional. Como particularidade de um processo latino-americano maior, conhecido como reconceituação, o Serviço Social brasileiro em sua renovação, depara-se como uma série de surgentes demandas, decorrentes mesmo das alterações do padrão capitalista brasileiro, voltado à modernização, cujo mote liga-se ao crescente processo migratório campo-cidade, à incursão do Estado como empreendedor de risco, e a tentativa de industrialização, que rebatem obviamente na alteração do padrão social urbano, acelerando exponencialmente as contradições entre classes, tendo em vista o crescimento considerável do proletariado e de suas franjas no cenário social, enquanto classe minimamente organizada, mesmo que de forma forçada e desinteressada pelo próprio espaço produtivo. Desta forma, a “questão social” torna-se elemento constituinte fundamental da cena autocrática, condensando naquele período não só um padrão de Estado específico, mas classes dominantes corporativizadas em torno de um projeto de desenvolvimento, que apesar de manter o padrão histórico de dependência, carrega traços claros de modernização, tal qual ainda, o fortalecimento do proletariado na cena social.

Diante de tal modernização, Netto (2011), apontará mudanças consideráveis que afetam o Serviço Social de até então, mudanças que giram desde a ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais, tanto estatal como empresarial, visando o controle da força de trabalho in loco ao ambiente produtivo e ex situ a este ambiente, voltando as incursões na reprodução cotidiana dos sujeitos. Tais incursões alteram em alguma escala seu padrão, transcendendo da mera lógica caritativa genética e assumindo perspectiva técnica-burocrática, visando suprimir os abalos possivelmente causados pela multiplicação da “questão social”, o que marcará a refuncionalização profissional, exigindo assim novos padrões de conhecimento que sustentem tal alteração. Deste modo, combinar-se-ão estratégias de apaziguamento, que caberão a este Serviço Social modernizado, somadas as violações de força sistemática empreendidas pelo Estado da autocracia burguesa.

É neste caldo, de alterações macro societárias e particulares à profissão, que o processo de renovação se dá, visando, estabelecer formas de ação e de conhecimento embasatório, capazes de atender as demandas em voga. Obviamente, tal processo acompanha um marco, também fundamental da profissão, a sua inserção nos ambientes de formação universitária e o contato com as diversas formações destes espaços e suas respectivas matrizes teóricas, em que se abrem as portas expostas por Netto (2011), para a cientificização e laicização da profissão. É neste quadro, de mudança considerável do processo de formação profissional, agora ligado à organização acadêmica do conhecimento, que a profissão passará por mudanças consideráveis em sua lógica própria de conhecimento, diversificando-a de forma praticamente inédita até então, em sua história.

Ante esta diversificação do conhecimento, produzida por todo este movimento sociopolítico modernizador, que o processo de renovação se colocará em marcha a partir de três principais correntes identificadas por Netto (2011) como a perspectiva modernizadora, cuja matriz teórica fundamenta-se no positivismo e estruturalismo, com perspectiva pseudocientífica de neutralidade. A reatualização do conservadorismo, com a premissa de recusa do positivismo e das incursões marxistas, recuperando por sua vez tendências conservadores da profissão, inspirando-se em uma certa fenomenologia, rodeado pela recuperação religiosa velada, com ênfase caritativa psicossocial.

A terceira vertente, essencial deste processo, é conhecida como intenção de ruptura, vertente diretiva hegemônica da profissão, ainda mais se levado em conta especificamente os processos organizativos e formativos do Serviço Social. Desta forma, faz-se mais que necessário, ressaltar algumas contradições neste decurso. Uma primeira contradição emblemática, que é marcada obviamente pelas limitações conjunturais, históricas e políticas, está ligada à apropriação do marxismo por parte desta vertente. Tal apropriação mostra-se débil já na surgente experiência, questão que não é ignorada, e certamente reconhecida, pelas próprias idealizadoras da incursão de Belo Horizonte e por seus analistas posteriores. Netto (2011) perceberá traços de voluntarismo e ecletismo, marcando a apropriação como débil justamente por beber em fontes secundárias a Marx. Exemplo desta consideração, Lessa (2016) indicará, apontando que existia incompatibilidade entre a análise de classes presente na experiência, uma vez que partia do pressuposto de existência de uma “classe oprimida”, questão que segundo o autor impossibilita a definição clara da classe potencialmente revolucionária, na medida em que simplifica a luta de classes entre opressores e oprimidos, de modo a velar a complexidade da contradição pertinente ao modo de produção capitalista, uma vez que mistifica o conflito entre classes abstratas, distanciando consideravelmente da formulação de luta de classes marxiana.

De todo modo, o que a hora dos acontecimentos era recheado de sentido, perde-se em contradição mesmo com a matriz teórica assumida pelo corpo dito hegemônico quando colocado em confronto com a teoria social de Marx e dos clássicos ortodoxos que o seguiram, de forma que, tanto Lessa (2016) como Oliveira (2020) concluem que o Serviço Social ao se aproximar do marxismo, afasta-se ao mesmo tempo de grande parte do marxismo de Marx, assim, o significado social da profissão e seu papel distanciam-se, e muito, da pretensão teórica proclamada pelo corpo auto-afirmado hegemônico, estabelecendo uma contradição gritante entre o lugar e significado da profissão no modo de produção capitalista e suas pretensas tarefas transformadoras, descolando a análise da realidade social da análise do papel social da profissão, atribuindo orientações e tarefas profissionais não cabíveis aos limites profissionais, e por isso mesmo, completamente distantes da prática profissional cotidiana. De modo que, o marxismo torna-se um adereço retórico justificador de assunção de um projeto societário, que na verdade não compete a uma categoria profissional, mas a uma classe com potenciais revolucionários. Em suma, a profissão, principalmente por meio de sua raiz hegemônica, encontra dificuldades em assumir que a desejada extinção do modo de produção capitalista (seja lá porque meios), é a extinção, justamente pela função social conformadora, do próprio Serviço Social.

Assim, o processo de renovação do Serviço Social, com o saldo pluralístico acumulado, e com uma não tão consolidada vitória hegemônica da intenção de ruptura, é hoje ainda, ambiente de consideráveis contradições internas, acompanhadas por um emaranhado de orientações teóricas, que mesmo segmentadas e pouco organizadas, fazem-se aparecer a cada dia, como apontado especificamente no capítulo dois de Oliveira (2020), ou ainda nas aparições das vertentes clínica, liberal, cristã, neopentecostal, além é claro das atualizações ecléticas da modernização, presentes em muito da pós-modernidade, ou mesmo das derivações híbridas que afirmam ainda beber do marxismo, mas que estão permeadas de sincretismo. Mas, ainda mais importante e reflexo das sérias contradições profissionais, incitadas pela dinamicidade do real, está a problematização mesmo da presença do marxismo no seio da profissão, uma vez que, apesar de auto-afirmada hegemonia, a corrente marxista tem se mostrado reduzida ao âmbito acadêmico, distanciada da prática profissional e cada vez mais esvaziada em conteúdo, tal como apontam pesquisas como a de Oliveira (2020), Lessa (2020) e o compilado de dados coletados por nossa pesquisa até o momento.

Merece destaque, ainda, o contexto de apropriação do marxismo no Brasil marcado por um contexto internacional de crise dos partidos de esquerda, em face da crise do socialismo, de avanço da ofensiva do capital e as mudanças na organização do trabalho e reconfiguração do Estado com vistas à recuperação das taxas de lucro, de ascenso de movimentos sociais de caráter subjetivista e

identitário nos países europeus e EUA e a recusa do marxismo como forma de compreensão da realidade, por entender que tal realidade é agora permeada por discursos fragmentados e residuais. Nesse sentido, o econômico se separa do político, colocando em xeque a concepção de totalidade, numa clara recusa a teoria social de Marx, ou marxismo ortodoxo (LUKÁCS, 2003).²⁸

A recusa da totalidade reverbera na incompreensão do processo sucessivo de abstração e síntese das determinações da realidade condensadas na formação de categorias que expressam o movimento dinâmico da própria realidade, excluindo a formulação de categorias desconexas, unilateralizadas ou caóticas. As determinações abstraídas, cujo processo de conhecimento reproduz na forma de teoria são expressão de uma totalidade de determinações relacionadas, contraditórias e multifacetadas, ou seja, as determinações são determinações justamente porque em sua conexão e conflito conformam a realidade social em sua totalidade. Esta totalidade, permeada por determinações inter-relacionadas, expressas teoricamente na forma de categorias historicamente referenciadas, carrega em si, enquanto objeto, enquanto realidade histórica, uma dinamicidade própria, onde as determinações se fundem em complexos constituídos por complexos, cuja interação mútua expressa justamente o movimento do real. As categorias expressam em diferentes graus, a multi-interação destes complexos e suas determinações afinitivas ou contraditórias.

As instâncias constitutivas da totalidade variam em complexidade e determinação, assim, abstrações, ou categorias teorizadas em diferentes níveis de complexidade auxiliam no entendimento dinâmico, mas aproximado, do real. Marx afirma que, “[...] é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios” (MARX, 2017, p. 16). Isto é, a forma mais complexa contém elementos adicionais, ou maior número de determinações em relação a forma mais simples, de modo que não é possível deduzir o complexo do simples, mas o simples do complexo, uma vez que a forma mais complexa está recheada de novos elementos

28 Para o entendimento do *marxismo ortodoxo*, que conforme aponta Lukács (2003) refere-se especialmente a questão do método em Marx, devemos ter em conta uma primeira consideração que compartilhamos com especialistas como Chasin (2009), Netto (2011) e Tonet (2013), cuja consideração vai em sentido de afirma que, em Marx não há a formulação de uma metodológica de aplicabilidade e repetição, cuja elaboração se dá *a priori* e independe do objeto a ser analisado, fruto do mero exercício subjetivo e intelectual de um pesquisador dotado de características especiais. Isto é, o “método” em Marx não reproduz a lógica metodológica das ciências duras ou naturais, muito menos segue a lógica harmônica naturalista do positivismo ou a formulação de *tipos ideias* Weberianos. Em Marx, há de forma primária, a inversão do idealismo que até então imperava no ramo de compreensão e estudo da realidade social[1], de forma que, o primeiro passo dado por Marx caracteriza-se justamente pela compreensão de que “A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida” (MARX; ENGELS. 2009, p. 31), onde “[...] parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência” (MARX, &ENGELS, 2009, p. 32).

antes não existentes ou pouco desenvolvidos na forma simples. Para a compreensão mais certa do elemento simples é necessário conhecer o elemento complexo, pois este contém parte dos elementos mais simples e ainda está adicionado de novas determinações. Dessa forma, por conta da maior extensão do elemento complexo, não é possível deduzi-lo em sua totalidade e realidade de elemento simples, mesmo que este complexo se manifeste como continuidade do simples. Assim, a priorização das abstrações totalizantes se justifica em Marx, justamente pela complexidade de determinações nelas contidas, de modo que a aproximação teórica com a realidade se mostra mais facilitada.²⁹

“Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto às relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios” (MARX, 2007, p. 101). Isto é, Marx expõe claramente que as categorias têm caráter transitório, levando em conta que expressam a realidade em movimento, logo, as categorias, são produtos determinados historicamente. Marx fundamentará os inéditos (em forma) imperativos da historicidade e ontologia, utilizando-os como elemento central para a compreensão e captação da totalidade social e da lógica econômica que a permeia e rege. Assim, compreende que, “As categorias econômicas são apenas as expressões teóricas, as abstrações das relações sociais da produção” (MARX, 2007, p. 100). De modo que, sua análise e crítica destruidora do modo de produção capitalista, não é maquinação subjetivista, mas produto, derivado mesmo da captação da gênese e desenvolvimento das formas de produzir e reproduzir a vida social pelos homens, na compreensão dos limites históricos, temporais, da datação das relações sociais de acordo com momentos específicos da própria realidade social e de sua mutabilidade, dado mesmo a imperativo histórico e o imperativo ontológico.

Concluindo, as categorias, expressam da formulação do conhecimento em Marx, manifestam, pronunciam na forma de conhecimento científico, as relações de produção vigentes, que se alteram, fenecem ou se reproduzem de acordo com as alterações do processo real de vida dos homens. Conforme apontamos no item um, a apropriação da teoria social de Marx sob a pena do mesmo e levando em conta os imperativos que constituem seu método é essencial, para um entendimento da realidade realmente alinhado ao seu movimento próprio e capaz de oferecer subsídios para sua superação, para a alteração radical das atuais relações sociais, para a efetivação da emancipação humana. Dado os percalços enfrentados pela

29 ‘Dessa forma, os opostos (o singular é o oposto do universal) são idênticos: o singular não existe senão em sua relação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular. Todo singular é (de um modo ou de outro) universal. Todo universal é (partícula ou aspecto, ou essência) do singular. Todo universal abarca, apenas de um modo aproximado, todos os objetos singulares. Todo singular faz parte, incompletamente, do universal, etc. Todo singular está ligado, por meio de milhares de transições, aos singulares de um outro gênero (objetos, fenômenos, processos) etc.’ (LUKÁCS, 1978, p. 109).

profissão ao longo da aproximação com esta teoria, parece-nos, com a pesquisa abaixo nos apontará, que não há um real espraiamento da teoria social de Marx nas produções da categoria, o que indica, uma apropriação muito distante dos elementos centrais da teoria social advogada como influência hegemônica. Dessa forma, e sem mais delongas, avancemos aos dados.

A PRODUÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE: ANÁLISE ENTRE 2010 A 2020

Nossa pesquisa primou por uma busca de textos publicados e disponibilizados online na Revista Serviço Social e Sociedade. Faz-se necessário ressaltar que esta pesquisa foi realizada no período da pandemia da covid-19, incorrendo na impossibilidade de acesso a grande parte do material inicialmente planejado, tendo em vista as conhecidas restrições sanitárias. Assim, as revistas publicadas entre os anos de 1979 a 2009, que se encontram disponíveis na biblioteca da Faculdade de Serviço Social da UFJF, não puderam ser consultadas, pois a mesma esteve fechada por tempo indeterminado. Desse modo, consultamos o acervo online da revista com 311 artigos disponibilizados, publicados em revistas de 2010 a 2020. Nestes realizamos o primeiro corte, considerando apenas artigos escritos por assistentes sociais brasileiros, totalizando 117 artigos. Logo após, procuramos analisar textos escritos por assistentes sociais e que continham alguma menção à Marx em seu referencial, resultando na queda para 37 artigos. Isto é, dos 117 artigos encontrados no primeiro corte, onde selecionamos apenas aqueles escritos por assistentes sociais brasileiros, apenas 37 deles continham algum texto de Marx na sua bibliografia.

Vale enfatizar que a análise dos dados quantitativos nos oferece o seguinte cenário: dos 311 artigos publicados pela revista entre 2010 a 2020, 117 eram de assistentes sociais brasileiros. Do total, apenas 16,81% contêm algum texto de Marx em sua bibliografia, isto é, apenas 37 artigos. Deste modo podemos inferir que, do quantitativo de publicações presentes na revista, escritos por assistentes sociais brasileiros (117), pouquíssimos dispõem em sua bibliografia algum texto de Marx, isto é, o fundador da vertente teórica que parte hegemônica da profissão advoga como principal referência da profissão.

Assim, podemos inferir algumas questões importantes: 1) nos últimos 10 anos de publicações da Revista Serviço Social & Sociedade, revista notoriamente voltada à categoria profissional e considerada como principal polo de publicações da profissão – por conta mesmo de sua avaliação –, aproximadamente, 88,10% das publicações são de autores cuja atuação ou formação não está diretamente vinculada ao Serviço Social, com origem nas mais diversas áreas como medicina, psicologia, economia, ciências sociais, filosofia e etc. Assim, podemos perceber que, por um lado, é possível apreender um ainda considerável intercâmbio entre a

profissão e as diversas áreas do conhecimento, demonstrando certa expansão em relação a aquele contato inicial com as ciências sociais no período da renovação.

Notória interlocução se dá com a abrangente área da saúde por conta da inserção do Serviço Social como uma profissão no rol de atuação na saúde e no desenvolvimento de trabalhos e atividades multidisciplinares. Há ainda contato com a economia e ciências sociais quando da análise da realidade social em sua estrutura econômica e na conformação do Estado, por exemplo. Demonstra ainda, o interesse por parte de pesquisadores destas diversas áreas nos espaços de publicação do Serviço Social, afirmando a conquista de um lugar de destaque da profissão no processo de construção de conhecimento no âmbito da universidade e em seus diversos projetos.

Analisando pela outra ponta, podemos considerar que: 2) a produção do conhecimento pelo Serviço Social mostra-se em considerável volume, isto é, 31,83% dos artigos publicados no período analisado são da categoria profissional, mostrando uma considerável diferença no perfil da profissão em termos formativos, uma vez que, durante a formação da profissão e até o processo de renovação a produção de conhecimento fazia-se extremamente escassa, não havendo nenhum consenso ou preocupação quanto ao estabelecimento de orientação teórica definida, o que tornava o Serviço Social refém de construções de outras áreas (às vezes não ligadas ao conhecimento científico, como o campo teológico-religioso), carente assim de um escopo de conhecimento próprio, derivado tanto de matrizes teóricas orientadoras, quanto de processos formativos próprios, ou ainda da prática profissional refletida e da análise da realidade social, das particularidades conjunturais e locais. Assim, estes 31,83% do total de publicações demonstram a tomada clara de independência profissional, mas não de isolamento, em termos de produção de conhecimento próprio.

Porém, há uma questão séria que não pode deixar de ser notada e analisada, 3) do total das publicações - 311 artigos, 117 são de assistentes sociais brasileiros, e destes, apenas 37 carregam em seu referencial bibliográfico algum escrito de Marx. Deve-se levar em conta, obviamente, que não é possível compreender definitivamente se um artigo tem por orientação teórica o marxismo apenas tomando se há ou não presença de Marx em seu referencial bibliográfico, consideramos as diversas ramificações do marxismo ao longo da história, e a importância de muitos dos continuadores e intérpretes que se colocam nesta tradição, todavia, não há como ignorar, se tratarmos especificamente da teoria social de Marx, ou do marxismo ortodoxo, que é vital a influência do próprio fundador da tradição e sua presença nas produções que assim se orientam. Há ainda de considerar que, por mais diversa e ampla que seja a tradição marxista, para ser considerada como tal, deve girar em torno das formulações do próprio Marx - mesmo que de seus imperativos

do ‘método’³⁰ –, assim, se não há presença deste, a apropriação se dá por via secundárias, por fontes não originais e por vezes consideravelmente distantes das formulações do fundador da tradição.

Neste ponto então não há como negar, de acordo com a nossa coleta de dados, a produção de assistentes sociais brasileiros que têm Marx em seu escopo bibliográfico, presentes na Revista Serviço Social e Sociedade nos últimos 10 anos, é bastante residual, chegando a apenas 31,83% do total das publicações, o que coloca em xeque a afirmação da hegemonia de uma corrente profissional orientada pela teoria social de Marx, tendo em vista, que a presença do fundador da corrente teórica é ínfima.

Tal presença residual nos leva a principal constatação, tendo em vista os dados coletados e analisados até então, a orientação teórica marxista ou não é hegemônica, levando em conta as publicações analisadas, ou o marxismo utilizado pela profissão é fonte de adaptações e secundarizações³¹ tais que não apresenta em sua grande maioria dos casos a presença do fundador da tradição marxista no escopo bibliográfico. Desta forma, a presença do marxismo de Marx, é consideravelmente pequena e mesmo assim contestável se fizermos a análise do conteúdo dos artigos que contém Marx (etapa posterior da pesquisa). Assim, há uma clara semelhança entre o padrão de apropriação da teoria social de Marx por parte da atualidade profissional com a apropriação praticada pela intenção de ruptura durante o processo de renovação, isto é, uma apropriação de produções secundárias, por vezes descoladas completamente das formulações de Marx e contaminadas por diversas outras correntes teóricas, configurando ecletismo, confusão metodológica e adaptação as teorias e demandas da moda, além de sucumbidas as exigências profissionais de controle da força de trabalho.

Há ainda a manutenção do padrão pluralístico, tendo em vista mesmo a não hegemonia numérica das formulações orientadas por Marx. A presença 88,10% de artigos provenientes de outras áreas do conhecimento e o reduzido número de artigos com genuína presença de Marx, abrem espaço para diversas vertentes teóricas orientadoras, de proposições a outras práticas profissionais, de adaptações opostas entre teorias, de proposições multidimensionadas, que

30 Lembrando a argumentação de Marx acerca de seu ‘método’: “Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, senda a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criado do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, 2017, p. 28). E ainda que, “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 2009, p. 122).

31 Vale apontar que grande parte das bibliografias citadas e que se encaixam neste perfil de marxismo secundário, não por sua qualidade, mas justamente porque não são a bibliografia genética do Marx ou a clássica que o acompanhou, compõe-se por autores como: Netto, Iamamoto, Antunes, Coutinho, Bhering etc. Isto é, marxistas brasileiros com forte vínculo com a categoria.

mesmo não explícitas diretamente se manifestam nas relações bibliográficas, tais quais: o liberalismo, o reformismo, a pós-modernidade, o conservadorismo e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de recuperação bibliográfica do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, se dá justamente em demonstrar os caminhos e tendências percorridos pela profissão a partir e por meio daquele processo e seus possíveis rebatimentos até a atualidade. Já a recuperação do marxismo de Marx, ou marxismo ortodoxo, intenta demonstrar pelas fontes originais tanto o processo de construção do conhecimento em Marx e dos imperativos para a construção do conhecimento científico por parte do autor, quando o resultado deste conhecimento e seu fundamento estritamente revolucionário

Assim, constata-se que, a presença de produções de assistentes sociais que bebem diretamente nas fontes originais de Marx é reduzidíssima. Numericamente, a afirmada hegemonia da intenção de ruptura não se apresenta. Há clara presença de correntes teóricas diversas, tendo em vista todo o restante do material não referenciado por Marx. Possivelmente, grande parte do marxismo presente nos artigos é de fontes secundárias, reforçando o padrão de apropriação do marxismo da intenção de ruptura em seus primórdios e mantendo a lógica do pluralismo e de interlocução com outras áreas de conhecimento daquele período da renovação.

Para além da tendência numérica de não confirmação da afirmada hegemonia e confirmação do padrão de apropriação do marxismo derivado da renovação, há claros indícios da manutenção deste mesmo padrão na análise qualitativa empreendida nos artigos de assistente sociais que contém algum texto de Marx na bibliografia. Percebe-se a presença de um marxismo muito distante das formulações de Marx, por vezes simplificado, deturpado ou mesmo equivocado. Marx, em muitos dos textos, é mero adereço, uma tentativa de demarcação como demonstram os conteúdos dos artigos. Portanto, analisando os artigos de assistentes sociais brasileiros na revista Serviço Social e Sociedade entre 2010 a 2020, é possível afirmar que: a dita hegemonia marxista, ou da intenção de ruptura não se apresenta, além disso, grande parte do marxismo presente é secundário, eclético, enviesado e completamente distante das formulações de Marx. Assim, o padrão de apropriação do Marx da intenção de ruptura aparenta ser o mesmo, ou até mais precário nos últimos 10 anos, tendo em vista o material que analisamos. O padrão de disputa pluralística por hegemonia teórica, como na renovação se mantém.

Deste modo, consideramos essencial dar continuidade a esta pesquisa, tendo em vista mesmo, sua importância na constatação das reais bases teórico-metodológicas vigentes e dominantes na profissão, demonstrando ainda a urgente necessidade, por parte dos auto-afirmados marxistas, em repensar consideravelmente

os caminhos do marxismo no serviço social, tendo em vista sua constatada presença residual, quando não, secundária, enviesada, eclética e deturpada.

REFERÊNCIAS

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

LESSA, S. A crise da esquerda e do projeto ético-político do Serviço Social. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

_____. Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho. 3ª Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a Categoria da Particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, K. A Miséria da Filosofia. São Paulo: Editora Escala, 2007.

_____. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

_____. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. Salário, preço e lucro. São Paulo: Global Editora, 1980.

_____; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NETTO, J. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

OLIVEIRA, E. Redemocratização e serviço social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985. Curitiba: CRV, 2020.

PONTES, R. Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

TONET, I. Método Científico: uma abordagem ontológica. São Paulo, Instituto Lukács, 2013.

_____. Pluralismo metodológico: falso caminho. In: Democracia e Liberdade?. Macéio, EDUFAL, 2007.

WEBER, M. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (org.) Weber [Col. Grandes Cientistas Sociais], p. 79-127. São Paulo: Ática, 2003.

Capítulo III

Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: ação/fazer, atuação e intervenção profissional

*Alexandra Aparecida Leite Toffanetto
Seabra Eiras³²*

Érika Alves Martins³³

Luzia Amélia Ferreira³⁴

Nanci Lagioto Hespanhol Simões³⁵

Nicole Alves Espada Pontes³⁶

32 Coordenadora da pesquisa “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade”. Membro do grupo de pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social/UFJF; Ex-Diretora da FSS/UFJF.

33 Assistente social do IFSUDESTEMG; doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas desde 2016; participante da pesquisa “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade”.

34 Assistente social do Hospital Veterinário da Escola de Veterinária da UFMG, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas desde 2013; participante da pesquisa “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade”.

35 Professora substituta da Faculdade de Serviço Social - UFJF; doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas desde 2016; participante da pesquisa “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade”.

36 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco; membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, participante da pesquisa “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade”.

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade é desenvolvida por uma equipe composta por assistentes sociais, atualmente, mestrandas, mestres e doutorandas do PPG-SS; uma doutoranda da UFPE; outra doutoranda da PUC-SP e duas professoras doutoras da UFJF, acrescida de discentes na condição de Iniciação Científica. Essas profissionais possuem inserção em campo e/ou na docência na área de Serviço Social.

O objeto do projeto é a “ação profissional referenciada criticamente” no âmbito do Serviço Social brasileiro. Assim, a “ação profissional crítica” é uma denominação genérica, que designa um novo referencial analítico coerente com um posicionamento ético-político, “comprometido com os interesses da população, do público-alvo dos serviços prestados nos diferentes equipamentos e espaços sócio-ocupacionais, e o envolvimento nos processos institucionais e sociais que visam à construção e efetivação da cidadania” (EIRAS et al., 2019a, p. 04).

Trata-se de uma abordagem teórica sobre a particularidade da ação profissional na perspectiva dos “assistentes sociais de campo”, a partir da ruptura com a ação profissional tradicional, processada nas décadas de 1980 e 1990, convergindo para a construção do novo projeto profissional, denominado “Projeto Ético-Político do Serviço Social”.

Nossa hipótese diretriz é que houve uma ruptura simultânea com o Serviço Social tradicional, que incluiu as formas de ação dos assistentes sociais, a organização político-profissional, a formação e a produção acadêmico-profissional. Contudo, a particularidade dessa ruptura na ação profissional não foi suficientemente estudada e exige investigações e pesquisas.

O objetivo é compreender a “ação profissional crítica”, construída e difundida a partir deste novo projeto profissional, e sua configuração na atualidade. Nessa direção identificamos um conjunto significativo de produções (base online) envolvendo artigos, dissertações e teses, escritos por assistentes sociais, que abordam o “Serviço Social” utilizando as palavras “inserção”, “intervenção”, “ação”, “trabalho”, “exercício” profissional. Ao realizarmos o levantamento, outras denominações foram identificadas, como: “prática”, “atuação”, “experiência” e “práxis profissional”.

Desse modo, nos periódicos da área de serviço social - Serviço Social e Realidade, Serviço Social e Saúde, Libertas, Serviço Social e Sociedade, Textos e Contextos, Ser Social, O Social em questão, Katálysis - utilizando os critérios de busca identificados acima, contamos 331 artigos, no período de 2006 a 2016. Após a leitura dos resumos desses artigos, reduzimos a análise a 146 deles.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Na leitura dos artigos observamos que permanece a variedade de denominações sobre a “ação profissional”. No conjunto dos artigos analisados, identificamos as concepções “trabalho” (40 artigos), “experiência” (35), “prática” (20), “atuação” (15), “intervenção” (13), “ação/fazer” (11), “exercício profissional” (10), “práxis” (01), “operativo” (01).

Neste capítulo apresentamos as concepções ação/fazer, atuação e intervenção profissional e buscamos apreender a relação entre tais concepções, através da análise de 39 artigos, 11 no eixo ação/fazer, 15 no eixo atuação e 13 no eixo intervenção profissional, conforme a base da pesquisa exposta acima.

Cabe destacar que desde 2013 o grupo de pesquisa vem trabalhando no sentido de compreender melhor como se apresenta a “ação profissional crítica”, no intuito de caracterizá-la e diferenciá-la, em relação à ação profissional tradicional/conservadora, sendo que a sistemática do trabalho foi dividida por períodos. Desde então, analisamos a produção referenciada na década de 1990 (EIRAS et al., 2015) e de 1980 (EIRAS et al., 2019a).

E, iniciamos em 2016, o levantamento das informações retroativo a 2006, englobando também uma década para a análise da produção recente, na área de Serviço Social. Na sistematização dos resultados desta pesquisa e para a sua exposição, trabalhamos na elaboração de artigos apresentando a análise das concepções articuladas pelos eixos expostos acima (EIRAS et al., 2018; 2019b; 2020). O presente texto é o último, na série da pesquisa sobre o período de 2006-2016.

Desse modo, vamos nos dedicar à caracterização das diferenças na utilização das concepções sobre a “ação profissional” designadas por ação/fazer, atuação e intervenção profissional. Mais que isso, a questão que orienta nosso olhar é apanhar a “ação profissional” traduzida nos artigos. Ou seja, buscar, na particularidade da “ação profissional” do assistente social, sua perspectiva de profissão, considerando o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional de viés conservador.

O material trabalhado tem seu olhar direcionado para apanhar na produção desses assistentes sociais que se propuseram a expor sua “ação profissional”, quais são as referências teórico-metodológicas, o posicionamento ético-político, as estratégias de ação e a operacionalização das ações que os orientam.

Mais detidamente, construiu-se um instrumento de coleta de dados, um roteiro orientador, constando as seguintes informações/categorias de análise: eixo; título do artigo; revista; ano de divulgação; identificação dos objetivos expostos pelo autor; desenvolvimento dos objetivos propostos no artigo; concepção do autor sobre o eixo em questão; fundamentação teórica e bibliografia utilizada.

Os principais dados encontrados serão expostos neste capítulo a partir das categorias de análise dos títulos, objetivos, concepções e fundamentação teórica. A ordem de apresentação se dará com as considerações a respeito dos títulos, dos objetivos, e da fundamentação teórica, deixando a análise das concepções

explícitas do autor sobre a “ação profissional” para ser discutida por último, pois nessa categoria de análise encontramos elementos que precisam ser tratados com mais articulações teórico-metodológicas.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

No que se refere ao título podemos considerar que há uma grande variedade de formas de apresentação e identificação da temática, ou seja, são indicações que vão desde a relevância pela formação profissional, perpassando os espaços de atuação, indicando a referência ao projeto ético político e deixando claro as áreas que estão sendo privilegiadas por este grupo de autores.

Outro dado de suma importância analisado nos artigos lidos se referiu aos objetivos. Neste item foram feitos dois enfoques, o primeiro acerca da apresentação ou não, pelos autores de seus objetivos em relação ao texto. O outro enfoque foi a percepção de que, se os objetivos expressos pelos autores foram cumpridos no decorrer do texto.

Conforme as análises, pode-se afirmar que houve identificação dos objetivos expostos pelos autores em quase todos os artigos analisados. Isto porque dos 39 textos lidos, 36 descreveram os objetivos dos autores, representando 92,3% da totalidade.

Com relação ao segundo enfoque, percebeu-se que os objetivos foram desenvolvidos pelos autores em 35 dos artigos lidos, representando 89,7 % do total do material analisado.

Em ambos aspectos, podemos considerar um percentual muito expressivo em relação ao que foi proposto pelos autores. Tal dado nos permite inferir que estes profissionais se preocuparam em cumprir de forma coerente ao que foi proposto na apresentação de seus textos.

Sendo assim, na análise dos artigos, podemos perceber que há uma preocupação em apontar os objetivos ou o direcionamento que se pretende desenvolver ao longo da fundamentação do texto.

Na categoria de análise da “fundamentação teórica” dos artigos encontramos os seguintes números. Em 92,3% dos trabalhos estava presente a preocupação de fundamentar teoricamente o tema da discussão. Dois artigos (5,2%) não utilizaram qualquer referência bibliográfica, sendo que um se trata de publicação de dados de uma pesquisa e outro se refere à descrição de uma experiência. Um artigo (2,6%), embora tenha utilizado autores clássicos que tratam da profissão, teve sua discussão mais centrada em autores da área da educação e da saúde mental.

Importante registrar o esforço de grande maioria dos artigos em fundamentar suas questões em referências bibliográficas importantes do processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo e ainda a recorrência às normativas da

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

profissão publicadas no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Outras importantes referências pertencentes ao campo crítico mais amplo também se fizeram presentes, mas neste momento ainda se identifica pouco a utilização da fonte marxiana. Também identificamos dois artigos cuja fundamentação teórica vincula-se à ação profissional tradicional do Serviço Social, que não será objeto de análise neste momento.

De todo modo, o número de artigos (36) com a preocupação de fundamentar suas análises teoricamente, configura o esforço da categoria no sentido de apropriar dos preceitos progressistas na arena da profissão.

CONCEPÇÃO DA TERMINOLOGIA UTILIZADA

Nos 39 artigos analisados pelas autoras verificou-se que somente em um deles (2,6%) aparece de forma explícita a concepção da terminologia utilizada pelo autor, demonstrando a intencionalidade em demarcar uma determinada concepção de profissão. Esta foi explicitada em um dos artigos que utilizam a terminologia “intervenção”. Desse modo, nos artigos com ênfase na “ação/fazer” e “atuação” não houve a apresentação da concepção utilizada pelas/os autores/as.

A maioria dos autores (as) não utiliza exclusivamente o termo “intervenção”, mas mescla com outros como “prática” e “exercício profissional”. É significativo que em apenas um texto, cujo artigo é fruto de uma dissertação de mestrado, haja uma busca por explicitar a concepção de “intervenção”, sendo que o autor faz a distinção entre os termos “intervenção” e “apreensão”, conforme podemos observar nos trechos abaixo:

[...] A apreensão constitui-se como um modo de desvendar a realidade a partir das categorias centrais do método dialético-crítico, que são a historicidade, a totalidade e a contradição. Existem diferentes níveis de apreensão e de intervenção que explicitam as interações entre as situações particulares e as mais amplas (BAPTISTA, 2002). [...] A intervenção é direcionada pela teleologia, já que existe intencionalidade no ato de intervir, que é condicionado e norteadado pela apreensão teórica da realidade concreta. Portanto, entende-se que a apreensão e a intervenção se relacionam permanentemente durante o trabalho dos assistentes sociais, pois o diagnóstico, que resulta da apreensão teórica dos fenômenos que se apresentam como expressões da questão social, engloba o aspecto interventivo [...] A apreensão constitui-se como a dimensão diagnóstica presente no trabalho profissional (FERREIRA, 2010, p. 210).

Em outros textos, embora não apareça explicitamente a preocupação em demarcar o significado de “intervenção” faz-se menção ao termo vinculando-o

aos objetivos do exercício profissional, a partir de uma perspectiva crítica, como se pode observar nos textos abaixo: [...] Na verdade, pesquisamos para melhorar o conhecimento e assim melhorar a intervenção e queremos melhorar a intervenção para alcançar a emancipação social [...] (MARTINELLI, 2008, p. 40).

No texto, cujo tema é a “documentação no Serviço Social”, as autoras utilizam exclusivamente o termo “intervenção”. Considera que a profissão se define pelo seu “caráter interventivo” “processos”, o que nos leva a inferir que implicitamente há uma concepção sobre a intervenção e uma finalidade ao se utilizar o termo. O trecho abaixo ilustra:

É através da sistematização da intervenção que se desenvolvem tanto os processos investigativos sobre a realidade social, os sujeitos e o processo de intervenção profissional, quanto de marcos orientadores para as ações profissionais articuladas em diferentes processos de intervenção, como também na articulação entre esses mesmos processos. Para tanto, destaca-se a importância das análises e/ou diagnósticos sobre a realidade social e sobre as demandas singulares da população atendida (LIMA et al., 2007, p. 95).

Nos artigos em que se utilizam as terminologias atuação e ação, não há uma concepção explícita que justifique a utilização dos mesmos, mas ressalta-se que em muitos deles, existe a preocupação em apresentar o direcionamento da atuação ou da ação profissional, conforme se pode observar nos trechos abaixo:

a atuação do assistente social posta, como atividade de “assistência”, auxiliar ao sistema de justiça juvenil brasileiro e à figura do Juiz de Menores, esteve voltada à classificação e ao tratamento de crianças, adolescentes e famílias em resposta aos supostos malefícios advindos da condição de pobreza[...] esta atuação profissional, voltada à garantia e à promoção de direitos, mas em muito tensionada pelo viés disciplinar, o qual recobra posturas profissionais direcionadas a classificar, enquadrar e “regenerar” adolescentes pobres, compreendidos como sujeitos da violência [...] é preciso ressaltar que a atuação aqui destacada conserva tensões históricas relacionadas à promoção, à proteção e à garantia de direitos básicos, mas inscrita em processos que recobram atuações profissionais voltadas à adequação de adolescentes e de jovens reconhecidos socialmente como perigosos (CELESTINO, 2016, p. 195).

Em outros dois artigos, embora não haja explicitamente a concepção sobre a terminologia utilizada, os (as) autores (as) explicitam a sua concepção de profissão

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

ancorada em autores do Serviço Social como Raichelis (2006). Citando esta autora Rabelo, Lopes e Proêza (2014, p. 415) apresentam a seguinte argumentação:

assumidamente, o/a profissional de Serviço Social atua no terreno das contradições. Daí a importância de que a atuação da categoria se dê em duas direções, conforme alerta Raichelis: chamada a ocupar cargos de formulação e gestão das políticas públicas, é fundamental impulsionar o movimento pela ampliação da defesa dos direitos sociais e, além disso, “colaborar para o adensamento da pesquisa e da produção teórica no âmbito das políticas sociais, articulada à análise das tendências macrossocietárias que iluminem estrategicamente os rumos a ser perseguidos” (RAICHELIS, 2006, p. 14). Noutros termos, as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da profissão, consolidadas nos fóruns e documentos do Serviço Social, constituem-se em referências para a definição dos eixos de atuação na política de recursos hídricos.

Há a concepção da atuação profissional apresentada no seguinte trecho do artigo de Santos e Vasconcelos (2015, p. 272)

(...) a atuação profissional deve estar pautada em uma proposta que vise o enfrentamento das expressões da questão social que repercutem, nos diversos níveis de complexidade da saúde, desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta densidade tecnológica.

E ao citar Yazbek eles corroboram que a atuação do assistente social ocorre tanto:

(...) pelo “atendimento de demandas e necessidades sociais”, com diferentes impactos, como, “por uma ação socioeducativa [...], interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar” (YAZBEK, 2009, p. 135). Entendemos que as contribuições de Yazbek, não divergem de Yamamoto, ainda que separe em dois momentos, uma ação que para nós é simultânea, ou seja, ao viabilizar o acesso aos serviços, programas e benefícios, o profissional também produz mudanças no comportamento destes usuários. Essa ação pode ter duas conotações contraditórias: o enquadramento ou o fortalecimento das lutas sociais (SANTOS E VASCONCELOS, 2015, p. 272).

Destaca-se ainda que em mais outros dois artigos não houve concepção explícita sobre a terminologia atuação profissional, nem tampouco da concepção de profissão. No entanto, faz referência ao documento do CFESS sobre os Parâmetros

para a atuação do Assistente Social na Saúde, que explicitamente apresenta a concepção de profissão hegemônica no Serviço Social brasileiro, conforme iremos analisar no próximo item.

Nos artigos com abordagem na terminologia “ação” destacamos os trechos:

Ao realizar suas ações profissionais no campo da saúde, o assistente social depara-se com um conjunto complexo de situações que exigem conhecimentos próprios não só na área do conhecimento, os quais devem ser apropriados e ressignificados para sua ação cotidiana, abarcando campo teórico, ético, político e operativo. Assim, pode-se ter como suposto que a ação profissional em saúde se assenta em três pilares que permitem o trânsito dos princípios teórico-metodológicos e dos princípios ético-políticos à concretude da intervenção: o direito à saúde; as necessidades sociais em saúde; e a produção da saúde” (NOGUEIRA, 2011, p. 51).

Atualmente, a ação profissional realizada pelos assistentes sociais na sociedade brasileira é resultado de múltiplas determinações decorrentes da inserção histórica da profissão na realidade social, econômica e política, do seu enquadramento na divisão sociotécnica do trabalho, da construção coletiva do projeto ético-político da profissão e da Lei de Regulamentação Profissional (8.662/1993), da construção dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e da capacidade de enfrentamento da questão social em um contexto particular. Sendo influenciada por processos macrosociedadeiros, esta ação se concretiza em diferentes espaços ocupacionais, refratando resultados contraditórios que perpassam desde políticas e instituições sociais, movimentos e organizações populares, até o cotidiano de indivíduos, famílias e grupos comunitários” (MEDEIROS et al., 2011, p. 346).

2.2 AS TERMINOLOGIAS UTILIZADAS NOS DOCUMENTOS QUE EXPRESSAM O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A CONCEPÇÃO DE PROFISSÃO HEGEMÔNICA NO SERVIÇO SOCIAL

O processo investigativo sobre a ação profissional referenciada criticamente, por meio da sua fundamentação teórico-metodológica e do posicionamento ético -político, teve como um momento particular, identificar se a utilização de determinadas terminologias expressam um significado quanto à concepção de profissão, mediante não só da análise de artigos publicados em periódicos e revistas, mas, também, uma análise das normativas e legislações da profissão, consideradas como as maiores expressões do projeto ético-político do Serviço Social, ou seja: o Código de Ética de 1993 (CEP), a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão do Assistente Social, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996; 1999), e outros documentos, que embora não sejam normativos, instituem parâmetros para o trabalho do Assistente Social, com fundamentos no próprio CEP e na Lei nº 8.662/1993, em determinado campo/área de atuação profissional, tais como: a saúde, a assistência social, a educação e o sociojurídico.

A totalidade dos artigos analisados não apresenta exclusividade na utilização de determinada terminologia, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Quadro 1 - Quantidade de artigos dos eixos de análise em que as terminologias aparecem

Terminologia	Artigos Ação	Artigos Atuação	Artigos Intervenção	Quantidade	Total (%)
Prática	8	8	5	21	16,15
Fazer	3	1	3	07	5,46
Atuação		13	1	14	10,77
Intervenção	5	7	11	23	17,69
Ação	4	8	9	21	16,15
Exercício	5	6	7	18	14,04
Experiência		7	2	9	6,92
Trabalho	6	6	5	17	13,08
Total	31	56	43	130	100

Fonte: Dados formulados pelas autoras a partir dos artigos do período de 2006 a 2016

No quadro acima apresentamos nos artigos dos eixos de análise-ação, atuação e intervenção (objeto deste capítulo) quantas vezes as terminologias, prática, fazer, atuação, intervenção, ação, exercício, experiência e trabalho aparecem ao longo do texto.

Uma análise dos dados do quadro revela que a terminologia intervenção (17,69%) é a que mais aparece no universo dos 39 artigos, vindo na sequência as terminologias “prática” (16,15%), “ação” (16,15%), “exercício” (14,4%) e “trabalho” (13,8%). As demais terminologias “atuação” (10,77%), “experiência” (6,92%) e “fazer” (5,46%) aparecem com menos incidência, ou não aparecem em determinado eixo como no caso da terminologia “experiência profissional” que não foi identificada nos artigos do eixo “ação”.

Já a análise da legislação, normativas e parâmetros para o exercício profissional em determinada área, revela que na Lei de Regulamentação da profissão e no Código de Ética Profissional utiliza-se exclusivamente a terminologia “exercício profissional”. Nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS há um predomínio do exercício profissional, mas no texto aparece ainda a “intervenção”. Nos parâmetros, como se demonstrará

a seguir, não há exclusividade na utilização de determinada terminologia. Observando o Código de Ética Profissional de outros profissionais liberais, tais como psicólogos, advogados, engenheiros e médicos, constatamos que todos usam a terminologia do exercício profissional prioritariamente. Mediante o exposto podemos inferir que esta terminologia é adotada juridicamente para designar as ações de determinado profissional, não implicando necessariamente que a sua utilização tenha por finalidade expressar determinada concepção de profissão.

Os Parâmetros são documentos, em formato de cartilhas, elaborados pelo CFESS, por meio de Grupos de Trabalhos, cuja finalidade é contribuir para o exercício profissional em determinada área/campo, em articulação com as competências e atribuições privativas do Assistente Social previstas em lei; são uma referência para a elaboração dos planos de trabalho, buscando dar um direcionamento ético-político ao trabalho profissional. Embora sejam elaborados com a participação do CFESS, expressando, portanto, a concepção hegemônica do Serviço Social, seus autores (as) constituem grupos de trabalho – GTs – com profissionais de determinada área/campo de trabalho e, em certa medida expressam a linguagem e as terminologias mais utilizadas naquela área.

Nos “Parâmetros para a atuação do Assistente Social na área da Saúde” (CFESS, 2010), embora o título do documento contenha a terminologia “atuação”, no seu conteúdo são utilizadas outras terminologias, como: intervenção, atuação, ação, trabalho e exercício. A concepção de “ação profissional” aparece de forma explícita no texto, tendo como referência Mioto (2006) e, para esta autora as ações profissionais:

se estruturam sustentadas no conhecimento da realidade e dos sujeitos para os quais são destinadas, na definição dos objetivos, na escolha de abordagens e dos instrumentos apropriados às abordagens definidas. A ação profissional, portanto, contém os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos construídos pela profissão em determinado momento histórico e os procedimentos técnico-operativos (CFESS, 2010, p. 37).

Na área da saúde tais ações estão articuladas ao ideário da Reforma Sanitária, expresso mediante uma nova concepção de saúde presente na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/1990. O movimento de Reforma Sanitária “salientou a importância da determinação social sustentada nas categorias de trabalho e reprodução social da vida” (CFESS, 2010, p. 38).

O documento explicitamente se refere à tendência hegemônica na profissão, nos âmbitos da academia e das entidades representativas da categoria, ou seja, a da “intenção de ruptura”, e com isso a interlocução real com a tradição marxista.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Os “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico” (CFESS, 2014) foram elaborados com a finalidade de qualificar e referenciar o trabalho dos profissionais de Serviço Social nesta área.

Embora o título contenha a terminologia “atuação” no seu conteúdo aparecem os termos intervenção, atuação, ação, trabalho, prática e exercício profissional, mas há um predomínio deste último. No texto não aparecem concepções das terminologias utilizadas.

Movimento símile pode-se identificar nos Parâmetros voltados à Assistência Social denominado de Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (CFESS, 2011). Apesar da opção de titulação da cartilha ser “atuação”, no decorrer do texto utiliza-se sobretudo da terminologia trabalho (56), seguido por intervenção (22), atuação (16), exercício (14), atividade (10).

E apesar de não ter esse espaço que se volte à concepção de “atuação” propriamente, em determinado momento há uma preocupação importante em trazer a “intervenção orientada pela perspectiva crítica”, demonstrando os fundamentos teóricos e ideopolíticos elencados historicamente pela categoria, e alguns elementos que concretamente podem expressá-los na ação profissional:

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p. 18).

Na citação supramencionada, portanto, enumeram diferentes determinações que precisam atravessar a “intervenção orientada pela perspectiva crítica”, indicando não apenas a direção ético-política assumida pela categoria, desde aquelas indicadas por sua legislação até a concepção de Estado e o compromisso assumido com a classe trabalhadora, mas, praticamente, em torno de pautas que não podem ser negligenciadas nesse direcionamento.

É importante salientar que a cartilha dos Parâmetros da Assistência Social tem uma preocupação expressa em trazer os elementos que envolvem a política de Assistência propriamente, e o lugar do Serviço Social nesse direcionamento de afirmá-la enquanto política social. Vincula-se à defesa da perspectiva que historicamente traz a concepção de acesso aos serviços sociais como direito, negando e desconstruindo heranças que a vinculem à caridade, filantropia, benevolência.

Então ainda que não haja a concepção de “atuação” diretamente, há claramente essa perspectiva crítica subjacente presente durante o documento, que inclusive privilegia o uso da terminologia “trabalho”. Apesar disso, o uso da palavra intervenção é a segunda opção mais presente, antes mesmo de atuação – que não encontra justificativas nem em termos diretos, nem subjacentes.

Já no documento que traz os parâmetros para os assistentes sociais na Educação, intitulado de Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS, 2011), há uma concepção de trabalho alicerçada pela teoria marxista, expressada a partir do desenvolvimento histórico do ser social:

O trabalho é a atividade fundante do ser social por ser a atividade que o distingue dos demais seres naturais, a partir da qual se instaura e se desenvolve sua própria humanidade como produção histórica e não como mero desenvolvimento da natureza. Uma centralidade que é eliminável das formas sociais que os diferentes modos de produção da vida social assumiram e que não permanece apenas como ponto de partida originário do desenvolvimento humano. Desta forma, para pensar a educação é preciso tomar a realidade na perspectiva de totalidade, compreender que as diferentes dimensões que compõem a vida social mantêm com o trabalho uma relação de dependência ontológica, mas também de autonomia, de mútuas determinações (CFESS 2011, p. 17).

Essa apreensão, no entanto, se dá voltada no momento de explanação da política de educação, e não como parte de uma concepção aos assistentes sociais especificamente.

Não há um momento que sublinhe a concepção explícita de “atuação profissional”, e assim como os dois Parâmetros anteriores, o termo atuação aparece como sinônimo de tantos outros já supramencionados. No entanto, um destaque se dá para o termo “ação”, que aparece vinculado à dimensão técnica – e essa por sua vez circunscrita pelas diferentes dimensões profissionais: ética, política e teórica:

A ação profissional não deve ser conduzida, desvinculada das dimensões ética, política e teórica, ou seja, circunscrita apenas à dimensão técnica, independentemente do estabelecimento educacional em que ocorra, seja ele público ou privado. As ações

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

de execução, orientação, acompanhamento, investigação e socialização, entre outras, e não apenas aquelas que se efetivam a partir de abordagens grupais com a discussão de temas e assuntos relativos às condições de vida, trabalho e educação da população atendida, incidem também sobre a qualidade da educação (CFESS, 2011, p. 45).

Dessa forma, as ações profissionais aparecem vinculadas à dimensão técnica, e em vinculação direta às demais dimensões – teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental. Essas por sua vez, estão em evidente vinculação às competências e atribuições que são adquiridas historicamente e demarcadas pelas normativas profissionais.

As ações profissionais exigem um acervo técnico-instrumental necessário ao alcance dos objetivos profissionais, que devem ser orientados a partir do conjunto de competências gerais que norteiam o processo de formação e de exercício profissional, assim como dos princípios éticos e políticos que conformam o projeto profissional do serviço social. Contudo, dada a condição de profissional assalariado/a, parte dos recursos mobilizados pelos/as assistentes sociais em suas atividades laborativas decorrem das formas de implementação das políticas sociais, com seus programas, instrumentais, rotinas e, sobretudo, diretrizes. É da combinação entre os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-instrumental e as condições objetivas em que se realiza a atuação profissional que resultam as particularidades das experiências profissionais. No âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional (CFESS, 2011, p. 50).

Sem deixar de considerar as questões objetivas que determinam as “ações profissionais”, como a condição de trabalhador/a assalariado/a, os recursos e a forma de implementação da política social, a perspectiva subjacente a qual vincula-se a leitura da realidade profissional do Serviço Social na Educação está sublinhada a partir do projeto ético-político (PEP) e das legislações que o embasam.

Dessa forma, os Parâmetros para atuação dos assistentes sociais não convergem a um ponto comum em torno de uma concepção de “atuação”, e em verdade, nem mesmo centram-se na terminologia “atuação” propriamente, transitando entre diferentes terminologias e perspectivas teóricas. Apesar dos diferentes Grupos de Trabalho (GTs) não terem esse acordo explícito do que se expressa em “atuação” nas titulações dos Parâmetros, há uma clara confluência nos horizontes ético-políticos, que trazem fortemente a afirmação da legislação da categoria nas diferentes áreas, bem como elementos que giram em torno do PEP.

O TRABALHO PROFISSIONAL

Conforme indicamos na introdução deste texto, dentre o material analisado nesta pesquisa (2006-2016) houve um número maior de artigos que traziam no título o termo “trabalho profissional” (40, dentre 146 artigos). Assim também, identificamos a utilização da concepção de trabalho na fundamentação teórica, bem como o entendimento corrente do (a) assistente social enquanto trabalhador (a) assalariado (a) que foi transversal no conjunto dos 146 artigos analisados. Vimos no item anterior, que dentre as 39 produções analisadas neste artigo, a concepção de trabalho está presente em parte delas. Podemos dizer, pelo conjunto dos dados, que há um predomínio da concepção de trabalho profissional na produção analisada, com diferentes matizes em sua apropriação teórica.

No que diz respeito à terminologia “trabalho”, pode-se afirmar que a sua utilização é carregada de uma intencionalidade, já que esta é uma categoria que adquire centralidade no processo de formação e no trabalho do assistente social, estando expressa no Código de Ética Profissional de 1986 e 1993 e nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, aprovadas em 1996.

Neste sentido é importante demarcar a concepção de “Serviço Social como trabalho” expressa hegemonicamente na literatura do Serviço Social, bem como em documentos e normativas da profissão.

Iamamoto (2007) em uma análise da literatura sobre o trabalho do Assistente Social, concluiu que a concepção de Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho foi apreendida por parcela expressiva da categoria, mas que a sua participação na reprodução das relações sociais ainda não foi totalmente assimilada. Isto torna-se perceptível quando nas produções literárias, observa-se a abordagem do trabalho do Assistente Social apenas em sua dimensão de trabalho concreto, expressando o seu valor de uso na sociedade capitalista. Assim são abordadas as experiências profissionais apenas em sua qualidade, sua diferencialidade. Em outros termos, o trabalho do Assistente Social não é abordado em sua dimensão de trabalho humano abstrato, indiferenciado, analisado na ótica de sua quantidade, parte do trabalho social médio, que participa na produção e/ou distribuição da mais-valia socialmente produzida. Há inclusive o reconhecimento de que o assistente social é um trabalhador assalariado, mas tais reflexões não adquirem centralidade na abordagem do seu trabalho. Neste sentido é importante reafirmar que o assistente social é proprietário de uma força de trabalho especializada, decorrente de sua formação universitária. No entanto esta mercadoria força de trabalho é uma potência e somente poderá se transformar em trabalho mediante os meios necessários para a sua realização, ou seja, recursos financeiros, materiais e humanos para atuação em programas,

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

projetos e atendimentos previstos pelas instituições em que exercem a profissão. Estes meios majoritariamente são monopolizados pelos empregadores.

Neste sentido, os componentes universais envolvidos em todo trabalho, de qualquer natureza, na sociedade capitalista, se repõem no trabalho do Assistente Social, quais sejam: os meios (instrumentos de trabalho; o objeto e a prática ou trabalho propriamente dito). Nesta esteira de análise do trabalho do Assistente Social é que se faz a leitura de que não existe um único processo de trabalho do Assistente Social, mas vários processos que ocorrerão de forma diferenciada nos diferentes espaços sócio ocupacionais. É, portanto, fundamental ter-se a compreensão de que o trabalho do assistente social não se reduz a um único processo, pois isso equivaleria a considerá-lo como uma prática autônoma, descolada da trama das relações sociais na sociedade capitalista.

Esta perspectiva de análise do trabalho do Assistente Social tem como desdobramento tratá-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores, que em tempo de capital fetiche tiveram importantes perdas de conquistas históricas.

Raichelis (2018) publicou uma problematização sobre as atuais polêmicas presentes no debate do Serviço Social, na perspectiva marxiana da teoria do valor trabalho. A autora faz um resgate da concepção de Serviço Social, inaugurada por lamamoto, em 1982 e menciona como esta autora adverte aos seus leitores para o fato de que o coletivo profissional não apreendeu os fundamentos teórico-metodológicos desta concepção, em toda a sua totalidade. Neste sentido afirma que permaneceu no Serviço Social uma visão reducionista do trabalho do Assistente Social, apenas como valor de uso, esvaziando-o da sua dimensão de trabalho abstrato.

Raichelis (2018) chama a atenção para o fato de que “a perspectiva que apreende o trabalho, como fundante da atividade profissional na sociedade capitalista madura, apesar de hegemônica no Serviço Social, está longe de ser consensual” (RAICHELIS, 2018, p. 158).

Após explicitar a sua interpretação de trabalho, com fundamento em Marx, a autora afirma que é preciso desvendar a forma de sociabilidade, estranhada e fetichizada, que também se transforma historicamente, com o desenvolvimento das forças sociais produtivas. Ademais, faz-se necessário desvendar os novos modos de extração do valor e as inter-relações que se desenvolvem entre os diferentes setores produtivos, o que remete à discussão dos serviços. Reiterando o pensamento de lamamoto (2007), Raichelis (2018) afirma que o desafio é: “considerar a totalidade do processo de produção e reprodução social, no sentido de apreender a historicidade que o trabalho assume na sociedade burguesa, enquanto trabalho concreto e abstrato” (RAICHELIS, 2018, p. 160).

Como já foi dito, Raichelis (2018) identifica visões reducionistas, na literatura do Serviço Social, sobre a concepção de trabalho, que expressam tendências presentes no debate marxista. As tendências mencionadas pela autora são:

Uma primeira tendência é aquela que enfatiza a dimensão ontológica do trabalho dissociada das formas históricas de realização deste na sociedade capitalista. Por essa razão, é desconectada do trabalho no universo do valor e da valorização do capital [...]. Uma segunda tendência é aquela que concebe o trabalho na sociedade capitalista reduzido ao trabalho material, resultando daí que só é considerada trabalho a atividade de transformação direta da natureza, que produz coisas úteis e bens necessários à reprodução da vida material [...]. A terceira tendência é aquela que aprisiona a produção ao espaço fabril e reduz a reprodução social à reprodução da força de trabalho (RAICHELIS, 2018, p. 161).

Pelo exposto observa-se que a visão reducionista das tendências acima, na análise do trabalho, na literatura do Serviço Social, deixa lacunas importantes, já que, segundo o próprio Marx (2004), existe uma indissociabilidade entre o trabalho concreto e o abstrato, “sendo o valor de uso mediação para o valor de troca” (RAICHELIS, 2018, p. 161). Da mesma forma é também um equívoco, considerar somente a dimensão material do trabalho, sendo que a autora identifica aí uma “concepção fetichista da materialidade do trabalho” (RAICHELIS, 2018, p. 160), apoiada na análise de Marx sobre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, em seu Capítulo VI – Inédito de O Capital. Por último, a autora aponta o equívoco das avaliações reducionistas, em considerar que trabalho é somente aquele restrito ao espaço fabril, já que na análise de Marx, a indústria tem existência para além da fábrica e engloba qualquer ramo existente no modo de produção capitalista.

Raichelis (2018, p. 161), considera que a visão ampliada de Marx, sobre a indústria, ganha relevância para se problematizar o trabalho nos “serviços”, já que fornece ‘indicações heurísticas para a compreensão da produção do valor, para além do chão da fábrica’.

Não se pretende aqui esmiuçar esta temática valiosa, para se entender o trabalho do Assistente Social na contemporaneidade, dada a sua complexidade, mas apenas indicar as principais questões abordadas por Raichelis (2018) e que, não tendo um caráter conclusivo, merecem aprofundamento.

Partindo da premissa de que “serviço é trabalho” e considerando os aportes de Marx e a teoria do valor trabalho, a autora considera que

as características do trabalho assalariado e socialmente necessário à acumulação capitalista, independem de sua natureza produtiva ou improdutivo na geração de valor para

o capital, especialmente se considerarmos a ótica do trabalho coletivo, combinado e cooperado [...] esse conjunto de dimensões que pode assumir o trabalho no “setor” de serviços simplesmente ilustra o princípio de que para o capitalismo, o que importa não é o conteúdo ou a materialidade do trabalho, mas a sua forma social, historicamente situada, e a capacidade de produzir, como trabalho assalariado, lucro para o capitalista e valorização do capital, ainda mais em seu estágio monopolista (RAICHELIS, 2018, p. 167).

E, tratando especificamente do trabalho do assistente social, ela escreve:

[...] é neste circuito que o trabalho, no âmbito do Serviço Social, foi problematizado à luz da teoria do valor trabalho. Por esse caminho analítico, não há como separar ou dicotomizar trabalho e profissão, tampouco deixar de reconhecer a atividade de Assistentes Sociais como trabalho, bem como o sujeito vivo dessa relação como trabalhador assalariado, no âmbito das determinações e relações sociais da qual é partícipe. [...] Ainda que as relações de trabalho, na esfera do Estado, não se estabeleçam entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, elas estão referidas à totalidade das relações de produção capitalistas, das quais emergem as fontes dos conflitos do trabalho no setor público [...] faz-se necessário enfrentar os desafios teóricos implicados na reflexão sobre a dupla natureza do trabalho do assistente social no campo da prestação de serviços à classe trabalhadora; portanto no âmbito da produção e reprodução social como processos inseparáveis (RAICHELIS, 2018, p. 168).

As polêmicas acima e a problematização apresentada por Raichelis, acerca da natureza da atividade profissional do Assistente Social, na sociedade capitalista, apresentam importantes chaves para o estudo e a pesquisa em torno do trabalho do Assistente Social, na sociedade capitalista.

Desse modo, seguindo esta vertente, adensamos um conjunto de reflexões que foram suscitadas nesta análise e as apresentamos nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de Yamamoto (desde o livro de 1982) tem tido uma influência importante na apreensão da ação profissional no Serviço Social. A extensão dessa influência pode ser dimensionada na produção ao longo dos anos 1980, 1990 e nas duas primeiras décadas do século XXI.

As alterações na formação acadêmica (com o currículo de 1982 e as diretrizes curriculares de 1996) protagonizadas pela estreita relação entre os diferentes

segmentos da categoria (movimento estudantil e sindical, conjunto CFESS/CRESS e ABESS-ABEPSS) e a difusão da pós-graduação, lato e stricto sensu foram decisivas nesse processo, propiciando o contato e a apreensão dessa fundamentação teórica.

A expansão do número de cursos na área de Serviço Social, no âmbito da graduação e da pós-graduação, tendo como referência o Currículo Mínimo de 1982 e as Diretrizes Curriculares de 1996, e sustentando-se na teoria social crítica no campo marxista, propiciaram essa expansão da fundamentação teórica no campo crítico em nossa área.

Desde às duas pesquisas realizadas por nós, com referência aos anos de 1980 e de 1990, é perceptível o alargamento e a incorporação das referências teóricas no campo crítico-marxista, presentes na produção de 2006-2016. Inclusive, a aproximação das (os) profissionais com a teoria social marxista. Destaca-se, entretanto, a apropriação da perspectiva crítica, no conjunto dos artigos analisados (146), pela mediação teórica de pesquisadoras (es) marxistas na área de Serviço Social, sendo lamamoto a referência central; pela ênfase em praticamente todos os artigos nas legislações profissionais, sobretudo o Código de Ética Profissional de 1993, e, menos referências diretas às produções oriundas da tradição marxista (Marx, Engels, Gramsci, Lukács, dentre outros).

Há continuidade na utilização de terminologias diferentes para designar a ação profissional, mas, há convergência na fundamentação teórica, com a utilização de bibliografia no campo teórico crítico, e prevalece no conjunto dos artigos analisados, a referência à produção de Marilda lamamoto.

Essa constatação é exemplar no material analisado para este artigo que envolveu as terminologias “ação/fazer”, “atuação”, “intervenção”. Apresentamos a fundamentação e a concepção que permeou os 39 artigos e problematizamos a combinação de termos presentes até mesmo nos documentos do conjunto CFESS/CRESS, como enfatizado na análise dos parâmetros profissionais.

O uso de terminologias diferentes indica particularidades na análise, mas, uma vez que a fundamentação dos artigos e dos documentos recorre às premissas de compreensão da profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, na sociedade capitalista, e à perspectiva de apreender o assistente social enquanto trabalhador assalariado e a atividade profissional enquanto trabalho, inserida em diferentes processos, as terminologias se aproximam, convergindo para um conteúdo semelhante.

Por outro lado, observamos um esforço de fundamentação no que tange à concepção de intervenção, o qual destacamos ao longo deste artigo. Tal constatação nos permite inferir que há intencionalidade em compreender a ação profissional sob tal angulação.

Indagamos o que a concepção de intervenção utilizada pelos autores oferece para a apreensão da ação profissional, no campo crítico. Em uma primeira aproximação, inferimos que o uso do termo intervenção destaca a condição da (o)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

assistente social enquanto sujeito, ressaltando seu papel ativo para o desenvolvimento de ações no âmbito sócio-organizacional, enfatizando o protagonismo necessário para a alteração na correlação de forças, em prol dos interesses das (os) usuárias, e do fortalecimento do Serviço Social naquele espaço organizacional.

A terminologia intervenção diferencia-se pelo foco na(o) profissional e nas suas possibilidades de ação convergindo para o caráter das requisições que são postas ao Serviço Social, e que exigem, no cotidiano, na imediatividade, respostas qualificadas e articuladas.

Conforme expusemos anteriormente, essa peculiaridade no uso da terminologia intervenção combina-se com a análise das condições objetivas e com a apreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na sociedade capitalista, bem como à condição de trabalhador(a) assalariado(a), e suas implicações para a ação.

Indagamos, ainda, quais os limites do uso da concepção “trabalho profissional” para a compreensão da ação profissional, no campo crítico. À princípio, a análise objetiva das condições de trabalho para a ação da(o) assistente social permite apreender os limites concretos e o caráter ideopolítico que transcende a intencionalidade da(o) assistente social, propiciando a percepção de sua inserção em processos de trabalho, bem como a composição e participação enquanto trabalhador coletivo, na sociedade capitalista. Contudo, essa potencialidade parece enfraquecer a perspectiva da(o) assistente social enquanto sujeito e o lugar da subjetividade na tensão com os processos objetivos nos quais se insere. Talvez seja justamente por essa tensão, que a perspectiva da intervenção se mantenha enquanto uma terminologia recorrente tanto nos parâmetros profissionais, quanto nas formulações internas dos artigos.

REFERÊNCIAS

EIRAS, A. A. L. T. S.; FERREIRA, L. A.; PEREIRA, J. C. e MARTINS, E. A. Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990. Temporalis, Brasília (DF), impressa, ano 15, n.29, jan. /jun., 2015.

EIRAS, A. A. L. T. S.; OSÓRIO, R. H.; PEREIRA, J. A.C.; PONTES, N. A. E.; REIS, J. M. O trabalho profissional e sua fundamentação teórica na produção acadêmica do Serviço Social (2006-2016): assistência social e saúde. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória/ES, 2018.

EIRAS, A. A. L. T. S.; OLIVEIRA, A. L. A.; MARTINS, E. A.; TEIXEIRA, F. C.; PEREIRA, J. A. C.; MARÇOLA, L. P. G.; FERREIRA, L. A.; SIMÕES, N. L. H.; PONTES, N. A. E.; SILVA, L. F. Denominações e concepções da ação profissional no Serviço Social. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília (DF), 2019a.

EIRAS, A. A. L. T. S.; MARTINS, E. A.; PEREIRA, J. A. L. P.; PEREIRA, J. A. C.; FERREIRA, L. A.; PONTES, N. A. E. Serviço Social e Ação Profissional Crítica. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019b.

EIRAS, A. A. L. T. S.; OLIVEIRA, A. L. A.; TEIXEIRA, F. C.; MARÇOLA, L. P. G. (2021). Prática e experiência profissional no serviço social brasileiro: fundamentação teórica, aproximações e diferenças. Revista Eleuthera, 23(1), p. 180-201. DOI: <http://doi.org/10.17151/eleu.2021.23.1.10>.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELIS, R. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social. In: Revista Em Pauta, V. 16, p. 154 -170, 2018.

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. 2010. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuario_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

_____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. (2011). Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

_____. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. (2011). Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso: 14 jul. 2021.

REFERÊNCIA DOS ARTIGOS ANALISADOS

ALVES, L. A concepção de família que orienta a intervenção profissional do assistente social. Revista Libertas. UFJF Juiz de Fora, v. 14, n. 2, dez. 2014.

ARNOUD T. J. T.; MADEIRO, R. S. C., C.; GOMES, V. L. B. Flexibilização das Relações de Trabalho e a Intervenção do Assistente Social: a experiência da empresa Albras. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 133-150, 2009.

BREDOW, S. G. e DRAVANZ, G. M. Atuação do Serviço Social na Saúde Mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva. Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 229 - 243, ago./dez.; 2010.

CELESTINO, S. Adolescente e ato infracional: considerações sobre a atuação do assistente social. O Social em Questão. Ano XIX, nº 35, 2016.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

CHUPEL, C. P.; MIOTO, R. C. T. Acolhimento e serviço social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. *Serviço Social e Saúde*. Campinas. v. 9, n. 2, p. 37-59, 2010.

DUARTE, A. H. C. Princípios éticos e a atuação profissional do assistente social na área da saúde, *Libertas*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 131 - 147, jul./dez.; 2010.

DURIGUETTO, M. L. Política de Assistência Social e Serviço Social: dilemas e desafios da intervenção profissional. *Revista Libertas*. UFJF Juiz de Fora, v. 11, n. 1, jan.-jul., 2011.

FERREIRA, J.W. Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais Social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 209 - 217, ago./dez., 2010.

FOLTRAN, P. J.; LEVYSKI, L. W.; FREITAS, C. S. As ações de DST/HIV? AIDS no sistema penitenciário do Distrito Federal: os desafios da atuação profissional do assistente social frente aos ditames da Segurança Pública. *Ser Social*, Brasília, v. 11, n. 24, p. 82-105, jan./jun., 2009.

GIMENEZ, J. S. P.; GRACIANO, M. I. G.; BLATTNER, S. H. B.; MENDES, E. F. O. Aspectos sociais e ações profissionais em estudos sociais de pessoas com Síndrome de Treacher Collins. *Serviço Social e Saúde*. Campinas. v. 13, n. 1, p. 93-110, 2014.

GUEIROS, D. A. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Rev. Katálysis*. Florianópolis v. 13, n. 1, p. 126-132 jan./jun., 2010.

KRÜGER, T. R. Serviço social e saúde: espaços de atuação a partir do SUS. *Serviço Social e Saúde*, UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, dez., 2010.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T.; PRÁ, K. R. D. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 93-104. jan./jun., 2007.

LOLIS, D.; KURIKI L. M. K. Intervenção com a família para o fortalecimento dos vínculos familiares no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 65-88, jul./dez., 2012.

LOURENÇO, S.; ESTEVÃO, A. M. R. Ação profissional e a violência doméstica contra mulheres: uma análise da perspectiva de gênero. *Serviço Social e Realidade*. Franca, v. 18, n. 2, p. 151-159, 2009.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A.; SANTOS, S. R.; CHAMON, E. M. Q. O. Repensando a interdisciplinaridade: contributos à atuação do assistente social na área da saúde, *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 11, n. 1(13), p. 67-98, jan./ jun., 2012.

MARTINELLI, M. L. Pesquisa Qualitativa: um caminho para a intervenção Profissional. O Serviço Social em Questão. Ano XI, n. 19, 2008.

MEDEIROS, M. R. A.; SILVA, V. R.; SCHNEIDER, M. A. Ação profissional dos assistentes sociais no sistema único de Assistência Social: problematizações resultantes de uma pesquisa empírica no RS. Textos e Contextos. Porto Alegre. v. 10, n. 2, p. 345-355, 2011.

MIOTO, R. C.T. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. R. Katálysis. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MONTEIRO, F.O. Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 476-502, jul./set., 2010.

NOGUEIRA, V. M. R. Determinantes sociais de saúde e a ação dos assistentes sociais – um debate necessário. Serviço Social e Saúde. Campinas. v. 10, n. 2, p. 45-72, 2011.

_____; FAGUNDES, H. S. Subsídios estruturantes da ação profissional em regiões de fronteira. Textos e Contextos. Porto Alegre. v. 13, n. 2, p. 379-386, 2014.

NUNES, L.S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social, Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun., 2013.

RABELO, D. C.; LOPES, S. P. A.; PROÊZA, T. R.B. O Serviço Social na Política Nacional de Recursos Hídricos: demandas e desafios de atuação na perspectiva do usuário. Ser Social, Brasília, v. 16, n. 35, p. 401-420, jul./dez., 2014.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set., 2011.

ROSA, L.C. S.; LUSTOSA, A.F. M. Formação profissional do assistente social para atuar na saúde mental: elementos para o debate contemporâneo. Serviço Social e Realidade, Franca, v. 19, n. 2, p. 203-218, 2010.

ROSA, L. C. S. Estágio em serviço social na saúde mental: desafios de ação universidade – serviço assistencial: uma experiência em CAPSI. Serviço Social e Realidade. Franca. v. 17, n. 2, p. 251-280, 2008.

ROSA, L.C. S.; LUSTOSA, A. M. Afinal, o que faz o serviço social na saúde mental? Serviço Social e Saúde. Campinas. v. 11, n. 1, p. 27-50, 2012.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: AÇÃO/FAZER, ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

SANTOS, E. C. S.; VASCONCELOS, A. P. S. M. A atuação das assistentes sociais vista pelas famílias das crianças atendidas em um centro pediátrico do câncer. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 14, n. 2(20), p. 261-278, jul./dez., 2015.

SANTOS, N. C. S.; ELEUTÉRIO, A. P. S.; LIMA, R. L. O fazer profissional do/a assistente social na unidade de terapia intensiva do HUOL: uma análise sob o olhar dos usuários. *Serviço Social em Revista*. Londrina, v. 17, n. 2, p. 146-168, 2015.

SCHWARTZ, Y. Intervenção, experiência e produção de saberes. *Revista Serviço Social & Saúde*. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, dez., 2011.

SIERRA, V. M. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça, *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 256-264, jul./dez., 2011.

SILVA, Dayse Paula Marques. As possibilidades de ação do trabalho social no campo da responsabilidade social: alternativas no campo do gênero. *Serviço Social e Realidade*. Franca, v. 18, n. 1, p. 300-311, 2009.

SILVA, Elaine Cristina. O viajante esperado: a atuação do assistente social com adolescentes. *Sociedade e Saúde*, Campinas, SP, v. 12, n. 1(15), p. 83-102. jan./jun., 2013.

SILVA, V. R.; STELMAKE, L. L. Cuidadores domiciliares: uma demanda para a ação profissional dos assistentes sociais. *Serviço Social em Revista*. Londrina, v. 14, n. 2, p. 145-161, 2012.

SIMÃO, A. B.; SANTOS, F.; OLIVEIRA, L. F.; SANTOS, R. A.; HILÁRIO, R. C.; CAETANO, S. C. A atuação do Serviço Social junto a pacientes terminais: breves considerações, *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 102, p. 352-364, abr./jun., 2010.

TERRA, C. S.; RODRIGUES, M. R. C.V. Justiça e Educação: a interface entre o projeto ético-político e a atuação do assistente social na Justiça Restaurativa. *Ser Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 76-97, jan./jun., 2012.

WOERNER, C. B. Serviço Social e Saúde Mental: atuação do assistente social em comunidade terapêutica, *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 174 - 185, jan./jun., 2015.

Capítulo IV

As Requisições Institucionais e o Avanço do Conservadorismo No Serviço Social

*Laira Lúcia dos Santos Silva*³⁷
*Luciana Gonçalves Pereira de Paula*³⁸

- 37 Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- 38 Assistente Social, Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social/UFJF, Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo fomentar o debate em torno das requisições institucionais que são apresentadas aos/às assistentes sociais nos seus espaços sócio-ocupacionais; e perceber como elas têm sido, muitas vezes, determinadas pelo avanço das tendências conservadoras em meio à profissão do Serviço Social. Para isso, considerando as particularidades da intervenção profissional do/a assistente social na divisão social e técnica do trabalho, buscaremos abordar elementos que colaborem para a compreensão do processo de institucionalização das necessidades e das demandas sociais apresentadas pelos sujeitos que buscam o Serviço Social. O que nos leva à necessidade do debate sobre o entendimento da própria categoria profissional acerca das suas competências profissionais e atribuições privativas. Para isso, consideramos o marco legal da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93, como um documento orientador que precisa ser respeitado pelas instituições contratantes dos/as profissionais do Serviço Social.

Todas essas reflexões serão brevemente apresentadas com o intuito de oferecer fundamentação ao processo de análise da pesquisa intitulada Requisições institucionais para o Serviço Social e a ofensiva conservadora: uma análise dos editais de concursos públicos e processos seletivos fiscalizados pela Seccional de Juiz de Fora do Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região³⁹. Essa pesquisa se propôs a identificar como a ofensiva conservadora se faz presente nas requisições institucionais apresentadas aos/às assistentes sociais na contemporaneidade. Para atingir tal objetivo, foi realizado um levantamento documental dos editais de concursos públicos e processos seletivos fiscalizados pela Seccional de Juiz de Fora do Conselho Regional de Serviço Social-CRESS 6ª Região, entre os anos de 2018 a 2019.⁴⁰ Ao nos debruçarmos sobre esse material, procuramos analisá-lo buscando identificar as principais atividades previstas para os cargos de assistente social, apontando as tendências conservadoras advindas dessas requisições.

Concluimos que as atribuições profissionais descritas nos cargos oferecidos à assistentes sociais dos concursos públicos e processos seletivos, muitas vezes, são incompatíveis com os artigos 4º e 5º da Lei Federal nº 8.662 de 1993. O que já nos indicava a urgência do aprofundamento do debate sobre as competências e atribuições privativas do/a assistente social, antes mesmo do contexto da pandemia provocada pela covid-19, que tem expressado de maneira cada vez mais violenta a precarização do trabalho e suas expressões nos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais.

39 Pesquisa realizada ao longo do ano de 2019, para a construção de monografia de graduação defendida por Laira Lúcia dos Santos Silva e orientada por Luciana Gonçalves Pereira de Paula.

40 A justificativa para o recorte temporal se dá pelo evidente crescimento do conservadorismo em nosso país, devido ao processo eleitoral que elegeu como presidente da república Jair Bolsonaro.

NECESSIDADES SOCIAIS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO: A ESTRUTURAÇÃO DAS REQUISIÇÕES PROFISSIONAIS DIRIGIDAS AO SERVIÇO SOCIAL

Pensar o Serviço Social nos exige a compreensão de que essa profissão se forja por meio da existência de um conjunto de necessidades sociais que ganha a cena política em determinado momento da história, exigindo respostas que serão oferecidas por meio de uma ação especializada que, por isso mesmo, assume um caráter social (MOTA, 2010). Compreender a profissão nesta perspectiva, implica identificar as consequências políticas do exercício profissional, isto é, a sua dimensão subjetiva. Assim, o Serviço Social reproduz interesses contrapostos, participando tanto dos mecanismos de dominação, quanto de exploração, atendendo às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2014).

Esta compreensão do Serviço Social, como profissão que participa da reprodução das relações sociais na sociabilidade capitalista, nos permite situá-lo na contradição entre as demandas e requisições que são determinadas socialmente nos espaços sócio-ocupacionais e a intencionalidade que o profissional vislumbra nas suas ações, em seu cotidiano de trabalho.

No entanto, apesar do Serviço Social ser regulamentado como uma profissão liberal – que possui uma Lei de Regulamentação e um Código de Ética Profissional – o/a assistente social não dispõe de todos os meios técnicos, financeiros e humanos necessários para a execução de seu trabalho. Esse/a profissional, portanto, depende de recursos fornecidos pela entidade empregadora. Assim, de acordo com lamamoto (1998, p. 63),

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional.

No bojo da sociedade capitalista, as requisições institucionais se apresentam às profissões a partir das classes sociais e seus opostos interesses – o que justifica

AS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

a funcionalidade do Serviço Social na sociabilidade burguesa.⁴¹ Desse modo, institucionalmente, as demandas sociais captadas sob direcionamento dos interesses da burguesia, são apenas parte das reais necessidades sociais da classe trabalhadora (TRINDADE et al., 2015).

O papel das instituições, nesse processo é efetivar o funcionamento da sociedade pela regulação dos comportamentos dos diversos agentes sociais (WEISSHAUPT, 1985). E é neste espaço institucional, e em sua realidade funcional à ordem do capital, que a prática profissional do/a assistente social irá se inserir. As requisições institucionais, portanto, serão o prato principal do cardápio que cotidianamente é servido aos/às profissionais do Serviço Social.

Assim, partindo do pressuposto de que, “[...] o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente estabelecer prioridades, seu modo de operar, e [...] direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 14), o Serviço Social estará exposto aos nexos do discurso ideológico, dominante e instituído, de forma a enfrentar o desafio de atender as demandas que lhe são eticamente essenciais na construção de seu projeto profissional, ao mesmo tempo em que enfrenta o peso das requisições institucionais. Por isso, muitas vezes, as demandas dos usuários são atendidas de forma mecânica e tecnicista, haja vista a subordinação do/a assistente social à instituição e toda a funcionalização determinada por ela para a prática do/a profissional do Serviço Social.

Desse modo, Mota (2010) aponta que as instituições absorvem demandas e necessidades sociais reais da classe trabalhadora, mas as respostas profissionais requisitadas aos/às profissionais, neste caso, assistentes sociais, estão impregnadas pela ideologia do capital. Amorim (2010, p. 106) concorda quando afirma que “para a profissão, são colocadas demandas institucionais entendidas como canais de reconhecimento e legitimidade das demandas sociais, mas que expressam fundamentalmente as necessidades do capital”.

Um importante aspecto levantado por Mota (2010) nos chama atenção no momento em que a autora caracteriza a requisição institucional a partir de dois aspectos: político e técnico. Este elemento é de extrema relevância, uma vez que no cotidiano profissional, tais requisições aparentam ser – através do discurso empresarial – de natureza somente técnica, encobrendo a “[...] necessidade de manutenção e de reprodução material e espiritual da força de trabalho” (MOTA, 2010, p. 69).

Em síntese, temos a contradição inerente à profissão: dirigem-se ao Serviço Social necessidades sociais que são institucionalizadas, seja no âmbito privado,

41 “Estamos considerando que as necessidades antagônicas das classes sociais se convertem em demandas a todas as profissões. As instituições sociais recolhem tais demandas e as enquadram aos seus objetivos e finalidades configurando demandas institucionais que chegam aos profissionais [...]” (GUERRA et al., 2016, p. 07).

público ou das organizações da sociedade civil. A institucionalização dessas demandas encobre as reais necessidades sociais, pois as atende parcialmente. Tornam-se requisições para a profissão impregnadas dos objetivos da sociabilidade do capital, qual seja a reprodução da força de trabalho.

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL: ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES

A Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 1993, resguarda aos/as assistentes sociais as suas competências profissionais e atribuições privativas nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, a lei busca – de forma genérica – descrever as tarefas correlatas ao exercício da profissão, tendo em vista o seu objeto de intervenção: as expressões da questão social.⁴²

O 4º artigo da Lei de Regulamentação da Profissão apresenta a descrição das diversas competências profissionais, que dizem respeito a “[...] capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” (IAMAMOTO apud CFESS, 2012, p. 37).

Em síntese, a Lei nº 8.662/93 explicita que, os/as profissionais formados em Serviço Social estão aptos para elaboração, implementação, avaliação e execução das políticas sociais, projetos e programas, bem como para a realização de encaminhamento, orientação social, assessoria e consultoria à órgãos da administração pública, empresas e movimentos sociais, entre outras atividades elencadas no 4º artigo da mesma.

No tocante às atribuições privativas, lamamoto (2012) as interpreta enquanto um direito exclusivo do exercício profissional dos/das assistentes sociais, que, em análise do artigo 5º da Lei de Regulamentação – Lei Federal nº 8.662/1993 – compete à área, unidade e/ou matéria de Serviço Social.⁴³

Considerando a inserção dos/as assistentes sociais nos mais variados campos das políticas sociais e tendo em vista a potencial contribuição que a

42 Compreendendo a questão social como nos descreve lamamoto (2001, p. 16): “A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital [...]. Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista”.

43 A matéria diz respeito à substância ou objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente”; a “área refere-se ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social”; já a unidade consiste na “ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim ou agrupamento de seres individuais, considerados pelas relações mútuas, que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, suas mútuas dependências. Em síntese, a unidade de Serviço Social pode ser interpretada como o conjunto de profissionais de uma unidade de trabalho (IAMAMOTO apud CFESS, 2012, p. 39).

AS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

categoria profissional pode oferecer a estes espaços, o Conjunto CFESS/ CRESS vem elaborando uma série de brochuras intituladas Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Esse material apresenta alguns parâmetros para a atuação profissional em alguns espaços sócio-ocupacionais, trazendo para reflexão as especificidades do trabalho do/a assistente social. Nesse sentido, Torres (2004, p. 207) destaca que:

[...] a especificidade recai sobre aquilo que torna o exercício profissional diferente dos demais profissionais que atuam na área das ciências humanas e sociais. A especificidade está relacionada à direção que o profissional imprime à prática que realiza e esta direção está balizada pelo projeto ético-político e principalmente pela percepção que o profissional tem do referido projeto.

Observamos em muitos dos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais uma tendência – que se mostrou ainda mais acentuada no contexto da pandemia – de não identificação do que compete ou não ao/a profissional do Serviço Social. Nesse escopo são muitas as requisições institucionais equivocadas que chegam para os/as assistentes sociais. No entanto, faz-se necessário destacar que, desde que essas atividades estejam no escopo do artigo 4º da regulamentação da profissão, não há nenhum impedimento em realizá-las – embora tenhamos a compreensão de que elas não devem predominar na rotina de trabalho do/a assistente social em detrimento daquilo que lhe é privativo. Mas, a problemática que está sendo destacada neste artigo refere-se às atividades que invadem as especificidades de outras profissões, não se caracterizando como competência profissional do/a assistente social.

Essa tendência pode ser identificada como um processo de ‘desprofissionalização’ das profissões que advém da ofensiva neoconservadora que está posta, com toda a sua força, no contexto atual. E para enfrentá-la faz-se necessário que os/as assistentes sociais estabeleçam uma relação com a legislação que regulamenta a profissão, não enquanto uma normativa rígida que engessa o exercício profissional, mas compreendendo-a enquanto um instrumento queira qualificar estas atividades nos espaços sócio-ocupacionais e prezar pelas particularidades do Serviço Social na divisão socio-técnica do trabalho.

AS REFRAÇÕES DO CONSERVADORISMO NO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL, NA CONTEMPORANEIDADE

O conservadorismo moderno é, como aponta Nisbet (1987), pelo menos em sua forma filosófica, produto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Produto não intencional, e recusado pelos protagonistas de ambas as revoluções, mas, não obstante seu produto. Afinal, tudo o que estas duas revoluções questionavam – em termos de estrutura e organização social – era defendido por conservadores clássicos, como Burke, Bonald, Coleridge, Toqueville e outros. Portanto, o pensamento conservador nasce como uma proposta restauradora, com intenção de preservar a autoridade moral existente. O conservadorismo, então, se constitui enquanto um sistema de ideias (YAZBEK, 2018, p. 53) resistente a qualquer mudança. E esse conjunto de ideias se expressa de diferentes formas ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista. E tem incidência em todos os âmbitos da vida social, inclusive nas profissões como o Serviço Social.

O conservadorismo apresenta-se como uma marca fundante da emergência do Serviço Social brasileiro. No entanto, neste momento da história ele não significa mais as ideias antimodernas resultantes da herança intelectual do século XIX, mas convicções atualizadas, que se transformam nas bases de manutenção da ordem capitalista (YAZBEK, 2018, p. 53). Assim, o conservadorismo tornou-se o alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca mais saiu de cena (BOSCHETTI, 2015).

A vertente denominada intenção de ruptura (NETTO, 2002) que se construiu no campo do Serviço Social em meio ao processo de renovação no Brasil, a partir dos anos de 1970, se coloca no enfrentamento do conservadorismo e trava, desde então, uma luta constante com essa tendência. Essa batalha permanece posta na cena contemporânea uma vez que o projeto ético-político crítico do Serviço Social é hegemônico⁴⁴, mas não homogêneo.⁴⁵

Nesse sentido, há no interior da profissão uma disputa entre distintos projetos profissionais, que se acirram conforme se desenham no contexto social as disputas entre os projetos das classes sociais, que se evidencia ainda mais a partir das transformações advindas da ofensiva neoliberal.

44 Para Gramsci “a noção de hegemonia (...) se refere tanto ao processo em que uma classe torna-se dirigente, quanto à direção que uma classe no poder exerce sobre o conjunto da sociedade. A hegemonia expressa a direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe consegue obter dos grupos próximos e aliados” (DURIGUETTO, 2002, p. 13).

45 “(...) a ruptura com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras – e, como se viu acima, a heterogeneidade própria dos corpos profissionais propicia, em condições de democracia política, coexistência concorrente entre projetos diferentes” (NETTO, 1999, p. 17).

AS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Barroco (2011) aponta que o processo de ascensão de grupos e movimentos da extrema direita em todo o mundo, desde a década de 1970, organizou-se de maneira mais contundente a partir dos efeitos da estrutura socioeconômica propiciada pelo neoliberalismo. Dessa forma, o contexto neoliberal apresenta-se como um ambiente amplamente favorável ao fortalecimento das tendências conservadoras – em âmbito internacional e nacional. Isso se expressa na violência da intolerância religiosa, na perseguição aos imigrantes, no racismo que mata cotidianamente, entre outras questões.

No Brasil, no período histórico vivenciado no país especialmente na última década, a partir do inconcluso governo de Dilma Rousseff – alicerçado pelo golpe político orquestrado pela burguesia nacional⁴⁶ –, há um nítido avanço da ofensiva conservadora na sociedade brasileira, culminando na candidatura de políticos ultraconservadores, como o presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro.

O atual quadro do capitalismo contemporâneo, com o avanço do pensamento conservador, especialmente a vertente mais extremista que possui traços fascistas, coloca em xeque o Estado democrático e provoca imensos retrocessos aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Ataques e retrocessos que, em sua aparência, justificam-se por meio das medidas econômicas de contenção da crise, mas que, na realidade, empreendem o massacre a grupos historicamente explorados e oprimidos.⁴⁷

Esse cenário incide diretamente na intervenção profissional do/a assistente social e, nesse sentido, Cirilo et al. (2018, p. 311) destaca diversas manifestações que evidenciam o conservadorismo no bojo da profissão:

(...) o pragmatismo no âmbito do exercício profissional; o metodologismo com ênfase no tecnicismo que supõe que a “boa técnica” substitui a análise crítica e a ação política coletiva na transformação da realidade; o teorismo acrítico que não desvela o real na sua totalidade com abordagem que supõe a suposta neutralidade que incorpora categorias como integração, vigilância, vulnerabilidade, empoderamento, justiça social, terceiro setor, dentre outros; o aligeiramento da formação que

46 “Mediante a baixa popularidade do governo Dilma Rousseff, em 2016, que chegou a 65% de reprovação, por suas medidas antipopulares de ajuste fiscal e quebra de direitos, a direita encontra um solo propício para dar o golpe parlamentar que destrói a soberania das urnas que elegeu a presidente Dilma Rousseff, com 54 milhões de votos, e é deposta sem crime de responsabilidade fiscal. O golpe é também midiático, em consonância com os banqueiros, com a FIESP, sob a égide do imperialismo norte-americano.(...)A composição hegemônica do Congresso, em 2014, propiciou o golpe impetrado em 2016 que fora impulsionado, entre outros, pelo deputado líder da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB, que somente foi afastado do cargo em 5 de maio de 2016 por corrupções anteriores, o que permitiu que presidisse a famigerada sessão do dia 17 de abril de 2016 de abertura do impeachment contra a presidente Dilma Rousseff” (ABRAMIDES, 2019, p. 185).

47 Como exemplo, a Reforma Trabalhista no ano de 2017 (Lei nº 13.467), a Reforma da Previdência no ano de 2019 (PEC 06/2019), entre outros ataques às populações indígenas, mulheres, negros e população LGBTQIA+.

subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado; o pragmatismo baseado no imediatismo; o voluntarismo que se alimenta da ação pragmática individualizada; o contentamento como possibilismo ou conformismo com as mudanças institucionais como a focalização, universalismo básico, a privatização e terceirização dos serviços e políticas públicas, o assistencialismo, o individualismo, a competitividade, o quantitativismo, o fortalecimento do capital humano.

Dessa forma, o aprofundamento da ofensiva neoliberal ocasiona o avanço do ideário conservador na contemporaneidade, ampliando as desigualdades sociais e intensificando a precarização do mundo do trabalho. Este cenário rebate diretamente no Serviço Social, para o qual se apresentam requisições profissionais funcionais à sociabilidade capitalista.

Portanto, se é fato que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais, é notório que estas tendências têm se acentuado fortemente nos últimos anos. É isso que pretendemos demonstrar, analisar e problematizar no item que se segue.

Análise dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados da área de abrangência da Seccional de Juiz de Fora/CRESS 6ª Região

A investigação que foi realizada por meio da pesquisa que se intitulou Requisições institucionais para o Serviço Social e a ofensiva conservadora: uma análise dos editais de concursos públicos e processos seletivos fiscalizados pela Seccional de Juiz de Fora do Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região, teve por objetivo perceber como a ofensiva conservadora se expressa no campo do Serviço Social por meio das requisições institucionais apresentadas nos editais de concursos públicos e de processos seletivos simplificados. Para a sua realização foi feito um levantamento documental nos editais de concursos públicos e processos seletivos fiscalizados pela Seccional de Juiz de Fora do Conselho Regional de Serviço Social-CRESS 6ª Região, entre os anos de 2018 a 2019.

A área de abrangência da Seccional de Juiz de Fora agrega 167 (cento e sessenta e sete) municípios do estado de Minas Gerais, localizados na Zona da Mata Mineira. No ano de 2018 foram fiscalizados 22 (vinte e dois) editais que previam vagas para assistentes sociais. Destes, 14 (quatorze) eram processos seletivos simplificados, enquanto 8 (oito) referiam-se a concursos públicos. Já no ano de 2019, foram fiscalizados 25 (vinte e cinco) editais, dos quais 14(quatorze) eram concursos públicos e 11 (onze) tratavam-se de processos seletivos simplificados.

Ao todo, a Seccional de Juiz de Fora/MG fiscalizou 47 (quarenta e sete) editais de seleção para o cargo de assistente social. Destes, 25 (vinte e cinco) eram processos seletivos simplificados, enquanto 22 (vinte e dois) eram concursos públicos.

AS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Assim, num primeiro momento, já conseguimos identificar a prevalência dos processos seletivos simplificados em detrimento aos concursos públicos, indicando a prevalência de uma lógica de não comprometimento das gestões com a manutenção da equipe técnica dos serviços públicos prestados, como preconizado pelas políticas públicas sociais, na perspectiva da continuidade do acompanhamento da população atendida e da qualidade dos serviços oferecidos.

Entre os 47 editais de concursos e processos seletivos com previsão de vagas para assistentes sociais, 39 (trinta e nove) referiam-se a cargos disponíveis em prefeituras municipais e 8 (oito) vinculavam-se a Universidades Federais situadas na área de abrangência da Seccional.

Outro dado relevante a se apresentar é que dentre os 47 concursos e processos seletivos fiscalizados, somente 6 (seis) transformaram-se em processos administrativos encaminhados à Assessoria Jurídica para a devida representação. O que demonstra a efetividade do trabalho pedagógico realizado pela Seccional de Juiz de Fora – MG, em detrimento da judicialização das questões.

Cabe destacar que no ano de 2010, o Serviço Social obteve uma importante conquista com o reconhecimento legal da jornada de trabalho de 30 horas semanais.⁴⁸ A Lei Federal nº 12.317/2010 que prevê a jornada de trabalho de 30 horas, sem redução salarial para os/as assistentes sociais fora incluída na Lei de Regulamentação da Profissão, em seu artigo 5ºA.

Deste então, essa questão passou a ser alvo da fiscalização do Setor de Orientação e Fiscalização Profissional (SOFI) nos editais de concursos públicos e processos seletivos. No que tange à esta temática, entre os anos de 2018 e 2019, somente 12 (doze) editais foram notificados quanto à inadequação da carga horária de trabalho exigida. Destes, 5 (cinco) exigiam “dedicação exclusiva” por pertencerem à cargos de docência das Universidades Federais. Avaliamos que este indicativo demonstra a qualidade do trabalho da orientação e fiscalização do Conjunto CFESS/ CRESS na ampla divulgação da jornada de trabalho prevista para os/as assistentes sociais, expressa no reconhecimento das instituições empregadoras.

O artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão prevê que as bancas de processos seletivos e concursos públicos para cargos que exijam conhecimentos específicos em matéria de Serviço Social devam ser compostas por assistente sociais, pois configuram-se enquanto atividade privativa destes/destas profissionais. E determina, ainda, que estes profissionais estejam devidamente registrados no Conselho Regional de Serviço Social, para o exercício da função. Em relação a esta questão todos os responsáveis pelos 47 editais acima mencionados foram devidamente notificados.

48 Para melhor compreensão, ver: Conselho Federal de Serviço Social. Direito se conquista: a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais. / Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/livro30hcfess>.

Dentre estes, 4 (quatro) deles não encaminharam à Seccional a composição da banca examinadora responsável pelo processo de seleção; 2 (dois) encaminharam respostas ao SOFI dizendo não haver assistentes sociais na composição da banca. Estas situações, de descumprimento à Lei Federal nº 8.662/93 foram conduzidas à assessoria jurídica do CRESS para os devidos encaminhamentos no âmbito legal.

A determinação da justiça, nestes casos, reafirmou a necessidade da banca examinadora dos processos de seleção, que afirmam conhecimentos específicos em Serviço Social, constituírem-se com membros que tenham a formação exigida pela Lei de Regulamentação da Profissão, conforme sustenta o parágrafo IX das atribuições privativas previstas para o/a assistente social: “IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social” (BRASIL, 1993).

No que concerne ao objetivo central de nossa pesquisa, observamos que no decorrer da fiscalização, 09 (nove) editais apresentaram inadequações quanto à determinação dos artigos 4º e 5º da Lei nº8.662/93, com relação às atribuições/funções/atividades do Serviço Social, contrapondo-se à concepção de profissão pautada em nosso Código de Ética Profissional.

Destacamos aqui, um elemento importante e significativo para a nossa reflexão: a falta de denúncias realizadas pela nossa categoria profissional quanto às atividades previstas para o/a assistente social nos editais aqui analisados.

Preocupa-nos tal questão, por compreendermos o papel da Lei de Regulamentação da Profissão, bem como os demais instrumentos normativos e orientadores do exercício profissional, enquanto bases que estruturam e sustentam a nossa concepção de profissão. Deste modo, revela-se preocupante o fato de os/as próprios/as assistentes sociais não compreenderem e não identificarem as requisições equivocadas presentes nestes editais, estando em conflito com aquilo que verdadeiramente compõe o rol das nossas competências e atribuições privativas.

Segundo Torres (2004, p. 207):

O desconhecimento da Lei de Regulamentação pode não somente comprometer o exercício profissional, mas também o lugar ocupado por essa profissão na divisão sociotécnica do trabalho. [...] O conhecimento da legislação é um dos elementos presentes no exercício profissional do assistente social. Esse conhecimento pode colaborar na sustentação desse exercício.

Dentre os 5 (cinco) editais que foram notificados, no ano de 2018, com relação à descrição das atividades profissionais sem consonância com a Lei de Regulamentação, 4 (quatro) ofereciam vagas para o espaço sócio-ocupacional

AS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

da política de saúde mental. A descrição das atividades profissionais presentes nestes 4 (quatro) editais⁴⁹ apresentava:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais e psíquicas e de outra ordem e aplicando métodos e processos básicos do serviço social para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Estuda e analisa as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; Aconselha e orienta indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social; Ajuda as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, agilização de exames, remédios e outros que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde; Elabora diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual; Assiste as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros; Organiza programas de planejamento familiar, materno-infantil, atendimento à hansenianos e desnutridos, bem como demais enfermidades graves; Elabora e emite pareceres sócio-econômicos, relatórios mensais de planejamento familiar e relação de material e medicamentos necessários; Participa de programas de reabilitação profissional, integrando equipes técnicas multiprofissionais, para promover a integração ou reintegração profissional de pessoas física ou mentalmente deficientes por doenças ou acidentes decorrentes do trabalho; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Podemos constatar, em um primeiro momento, a concepção conservadora da saúde mental, que busca, em todas as afirmações, “eliminar desajustes” e “reestabelecer o sujeito à normalidade social”. Este entendimento da saúde mental baseado no modelo manicomial e hospitalocêntrico, perdeu sua hegemonia no país a partir da Reforma Psiquiátrica, desde 1978.

49 Prefeitura de Senhora dos Remédios (Edital 001/2017), Prefeitura de Ervália (Edital 001/2018), Prefeitura de Cataguases (001/2018) e Prefeitura de Viçosa (Edital 005/2018).

Como afirmado anteriormente, essa perspectiva analítica da realidade que culpabiliza o indivíduo pela sua condição, bem como remete ao tratamento moral e higienizador da questão social, advém da onda conservadora que obteve forças no contexto contemporâneo.

No que tange especificamente à profissão, observa-se ao longo da descrição do cargo, uma confusão com as competências profissionais de duas outras profissões que possuem perspectivas de atuação distintas do Serviço Social, quais sejam: a Psicologia e a Economia Doméstica.

A Lei de Regulamentação Profissional nº 4119 de 1962, da Psicologia, apresenta no primeiro parágrafo do artigo 13º que:

Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: diagnóstico psicológico; orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica; solução de problemas de ajustamento (BRASIL, 1992).

Portanto, estas são atribuições que cabem ao/à psicólogo/a e não ao/à assistente social. Neste sentido, segundo Iamamoto (2004, p. 39), vivemos

[...] um momento da chamada “flexibilização” das fronteiras profissionais e de valorização do trabalho interdisciplinar, o que não envolve diluição ou perda da identidade profissional. Os assistentes sociais trabalham, certamente, com famílias, mas o fazem em um âmbito e com uma perspectiva distinta do psicólogo. Trabalhamos com famílias atuando no processo de viabilização dos direitos e dos meios de exercê-los. Requer considerar as relações sociais e a dimensão de classe que as conformam, sua caracterização sócio-econômica, as necessidades sociais e os direitos de cidadania dos sujeitos envolvidos, as expressões da questão social que se condensam nos grupos familiares, as políticas públicas e o aparato de prestação de serviços sociais que as materializam etc. A dimensão “psi” tem, na divisão técnica do trabalho, outras áreas profissionais, legal e academicamente habilitadas para atuarem nesse campo.

No que se refere à Economia Doméstica, a Lei de Regulamentação Profissional, nº 7.387 de 1985, apresenta:

Art. 2º -É da competência do Economista Doméstico:

- I -planejar, elaborar, programar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, controlar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas em economia doméstica e educação familiar ou concernentes ao atendimento das necessidades básicas da família e outros grupos, na comunidade, nas instituições públicas e privadas;

AS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

II planejar, elaborar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, controlar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas de educação e orientação do consumidor para aquisição e uso de bens de consumo e serviços utilizados pela família e outros grupos nas instituições públicas e privadas.

Art. 3º - Compete, também, ao Economista Doméstico integrar equipe de:

- a) planejamento, programação, supervisão, implantação, orientação, execução e avaliação de atividades de extensão e desenvolvimento rural e urbano;
- b) planejamento, elaboração, programação, implantação, direção, coordenação, orientação, controle, supervisão, execução, análise e avaliação de estudo, trabalho, programa, plano, pesquisa, projeto nacional, estadual, regional ou setorial que interfira na qualidade de vida da família;
- c) planejamento e coordenação de atividades relativas à elaboração de cardápios balanceados e de custo mínimo para comunidades sadias;
- d) assessoramento de projetos destinados ao desenvolvimento de produtos e serviços, estabelecimento de parâmetros de qualidade e controle de qualidade de produtos e serviços de consumo doméstico;
- e) planejamento, supervisão e orientação de serviços de modelagem e produção de vestuário;
- f) administração de atividades de apoio às funções, de subsistência de família na comunidade;
- g) planejamento, orientação, supervisão e execução de programas de atendimento ao desenvolvimento integral da criança e assistência a outros grupos vulneráveis, em instituições públicas e privadas (BRASIL,1985).

Neste sentido, um dos editais analisados⁵⁰ apontavam que os/as assistentes sociais:

[...] orientam e monitoram ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis. Realizam atividades similares determinadas por seus superiores.

50 Prefeitura de Rio Novo (edital 001/2019).

Revelando de maneira explícita a confusão entre o Serviço Social e a Economia Doméstica.

Insta salientar que, a profissão de Economista Doméstico surge para atuar no horizonte do seio familiar, educando os indivíduos em questões referentes à saúde, economia, higiene, alimentação, entre outras, em uma abordagem que objetiva solucionar os “maus hábitos”. E que os cursos de graduação em Economia Doméstica foram extintos das instituições de ensino dando lugar, em sua maioria, aos cursos de graduação em Serviço Social.

Além desta tendência em atribuir ao Serviço Social competências e atribuições de outras áreas profissionais, alguns editais ainda traziam como sendo uma das atividades do/a assistente social “colaborar com a limpeza do local de trabalho”. Essa requisição institucional demonstra a tendência de subalternizar o Serviço Social frente às demais profissões de nível superior, uma vez que, não se constata nas atividades de outros/outras profissionais tal demanda.

Isso se deve, em certa medida, ao perfil da categoria profissional, composto em sua grande maioria por mulheres. De acordo com Craveiro e Machado (2011), o Serviço Social é, em geral, identificado como uma profissão relacionada às tarefas que a estrutura de uma sociedade patriarcal atribui às mulheres – tarefas estas sempre voltadas para o cuidado, para o auxílio e para a ajuda.

Na área da assistência social foram encontrados 05 (cinco) editais⁵¹ apresentando irregularidades em relação às atribuições e competências profissionais do/da assistente social. Um deles apresentava como atribuições para a profissão:

Prestar assistência às pessoas carentes necessitadas, bem como aos servidores do Município e seus dependentes. Levantar e cadastrar as pessoas carentes do Município, fornecendo ao setor competente da Prefeitura, a relação das mesmas, para que as mesmas possam ser assistidas. A colher, ofertar informações e realizar encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; realizar atendimento individualizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS [...].

Em outro edital encontramos a seguinte redação:

I - orientar as atividades de pequeno grupo de auxiliares que executam trabalho variado de assistência social; II - fazer o estudo dos problemas de ordem moral, social e econômica de pessoas ou famílias desajustadas; III - elaborar histórico e relatório dos casos apresentados, aplicando os métodos adequados à

51 Prefeitura de Goianá (edital 001/2018 que se tratava de vaga para cadastro de reserva), Prefeitura de Caranaíba (001/2019 e 002/2019), Prefeitura de Rochedo de Minas (001/2019) e Prefeitura de Rio Novo (001/2019).

AS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

recuperação de menores e pessoas desajustadas; IV - encaminhar a creches, asilos, educandários, clínicas especializadas e outras entidades de assistência social interessados que necessitem de amparo, providenciando, para esse fim, internamentos, transferências e concessão de subsídios; V - manter intercâmbio com estabelecimentos congêneres, oficiais ou particulares, com os quais haja convênio para a interpretação dos problemas de menores internados e egressos, e para estudo de assuntos relacionados com a assistência social; VI - organizar e controlar fichário de instituições e pessoas que cooperam para a solução de problemas de assistência social; VII - redigir relatórios das atividades executadas e informar processos e papéis diversos; VIII- desempenhar tarefas afins.

Outro edital, ainda, apresentava o seguinte texto:

[...] promover a participação consciente dos municípios em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, visando o progresso coletivo e a melhoria do comportamento individual; orientar os munícipes e as diversas comunidades, no sentido de promover o desenvolvimento harmônico; colaborar no tratamento de doenças psicossomáticas, atuando na remoção de fatores psicossociais e econômicos que afetam os indivíduos; facilitar na comunidade a formação de mão de obra que atenda às necessidades do mercado; dar assistência ao menor carente ou infrator, assegurando-lhes a recuperação e a integração na vida comunitária; cadastrar pessoas ou famílias que vivem em condições de miserabilidade extrema, visando sanar esta condição, quer seja inscrevendo-as em programas de distribuição de casas próprias, alimentos e medicamentos.

Destacamos neste edital, a demanda institucional que busca claramente “esvaziar” os serviços sócio-assistenciais do município, requisitando ao/à assistente social “facilitar na comunidade a formação de mão de obra que atenda as necessidades do mercado”.

Esta demanda explicita o viés pragmático e conservador intrínseco nas requisições institucionais, uma vez que se espera que o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na política de assistência social contribua com o processo de exploração, “ensinando” aos usuários atividades não demandadas por eles, mas sim atividades que “atenda mais necessidades do mercado”.

No entanto, a partir da teoria social crítica, compreendemos que o exercício profissional dos/as assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social:

(...) não deve se restringir (...) às abordagens que tratam as necessidades sociais como problemas e responsabilidades individuais e grupais. Isso porque todas as situações sociais vividas pelos sujeitos que demandam a política de Assistência Social têm a mesma estrutural e histórica raiz na desigualdade de classe e suas determinações, que se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, distribuição de renda, entre outras formas de expressão da questão social (CFESS, 2011, p. 07).

Podemos observar que, todos esses editais possuem um traço em comum: o olhar da política enquanto “gestora da pobreza” e uma relação clientelista com o trato da questão social, identificando a intervenção profissional enquanto “ajuda” e percebendo os usuários enquanto “pessoas carentes”. Nesse sentido,

Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se a lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida (YAZBEK, 2009, p. 41).

Assim, compreendemos que essas requisições postas ao Serviço Social estão impregnadas da perspectiva conservadora, que compreende a intervenção profissional enquanto um “tratamento” para “adequar” o indivíduo à “normalidade”, bem como desconsidera toda a conquista da classe trabalhadora, como a Reforma Psiquiátrica, que rompe com a perspectiva manicomial e a compreensão da assistência social enquanto um direito, prevista no tripé da Seguridade Social.

Salientamos que, a percepção de profissão do Serviço Social no campo biopsicossocial e com viés psicologizante na relação com o usuário não se apresenta para o/a assistente social somente no cenário atual. Pelo contrário, essa concepção é indicada já no surgimento da profissão e retorna à cena fortalecida pela ofensiva neoconservadora (MARTINS, 2012) que atravessa os tempos atuais.

No tempo presente, reafirmamos cada vez mais a necessidade de uma formação profissional no horizonte do projeto ético-político, que possibilite ao/à assistente social reconhecer e desvendar as determinações sócio históricas intrínsecas nas requisições que lhe chegam – seja em editais de concursos públicos, seja no cotidiano do seu trabalho profissional – que exprimem as contradições da sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirmamos até o momento, é fundamental pensarmos que as necessidades sociais resultam das contradições provenientes da ordem societária do capital e são próprias deste desenvolvimento. Quando institucionalizadas através do Estado, as requisições institucionais irão encobrir as reais necessidades da classe trabalhadora com o intuito de atender as expressões da questão social de forma fragmentada e imediata.

Essas requisições institucionalizadas apresentam a natureza contraditória em que se insere a atuação profissional do/a assistente social, uma vez que respondem às necessidades da classe trabalhadora indiretamente, pois quem demanda a intervenção profissional são seus empregadores.

Desse modo, os editais de concursos públicos e processos seletivos aqui analisados exprimem essas contradições expressas nos interesses antagônicos das classes sociais e levantam velhos dilemas conservadores que permeiam o debate da categoria, visto que retoma também a imagem social da profissão atrelada à ajuda, ao clientelismo e ao paternalismo.

Nesse sentido, há no interior da profissão, uma disputa entre distintos projetos profissionais que se acirra conforme as tensões entre os projetos das classes sociais – disputa essa evidenciada a partir das transformações advindas em razão dos efeitos da estrutura socioeconômica imposta pelo neoliberalismo desde a década de 1970.

Este atual quadro do capitalismo contemporâneo, com o avanço do pensamento conservador com traços reacionários, coloca em xeque o Estado democrático e retrocede no campo dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Neste bojo, observam-se medidas de contrarreformas do Estado que incidem diretamente no trabalho profissional do/a assistente social (MARTINS, 2012). Assim, as transformações societárias delineadas no Brasil a partir dos anos de 1990 com a adesão aos preceitos neoliberais, desafiam o histórico construído pela profissão ao longo de décadas culminando na hegemonia de um projeto profissional alinhado à um projeto societário ancorado em princípios e valores emancipatórios.

Este contexto exige dos/as assistentes sociais uma compreensão crítica do significado social da profissão nas relações sociais, que possibilite a construção de estratégias – no âmbito da intervenção –, que expressem os valores constituídos historicamente por esse projeto, que aponta para o rompimento com o conservadorismo.

Importa-nos ressaltar que no atual contexto de pandemia de covid-19 há um agravamento significativo das imposições institucionais demandadas ao Serviço Social incompatíveis às normativas profissionais, contudo, a análise dos editais

apresentados ao longo deste artigo nos indica que tais requisições conservadoras à profissão é um processo que já estava em curso precedentemente a este cenário.

Portanto, concordamos com lamamoto (2004) quando aponta que nunca houve um contexto favorável na história do país para a perspectiva de profissão que incorpora a teoria social de Marx, pois enquanto trabalhador assalariado, os/as assistentes sociais estarão submetidos as diversas ofensivas sofridas pela classe trabalhadora. Nesse sentido, reafirmamos as ações políticas e jurídicas empreendidas pelas entidades representativas da categoria em defesa do projeto ético-político hegemônico para preservar o que conquistamos por entre muitas lutas e resistências: as prerrogativas da profissão.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Andrêssa Gomes Carvalho de. O serviço social e a institucionalização das demandas sociais: um estudo a partir das necessidades sociais no capitalismo. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFAL: Maceió. Dissertação de mestrado, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun., 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez., 2015.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.387 de 21 de outubro de 1985. Dispõe sobre o exercício da profissão de Economista Doméstico e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7387.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Direito se conquista: a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais. Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/livro30hcfess>. Acesso em: 05 nov. 2019.

AS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Gestão Tempo de Luta de Resistência. 1ª edição ampliada – Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

CIRILO, Joziane Ferreira de; MARCO, Roberta Mischiatti de; COLCETE, Rosângela Cavalcanti. O avanço do conservadorismo no Serviço Social: requisições e impactos para o exercício profissional nas políticas sociais. In: Caderno Humanidades em Perspectivas - I Simpósio de Pesquisa Social e I Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial. Curitiba: Julho, 2018.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO, Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas – Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/jessica.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, Cultura e Hegemonia em Gramsci. In: Libertas/Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2002.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

_____ ; O Serviço Social na contemporaneidade – trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____ ; A Questão Social no Capitalismo. In: Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3 (jan./jul.). Brasília: ABEPSS, 2001.

_____ ; Mesa Redonda: Atribuições Privativas do Assistente Social e o “Serviço Social Clínico”. In: Revista Em Foco – CRESS 7ª Região/PPG UERJ. Rio de Janeiro, 2004.

_____ ; Os espaços sócio-ocupacionais do assistente Social. In: Serviço Social: direito e competências profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

MARTINS, Érika Alves. A ofensiva neoconservadora no Serviço Social contemporâneo: recomposição de velhos dilemas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social / Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa. 6. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

NISBET, Robert. O conservadorismo. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa. (Temas de ciências sociais), 1987.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições Privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. In: Revista Libertas/Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v. 2, n. 2, jul./dez./2002 - v. 4 e 5, n. especial jan./dez./2004. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2004.

TRINDADE, R. L. P., AMORIM, A, G, C., LIMA, D, G., BARBOSA, M. Q. Necessidades e demandas sociais, demandas institucionalizadas e requisições profissionais: O Serviço Social nas políticas de educação e agrária no Brasil. III Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social. Maceió, AL, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica/organizado por Yolanda Guerra... [et al.]. Campinas: Papel Social, 2018.

_____; Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WEISSHAUPT, J. R. As funções sócio-institucionais do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1988.

Capítulo V

A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Estudo da Particularidade Ibero-Americana

*Alzira Maria Baptista Lewgoy*⁵²

*Cláudia Mônica dos Santos*⁵³

*Alcina Martins*⁵⁴

- 52 Alzira Maria Baptista Lewgoy – Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado pelo Instituto Superior Miguel Torga (ISMT). Coimbra/Portugal. Docente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora de Produtividade do CNPq. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social – GEFESS (UFRGS).
- 53 Cláudia Mônica dos Santos — Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado na UERJ / Brasil e ISMT/Portugal. Vínculo Institucional: Professora aposentada, convidada do PPGSS da Faculdade de Serviço Social / Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil. Pesquisadora visitante do curso de Serviço Social da UFRGS, edital CNPq 2021
- 54 Alcina Maria de Castro Martins — Assistente Social. Doutorado e pós doutoramento em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. País de origem: Portugal. Vínculo Institucional: Instituto Superior Miguel Torga (ISMT). Coimbra/Portugal.

INTRODUÇÃO:

Este capítulo tem por objeto o estágio e a supervisão de estágio em Serviço Social e por objetivo trazer à reflexão alguns resultados da pesquisa intitulada “Fundamentos e Mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na Formação e no Exercício Profissional: Estudo da particularidade ibero-americana” (2018). Partimos do pressuposto que pensar o estágio, necessariamente, implica pensar a formação e o exercício profissional, tendo em vista que o mesmo tem uma auto-implicação entre suas dimensões formativas e de atuação profissional. Igualmente, o estágio envolve uma dimensão pedagógica, teórica, técnica-política, que constituem o fio condutor da supervisão. Por outro lado, a supervisão também articula formação e exercício profissional, uma vez que está vinculada à atividade concreta de estágio. Ou seja, o processo de supervisão está inserido na dinâmica da formação profissional, na organização e na gestão do trabalho organizacional.

A referida pesquisa- ora em desenvolvimento - envolve 4 países ibero-americanos, nomeadamente, Portugal, Espanha, Brasil e Argentina. Teve início em 2018, em Portugal, sendo encerrada a coleta de dados e análise parcial em 2019. Entretanto, devido à situação pandêmica mundial (covid-19), trazendo novas nuances fundamentais para análise, observou-se a necessidade de ampliação da mesma, a fim de verificarmos os impactos da pandemia nas atividades de estágio em Serviço Social, adiando sua conclusão, neste país, para o final do ano de 2021. No Brasil, a pesquisa teve início em 2020, sendo interrompida, logo a seguir, devido à implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), provocado, igualmente, pela Pandemia do covid-19. Com a ampliação da pesquisa em Portugal e sua interrupção momentânea no Brasil, adiamos seu início em Espanha e Argentina.

Nesta direção, este trabalho concentra-se no processo de pesquisa já desenvolvido em Portugal e está dividido em duas partes. A primeira trata dos procedimentos metodológicos da pesquisa e a segunda parte, apresenta alguns resultados em relação à estrutura do estágio em Portugal, bem como, as mudanças que ocorrerem nessa atividade durante o estágio pandêmico mundial (2020/2021), ressaltando os desafios no processo de supervisão nesse momento histórico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa “Fundamentos e Mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na Formação e no Exercício Profissional: Estudo da particularidade ibero-americana”⁵⁵ tem por objetivo investigar as configurações contemporâneas da

55 Realizada por um grupo de pesquisadoras internacionais, nomeadamente, professoras Alzira Baptista Lewgoy, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil (Coordenadora), Alcina Maria Martins, do Instituto Superior Miguel Torga/Portugal e Cláudia Mônica dos Santos, professora aposentada e convidada da Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil.

supervisão de estágio em Serviço Social na formação e no trabalho profissional, com o intuito de apontar os fundamentos, as tendências e os desafios no contexto da educação superior, bem como contribuir com o debate teórico-político e crítico, considerando o crescimento e as transformações da formação em Serviço Social nas duas últimas décadas. Como já informado, envolve países do universo ibero-americano da Europa: Portugal, Espanha, bem como, da América Latina: Brasil, e Argentina. Os países dessa região política possuem afinidades linguística, histórica, cultural, econômica e política, assim como congruências na origem do Serviço Social, gerando a necessidade de intensificarmos pesquisas que contribuam para aprofundarmos conhecimentos sobre as particularidades do Serviço Social nesta região, marcando suas diferenças e similitudes, bem como, intensificar e criar novos intercâmbios entre pesquisadores/as, docentes e assistentes sociais desses países e continentes.

Os procedimentos metodológicos utilizados, no primeiro momento da pesquisa, foram: pesquisa documental (análise dos Planos de Estudos dos cursos; Programas das Disciplinas de Estágio; Regulamentos de estágios; Guia para Auto-avaliação de ciclos de estudos elaborado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior de Portugal - A3ES) e pesquisa de campo junto às licenciaturas em Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) de Portugal. Os instrumentos utilizados consistiram em grupos focais com os/as docentes supervisores/as acadêmicos/as⁵⁶ e com estagiários/as, bem como, entrevistas com assistentes sociais orientadores/as de campos de estágios ou do terreno,⁵⁷ analisados na perspectiva de Bardin (2016). Em um segundo momento, com a finalidade de verificarmos os impactos da pandemia nas atividades de estágio em Serviço Social em Portugal, foi utilizado questionário semiaberto, aplicado somente aos/as coordenadores/as de estágio e ou das licenciaturas envolvidas.

Na pesquisa de campo, foram escolhidas para coleta de dados seis (06) Instituições de Ensino Superior (IES),⁵⁸ dentre as dezessete (17) instituições existentes em Portugal. Todas na modalidade de ensino presencial, tendo em vista não existir, em Portugal, até o momento atual, licenciaturas em Serviço Social na modalidade à distância. Das seis licenciaturas, quatro (04) são de natureza pública, destas, duas (02) em institutos politécnicos e duas (02) em universidades. As outras duas (02) são de natureza privada e universitária. A escolha pelas referidas instituições respondeu a três critérios essenciais: IES respeitadas pela comunidade acadêmica de formação em Serviço Social do país; IES situadas nas diferentes regiões de

56 Em Portugal há diferentes terminologias para indicar o docente e o assistente social responsáveis pela supervisão de estágio. Ver no decorrer desta apresentação.

57 Em Portugal usa-se o termo “terreno” para se referir às instituições empregadoras que recebem o estudante para a prática de estágio, conforme exemplo: “os profissionais do terreno”. Aqui ao referirmos aos campos de estágio estaremos nos referindo ao terreno.

58 Para resguardar os nomes das IES nomeamos as IES de 01, 02, 03, 04, 05 e 06.

Portugal: Alentejo, Lisboa, Centro e Norte; licenciaturas históricas constitutivas do período de institucionalização do Serviço Social em Portugal e licenciaturas criadas no período de grande expansão dos cursos no país, ocorrido já no século XXI.

Os participantes de cada IES foram de 04 a 06 assistentes sociais e de docentes, que estavam no exercício da função de trabalhadores/as e de supervisores/as, com experiência de mais de 01 ano na supervisão de estágio e de 04 a 06 estudantes, que estavam cursando o último semestre da licenciatura. No total, contamos com 87 participantes, entre 25 supervisores/as,⁵⁹ 30 orientadores/as⁶⁰ e 32 estagiários/as. Contamos, igualmente, com a participação ativa dos/as 06 Coordenadores/as das licenciaturas de cada IES de Serviço Social, elucidadas acima: no acesso aos documentos necessários à pesquisa documental, na organização da coleta de dados da pesquisa de campo (grupos focais e entrevistas) e, na análise dos resultados parciais. Ou seja, os/as coordenadores/as das licenciaturas participaram ativamente de todo o processo junto à equipe de pesquisadoras, totalizando 93 sujeitos envolvidos.

Antecedendo à coleta de dados, foram realizadas reuniões com os/as coordenadores/as dos cursos, em cada uma das 06 IES, para organização do itinerário e das agendas. Foi feita a coleta dos documentos: Projeto Pedagógico do Curso/Plano de Estudos; Programa da Disciplina de Estágio; Regulamento de Estágio; Guião para Autoavaliação de ciclos de estudos em funcionamento pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

As entrevistas com os assistentes sociais, orientadores/as do terreno foram realizadas, presencialmente, em seus locais de trabalho, seguindo um roteiro/guião, no modelo semiaberto.

Já os Grupos Focais realizados tanto com os docentes supervisores quanto com os estudantes estagiários, ocorreram nas respectivas instituições de ensino. Importante destacar que tanto as entrevistas quanto os grupos focais foram gravados, após consentimento dos participantes e transcritas posteriormente.

Durante todo o processo de estudo, foi consultada a produção em livros, capítulos de livros, artigos e anais de eventos em Portugal, da última década.

Após a coleta foi realizada a transcrição das gravações e, ato contínuo, o tratamento das informações colhidas, por meio de tabelas quantitativas e quadros com os dados qualitativos. Esse material foi analisado, utilizando-se da Análise de Conteúdo, uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa, ancorada na proposta da Professora Laurence Bardin (2016), que prevê três fases fundamentais, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados -a inferência e a interpretação.

59 Aqui esse termo refere-se ao docente que ministra a supervisão na IES.

60 Aqui se refere ao Assistente Social do terreno que recebe o estudante para a realização do estágio.

A fase da pré-análise compôs para as pesquisadoras a etapa da organização, que se constituiu pela leitura flutuante do material coletado, escolha e seleção dos documentos a serem analisados, compondo assim o corpus da pesquisa, no qual foram assegurados os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, proposto por Bardin (2016). Esta etapa da preparação permitiu-nos a passagem para a segunda etapa, a exploração do material: a realização de codificação e categorização do material.

Na codificação, o recorte das unidades de registro e de contexto. Foram extraídos os temas, as afirmações acerca do objeto de estudo, uma frase, ou uma frase composta, ou seja, “[...] uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura (BARDIN, 2016, p. 135), e a seleção das unidades de contexto, tendo como referência os objetivos propostos na pesquisa. Após o processo da codificação e da categorização, realizou-se a interpretação dos resultados por meio da inferência, apoiando-se “nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor” (BARDIN, 2016. p. 165).

Em 2019, realizamos um Encontro Internacional, no Instituto Miguel Torga (ISMT/Portugal) para a socialização dos resultados parciais do estudo. Nesta ocasião, reunimos com os/as coordenadores/as das licenciaturas pesquisadas de Serviço Social das 06 instituições pesquisadas, com as bolsistas de Iniciação Científica de universidades brasileiras que fazem parte da equipe de pesquisadoras e também contamos com a participação de mestrandos/as de Serviço Social do ISMT, de professora visitante sênior no curso de mestrado e de doutoranda em Serviço Social, ambas de universidades brasileiras, em colaboração com o ISMT e com a professora pesquisadora deste, abrindo espaço para contribuições.

Nesse encontro os/as coordenadores/as dos cursos de Serviço Social e os/as demais presentes puderam contribuir com a análise dos resultados, adensando a mesma e, ainda, foram constituídas duas comissões de trabalho: uma responsável por mobilizar as 17 escolas de Serviço Social de Portugal, com o objetivo de pensar uma política de estágio para este país. A segunda comissão ficou responsável por organizar um Seminário Internacional para devolução dos resultados finais⁶¹ aos 93 participantes da pesquisa, bem como, aos demais interessados pelo tema. A criação dessas duas comissões vai ao encontro da percepção, da equipe de pesquisadoras, de que o conhecimento deve possibilitar o enriquecimento da profissão, tanto da formação quanto do exercício profissional.

61 O mesmo foi realizado 9 e 10 novembro de 2021, pela plataforma MEET e YOUTUBE, com, aproximadamente, 280 participantes de Portugal e do Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MOw1v99Tqbl>.

ESTRUTURAÇÃO DO ESTÁGIO ACADÊMICO E DO PROCESSO DE SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

Pelas orientações do Processo de Bolonha a licenciatura em Serviço Social, creditada em 1989/1990, em Portugal com cinco (05) anos, transformou-se no 1º e 2º ciclos de Serviço Social (licenciatura e mestrado), perfazendo o total de cinco (05) anos. Os 20 cursos de licenciatura, existentes em 2006 a 2008, reduziram a sua duração para seis (06) ou sete (07) semestres, apresentando a maioria sete (07) semestres. Em 2019 a situação alterou-se, a maioria dos 17 cursos existentes contempla seis (06) semestres. Essa redução no tempo de duração das licenciaturas em Serviço Social é considerada por alguns docentes como prejudiciais à qualidade da formação.

Em 2018, a pesquisa incidiu em três (03) IES com licenciatura em Serviço Social com sete (07) semestres e outras três (03) com seis (06) semestres de duração. Estes seis (06) cursos, possuem uma (01) ou duas (02) disciplinas de Estágio, em nenhuma se encontrava associada a designação supervisão.

Os cursos com sete (07) semestres de duração, são dois (02) do ensino privado universitário e um (01) do público universitário. A componente Estágio no Plano de estudos nas IES, com 210 ECTS, varia entre 17 e 45 ECTS, correspondendo a 8,1% e 21,4% do total da formação. Nas licenciaturas de seis (06) semestres - uma (01) é do ensino politécnico e outra do público universitário - possuem 180 ECTS e o estágio comporta entre 30 e 47 ECTS, afetando 16,7% ou 26,1% do total de horas do curso. A tendência nestas licenciaturas de três (03) anos- salvo uma que reduziu para um (01) estágio- é de atribuir maior carga horária aos Estágios face aquelas que têm 7 semestres. Mas entre estas se pergunta: a experiência da realização de um único estágio de observação é o necessário para a qualificação profissional? Essa questão vem sendo alvo de debates no país.

A diversidade discrepante que o Estágio comporta na formação de Assistentes Sociais nos seis cursos varia entre 17 e 47 ECTS, com 1 ou 2 estágios, compreendendo entre 425h até ao seu triplo, 1300h. Essa discrepância também gerou inquietações: a supervalorização e ou a minimização dos estágios, em que se fundamenta?

Na organização dos Planos de estudos no que se refere ao estágio registra-se:

1º - A área de Serviço Social é estruturante em quatro (04) IES, isto é, as disciplinas sobre o Serviço Social são a maioria no total das disciplinas do curso, constituem mais da metade dos ECTS do curso, nas duas (02) IES restantes o peso de outras áreas “secundárias” é superior às disciplinas de Serviço Social;

2º - As disciplinas específicas de Estágio são realizadas em todas as IES, por seminários de supervisão individual, existindo uma IES que acresce um Seminário de supervisão coletiva para grupos de seis (06) a oito (08) estudantes. Encontramos

as seguintes designações para as disciplinas: Estágio em Serviço Social I e II; Estágio de Inserção/Estágio Final; Estágio Curricular; Estágio I e II; Estágio; Estágio em Instituição de Acolhimento. Essas disciplinas de Estágio apresentam exigências programáticas e conteúdos diferenciados. De outra forma, as condições do Assistente Social supervisor para a sua realização são igualmente diversificadas.

3º - Nomenclaturas utilizadas nas IES para o atendimento pelo docente aos estudantes em situação de estágio: supervisão pedagógica; supervisores na escola; supervisor acadêmico; orientação acadêmica.

4º - Nomenclaturas utilizadas para o atendimento pelo Assistente Social do Terreno aos estagiários: Tutoria; Supervisor no local de estágio; Supervisor institucional e Orientação no local.

Essas diferentes designações têm um significado para além de simples nomenclaturas. Consideramos que o professor tem a competência de supervisão pedagógica em termos do processo de formação, mas o/a assistente social deve ter a designação também de supervisor e não de orientador, uma vez que lhe cabe, também, a função de trazer o debate teórico sobre a realidade vivenciada no terreno. Consideramos que as IES não são as únicas agências formadoras, do mesmo modo que os/as docentes não são os/as únicos/as agentes formadores/as. As instituições receptoras de estágios e os/as Assistentes Sociais que recebem os/as estudantes são, também, formadores/as. Mesmo que com níveis de responsabilidades diferentes.

O ESTÁGIO ACADÊMICO E O PROCESSO DE SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Por intermédio das informações obtidas pelos/as coordenadores/as das Licenciaturas de cada IES de Serviço Social envolvidos na pesquisa, por meio de questionário, com questões semiabertas, foi oportunizado um panorama dos estágios supervisionados no cenário pandêmico da covid-19.

Em Portugal, nesse cenário pandêmico, as licenciaturas em Serviço Social, vêm seguindo a recomendação das organizações científicas e de ensino superior, no contexto das medidas de confinamento e desconfinamento controlado, definidas pelo Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (11/03/2021) e também das instituições de organização da categoria de Serviço Social, em especial, das recomendações profissionais da Comissão Instaladora da Ordem dos Assistentes Sociais (15/04/2020) e da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS).

É nesse cenário que apresentaremos o panorama dos estágios supervisionados no período de 2020-2021 (2º semestre de 2020 e 1º e 2º semestre de 2021), as tendências e os posicionamentos das seis (06) IES pesquisadas.

O primeiro ponto a destacar refere-se à suspensão ou continuidade do Calendário Acadêmico, de forma geral. Constatou-se que em cinco (05) IES o calendário não foi suspenso, ou seja, deu-se seguimento às atividades, entretanto, na modalidade remota. Em, apenas, 01 das IES o calendário foi suspenso, mas temporariamente.

Todas as IES posicionaram-se quanto à realização e/ou suspensão dos estágios supervisionados. Dentre as 06 IES pesquisadas, 04 foram a favor da não suspensão, e 02 IES a favor de uma suspensão temporária (de março a junho de 2020). As formas de estágio utilizadas naquelas IES que não suspenderam essa atividade foram: realização do estágio presencial e a supervisão acadêmica na modalidade remota, com auxílio dos canais de comunicação digitais; outras continuaram com o estágio de forma presencial; outras na modalidade híbrida.

Registra-se nesse período pandêmico a tendência de um estágio supervisionado híbrido. O conceito sobre o ensino híbrido e as formas como são realizados diferem-se na Literatura. Partiremos do entendimento e do funcionamento das IES em Portugal.

O Ensino híbrido será simultaneamente à distância e presencial. Contudo, aplicado aos estágios supervisionados é mais complexo. Nalguns casos a supervisão foi à distância, mas o estágio era presencial. Houve alunos que se mantiveram em teletrabalho nalgumas tarefas de pesquisa e de planeamento (IES 02, 2021).

Na linha de garantia dos objetivos planejados e da qualidade da formação a Ordem dos Assistentes Sociais se posicionou e orientou que,

[...] sem prejuízo das situações em que tenha sido possível a continuidade dos estágios, e dos casos em que os estágios possam integrar, em parte significativa, atividades de teletrabalho, deve ser equacionado o ajustamento do calendário escolar (2020, p. 01).

Outra tendência é a revisão da carga horária por semestre/ano no plano de estudos, quando da suspensão do estágio. É um balizador importante, tendo em vista que “[...] os estágios curriculares parte integrante do plano de formação em Serviço Social, com créditos atribuídos e com um elevado número de horas” (Associação de Profissionais de Serviço Social de Portugal - APSS). O estágio ao ser suspenso sofreu alterações significativas na carga horária e no processo pedagógico. Das 06 IES, em três (03) não houve alteração da carga horária e em três (03) IES houve alteração, que se referem à:

a) Flexibilização da carga horária. As atividades do Estágio I estiveram suspensas, por este motivo os estagiários compensaram as horas de estágio em períodos extra e no Estágio II;

b) Alteração do formato modo presencial para o remoto-modificações através de estratégias diferentes para cumprimento das horas;

c) Alterações pontuais. Essas alterações acarretaram para as IES o prolongamento dos estágios e a alteração no calendário. Contudo, as estratégias evidenciadas estão em sintonia com as orientações propostas pela comissão de instalação da Ordem dos Assistentes Sociais, quando esta indica que

[...] planos que permitam, se outras soluções não puderem ser adotadas, a recuperação de horas de estágios nos semestres subsequentes, através de arranjos pedagógicos ajustados (2020, p. 02).

O segundo ponto que destacamos são as condições de segurança para realização do estágio. As condições quanto à modalidade presencial vão estar vinculadas aos protocolos e as recomendações dadas pela OMS para a inserção dos(as) estagiários(as) em campo, bem como pelas medidas recomendadas em março de 2021, pelo Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, às instituições científicas e de ensino superior no contexto das medidas de desconfinamento controlado e definidas pelo Governo, quais sejam:

[...] medidas que garantam o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde competentes e as normas técnicas em vigor, nomeadamente ao nível sanitário e de higiene, garantindo sempre condições de distanciamento físico e assegurando a utilização por todos de equipamentos de proteção individual, designadamente máscaras de uso geral, em todos os espaços das instituições (2021, p. 01).

Para a efetividade das condições de segurança na realização dos estágios nas 6 IES, 05 dessas IES responderam que os terrenos apresentavam as condições físicas e materiais exigidas. Dentre essas 01 IES, além de apresentar as condições físicas e materiais, oferecia Equipamentos de Proteção Individual – EPIS e testagem para o(a) assistente social e para o(a) estagiário(a) periodicamente. Em 01 IES os EPIS foram assumidos pelos estudantes. E uma (01) IES contou, apenas, com a possibilidade de testagem para o(a) assistente social e para o(a) estagiário(a) periodicamente.

Outro aspecto referente às condições de segurança é à garantia do seguro escolar. Nas seis (6) IES os estudantes possuem seguro escolar para a realização do estágio, porém apenas duas (2) cobrem casos de covid-19.

De outra forma, houve situações de fechamento de campos de estágio, envolvendo medidas de segurança, objetivando reduzir as interações em uma comunidade e a transmissão. Das 06 IES, 02 campos de estágios foram fechados, 01 foi suspenso, e 03 não fecharam. Ressalta-se como áreas fechadas, principalmente

os hospitais, os lares de idosos e os estabelecimentos prisionais. Os motivos atrelam-se ao atendimento às regras da tutela e avaliação do orientador de campo quanto às condições para garantir o estágio com a aprendizagem, sem risco para as pessoas envolvidas. As instituições de natureza públicas foram as primeiras a tomar medidas de suspensão. A área da saúde foi a que ficou maior tempo em suspensão. As instituições do terceiro setor foram mais flexíveis.

Foram destacadas, nesse estudo, ações que contribuíram com a realização dos estágios, sem colocar em risco a população envolvida e nem a qualidade da formação, são elas:

1 - Intensificação da comunicação entre os supervisores acadêmicos e do terreno: as formas como se estabeleceram essas comunicações foram de diversos tipos, com maior prevalência: os contatos telefônicos e eletrônicos via e-mails, seguido por videoconferências, reunião via plataforma zoom, reunião online entre supervisor acadêmicos de estágio e orientadores do terreno, comunicações do gabinete de estágio e da coordenadora de estágio com as organizações de acolhimento dos campos estágios, realização de workshops mensais de reflexividade e contatos presenciais. Esta foi uma estratégia que qualificou o processo formativo entre os diversos atores, no que diz respeito as atividades, as responsabilidades, e as competências, bem como à possibilidade de devolução do/a supervisor/a do terreno ao acadêmico acerca dos pontos programáticos das unidades curriculares e do próprio curso.

2 - A garantia da supervisão de campo, prevalecendo em quatro (04) IES a modalidade da supervisão “Estudante presencialmente no campo de estágio e orientador (a) de campo em trabalho presencial”. Nas outras duas instituições, foram utilizados “Estudante em estágio remoto e orientador (a) de campo em trabalho remoto”; estudante presencialmente no campo de estágio e orientador (a) de campo em trabalho presencial; Estudante em estágio remoto e orientador (a) de campo em trabalho remoto; estudante em estágio remoto e orientador (a) de campo em trabalho presencial; estudante presencialmente no campo de estágio e orientador (a) de campo em trabalho remoto.

3 - A garantia da supervisão acadêmica se realizou em 03 das IES concentrando-se no estudante presencialmente em estágio e no docente em trabalho remoto; estudante presencialmente no campo de estágio e supervisor (a) acadêmico (a)/docente em trabalho presencial; estudante em estágio remoto e supervisor(a) acadêmico(a) /docente em trabalho remoto; estudante em estágio remoto e supervisor (a) acadêmico (a)/docente em trabalho presencial.

4 - Alterações no processo metodológico e didático-pedagógico da supervisão acadêmica e de supervisão/ orientação no terreno e no processo avaliativo de final do estágio, quais sejam: adaptação ao trabalho em regime não presencial para estudantes e supervisores acadêmicos e orientadores de estágio;

nos períodos de compensação houve reforço de acompanhamento na supervisão, fortalecendo o componente de planificação do projeto e a reflexão; nos processos metodológicos de ministrar os conteúdos programáticos; adequações à realidade social e institucional no que diz respeito à metodologias e modelos de intervenção presencial e digital.

Por fim, destacamos que “[...] O período pandêmico desafiou a universidade e o seu corpo docente a inovar métodos pedagógicos de ensino e a inovar metodologias de intervenção colaborativa em Serviço Social. A descoberta do digital no Serviço Social é um desafio presente e futuro” (IES 04, 2020), entretanto consideramos que essas descobertas devem ser objeto de estudos e pesquisas que mostrem suas possibilidades, mas, também seus limites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada em 2018 apontou desafios na atividade de estágio em Portugal, que agrupamos, aqui, em três blocos:

a) Quanto ao caráter pedagógico: a necessidade de estabelecer parcerias e de comunicação entre o estudante, o professor e o assistente social das duas agências formadoras (IES e Instituição acolhedora do estágio). A qualidade nesta parceria terá impactos na formação, daí a importância de garantir diálogo entre os atores envolvidos nesse processo e, para isso, criar estratégias inovadoras para a garantia do mesmo.

Ainda como desafios quanto aos aspectos pedagógicos, apontaram: troca de campos de estágio durante o período letivo. Nesse aspecto, há um grupo que considera que a licenciatura deve ser, sobretudo uma oportunidade para os estudantes contatarem com os diferentes campos de intervenção do serviço social, e, portanto, o ideal é que eles experimentem várias instituições. Por outro lado, um outro grupo acredita que a ideia não é de propiciar diferentes campos de estágio, mas, sim fortalecer conhecimentos. Nesse sentido, acreditam que deva haver uma continuidade no campo de estágio pelo estudante, possibilitando um aprofundamento de conhecimentos. Para nós, essa polêmica se expressa na relação entre quantidade e qualidade na formação profissional. Ou seja, que tipo de formação queremos?

b) Quanto ao perfil do estudante: alunos muito jovens ingressando na universidade, com isso chegam mais cedo aos estágios e ao mercado de trabalho, tendo em vista o processo de Bolonha ter encurtado o tempo das licenciaturas, o que dificulta ganharem a confiança dos utentes. Quanto a esse aspecto há debate quanto à realização de Estágios no primeiro semestre do curso e, até mesmo no primeiro ano do curso: os que rejeitam se sustentam na afirmativa de que os estudantes não reúnem as condições de maturidade, as condições relacionais,

nem mesmo as condições de elaboração teórica no primeiro ano. Afirmam que há um dilema: como os alunos vão conseguir lidar com alguns problemas sociais que encontram em cumprimento de estágio, enquanto os próprios são protagonistas desses problemas?

c) Relacionados às condições objetivas de trabalho: excesso de trabalho do orientador, com falta de tempo para a orientação, dificultando momentos de reflexão; falta de espaço físico, para receber estagiário, para o acolhimento; excessivo número de estagiários no terreno; dificuldade de atualização dos conhecimentos, sobretudo na área do Serviço Social e também na área do trabalho que efetua.

Esse desafio nos faz afirmar a imperiosa necessidade de aprofundar os impactos diretos das políticas de austeridade fiscal, do processo de Bolonha e, recentemente, da pandemia do covid-19 no processo de precarização das instituições e de privatizações na formação e exercício profissional do Assistente Social e nessa possibilidade de receptividade entre academia e terreno. Nesta direção são importantes realizações de pesquisas sobre as mudanças no mundo do trabalho e sua incidência no trabalho do Assistente Social, tanto na formação profissional quanto no exercício profissional. Quais as fragilidades e os desafios que a modalidade remota/ ou híbrida trouxeram?

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, p. 279, 2016. ISBN: 978-85-62938-04-7.

COMISSÃO INSTALADORA DA ORDEM DOS ASSISTENTES SOCIAIS. Recomendação relativa aos estágios curriculares em Serviço Social no contexto da emergência de saúde pública associada à covid-19. Lisboa: Portugal, 2020. Disponível: https://21ea63fe-4125-4972-8404-bb40b6c846ac.filesusr.com/ugd/26f405_090bdbc2ba494e37a8ae78961dbbece1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

GABINETE DO MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. (2021, março). Recomendação às instituições científicas e de ensino superior no contexto das medidas de desconfinamento controlado definidas pelo Governo. Lisboa: Portugal. Disponível em: wwwcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/comunicado_mctes_dges_11marco2021_v.final_rev.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MARTINS, Alcina; SANTOS, Claudia Mônica. Fundamentos e Mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na Formação e no Exercício Profissional: Estudo da particularidade ibero-americana. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: Brasil. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul- UFRGS. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, 2018.

**A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:
ESTUDO DA PARTICULARIDADE IBERO-AMERICANA**

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social. 2ed.
São Paulo: Cortez, p. 232, 2010. ISBN: 978-85-249-1492-8.

PARTE II:
POLÍTICAS PÚBLICAS
E QUESTÃO SOCIAL

Capítulo VI

Política de Saúde, crise sanitária e determinação social do processo saúde/doença: uma análise da pandemia do coronavírus em Juiz de Fora/MG no ano de 2020

*Marina Monteiro de Castro e Castro*⁶²

*Bruna Atalaya de Almeida Rocha*⁶³

*Débora Cristina Lopes Santos*⁶⁴

*Isa de Miranda Ribeiro Maia*⁶⁵

*Laís de Carvalho Saldanha*⁶⁶

*Laura Marcelino Leal*⁶⁷

- 62 Assistente social. Doutora em Serviço Social/UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora.
- 63 Acadêmica de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora.
- 64 Assistente Social. Mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora.
- 65 Assistente Social. Mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora.
- 66 Acadêmica de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora.
- 67 Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência internacional, devido ao avanço da propagação do novo coronavírus. Desde então, o mundo vem passando por uma crise sanitária e humanitária decorrente da pandemia. Em 10 de fevereiro de 2022, foram confirmados no mundo mais de 403 milhões de casos de covid-19 e 5 milhões de mortes. O Brasil é um dos países mais atingidos pela pandemia, contabilizando até a mesma data quase 27 milhões de infectados e 635.074 mortes (BRASIL, 2022).

O Estado de Minas, por sua vez, já soma quase 3 milhões de casos e mais de 58.000 mortes. Particularmente, Juiz de Fora, cidade polo da Zona da Mata mineira, tem quase 56.000 casos confirmados e 2.129 óbitos (SES/MG, 2022).

Esse capítulo tem por objetivo apontar elementos para contribuir com a análise da pandemia no município de Juiz de Fora/Minas Gerais, à luz do debate da determinação social do processo saúde/doença. Buscamos a construção de um cenário da pandemia no município ao longo do ano de 2020, a partir dos dados divulgados nos boletins informativos e notas técnicas do 'JF salvando todos', da Universidade Federal de Juiz de Fora. É dado destaque ao processo de evolução da pandemia no município, as regiões mais afetadas e sua relação com a "vulnerabilidade social", utilização de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e, especialmente, o cumprimento do distanciamento social.

Para atender ao objetivo do artigo, foi realizada análise dos boletins informativos e das notas técnicas formuladas pelo Grupo de modelagem epidemiológica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), publicadas em 2020. O grupo é formado por docentes da Instituição e têm como objetivo sistematizar dados de diversas fontes oficiais da pandemia da covid-19 no país, no estado de Minas Gerais e, especialmente, no município de Juiz de Fora. Trata-se também de uma parceria com a Prefeitura Municipal da cidade (PJM).

O material apresenta as distribuições temporal e espacial dos casos e óbitos confirmados por município de residência, bem como das taxas de incidência e de mortalidade nos municípios e microrregiões da macrorregião de saúde Sudeste de Minas Gerais, para subsidiar propostas de intervenção. E, principalmente, auxiliar nos planos de contingenciamento dos leitos, profissionais e equipamentos de saúde no decorrer do crescimento da infecção na cidade. Trazem ainda pautas/debates que envolveram a pandemia ao longo do ano de 2020.

Analisamos treze (13) notas técnicas produzidas de maio a novembro de 2020 e dezessete (17) boletins informativos publicados de maio a dezembro de 2020. A análise dos trinta (30) documentos foi guiada por um roteiro que buscou captar dados referentes a evolução da pandemia no município, regiões mais afetadas, utilização de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), cumprimento

do distanciamento social, posteriormente, correlacionamos esses dados com o debate da determinação social do processo saúde/doença.

Destacamos as contribuições de Souza (2020) que nos indica que, no processo de unificação da determinação social da saúde do qual emerge a pandemia da covid-19 é imprescindível a compreensão: da prioridade dada à esfera econômica; a fragilidade dos sistemas públicos de saúde gerado pelas políticas neoliberais; a fragmentação histórica da seguridade social (saúde, assistência social e previdência) e as ajudas emergenciais para manter a renda de subsistência de segmentos populacionais na pandemia; o individualismo e as relativizações da gravidade da pandemia; a intensa divulgação de informações falsas (fake news) e a gravidade com a qual a pandemia impacta nas comunidades mais pauperizadas, especialmente nos países de capitalismo dependente, como o Brasil.

Partimos do entendimento de que as doenças que atingem a coletividade, geram diferentes impactos nas classes sociais, especialmente nas pauperizadas, devido às dificuldades de acesso à água tratada, saneamento, estrutura de moradia e renda, que possibilitam efetivar as medidas de prevenção.

Desde o início da pandemia uma das principais estratégias adotadas para contenção da propagação do vírus é o distanciamento social. Porém, vimos que as históricas desigualdades sociais, econômicas e políticas, trouxeram entraves para a efetivação dessa estratégia.

Os dados a serem apresentados nos evidenciam que a pandemia do coronavírus é determinada por diversas questões no âmbito social relacionadas à classe, gênero e raça. Esse cenário também é visto em Juiz de Fora, reforçando a necessidade de fortalecimento da rede de serviços públicos e do SUS.

A PANDEMIA DE COVID-19 EM JUIZ DE FORA: UM RETRATO DE 2020

O município de Juiz de Fora está localizado na zona da mata mineira e possuía, em 2020, uma população estimada de 573.285 habitantes. Em relação à saúde, Minas Gerais é dividida em 14 macrorregiões e Juiz de Fora é o município-polo da macrorregião Sudeste, sendo uma cidade de referência na oferta de serviços de saúde da região (IBGE, 2021).

De acordo com a nota técnica nº 2 do Grupo da Modelagem epidemiológica da UFJF (COLUGNATI et al., 2020b) o primeiro caso da covid-19 no estado foi confirmado no dia 9 de março, na cidade de Divinópolis. Acompanhando o processo de espraiamento do vírus no país, a primeira infectada confirmada foi uma mulher de 47 anos que havia retornado de uma viagem à Itália. O primeiro caso de covid-19 confirmado no Brasil pelo Ministério da Saúde foi anunciado em coletiva de imprensa em 26/02/2020. Trata-se de um homem de 61 anos que esteve na região da Lombardia, na Itália- uma das regiões mais atingidas no início da pandemia (BRASIL, 2021).

**MARINA MONTEIRO DE CASTRO E CASTRO, BRUNA ATALAYA DE ALMEIDA ROCHA,
DÉBORA CRISTINA LOPES SANTOS, ISA DE MIRANDA RIBEIRO MAIA,
LAÍS DE CARVALHO SALDANHA, LAURA MARCELINO LEAL**

No Brasil, o primeiro caso de óbito foi registrado no dia 17 de março o primeiro óbito e já no dia 28 de março haviam sido registrados 114 óbitos. O primeiro óbito por covid-19 no estado de Minas Gerais foi registrado no dia 30 de março de 2020 (COLUGNATI et al. 2020a). Cabe-nos lembrar, um dos primeiros casos emblemáticos de óbito, que uma mulher negra e empregada doméstica, levantando o debate das condições que as classes mais pauperizadas tem para o cumprimento do distanciamento social. A empregada doméstica, Cleonice Ribeiro, se contaminou ao cuidar de sua patroa, que lhe escondeu estar contaminada pela covid-19. A patroa branca se curou e a trabalhadora negra faleceu (ANTUNES, 2020).

Em Juiz de Fora, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, o primeiro caso foi confirmado no dia 14 de março de 2020 e o primeiro óbito confirmado pela Prefeitura em 8 de abril de 2020 (COLUGNATI et al., 2020b).

Em Minas Gerais, em 28 de fevereiro já haviam sido registrados 17 casos suspeitos. Em 19 de março este número chegou a 2.140 e continuou aumentando de forma rápida, chegando a 34.018 em 1º de abril e a 87.913 no dia 2 de maio (sendo 2.327 destes casos suspeitos localizados em Juiz de Fora). Como ocorrido no início da pandemia no Brasil, houve um alto índice de casos suspeitos, sem realização de testagem adequada.

Em 17 de abril a UFJF passou a realizar testes para a covid-19, o que incidiu no aumento do número de casos confirmados, uma vez que os resultados passaram a sair em 48h. Este fato pode explicar o crescimento abrupto de casos confirmados após 28 de abril. Isso também evidencia a importância da Universidade tanto no que se refere à produção de conhecimento, pesquisas e, sobretudo, da interface da mesma com a sociedade. Em Juiz de Fora é decisiva a parceria da Prefeitura com a UFJF, na referência do Hospital Universitário, na produção de exames, de materiais de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e na circulação de informações para a população.

A partir do dia 16 de junho de 2020, ocorreu o primeiro dia recorde de número de casos novos a data, esta taxa de crescimento sofreu aumento de aproximadamente três vezes (225%) na sua velocidade. O distanciamento social continuou em tendência de queda, chegando a uma média de menos de 50%. O padrão de crescimento do número de casos confirmados e óbitos continuou podendo ser representado por uma curva exponencial, e percebe-se ainda um aumento da frequência de internações no setor público até o dia 25 de Julho (COLUGNATI et al., 2020c).

No boletim nº 10 de setembro é apresentada a novidade de um novo gráfico com taxas de mobilidade social a partir de dados do Google Mobility. Essa funcionalidade permite verificar como está o deslocamento das pessoas nesse período de pandemia e os níveis de distanciamento social, elemento primordial na contenção de propagação do coronavírus (SANTOS et al., 2020).

POLÍTICA DE SAÚDE, CRISE SANITÁRIA E DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA: UMA ANÁLISE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS EM JUIZ DE FORA/ MG NO ANO DE 2020

A análise de redução no distanciamento social considerou os seguintes indicadores: permanência em casa, idas aos locais de trabalho, idas às farmácias e pontos de vendas de gêneros alimentícios, e idas aos estabelecimentos de varejo e recreação. Os dados referentes às idas às estações de transporte (pontos de ônibus, estações rodoviárias etc.) apresentaram grande variação positiva em relação ao período anterior (COLUGNATI et al., 2020d).

De uma forma geral, os dados demonstraram queda nos indicadores do distanciamento social. No início de novembro, o percentual de pessoas em casa era somente 6% maior do que no período pré-pandemia (COLUGNATI et al., 2020e).

Até novembro de 2020, a distribuição dos casos confirmados em Juiz de Fora, por faixas etárias, continuava apontando que 66,6% são em pessoas com idades entre 20 e 59 anos, ou seja, pertencem majoritariamente à parte da população que é economicamente ativa. Há um equilíbrio entre os sexos masculino e feminino no que diz respeito ao número de casos (50,1% e 49,9%, respectivamente) (COLUGNATI et al., 2020d).

A análise da distribuição dos óbitos por faixas etárias em Juiz de Fora confirma que a maioria dos pacientes que vieram a falecer, 79,9% tinham 60 ou mais anos de idade. Dentre os que perderam suas vidas para a covid-19, 53% eram homens e 47% eram mulheres.

Em termos de faixa etária, nota-se uma tendência crescente no número de internações conforme a idade aumenta. No caso de internações em enfermaria, o valor máximo é atingido na faixa de 40 a 49 anos, com 124 internados até 31 de outubro, e para UTI, 147 na faixa de 70 a 79 anos. Nesta mesma faixa etária, a internação em UTI é 65% maior que em enfermaria, sendo que para 80 anos ou mais esta razão é de 72%.

A nota técnica 12 indica que, em termos de óbitos, as regiões mais pobres (de alta vulnerabilidade social) são as mais atingidas. No entanto, a assistência hospitalar e as internações, são mais incidentes nas regiões mais de baixa vulnerabilidade social (COLUGNATI, 2020f).

O quesito raça/cor foi pouco detalhado nas notas técnicas, aparecendo uma única vez (onde indicou que a maioria da população internada/ assistida era branca). Isso evidencia não apenas uma falha na elaboração/preenchimento dos formulários da saúde, mas principalmente a presença do racismo estrutural e institucional na saúde pública brasileira, como assinalado por Araújo et al. (2020).

A pesquisa realizada por Barbosa et al (2020) que analisou a incidência e mortalidade por covid-19 na população idosa brasileira, incluindo no estado de Minas Gerais, indicou que contribui para o alto número de internações e óbitos, além das comorbidades características da faixa etária, aspectos no âmbito das desigualdades sociais como baixo nível de escolaridade, dificuldades de acesso

aos serviços de saúde e a questão racial, que tem gerado alta prevalência e alta mortalidade de idosos da população negra.

Ao analisar a sociedade brasileira é necessário atentar para a premissa de que ‘o Brasil é um país de muitas pandemias’ (SANTOS et al., 2020, s./p.) tendo em vista as desigualdades internas (regiões, cidades, bairros, classes, raça/etnia, gênero) e também externas com relação aos países de capitalismo central. Portanto, a pandemia aprofunda processos em curso, principalmente, de não acesso das camadas populares ao que é socialmente produzido nesta sociedade.

Uma importante observação é que os residentes em regiões de baixa e média vulnerabilidade social foram notificados principalmente em unidades hospitalares, enquanto que os usuários de regiões de alta vulnerabilidade social foram notificados em UBS (Unidade Básica de Saúde). ‘As distâncias percorridas são sempre menores para os atendimentos em UBS’ (COLUGNATI et al., 2020g).

Quando é analisado o fluxo para hospitais, a distância percorrida por moradores de áreas de alta vulnerabilidade é maior. Isso nos mostra que as UBS têm cumprido seu papel no município, de ser um espaço de saúde que serve de referência no território e que está próximo da comunidade e, por isso, busca conhecer suas necessidades e dar resolutividade às suas problemáticas.

Vemos assim que, nas regiões de alta vulnerabilidade, o número de notificações é menor, mesmo sendo o número de óbitos maior nestes territórios. A análise qualitativa dos dados epidemiológicos nos leva a refletir sobre a questão do acesso, tanto aos serviços de atendimento de alta complexidade quanto a respeito dos insumos, a questão da disponibilidade de testes etc. Nesse aspecto, ressaltamos a importância do SUS em atender as necessidades da população, mas ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar os aspectos estruturais e conjunturais de ataques constantes no financiamento e, sobretudo, no caráter universal desse sistema.

Estudos como de Melo et al. (2020) pontuam que, além da resposta ao coronavírus ter ocorrido de forma tardia, também ocorreu de forma desorganizada e sem planejamento. Desta forma, é destacada a importância que a atenção primária à saúde (APS) poderia ter tido no controle da pandemia, no diagnóstico antecipado dos casos e no monitoramento de possíveis contaminados, tornando o trabalho melhor organizado. Melo et al. (2020, p. 284) coloca que, a “educação, prevenção e promoção em saúde e acompanhamento de casos suspeitos ou leves, poderiam representar barreira à disseminação do vírus e ao agravamento de quadros clínicos”.

As edições dos boletins informativos a partir de outubro irão apresentar aumento na média móvel de casos de covid-19 em Juiz de Fora, indicando um aceleração de forma ainda mais significativa. A edição nº 15, de 25 de novembro de 2020, destaca o aumento no número de casos tanto no Brasil quanto em Minas Gerais e Juiz de Fora, assinalando um grave momento da pandemia em termos

gerais (local, regional e nacional), às vésperas das festas do final do ano de 2020 (SANTOS et al., 2020b).

Recorrentemente, ao longo do ano de 2020, os dados indicaram a queda no distanciamento social. Todavia, é necessário qualificarmos esse indicador, de forma a compreender os elementos que o circunscrevem. É fundamental refletirmos sobre os aspectos do mundo do trabalho (vínculos, condição de trabalho), condições de moradia, de transporte etc. Quais são vínculos de trabalho? Quem são as pessoas que podem trabalhar em home office? Qual a situação de moradia? Qual o meio de transporte e sob quais condições este é ofertado? Além disso, como dito, há também de se considerar o tensionamento entre as medidas sanitárias e a economia.

Nesse sentido, trabalhadores com vínculos precarizados, por exemplo, possuem mais propensão à contaminação por não possuírem a opção do trabalho remoto. De igual forma, as mulheres que ocupam a maior parte dos postos de trabalho na área da saúde, também estão mais expostas à contaminação, pelo trabalho na linha de frente e pela impossibilidade do distanciamento social. Esses dados, e muitos outros, evidenciam que a pandemia de coronavírus e as taxas de distanciamento social perpassam por diversas questões no âmbito social relacionadas à classe, gênero e raça (ARAÚJO et al., 2020).

Um debate central no processo da pandemia trata da relação entre distanciamento social e atividades econômicas. Antunes (2020) chama de capital pandêmico o contexto da simultaneidade da crise do capital e da explosão da covid-19, onde em contextos de desemprego em massa, precarização, terceirização, home office, teletrabalho e uberização do trabalho, as pessoas se veem obrigadas a trabalhar, mesmo que sua atividade laboral coloque em risco a sua própria vida e a vida dos seus familiares.

Durante o ano, assistimos pressões variadas realizadas por segmentos do comércio de Juiz de Fora, como podemos verificar nas reportagens de um jornal de circulação local sobre manifestações, carreatas e reivindicações, mesmo em períodos de agravamento da pandemia na cidade (TRIBUNA DE MINAS, 2020a; 2020b; 2020c).

É nesse contexto de tensões que, em abril de 2020, o Governo do estado de Minas Gerais lançou o plano 'Minas Consciente - Retomando a economia do jeito certo' - que pretendeu orientar a retomada 'segura' das atividades econômicas nos municípios do estado. 'Sugere a retomada gradual de comércio, serviços e outros setores, tendo em vista a necessidade de levar a sociedade, gradualmente, à normalidade, através de adoção de um sistema de critérios e protocolos sanitários, que garantam a segurança da população' (SES/MG, 2020, s./p.).

Outro elemento que incide sobre o distanciamento social está associado a grande disseminação de notícias falsas, as chamadas fake news, o que levou a autoras como Garcia e Duarte (2020) a afirmarem que estaríamos vivendo uma infodemia.

**MARINA MONTEIRO DE CASTRO E CASTRO, BRUNA ATALAYA DE ALMEIDA ROCHA,
DÉBORA CRISTINA LOPES SANTOS, ISA DE MIRANDA RIBEIRO MAIA,
LAÍS DE CARVALHO SALDANHA, LAURA MARCELINO LEAL**

Contribuiu para esse processo, as crises políticas artificiais produzidas pelo Governo Federal que teve como consequência a trocas de ministros, questionamentos a instâncias de outros poderes, além de constatarmos um ‘comportamento recorrente do Presidente da República de negar a gravidade dos efeitos da pandemia’ e até mesmo da eficácia do uso de máscara (SILVA & RUIZ, 2020).

Em Juiz de Fora, no dia 19 de março de 2020, foi lançado o Decreto nº 13.897 da PJF, recomendando o distanciamento social, cancelando eventos de qualquer espécie, fechando escolas, faculdades, universidades e todo comércio entendido como não essencial. Recomendou-se o isolamento doméstico e a adoção de medidas de etiqueta respiratória (uso de máscaras). A nota técnica 1 indica que o município conseguiu retardar uma epidemia de maiores proporções, a partir do decreto do distanciamento logo no início da pandemia (PJF, 2020).

Porém, entre os dias 7 e 16 de abril de 2020, há uma crise no governo federal em relação às medidas de distanciamento recomendadas pelo Ministério da Saúde, que culmina com a demissão do ministro. A partir desta época, é perceptível que a população passa a flexibilizar o distanciamento social. Além dos incentivos do presidente da república às práticas de aglomeração social, a relativização da pandemia e a falsa polêmica sobre os custos econômicos do distanciamento social, são uma das principais temáticas que envolvem o país na pandemia. Como nos afirma Dantas, “a crise econômica global, em sua essência, não pode ser debitada na conta da pandemia – nem tampouco o abandono do isolamento social se apresenta como a sua solução” (DANTAS, 2020, p.2).

Indicamos que, no Brasil e na cidade de Juiz de Fora, não há como a estratégia do distanciamento social seja aplicada de forma universal, uma vez que, especialmente, em relação ao trabalho, “a versão do home office colide com a grande massa, não proprietária, sem emprego formal e prestadora de serviços em domicílios, nas ruas, nas aglomerações” (SPOSATI, 2020, p. 102).

Dessa forma, muitas pessoas não conseguiram realizar o distanciamento social por questões de sobrevivência, tendo em vista o aumento do desemprego. ‘Ficar sob isolamento passou a significar o risco de não ter o que comer, não ter como obter a sobrevivência cotidiana, não poder pagar aluguel, conta de luz, comprar o botijão de gás’ (SPOSATI, 2020, p. 102).

Em termos nacionais, uma das estratégias do Governo Federal de reduzir os impactos da pandemia, foi o lançamento do auxílio emergencial. De acordo com o Ministério da Cidadania, 144,3 mil pessoas foram atendidas pelo auxílio emergencial em Juiz de Fora, sendo 16,8 mil beneficiários do Bolsa Família, 20 mil inscritos no Cadastro Único da Assistência Social, e 107,3 mil que solicitaram o benefício diretamente pelo aplicativo da Caixa (TRIBUNA DE MINAS, 2021).

Podemos indicar que os 107,3 mil que solicitaram o benefício pelo aplicativo da Caixa, são aqueles que possuem vínculos trabalhistas fragilizados e/ou inexistentes.

Ou seja, esse dado sinaliza que com a não efetivação de novo programa e as altas taxas de desemprego, teremos maiores dificuldades para a realização do distanciamento social.

O que vimos neste primeiro ano de pandemia de covid-19 os impactos da desresponsabilização do Estado e ao mesmo tempo os desafios estaduais/municipais para minorar os efeitos da situação sanitária. Ainda que essa atuação aponte sinais controversos, haja vista a dicotomia promulgada pelo governo federal entre saúde versus economia.

A certeza, diante deste breve retrospecto, é de que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um avanço, sobretudo, numa sociedade tão desigual quanto a brasileira. Cabe enfatizar que este foi uma luta da sociedade e dos movimentos sociais para que a saúde fosse tida “como direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do novo coronavírus escancara contradições estruturais da sociedade e, além disso, se coloca em um momento de crise estrutural do capital, que acaba por ser complexificada pela crise sanitária e social. A falácia de que o vírus não vê classes sociais é desmentida quando vemos qual a parcela da população que deve trabalhar todos os dias, utilizando transporte público e aumentando o risco de contágio e morte.

Podemos concluir que na cidade de Juiz de Fora, não houve nenhum período de estabilidade ou redução nos números de novos casos e óbitos em 2020, com exceção da segunda semana de setembro, que demonstrou redução de novos casos e óbitos em algumas microrregiões de saúde.

Nesse momento, diante dos inúmeros entraves causados pelo desmonte do SUS, o Brasil ainda enfrenta o avanço da contra-reforma ultraneoliberal, com a alocação cada vez maior de verbas provenientes do fundo público para o setor privado, que anteriormente a pandemia já vivenciava a diminuição e piora na prestação de serviços à população, fragmentação do cuidado sob a ótica do lucro, filas de espera para tratamentos infindáveis, falta de insumos básicos, falta de pagamentos aos trabalhadores da saúde, dentre muitas outras problemáticas (CORREIA, 2011).

Cabe a toda a sociedade e também ao Serviço Social, numa ação articulada com outros segmentos que defendem o SUS, formular estratégias que busquem defender o direito social à saúde, a integralidade do atendimento, o direito à informação e o direito à vida (SILVA, 2021).

A partir das análises e discussões propostas nesse artigo, é importante salientar a necessidade da transparência dos dados e de sua qualificação, bem como da valorização da ciência de maneira geral e em todos os níveis. Seja no

fortalecimento da rede de saúde pública e do SUS até, em última instância, na defesa da vacinação para toda a população, é a defesa da vida que deve ser o foco.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Ed. Boitempo; 2020.

ARAÚJO, E. M et al. COVID-19 - Morbimortalidade pela COVID-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. Saúde em Debate. Scielo preprint. 1318. [publicação na web]; 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BARBOSA, I. R. et al. Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 23(1), p. 1-11, 2020.

BRASIL. Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus. Brasil: Ministério da Saúde. 26 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 21 mar. 2021.

_____. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

_____. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

COLUGNATI, F. A; NOGUEIRA, M.C; VIEIRA, M. T. Nota Técnica 1 – Grupo de Modelagem Epidemiológica da evolução da epidemia do COVID-19 em Juiz de Fora. [publicação na web]; 2020 a. Disponível em: <http://jfsalvandos.todos.ufjf.br/#!/nota>. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. Nota técnica 2: evolução da epidemia do COVID-19 em Juiz de Fora. JF Salvando Todos, 2020 b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2020/05/nota-tecnica-ufjf-2.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

OLUGNATI, F. A et al. Nota técnica 5: evolução da epidemia do COVID-19 em Juiz de Fora e na macrorregião de saúde SUDESTE. [publicação na web]. 2020c. Disponível em: http://jfsalvandos.todos.ufjf.br/NT_5.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. Nota técnica 13: evolução da epidemia do COVID-19 em Juiz de Fora. [publicação na web]. 2020d. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2020/11/nota-tecnica-ufjf-13.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

POLÍTICA DE SAÚDE, CRISE SANITÁRIA E DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA: UMA ANÁLISE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS EM JUIZ DE FORA/MG NO ANO DE 2020

_____. Nota do grupo sobre a situação atual da epidemia de COVID-19 em Juiz de Fora. [publicação na web]. 2020e. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2020/12/nota-do-grupo-dezembro-2020-verso-5-docx.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. Nota técnica 12: evolução da epidemia do COVID-19 em Juiz de Fora. [publicação na web]. 2020f. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2020/10/nota-tcnica-ufjf-12.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. Nota técnica 4: evolução da epidemia do COVID-19 em Juiz de Fora. [publicação na web]. 2020g. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2020/06/nota-tcnica-ufjf-4.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIA, M. V. C. Por que ser contra aos novos modelos de gestão no SUS? Cadernos de Saúde. Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. In: BRAVO, M. I; MENEZES, J. S. B. M. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, p. 43-49, 2011.

DANTAS, A. V. Notas de Conjuntura. Coronavírus, o pedagogo da catástrofe: lições sobre o SUS e a relação entre público e privado. Trab. Educ. Saúde, 18(3), p. 1-8, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados online. Brasília: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MELO, D. C. S et al. Atenção primária à saúde, pandemia da covid 19 e atuação profissional do/a assistente social. Anais IX CONASSS e XII SIMPSSS. UNESP/USP/UNICAMP, 2020. Disponível em: https://www.conasss.com.br/anais_mesa-coordenada.pdf/. Acesso em: 28 de maio de 2021.

GARCIA, L. P; DUARTE E. Editorial. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. Epidemiol. Serv. Saúde; 29(4), p. 1-4, 2020.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Decreto nº 13.897, de 19 de março de 2020. Altera os Decretos nº 13.893, de 16 de março de 2020 e nº 13.894, de 18 de março de 2020, e dá outras providências para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). Diário oficial eletrônico do município de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=75045. Acesso em: 07 mar. 2021.

**MARINA MONTEIRO DE CASTRO E CASTRO, BRUNA ATALAYA DE ALMEIDA ROCHA,
DÉBORA CRISTINA LOPES SANTOS, ISA DE MIRANDA RIBEIRO MAIA,
LAÍS DE CARVALHO SALDANHA, LAURA MARCELINO LEAL**

SANTOS, G. T. et al. Boletim informativo COVID-19. Edição 10. [publicação na web]. 2020 Disponível em: http://jfsalvandotodos.ufjf.br/Boletim_Informativo_Edi%C3%A7%C3%A3o_10.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. Boletim informativo COVID-19. Edição 15. [publicação na web]. 2020b. acesso em Disponível em: http://jfsalvandotodos.ufjf.br/Boletim_Informativo_Edi%C3%A7%C3%A3o_15.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

SES/MG. Minas Consciente - Retomando a economia do jeito certo. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/cidadaos>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. Coronavírus. Distribuição dos Casos de Covid-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/painel>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SILVA, W. M. F. Serviço Social e COVID-19: reflexões críticas. Serviço Social em Perspectiva: Montes Claros (MG), volume 5, número 1, p. 87-103, jan./jun., 2021.

SILVA, W; RUIZ, J. L. Comentário. A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal. Physis: Revista de Saúde Coletiva; 30(3), p. 1-8, 2020.

SPOSATI, A. COVID-19 revela a desigualdade de condições da vida dos brasileiros. NAU Social; 11(20), p. 101-103, 2020.

TRIBUNA DE MINAS. Grupo faz carreata por reabertura do comércio em Juiz de Fora. Tribuna de Minas [jornal na internet]. 2020a abr. [cerca de 1 p.]. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/15-04-2020/grupo-faz-carreata-por-reabertura-do-comercio-em-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. Associação pede reabertura de academias de ginástica em Manifestação. Tribuna de Minas [jornal na internet]. 2020b jul. [cerca de 1 p.]. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/07-07-2020/associacao-pede-reabertura-de-academias-de-ginastica-em-manifestacao.html>. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. Lojistas manifestam contra o fechamento do comércio. Tribuna de Minas [jornal na internet]. 2020c. dez. [cerca de 1 p.]. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/28-12-2020/lojistas-manifestam-contrafechamento-do-comercio.html>. Acesso em: 07 mar. 2021.

_____. Auxílio emergencial chega a 144 mil juiz-foranos e injeta quase meio bilhão na cidade. Tribuna de Minas [jornal na internet]. 2021 jan. [cerca de 1 p.]. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/10-01-2021/auxilio-emergencial-chega-a-144-mil-juiz-foranos-e-injeta-r-4772-milhoes-em-jf.html>. Acesso em: 07 mar. 2021.

Capítulo VII

De “vagabundos” a “descartáveis”: a trágica trajetória do envelhecimento no Brasil escancarada pela pandemia da covid-19

*Estela Saléh da Cunha*⁶⁸

68 Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social/ UFJF; Doutora em Serviço Social ESS/UFRJ. Desenvolve estudos e extensão na área do processo de envelhecimento e é coordenadora do Programa de Extensão denominado “Pólo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o processo de envelhecimento” ao qual está vinculado diversos projetos de extensão interdisciplinares de atenção ao público idoso.

INTRODUÇÃO

O texto que ora apresento foi “se construindo” à medida em que a epidemia do Sars-Cov-2/covid-19 se alastrava no Brasil e no mundo, portanto, traz as marcas históricas deste processo com análises e previsões do por vir e, seguramente, os sinais desse no cotidiano vivido por nós, sujeitos da história, as inquietudes e os envoltimentos psíquicos e sociais consubstanciados em quem o escreve.

Assim, o uso da voz ativa não é uma mera figura de linguagem aqui, pois os fatos foram sendo tatuados no corpo histórico daqueles que, como eu, debruçaram-se na busca por interpretações mais totalizantes das relações que se estabelecem nesse processo como constructo e construtora das respostas que foram sendo dadas à denominada “crise sanitária” que sabemos nós ser intrínseca à “crise de valorização” advinda das relações que sustentam o sistema capitalista de produção e reprodução. Os parágrafos que o constituem, escritos à medida em que vinham à tona os sentimentos em relação aos processos sociais vivenciados, presentificados, foram, na verdade, se escrevendo, respeitando as necessidades de respiro causadas tanto pela avalanche de novas análises sobre as formas de contágio e prevenção, sobre os “grupos de risco”, sobre as estratégias, ou não estratégias, políticas; sobre as táticas econômicas, dentre outras; quanto e, especialmente, pelas marcas estrondosas do número de mortos no mundo e de forma alarmante no Brasil (661.327 desde o início da Pandemia – registros do dia 12/04/2022).⁶⁹

As reflexões aqui apresentadas têm por objetivo contribuir com as análises sobre a centralidade trazida para os sujeitos velhos e a velhice nesse período, especialmente, quando no início da Pandemia o maior número de mortos entre esse grupo estava sendo propagado pela ciência e, de forma especial, pelos Estados e suas instituições.⁷⁰ Busco a intrínseca relação entre os fios que estruturam essa “propagação”, e a forma como ela é ecoada entre nós, e os fios que tecemos historicamente o tecido social na ordem capitalista de viver e de pensar.

No decorrer dessa construção trago à tona uma análise reflexiva sobre a miséria da velhice na sociedade erguida sob o comando do capital escancarada e agravada pela Pandemia, portanto, não toma o processo vivenciado desde 2019 como uma “crise em si”, como causa, mas como componente das estruturas de produção e reprodução da (des)ordem do sistema capitalista. Ainda que a Pandemia agrave o quadro de precarização, as proporções que esta assume estão

69 Dados da plataforma “Monitora COVID-19” do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.

70 Até junho de 2020, dos 75.269 mortos por covid-19 no Brasil, 73,9% tinham mais de 60 anos e em junho de 2021, quando o número de mortos no país era igual a 496.903, 68,9% eram maiores de 60 anos (Segundo os registros de microdados do banco do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe). (CONHEÇA... , 2021).

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

profundamente relacionadas com a degradação humana, ambiental, cultural etc. erguida e ampliada pelo e no capitalismo monopolista.

A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

Fiz a reforma da Previdência para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos em um país de pobres e miseráveis (Fernando Henrique Cardoso, 11 de maio de 1998, então presidente do Brasil).

[...] O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de riscos é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas com menos de 40 anos de idade. Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos sim é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros e em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão (Jair Messias Bolsonaro, 24 de março de 2020 - presidente do Brasil).

Estou desde o início do período de “isolamento social” (terminologia adotada oficialmente para designar o distanciamento necessário para a diminuição da transmissão e do contágio da doença), decretada pela Organização Mundial de Saúde no dia 11 de março de 2020, sendo conduzida a um processo profundo e conturbador de organização de ideias trazido por uma tempestade de opiniões, informações e ações que escancaram e/ou evidenciam a desvalorização dos sujeitos velhos nessa sociedade. Processo esse que à princípio me levou a um longo período de conturbação mental no qual apenas consegui sentir profunda tristeza e me colocar numa busca incessante de arquivamento de todas as narrativas (faladas, escritas, fotografadas etc.) que faziam menção ou tinham relação com os sujeitos das minhas pesquisas e objeto de interesse - os velhos e o processo de envelhecimento na sociedade capitalista.

Passado esse momento de estagnação da produção de sentido, ainda que muito conturbada pela proximidade com os fatos e pela velocidade que exige qualquer tentativa de ordená-los, inicio esse processo no dia 06 de maio de 2020, tomada pela emoção causada pelo suicídio do ator de 85 anos, Flávio Migliaccio, na madrugada do dia 03 para o dia 04 deste mês, o qual em uma carta expõe suas motivações.

Na carta aos amigos e aos familiares, em trecho publicado pelo Portal GP1 (FERNANDES, 2020), o ator afirma que “[...] a humanidade não deu certo” e denuncia o desprezo com que os velhos são tratados no Brasil: “Me desculpem, mas não deu mais. A velhice neste país é como tudo aqui. A humanidade não deu certo. Eu tive a impressão que foram 85 anos jogados fora... num país como este. E com esse tipo de gente que acabei encontrando. Cuidem das crianças de hoje!”.

No texto que apresento, numa tentativa de organização das ideias e produção de sentido, busco ir entrelaçando os fios que tecem a história e construir assim uma leitura mais totalizante dos acontecimentos, afastando-me ao máximo das superficialidades que o olhar ainda muito próximo pode se limitar a enxergar. Não tenho nenhuma pretensão de esgotamento das múltiplas questões construídas a partir da vivência cotidiana desse tempo histórico, talvez, pelo contrário, o que pretendo seja organizar e formular novas questões boas para pensar ainda que em uma perspectiva mais ampla. Pauto-me aqui na afirmação de Guerra (2009) que nos alerta que “[...] a realidade é sempre mais rica de determinações que a capacidade dos sujeitos de apanhá-las.” (p. 43).

Dito isso, cabe-me explicar a escolha das duas citações de abertura desse texto, trata-se de narrativas que se entrelaçam nesse momento na minha cabeça e que me auxiliarão em sua construção. Nela, ambos os senhores, presidentes da república em épocas distintas, trazem para a superfície, para a “flor da pele” dos discursos o descaso, a desvalorização, a subjetivação, o desrespeito e acima de tudo a descartabilidade dos homens e mulheres velhos na sociedade que se estrutura na ordem do capital. E ainda, guardadas todas as diferenças que seus apoiadores ou críticos possam apontar, e o reconhecimento de não equivalência entre eles, ambos com idade acima de 60 anos, atribuem a velhice ao outro e a distanciam de si mesmos. Mas o fato sobre o qual me atenho e para o qual tomo esses trechos de seus pronunciamentos como exemplos é o de que a velhice e o processo desgastante que a constrói tem sua trama tecida nas relações estabelecidas nessa sociedade e nos valores que a sustentam. Assim, pode morrer o homem vagabundo!

Como apontado por mim em estudos anteriores, “numa sociedade em que o valor do ser humano é dado por sua força de trabalho e pela sua inserção no mercado de trabalho, os velhos são percebidos como indivíduos sem valor, já que não participam mais do processo produtivo” (CUNHA, 2008, p. 187). É esse o fio condutor da maioria dos discursos proferidos nas telas da TV, do PC ou do smartphone através de palavras escritas ou faladas que se multiplicam no período de quarentena e que entram em disputa em torno de tecerem os elementos que irão construir e a partir dos quais serão contados os fatos históricos no futuro. É no ringue dessa disputa que a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) lança nas redes sociais, no ano de 2020, a

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

campanha #BrasilNãoPodeParar,⁷¹ um dia após o pronunciamento do presidente no qual disse que “a nossa vida tem que continuar”, incentivando aqueles que “não são do grupo de risco” a voltarem para os seus postos de trabalho, desconsiderando as determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a realidade domiciliar, econômica, e social brasileira, onde significativa parcela da população divide casa com familiares idosos (ou não Idosos) sendo deles dependentes ou os tendo como dependentes.⁷² Concomitantemente, a nota publicada pela SECOM toma os idosos como seres descartáveis e como “essenciais” os jovens que com a sua força de trabalho sustentam as artimanhas do capital; ainda que isso signifique o seu próprio adoecimento e morte prematura (ou de seus familiares). É esse o projeto que edifica essa sociedade que descarta os velhos, os pobres, os doentes, as mulheres, entre outros seres humanos considerados “não produtivos” e que suga até a morte a capacidade produtiva dos jovens trabalhadores. No Brasil, essa descartabilidade é altamente alimentada nos argumentos que justificam as contrarreformas trabalhista e previdenciária⁷³ em curso desde os anos 1990 (e se realimentam dessas) e encontra aqui, dessa forma, um terreno fértil para sua

-
- 71 No dia 28 de março de 2020, a SECOM apaga os *posts*, que tinham a logomarca oficial, e nega a existência de peça ou campanha publicitária com esse fim, após a repercussão negativa desta e sua judicialização que proibiu a veiculação de qualquer campanha com esse teor (Justiça Federal do Rio de Janeiro). Transcrevo o conteúdo do post vinculado nas redes sociais: “No mundo todo são raros os casos de vítimas fatais do coronavírus entre jovens e adultos. A quase-totalidade dos óbitos se deu com idosos. Portanto, é preciso proteger estas pessoas e todos os integrantes dos grupos de risco com todo cuidado, carinho e respeito. Para estes, o isolamento. Para estes, o isolamento. Para todos os demais, distanciamento, atenção redobrada e muita responsabilidade. Vamos, com cuidado e consciência, voltar à normalidade. #oBrasilNãoPodeParar” (SECOM..., 2020).
- 72 25,3% de pessoas entre 25 e 30 anos, moram com os seus pais, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD/ IBGE (Síntese de indicadores Sociais, 2015) e, ainda, apenas 7,82% das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares no Brasil, se encontram entre 18 e 59 anos, segundo dados do Censo de 2010.
- 73 “No dia 13 de novembro de 2019 é promulgada a Nova Previdência (Emenda Constitucional número 103) que tem como um dos pilares justificativos as rápidas mudanças demográficas no Brasil que, segundo seus defensores, levariam ao colapso a política previdenciária já deficitária no país. Argumento fortemente rebatido nas análises realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI da Previdência e apresentadas em seu relatório conclusivo de 2017. Cabe aqui destacar também que o modelo de (contra)reforma aqui proposto se assemelha à proposta implementada nos anos de 1980 no Chile pelo general Augusto Pinochet (profundamente admirado pelo ‘superministro da economia’ nomeado por Bolsonaro, Paulo Guedes) que consiste na ampla privatização, apontada como modelo pelo Fundo Monetário Internacional- FMI e que hoje, cerca de 30 anos depois, colhe seus frutos marcados por um número elevado de suicídio entre os velhos, especialmente entre os maiores de 80 anos, que não têm condições de arcar com as despesas crescentes agravadas pelo processo de envelhecimento devido à redução dos valores das pensões.” (SEM PREVIDÊNCIA PÚBLICA..., 2020).

aceitação, embora, como saibamos, não seja essa uma exclusividade nacional.⁷⁴ Como adverte Haddad (2019) em análise crítica sobre as “Contrarreformas” e o envelhecimento em seus contextos

[...] há que se agir para diminuir o ônus que o crescimento do percentual de idosos representa aos cofres públicos: a Reforma da Previdência deve ser realizada, mesmo que signifique, inevitavelmente, o aumento da morte de milhares de velhos. (HADDAD, 2019, p. 45).

Aliás, são muitos os estudos e pesquisas que se pautam em argumentos catastróficos em torno do aumento da expectativa de vida dos homens e mulheres trabalhadores e os ônus que as mudanças demográficas podem trazer aos cofres públicos.

Diante desses fatos podemos afirmar que a denominada “crise sanitária” advinda da pandemia do novo coronavírus – Sars-Cov-2/covid-19 – é adensada, na verdade, pela superexposição da crise estrutural do capital em curso, mais um capítulo dessa. Essa afirmação se faz necessária para entendermos melhor o fio condutor do pensamento que tento estruturar aqui: a centralidade da velhice nos discursos proferidos desde o início da pandemia estão intrinsecamente relacionados ao “modo capitalista de pensar” que, como define José de Souza Martins “[...] não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação – ideológicas e sociais” (MARTINS, 1986, p. 9), portanto, a morte dos “improdutivos e vagabundos” para o capital é, na verdade, parte de um projeto de produção e reprodução socioeconômica e cultural.

O extermínio é um mecanismo histórico de controle da classe trabalhadora e esse se consolida também por meio do encarceramento em massa e de capturas de ordem mais subjetivas visando o controle e o consenso. Velhos, pobres, pretos, mulheres e crianças serão assim impactados pela doença de forma ainda mais trágica por consequência das desigualdades pré-existentes calcadas e vividas na classe social a que pertencem (e nas identidades que a constituem). Cabe-nos aqui salientar que não é com a eclosão da pandemia que os projetos políticos do Estado brasileiro se alicerçam de maneira “gerontofóbica” e, de certa forma,

74 São inúmeros os exemplos desse discurso em torno da descartabilidade dos velhos que vieram à tona durante a pandemia, tomo aqui apenas dois, trazidos por Thiago Amparo, em 30 de março de 2020, em sua coluna publicada pelo jornal Folha de São Paulo, intitulada *Idosos não são descartáveis*: segundo suas informações, no Texas o governador Dan Patrick afirma, no dia 24/03, que idosos arriscariam suas vidas para manter a economia em funcionamento; e a prefeitura de Milão, em 26 de fevereiro, lança a campanha “Milão não pode parar”.

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

flertam com o “gerontocídio”.⁷⁵ Em 2017,⁷⁶ a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) afirma que mais de 30 milhões de brasileiros têm mais de 60 anos, no entanto, a preocupação com os esses sujeitos e com a realidade social na qual se inserem é há muito banalizada e a condição de vulnerabilidade em que se encontram é naturalizada. Tomemos como exemplo desse projeto político, e dos impactos dele sobre a qualidade de vida dos idosos, o fato de que, ainda que a expectativa de vida dos brasileiros tenha aumentado consideravelmente nos últimos anos, atingindo 76 anos, o número de idosos que morreram neste período por desnutrição cresceu em proporção inversa aos óbitos por essa causa entre as crianças. No Brasil há anos, segundo dados registrados pelo DataSUS, idosos morrem mais que crianças por desnutrição. Em reportagem publicada no site do The Intercept Brasil em maio de 2018, baseada em dados coletados por uma agência jornalística especialista em dados públicos – “Livre.jor” – os jornalistas responsáveis pela matéria afirmam que

Nas últimas três décadas, o Brasil vem conseguindo reduzir a morte de crianças por desnutrição – a queda foi de impressionantes 97% entre 1980 e 2015. Mas pouco se fez para conter a fome dos idosos. O número de brasileiros com mais de 60 anos cresceu 231% nesses anos, e as mortes por falta de nutrição adequada, entre eles, subiram 365% (MARTINS et al., 2020).

É possível afirmar que há, sem dúvidas, uma relação direta entre a diminuição da mortalidade infantil por essa causa (ainda que devamos considerar as subnotificações) e as políticas sociais públicas implementadas nos últimos anos, como, por exemplo, o “Bolsa Família”⁷⁷ e a “Estratégia de Saúde da Família”; o mesmo, no entanto, não acontece em relação aos velhos, não há Políticas que os

75 O Projeto de Lei nº 7.769/17 aprovado pela Comissão de Direitos da Pessoa Idosa, acrescenta no Código Penal (Decreto/Lei nº 2.848/40) um novo tipo de homicídio qualificado: o gerontocídio. Trata-se de crime de homicídio cometido contra a pessoa pelo simples fato desta ser idosa.

76 O Brasil, segundo levantamento *Global AgeWatch Index 2015*, feito pela organização *HelpAge International* em parceria com a Universidade de Southampton, nos Estados Unidos, atingiu o 56º lugar no ranking mundial dos melhores países para os idosos viverem. Estudo avaliou o bem-estar social e econômico dos idosos em 96 países (BRASIL FICA EM 56º..., 2020). No ranking de 2019, entre os dez melhores países, seis ficam na América Latina: Peru (8º); Colômbia (6º); Equador (4º); México (3º); Costa Rica (2º) e o Panamá (1º) a avaliação é feita a partir de critérios como custo de vida, clima, sistema de saúde e governo.

77 O Programa de transferência de renda considerado modelo no mundo, o “Bolsa Família”, foi extinto 18 anos após sua criação. Ele foi revogado pela MP 1061/21, do Poder Executivo, publicada no dia 10 de agosto de 2021, que cria o “Auxílio Brasil”, novo Programa Social do governo Jair Bolsonaro. O “Auxílio Brasil” vêm sendo criticado por criar ainda mais critérios de elegibilidade para o acesso e subverter a lógica do Programa anterior de alcançar as famílias mais vulneráveis. Um exemplo: a exigência para o acesso ao “voucher creche” de comprovação pelos familiares do exercício de atividade remunerada ou emprego.

garantam essa segurança. E, de forma mais grave, como nos adverte Simone de Beauvoir, há um silêncio diante dessa realidade.

A desnutrição mortal entre os velhos, apontadas em pesquisas da área, está intrinsecamente relacionada à violência traduzida em abandono e exploração financeira, quase sempre realizadas por pessoas próximas ou familiares, podendo estes também se encontrarem em condições de vulnerabilidade. No entanto, não podemos ignorar que, sobretudo, as qualidades precárias de saúde e nutrição, são estimuladas por condições de extrema pobreza e desigualdades que os sujeitos, hoje velhos, foram expostos a sua vida inteira.⁷⁸ Salienta-se que como doença primária a desnutrição pode ser evitada com medidas simples independentes de conhecimento científicos elaborados e de assistência médica, é uma doença intrinsecamente relacionada a questões de ordem estruturais.

Ao surgir como fator independente de morte, e não como resultado de uma patologia de base (doença renal, cardíaca ou câncer), a desnutrição suscita indagações sobre a etiologia dos quadros carenciais que levam a óbito. Seria ela o resultado de deficiências nutricionais crônicas? Ou estaria relacionada a um quadro carencial de natureza aguda? Independentemente da fisiopatologia, o problema dos óbitos por desnutrição em idosos traz à tona problemas sociais relacionados à desigualdade de acesso à alimentação em quantidade e qualidade satisfatórias e ao papel das políticas públicas. (OTERO et al., 2002, p. 145-146).

Essa condição tende a se agravar na medida em que se registra no Brasil um quadro desolador de “insegurança alimentar” piorada pelo processo de pandemia.⁷⁹ Na Pandemia, segundo dados divulgados pelo Food for Justice – Power, Politics and Food Inequality in a Bioeconomy, da Universidade Livre de Berlim, construídos em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UNB), 13,6% dos brasileiros ficaram ao menos um

78 “Sabe-se que, nos últimos anos, ocorre um processo de mudança no perfil de saúde da população brasileira, com predomínio das doenças crônicas. A desnutrição no grupo de idosos tende a despertar interesse não apenas pelo número expressivo de óbitos observados a cada ano, principalmente entre os mais idosos, mas sobretudo pela natureza do evento” (OTERO, et al., 2002, p. 145).

79 Sobre os efeitos da pandemia no que diz respeito ao agravamento da “insegurança alimentar” no Brasil, vide o levantamento mais recente sobre o tema, publicado em 2021, pela Rede PENSSAN com apoio do Instituto Ibirapitanga e parceria de ActionAid Brasil, FES-Brasil e Oxfam Brasil, que corrobora com os dados anteriores levantados pela *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2017/2018* (PENSSAN, 2021).

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

dia sem refeição entre os meses de agosto a outubro de 2020. São 125 milhões de brasileiros que enfrentam hoje alguma forma de insegurança alimentar.⁸⁰

Estes dados e reflexões, reforçam a perspectiva aqui adotada de que nenhuma análise será completa se desconsiderar as condições objetivas de vida⁸¹ e valores que estas adquirem na sociedade regida pelo grande capital – o valor, ou melhor, o “não valor” dos considerados “descartáveis” ou “supérfluos”.

No entanto, não podemos nos desatentar do agravamento cruel dessa realidade no Brasil a partir das eleições de 2018 que trazem para o centro das ações políticas um projeto genocida estruturado a partir do que Joseph-Achille Mbembe (2011) cunhou como “necropolítica” que cultua o extermínio daqueles (e daquilo) que por razões diversas são julgados como extermináveis. Segundo Achille Mbembe

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (ACHILLE MBEMBE, 2014, p. 123).

Bolsonaro se elege com promessas de extermínio de que são exemplos o incentivo à compra de armas de fogo por todos os cidadãos e o compromisso de

80 Segundo a *Pesquisa Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, elaborada pela rede PENSSAN, 9% da população brasileira se encontram em situação de insegurança alimentar grave – fome, no ano de 2020, retornando o país aos patamares próximos aos de 2004: “[...] enquanto os levantamentos relativos ao período de 2004 a 2013 registraram o aumento progressivo de famílias em SA, este progresso foi revertido como mostram os dados coletados na Pesquisa de Orçamento Familiar-POF 2017-2018. O advento da pandemia provocou queda ainda mais abrupta da SA no país nos últimos dois anos, com aumento dos níveis de IA moderada ou grave cujos resultados atingem proporções atuais equivalentes às que vigoravam em 2004” (PENSSAN, 2021, p. 11).

81 Conforme o Banco Mundial, nos países classificados como de médio/alto desenvolvimento – como os da América Latina-, a linha de corte da extrema pobreza é representada por aqueles que têm uma renda domiciliar per capita dia de US\$1,90, o que equivalia, em 2016, a R\$133,72 mensais. Este valor atualizado pelo IPCA corresponde a R\$ 136, em 2017. (PENSSAN, 2021, p. 11). Dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios (PNAD, 2017) do IBGE mostram que o contingente da extrema pobreza no país saltou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões em 2017, passando a representar 7,2% da população brasileira. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 11,2% do número de pessoas em situação de extrema pobreza que cresceu em todas as regiões do país (VILLAS BOAS, 2018).

garantir lícita as mortes provocadas por policiais em serviço.⁸² Na “necropolítica do Brasil” (OLIVEIRA, 2019), a luta de classes que sempre foi considerada uma “realidade hipotética”, negada no imaginário e na construção do país, torna-se evidente, com o alcance de parte significativa da classe trabalhadora a bens econômicos, culturais e políticos a ela recusados na sua construção social. Segundo Oliveira (2018), é esta a razão que leva o país a uma “polarização”. O acesso de uma parcela da população a serviços e bens de consumo que ministram uma pequena mobilidade social, reforçada pelo acesso à educação, especialmente a universitária, nos governos do PT, faz com que essa parcela passe a ocupar espaços simbolicamente não reservados a ela e a disputá-los com os que, até então, se consideravam a “classe média brasileira” que, nesse mesmo movimento, vivencia seu achatamento, tendo suas condições de vida pioradas por perdas objetivas e materiais. Nesse movimento, a classe média brasileira volta suas armas do descontentamento para os subalternos, considerando “privilégios” os parques direitos sociais (COSTA & MENDES, 2020), pautando-se nos ideais burgueses de vida e de comportamento da “nossa classe dominante” que ao longo de nossa história tem evidenciados seu desprezo e asco pelo “povo brasileiro”.⁸³ Essa polarização é o terreno fértil para a eleição de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018 como o “salvador da pátria” ainda que não apresentasse nenhum plano de governo ou qualquer preocupação com o bem comum, e, muito menos, preparo para a gestão pública. Entretanto, não podemos perder de vista que essa escolha é a representação do nosso processo formativo e do papel que desempenhamos na totalidade mundial. Como nos indicam Costa e Mendes (2020) – “Bolsonaro e os bolsonaristas são a mais límpida manifestação do nosso arcaico moderno” (p. 58). Assim, tais autores nos advertem que nos assustamos com a “sombra do monstro” e nos esquecemos do “próprio monstro” e apresentam, como vimos construindo até aqui, “[...] o bolsonarismo como sinalizador não só desse Brasil atual ainda

82 Durante sua campanha, em visita ao BOPE/Rio de Janeiro, no dia 15 de outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro, apresenta como parte de sua “Política de Segurança Pública” a garantia de implantação do “excludente de ilicitude” para policiais em serviço, uma espécie de licença para matar, podendo ser estendida a todo cidadão, a revisão do Estatuto do Desarmamento a fim de permitir que todos tenham acesso a armas (compra e porte), a redução da maioria penal e o aumento do encarceramento; a tipificação como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas a fim de garantir a propriedade privada (JAIR BOLSONARO..., 2020).

83 “Temos um jogo de xadrez onde peões combatem outros peões, movidos pelas mãos, justamente, da classe dominante, a despeito das chacoalhadas no tabuleiro por alguns destes peões e demais proletários do xadrez. Uma batalha chamada luta de classes, cujo ressentimento também adquire lógica de classe – num movimento de cima para baixo, em que os que se acham no meio não passam ilesos, afinal, para os de cima, qualquer um que está abaixo é “de baixo”, não importa se mais ou menos. E isso nos leva, portanto, à necessidade de resgate da categoria de classe nos moldes marxianos, com a classe trabalhadora antagônica à burguesia, oriundas da contradição capital-trabalho, ao invés de estratificações socioeconômicas baseadas em renda” (COSTA & MENDES, 2020, p. 130).

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

mais coleroso, mas do mundo em que vivemos como um todo, refletindo o próprio estágio de avanço da barbárie.” (COSTA & MENDES, 2020, 57).

Retomando o nosso ponto de partida, somado a essas reflexões mais contemporâneas das especificidades brasileiras, saliento que a denominação do que vivenciamos no planeta por “Crise do coronavírus” é parte de uma tentativa insana de dar à “crise” uma contextualização externa, pautada em uma compreensão a-histórica, biologizante e naturalizante que, a partir de ampla construção ideológica, desvincula a forma de vida atual - globalizada, erguida sob o comando do grande capital- de quaisquer responsabilidades e mesmo controle sobre ela (JAPPE, 2020). Tal perspectiva, apresenta como saída da crise (ou não retorno desta) respostas construídas a partir da ideia “altercapitalista” que acredita em uma “pedagogia da catástrofe” capaz de promover mudanças nos modos de vida erguidos sob o comando do capital sem romper definitivamente com os modos de produção do valor, pautando-se nas transformações individualizadas dos padrões de consumo, de cultura, formas mais ecológicas de exploração e na solidariedade entre os povos. Reafirmamos: a crise atual é obra do modo como se organiza e valora a vida na sociedade capitalista, é parte intrínseca deste.

O capitalismo se funda na e pela exploração do ser humano pelo outro, assim, no que diz respeito especificamente ao sujeito velho, como já salientado, em uma sociedade onde o valor do ser humano é dado por sua capacidade produtiva - produção e consumo - é fato que esses deixem de ter valor e possam ser facilmente descartados. Ressalto que não há ainda um estudo sobre os impactos da morte desses sujeitos velhos, aposentados, muitas vezes a única renda fixa familiar, sobre as condições de sobrevivência das famílias pobres após o período pandêmico.⁸⁴

No Brasil atual há uma crescente precarização da vida que traz para o centro das discussões a precarização do trabalho - crucial na análise crítica da ordem capitalista. No segundo semestre/2020, no país, 6 milhões de trabalhadores eram informais e 13,5 milhões estavam desempregados no primeiro trimestre/2021, a quarta taxa de desemprego do mundo, segundo dados divulgados pelo IBGE. No primeiro trimestre de 2022, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,2%, com 12 milhões de desempregados, mas com um dado ainda mais alarmante, segundo Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e rendimento do IBGE, “No trimestre

84 O que já é sabido é que o número de vítimas com mais de 60 anos é maior na região Norte do país, embora essa região apresente altas taxas de natalidade e mortalidade e tenha uma população relativamente mais jovem que o Sul e o Sudeste, segundo estudo realizado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, publicado no Caderno de Saúde Pública, volume 37, número 6, em junho de 2021 que teve [...] *por objetivo comparar as taxas de mortalidade brutas por COVID-19 com as taxas padronizadas por idade nas capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal*”- dados que somados as condições objetivas de vida nesta região - acesso a bens e serviços públicos, taxas de desemprego, condições de moradia, saúde, educação, entre outros fatores, podem indicar o quanto as desigualdades sociais são muito mais letais que o próprio vírus”. (SILVA et al., 2021).

encerrado em fevereiro, houve retração da população que buscava trabalho, o que já vinha acontecendo em trimestres anteriores. A diferença é que nesse trimestre não se observou um crescimento significativo da população ocupada”.⁸⁵ Cabe ainda ressaltar que neste mesmo período foi registrada a menor renda média do trabalho desde o início da série histórica, em 2012.

Na direção das reflexões que estou construindo aqui, considerando os impactos das mortes destes sujeitos velhos sobre as condições de vida de seus familiares e até das comunidades nas quais estavam inseridos, é importante registrar que pesquisas anteriores já apontavam a inversão da escala de dependência, passando os velhos de assistidos e dependentes para arrimo de família, muito antes da “crise sanitária” mundial. No Brasil, tal inversão é especialmente visível ao longo dos anos de 1990, quando, dado o processo de reestruturação produtiva e precarização do trabalho (aumento do desemprego e vínculos informais de trabalho), as famílias que tinham em sua composição indivíduos aposentados e, por vezes, proprietários da “casa própria” (advinda de programas sociais habitacionais das décadas anteriores), alcançaram melhores condições de sobrevivência.⁸⁶ A partir dos anos 1990, aos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensões, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, realizada pelo IBGE, somam-se os rendimentos provenientes de benefícios federais não contributivos, dentre eles o denominado “Benefício de Prestação Continuada” (BPC)/LOAS, instituído na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº. 8742/93. Estes Benefícios passam a compreender a segunda maior participação na composição dos orçamentos familiares, sendo a primeira, a proveniente do rendimento do trabalho. Ressalto ainda com o mesmo intuito, a importância da renda destes sujeitos hoje velhos para a manutenção da economia de municípios inteiros, especialmente os de pequeno porte que, segundo o IBGE são aqueles com menos de 25 mil habitantes, correspondendo a 76,9% dos municípios brasileiros (CENSO de 2010): se considerarmos o processo crescente e desorganizado de urbanização, desvalorização da agricultura familiar, somado à precarização das condições de trabalho e renda agravadas nos municípios de pequeno porte devido à reduzida capacidade de absorção da mão de obra, ainda que de maneira informal, a morte desses sujeitos aposentados trará consequências gravíssimas à arrecadação municipal, pois a renda advinda das aposentadorias/pensões é parte fundamental na manutenção do comércio e dos serviços nesses

85 Para mais informações vide artigo publicado por Darlan Alvarenga no Portal G1 em 31/03/2022.

86 “[...] as famílias brasileiras que contêm idosos estão em melhores condições econômicas do que as demais. São relativamente menos pobres se medidas pela proporção de famílias cujo rendimento médio mensal *per capita* é menor do que um salário-mínimo. As que não contêm idosos apresentam uma proporção de famílias pobres quase duas vezes mais elevada que as que contêm (27,8% e 15,0%)” (CAMARANO, 2004, p. 59).

espaços territoriais. A morte destes homens e mulheres velhos, somada à ausência de políticas públicas efetivas, acarretará um empobrecimento das famílias onde eram provedores ou parte significativa e fixa da renda familiar. E, indiscutivelmente, não podemos desconsiderar que a morte de um sujeito velho em condições plenamente evitáveis, apaga parte considerável da história e desestrutura não apenas economicamente uma família, mas essencialmente, destrói laços e vínculos que sustentam o humano e as relações sociais que tecem a vida em sociedade. Aqui, apenas quis dar centralidade aos aspectos econômicos que adensam a não aceitação dos argumentos que abrem esse artigo, ainda que estritamente para a manutenção da ordem do capital.

Assim, ao contrário da absurda declaração atribuída à então, superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), a economista Solange Vieira, convidada pelo ministro da saúde à época, Luiz Henrique Mandetta, para uma reunião da pasta em março de 2020, logo no início da pandemia e do anúncio da probabilidade de um número maior de mortos entre os velhos, em que afirma que tal fato seria vantajoso para a economia, visto que diminuiria os gastos previdenciários, melhorando assim o desempenho econômico brasileiro na medida em que sanaria o suposto rombo nas contas públicas da Previdência (discurso divulgado pelo portal Terra no dia 28 de março de 2020),⁸⁷ a morte dos sujeitos velhos, principalmente, em um país onde há uma acelerada inversão demográfica com aumento significativo do número de sujeitos velhos, desemprego e instabilidade financeira crescentes entre os mais jovens, tecem, em análise puramente economicista, um cenário desastroso.

Igualmente relevante se faz ressaltar que as condições dos homens que envelhecem na sociedade capitalista brasileira (numa perspectiva de análise pautada no processo de envelhecimento que se gesta da infância à velhice) tendem a se tornarem ainda piores que as atuais diante do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, determinado em 2016 por uma Emenda Constitucional proposta pelo governo Temer, conhecida pela “PEC do Teto”; “PEC do fim do mundo” ou a “PEC da morte” (PEC 55/2016) que penaliza ainda mais os dependentes dos “gastos sociais públicos”, ou seja, os mais pobres, os historicamente rejeitados e descartados pelo capital, a classe trabalhadora. As consequências desse congelamento estruturado

87 “No dia 17 de março, quando o País sentia os primeiros impactos do novo coronavírus, a superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Solange Vieira, teria dito e a integrantes do Ministério da Saúde, segundo relatos, que a concentração da doença principalmente em idosos poderia ser positiva para melhorar o desempenho econômico do Brasil ao reduzir o rombo nas contas da Previdência. [...] A fala foi dita em reunião fechada da qual participou o epidemiologista Julio Croda, então chefe do departamento de imunização e doenças transmissíveis do ministério, e outros integrantes da pasta. [...] Segundo Croda, Solange afirmou: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos. Isso vai melhorar nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”. A fala foi inicialmente divulgada em reportagem da agência Reuters.” (LINDNER & VARGAS, 2020).

para garantir a imersão do país em um projeto neoliberal, que à moda brasileira é convergente com o conservadorismo,⁸⁸ já puderam ser sentidas no período pandêmico, especialmente na política de saúde, que tem as já precárias condições agravadas pela sobrecarga do sistema.

No que diz respeito especificamente aos sujeitos velhos, o congelamento dos “gastos públicos” faz com que as políticas de atenção a essa etapa da vida, há muito negligenciadas, deixem então de existir ou se resumam a ações pontuais e mercantilizadas, que contribuem especialmente para a “negação da velhice” e responsabilização individual dos sujeitos e suas famílias pela manutenção e qualidade de suas vidas. Somam-se a esse já alarmante quadro, o desmonte da rede de proteção básica, a não estruturação real da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994), da Política Nacional de Saúde do Idoso (normatizada pela Portaria GM/MS nº 2.528, de 19 de outubro de 2006) e do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), levando a uma crescente desproteção social dos velhos no Brasil. Destaca-se que, como parte do processo de silenciamento em torno das questões que envolvem o processo de envelhecimento, os serviços disponíveis para os velhos provenientes da classe trabalhadora pobre no Brasil são os mesmos há séculos, qual seja: os asilos (hoje denominados Instituições de Longa Permanência). Essa modalidade de atendimento, embora indispensável considerando as condições reais de vida da maior parte da população brasileira que não tem condições de prover sua subsistência ou de sua família, não responde às múltiplas necessidades advindas do processo de envelhecimento marcadas pelas desigualdades e inúmeras diferenças que estruturam a sociedade capitalista. E esta condição de despreparo, descaso, não implementação real e até obsolescência de grande parte das políticas de atenção à velhice foi escancarada também no período pandêmico, podendo ser tomado como exemplos: tanto a morte de 7 idosos em 6 dias por covid-19 em um “Asilo” da cidade de Piracicaba no interior do Estado de São Paulo, publicizada pelos jornais no dia 29 de abril de 2020; quanto, e de forma ainda mais macabra e não proporcional, o que foi conhecido a partir da “CPI da Pandemia” (BETIM et al., 2021)⁸⁹ como “o caso PREVENT SENIOR”. De acordo com os depoimentos colhidos pela CPI, a operadora de saúde, voltada para o público idoso, historicamente rechaçado dos convênios privados e tomado como peso econômico na rede pública de saúde, realizou testes com o

88 “Na verdade, o neoliberalismo, como o capitalismo, não tem nacionalidade, é internacionalista: capital e capitalista do mundo, uni-vos! O que temos é um neoliberalismo na periferia do capitalismo, em um país de condição dependente – e servil [...], atrelada à sua gênese colonial-escravocrata. Trata-se, portanto, de uma das variadas configurações possíveis do neoliberalismo [...]” (COSTA & MENDES, 2020, p. 42).

89 Sobre a gestão macabra da pandemia no governo de Jair Bolsonaro, sugiro a leitura do seguinte artigo do El País, do jornalista Juan Arias, na coluna Opinião do dia 25 de novembro de 2021.

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

uso de tratamentos experimentais e comprovadamente ineficazes em pacientes infectados pela doença sem o consentimento destes e de seus familiares e/ou responsáveis, através, inclusive do envio remoto aos pacientes do denominado “Kit Covid” - composto por hidroxicloroquina e ivermectina, entre outros medicamentos ineficazes contra a covid-19, além de ter ocultado mortes com o intuito de melhorar os índices de recuperação. As mortes de 9 pessoas atendidas na PREVENT SENIOR não abalaram os lucros da empresa e, inclusive, os impulsionaram no ano de 2020, segundo artigo publicado, no dia 18 de setembro de 2021, pelo The Intercept Brasil que afirma que o lucro líquido da empresa nesse ano foi de R\$495 milhões.⁹⁰

Diante deste quadro traçado até aqui em que busco ressaltar o “projeto” que pauta a descartabilidade dos sujeitos que envelhecem na sociedade erguida sob o comando do capital e a desresponsabilização pública, em contrapartida à uma responsabilização privada por suas “velhices”, rompendo com uma vinculação simplista de causa e efeito entre precarização da vida e processo pandêmico, trago à tona, mesmo que de forma superficial, a recente proposta da Organização Mundial de Saúde - OMS de classificar a “velhice” como sendo uma doença, compondo assim, a “Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde” (CID11/2022 que entrou em vigor em janeiro). Ainda que a OMS tenha recuado da proposta após pressões de parte da comunidade científica e da sociedade civil, não se pode desconsiderar a gravidade desse fato e tudo o que ele simboliza: essencialmente a desvinculação da velhice dos processos estruturais que a constitui e a atribuição aos homens e mulheres que envelhecem do dever de se auto prevenirem daquele que pode ser considerado o “mal do século”; isto sem falar em um aumento ainda mais substancial de fármacos e cosméticos a serem consumidos com a promessa do “antienvelhecimento” que teriam suas pesquisas garantidas pelo acesso a recursos financeiros destinadas à busca da “cura”.⁹¹ Ao apresentar a proposta, a OMS alegou que a inclusão da “velhice” (categoria de idade historicamente construída) na CID facilitaria o seu uso nos atestados de óbito, e, assim, tornaria possível classificar essa como a única causa mortes de homens e mulheres velhos. No entanto, além do fato de demonstração de completa desconsideração da forma histórica como as categorias de idade vão

90 “O balanço financeiro da empresa mostra que 2020, apesar de tudo, foi um excelente ano para os negócios da Prevent Senior. A empresa terminou com 505 mil clientes na carteira, um aumento de 9% em relação a 2019. Com isso, conseguiu faturar R\$ 4,3 bilhões, 18% a mais do que no ano anterior – o que lhe garantiu lucro líquido de R\$ 495 milhões, valor 15% superior a 2019. Uma verdadeira façanha para quem, no começo da pandemia, quase teve hospitais interditados por causa da enorme quantidade de mortes.” (DIAS, 2021).

91 Sugiro leitura, dentre outros: 1- Por que velhice é doença segundo a OMS? • Congresso de Saúde 2022 | Summit Saúde Estadão (estadão.com.br) 2- Debatedores pedem retirada do termo velhice da Classificação Internacional de Doenças - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br); 3- Brasil pressiona OPAS/OMS para revisão do termo “velhice como doença” - Portal do Envelhecimento.

sendo estruturadas para responderem às necessidades de produção e reprodução dessa sociedade - e do processo de envelhecimento e velhices como resultado e resultante (posto que não acabado) das relações que estabelecemos ao longo de nossas vidas, profundamente marcadas pelas nossas condições de raça, etnia, gênero, espaço, território que fazem as experiências de classe heterogêneas - ao propor a “velhice” como classificação identitária de uma doença, apaga-se todas as suas diferenças e diluem as desigualdades sociais, econômicas e culturais estruturais na ordem do capital.

Há inúmeras questões a serem discutidas aqui, partindo da própria concepção sobre saúde e doença; e, chegando aos argumentos utilizados pelos idosos, membros da sociedade civil e profissionais das mais diversas áreas, envolvidos nos debates sobre essa proposta, que a avaliavam como positiva, para justificar suas posições que se pautavam numa perspectiva igualmente estereotipada sobre a velhice, ancoradas quase em sua totalidade no que Haddad (1986) denominou de “a ideologia da Velhice”. No entanto, me atenho a registrar que essa proposta está intrinsecamente relacionada ao que vim demonstrando até aqui: a um projeto ideológico que corresponde aos anseios e necessidades de perpetuação da ordem socioeconômica e cultural que sustenta globalmente a relação social – capitalismo, e que é nutrido e se nutre nesta relação cotidianamente.

Como nos esclarece Marilena Chauí, a ideologia apaga o ser social na medida em que estabelece um conjunto de ideias e comportamentos a ela relacionados que deve ser aceito por todos independente de seu pertencimento de classe. Ela é apartada das instituições, da vida cotidiana, da organização política e, no seu mais alto grau, desvinculada da vida social como um todo, visando silenciar as desigualdades, desconsiderar as diferenças e construir um discurso homogêneo. Assim, imbuídos desse conhecimento crítico, precisamos fortalecer a certeza de que as ideias não existem de maneira autônoma, independente das relações entre as classes fundantes dessa sociedade – trabalhadora e burguesa.

Dito isso, e finalizando as reflexões em torno do meu objeto, saliento que as desigualdades previamente estabelecidas, estruturadas nesta ordem societária faz com que sejamos afetados de maneiras muito distintas pelas questões que a “pandemia” traz para o centro iluminado das discussões. Como exemplar dessas desigualdades prévias e que, sim, são agravadas neste momento histórico, pode-se tomar os registros estatísticos que demonstram as desigualdades da vacinação e do acesso à vacina pelos países no mundo: até fevereiro do presente ano, países inteiros africanos registravam baixíssimo grau (ou nenhum) de imunização, enquanto os Estados Unidos da América detinham um número exorbitante de vacinas. Esse índice tão desigual leva o diretor geral da Organização Mundial da Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus a afirmar que “a desigualdade na vacinação é o maior obstáculo do mundo para acabar com esta pandemia e se recuperar da COVID-19”.

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

Ainda segundo a OMS, estima-se que 80% dos imunizantes produzidos no mundo foram recebidos pelos países participantes do G20.⁹² Além disso, ou melhor, somado a essa desigualdade na distribuição, há a desigualdade e a disparidade nos valores cobrados pelos imunizantes, segundo a própria OMS, o valor pago pela África do Sul para ter acesso às vacinas de um dos laboratórios é o dobro do pago pela mesma vacina pela União Europeia. Estes dados, somados a tantos outros que escancararam a desigualdade de acessos aos bens e serviços públicos (e a ausência destes, inclusive), especialmente por uma parcela significativa da população mundial, revelam a falência dos princípios humanitários que nos unem em um tecido social, ou, como já denominado por muitos pesquisadores, descortinam a “barbárie do estágio atual do capitalismo mundial” no qual se destrói a solidariedade de classe (e, essencialmente, a perspectiva analítica pautada no real que reconhece a sociedade dividida em classes antagônicas – a formada pelos que detêm os meios de produção e a formada por aqueles que só têm propriedade da sua força de trabalho) e se dissemina práticas de ódio e de genocídio, como nos advertiu Marilena Chauí em aula aberta na plataforma digital do “Instituto Conhecimento Liberta” ministrada no dia 07 de abril de 2022.

O caminho argumentativo traçado neste texto demonstra que é indispensável nas análises sobre o processo de pandemia e seus efeitos tomar como alicerce a indissociabilidade destes com o modo de vida erguido sobre o comando do grande capital e reconhecer que o essencial na sua estruturação “[...] não é o vírus, mas a sociedade que o recebe” (JAPPE, 2020, p. 18). Portanto, ao voltarmos nossos esforços reflexivos para a relação direta entre a pandemia da covid-19 e a centralidade nos discursos que ela trouxe, especialmente em seus primeiros meses, para a etapa da vida denominada velhice, não podemos desconsiderar as históricas formas de tratamento dada aos sujeitos que envelhecem no fazer cotidiano da vida nesta sociedade. Não podemos desconsiderar que o valor do ser humano é dado por sua capacidade produtiva, por sua disponibilidade de vender sua força de trabalho no mercado, o que torna, então, descartáveis os que por razões diversas não se “enquadram” nessas expectativas e necessidades do capital, dentre esses “descartáveis” estão os que já foram “moídos” nas engrenagens do sistema durante a maior parte do seu exaustivo curso de vida.

92 O motivo dessa demora é a desigualdade na distribuição de vacinas ao redor do globo. A OMS estima que, de todos os imunizantes produzidos até agora, 80% foram recebidos por países membros do G20 — nas nações mais pobres, essa taxa é de somente 0,6% (VIGGIANO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velhice, enquanto uma fase da vida, pode ser tomada como inscrita na fatalidade, no sentido de ser preestabelecida, onde, a não ser que a morte nos surpreenda antes, todos nós, em curso normal de vida, chegaremos e vivenciaremos; mas o processo de envelhecimento, a forma como envelhecemos nesta sociedade, não é uma fatalidade, visto ser uma construção social, marcada pelas inúmeras diferenças subjetivas e incontestáveis desigualdades socioeconômicas sob as quais se produz e reproduz o capital/capitalismo. Se assim concebemos o processo de envelhecimento, também tomamos a velhice enquanto uma categoria de idade socialmente construída e, como observa Beauvoir (1990), afirmamos que há diferentes e desiguais “Velhices”. Essa maneira de ler a velhice e o processo de envelhecimento a desvincula da percepção que a toma como “natural” e a inscreve na realidade histórica, com determinações históricas.

Nesta perspectiva, o apelo do ator Flávio Migliaccio em sua “carta de despedida”, que impulsiona esse esforço reflexivo, revela a necessidade de repensarmos as formas de vida erguidas sob o comando do grande capital e reconhecer a necessidade primordial de mudanças radicais do sistema capitalista e da ideologia que o sustenta e o reproduz – “cuidem de nossas crianças hoje!”.

Para finalizar, deixo aqui uma questão boa para pensarmos: o momento histórico pode ser frutífero, pois como alguns sujeitos que se propuseram a pensá-lo criticamente já apontam, ele trouxe à superfície as contradições, expondo para o debate questões até então tomadas como “naturais”, muitas vezes incorporadas como parte da vida em sociedade, desvinculadas de suas raízes e das estruturas sociais e econômicas que as demandam e as justificam. Na medida em que a vida cotidiana é desassossegada abre-se e cresce espaços de resistência, escancaram-se as rachaduras que em uma perspectiva de leitura da realidade mais totalizante são parte fundante das relações sociais erguidas nesta ordem societária. Esclareço que não tenho a esperança de mudanças da ordem como uma relação simplista de causa e efeito, que foi inclusive exaltada por alguns relevantes pensadores no início do processo de isolamento social como possível, desejável e viável. Não acredito em um processo de “humanização” e “solidariedade” (ainda que a cristã) como efeito direto da denominada “crise sanitária”, aliás, essa ilusão não se sustentou nem no primeiro ano da Pandemia, pois sabemos ser a “coisificação” e a lógica mercadológica, bases primordiais de sustentação desta sociedade. Mas, não descredito da dialética e das possibilidades reais de transformações a partir da exacerbação da luta de classes, considerando, inclusive, o igualmente acirrado processo de miserabilidade que se estende para a maior parte da população mundial. O que nos resta, enquanto sujeitos históricos, talvez seja exercer a nossa capacidade revolucionária de acreditar e nos colocar coletivamente em movimento.

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

Desta forma, acredito que poderemos construir no presente um futuro emancipador para todos; para os homens, para as mulheres, para os negros, para a população LGBTQIA+, para os indígenas, para os migrantes, enfim, para os sujeitos sociais que constroem e reconstróem a história e, assim, estaremos enfim, “cuidando melhor das nossas crianças hoje” e construindo condições dignas de envelhecimento e velhices.

REFERÊNCIAS

ACHILLE MBEMBE, Joseph. Necropolítica. Revista Arte & Ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 32, 2016. Temáticas, p. 123-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 11 abr. 2020.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Debatedores pedem retirada do termo velhice da Classificação Internacional de Doenças. 15 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/786247-debatedores-pedem-retirada-do-termo-velhice-da-classificacao-internacional-de-doencas/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ALVARENGA, Darlan. Desemprego fica em 11,2% em fevereiro e ainda atinge 12 milhões, diz IBGE. G1. 31 de março de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/31/desemprego-fica-em-112percent-em-fevereiro-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2022.

AMPARO, Thiago. Idosos não são descartáveis. Folha de S.Paulo. 30 de março de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/03/30/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ARIAS, Juan. Se depois da CPI Bolsonaro ficar impune, será um escárnio nacional. EL País. 25 de novembro de 2021. Opinião. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-11-26/se-depois-da-cpi-bolsonaro-ficar-impune-sera-um-escarnio-nacional.html>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. A Velhice. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BETIM, Felipe; OLIVEIRA, Regiane; BENITES, Afonso. Prevent Senior, em busca do macabro milagre da cura pela cloroquina que alimentou Bolsonaro. EL País. 22 de setembro de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-23/prevent-senior-em-busca-do-macabro-milagre-da-cura-pela-cloroquina-que-alimentou-bolsonaro.html>. Acesso em: 25 nov. de 2021.

CAMARANO, Ana Amélia. (org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? IPEA, 2004.

_____. Muito além dos anos 60: os novos idosos brasileiros. IPEA, 1999.

CHAUÍ, Marilena. O mito fundador. In: Brasil – mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, p. 57-87, 2000.

_____. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, (6 reimpressão), 1996.

_____. Raízes teleológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina. (org.). Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil. SP: Brasiliense, 1994.

_____. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 6ª. Edição. São Paulo: Cortez, 1993.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. Subjetividade no Brasil da cólera: formação e conjuntura. Curitiba: CRV, 234p., 2020.

CUNHA, Estela Saléh. Sobre envelhecer e ser velho em Liberdade. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de serviço social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Velhices: múltiplas faces de um processo socialmente construído. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

_____. Política de Atenção à velhice: pressupostos e significados; uma análise sob a ótica cultural. In: Revista Libertas: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v. 2, n. 2, jul./dez. de 2002 – v. 3, n. 1 e n. 2, jan./dez. 2003. Juiz de Fora: ed. UFJF, (impresso em 2005), p. 187 – 202, 2003.

DIAS, Tatiana. Mercado financeiro passou pano para experimentos mortais da Prevent Senior com hidroxicloroquina. The Intercept Brasil. 18 de setembro de 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/09/18/prevent-senior-experimentos-mortais-hidroxicloroquina-covid/>. Acesso em: 23 set. 2021.

ESTADAO. Por que velhice é doença segundo a OMS? SUMMITT SAÚDE Brasil 2022. Disponível em: <https://summitsaude.estadao.com.br/saude-humanizada/por-que-velhice-e-doenca-segundo-a-oms/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

EXAME. SECOM apaga posts e diz que campanha “O Brasil não pode parar” não existe. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/secom-apaga-posts-e-diz-que-campanha-o-brasil-nao-pode-parar-nao-existe/>. Acesso em: 06 mai. 2020.

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

G1. Brasil fica em 56º em ranking mundial dos melhores países para idosos. Melhor país do mundo para idosos viverem é Suíça, seguido por Noruega. São Paulo, 09 de setembro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/brasil-fica-em-56-em-ranking-mundial-dos-melhores-paises-para-idosos.html>. Acesso em: 19 mai. 2020.

G1. Jair Bolsonaro: as promessas do candidato do PSL à Presidência. 11 de out. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/11/jair-bolsonaro-as-promessas-do-candidato-do-psl-a-presidencia.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 215p., 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Monitora COVID-19. Disponível em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FERNANDES, Davi. Veja a carta de despedida do ator Flávio Migliaccio. GP1. 04 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/brasil/noticia/2020/5/4/veja-carta-de-despedida-do-ator-flavio-migliaccio-477230.html>. Acesso em: 04 mai. 2020.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. O envelhecimento no cenário de crises e contrarreformas: vive-se o tempo do possível. In: TEIXEIRA, Solange Maria; PAIVA, Nanci Soares (orgs.). Envelhecimento e políticas sociais em contextos de crise e contrarreformas. Curitiba: CRV, 352p., 2019.

_____. O direito à velhice: os aposentados e a previdência social. 2 ed. São Paulo, Cortez. (Coleção Questões da nossa época, v. 10), 2001.

_____. A ideologia da velhice. São Paulo: Cortez, 1986.

HORA DO POVO. Sem previdência pública Chile tem suicídio recorde entre idosos com mais de 80 anos. 18 de ago. de 2018. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/sem-previdencia-publica-chile-tem-suicidio-recorde-entre-idosos-com-mais-de-80-anos/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). CENSO, 2010.

_____. Amostragem de Domicílios - PNAD/IBGE. Síntese de indicadores Sociais, 2015.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro:

IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

LINDNER, Julia; VARGAS, Mateus. Morte de idosos por covid-19 melhora contas da Previdência, teria dito chefe da Susep. Portal Terra. 28 de março de 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/morte-de-idosos-por-covid-19-melhora-contas-da-previdencia-teria-dito-chefe-da-susep,-348d89b6a665f599a9e48108ca3b2c42ox0sz0sy.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MARTINS, José de Souza. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: _____. O poder do atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC, p. 19-51, 1994.

_____. Sobre o modo capitalista de pensar. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARTINS, Rafael Moro; RIBEIRO, Alexsandro; LAZARO, José. Uma silenciosa epidemia mata de fome quase 5 mil idosos por ano no Brasil: faz mais de 25 anos que a fome mata mais idosos do que crianças. Envelhecimento da população e corte de gastos do governo prenunciam futuro nebuloso. The Intercept Brasil. 25 de maio de 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/05/25/5-mil-idosos-morrem-de-fome/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OTERO, Ubirani Barros; et al. Mortalidade por desnutrição em idosos, região Sudeste do Brasil, 1980-1997. Revista de Saúde Pública. São Paulo: v. 36, n. 2, p. 141-148, 2002. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2002.v36n2/141-148/pt>. Acesso em 13 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Jucemir de. Extremismo e cidadãos de bem: entendendo as eleições de 2018. E-Book. 41p. 29 de setembro de 2019.

PAJOLLA, Murilo. Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU? Brasil de Fato. Lábrea (AM), 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu>. Acesso em: 14 jul. 2021.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Rio de Janeiro, março de 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso: 11 abr. 2020.

PODER 360. Conheça a faixa etária dos mortos por covid-19 no Brasil e em mais 4 países. 9 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/conheca-a-faixa-etaria-dos-mortos-por-covid-19-no-brasil-e-em-mais-4-paises-4/>. Acesso em: set. 2021.

DE “VAGABUNDOS” A “DESCARTÁVEIS”: A TRÁGICA TRAJETÓRIA DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL ESCANCARADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

PORTAL DO ENVELHECIMENTO E LONGEVIVER. Brasil pressiona OPAS/OMS para revisão do termo “velhice como doença”. 20 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/brasil-pressiona-opas-oms-para-revisao-do-termo-velhice-como-doenca/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, Gulnar Azevedo; JARDIM, Beatriz Cordeiro; LOTUFO, Paulo Andrade. Mortalidade por COVID-19 padronizada por idade nas capitais das diferentes regiões do Brasil. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro: volume 37, número 6, junho de 2021. Comunicação Breve. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BSdNnmSRWRxf9hZsx7CWB5Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2021.

VIGGIANO, Giulliana. Por que há desigualdade de vacinas no mundo e o que isso tem a ver com a Ômicron. CNN Brasil. 05 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/por-que-ha-desigualdade-de-vacinas-no-mundo-e-o-que-isso-tem-a-ver-com-a-omicron/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

VILLAS BOAS, Bruno. Número de Miseráveis aumenta em 1,5 milhão. Valor Econômico. Rio de Janeiro: Ano 18, n. 4481, 12 de abril de 2018.

Capítulo VIII

Por Onde Andam as Políticas e Direitos das Dissidências Sexuais e de Gênero? Invisibilidades e Resistências

*Marco José de Oliveira Duarte*⁹³
*Dandara Felícia Silva Oliveira*⁹⁴
*Júlio Mota de Oliveira*⁹⁵
*Sidnelly Aparecida de Almeida*⁹⁶

- 93 Assistente Social. Mestre e Doutor em Serviço Social. Pós-Doutor em Políticas Sociais. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/UFJF-CNPq). Coordenador do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) da UFJF. Coordenador da ênfase em sexualidades do Grupo Temática de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Email: marco.duarte@ufjf.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>.
- 94 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Ciências Sociais e Gastronomia. Pesquisadora do GEDIS/UFJF-CNPq e Colaboradora bolsista de extensão do CeR-LGBTQI+ da UFJF. Email: dandaradoxum@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4924-7448>.
- 95 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. Especialista em Relações de Gênero e Sexualidades. Bacharel em Direito. Pesquisador do GEDIS/UFJF-CNPq e Advogado colaborador do CeR-LGBTQI+ da UFJF. Email: jmotadeoliveira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6535-6257>.
- 96 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Psicologia Jurídica. Bacharel em Psicologia. Pesquisadora do GEDIS/UFJF-CNPq e Psicóloga colaboradora bolsista de extensão do CeR-LGBTQI+ da UFJF. Email: jmotadeoliveira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7793-2944>.

INTRODUÇÃO

Este capítulo propomos uma analítica crítica sobre as políticas e direitos voltados para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, intersexos e mais (LGBTI+), no contexto do Estado ultraneoliberal e ultraconservador, com suas ofensivas antigênero, anti-LGBTI+ e anti-negro. Para tanto, problematiza-se o conceito de interseccionalidade, historiciza os principais marcos regulatórios no campo das políticas e direitos dos sujeitos LGBTI+, para que se possa analisar, a partir deste cenário, os retrocessos e resistências que se situam as dissidências sexuais e de gênero na contemporaneidade em tempos de necropolítica (MBEMBE, 2018).

Assim, o que se propõe com a análise aqui desenvolvida é colocar, na cena do debate, as fragilidades e precariedades de manutenção das políticas públicas voltadas para o público LGBTI+, assim como os percalços e contradições, de fato, de sustentação política de promoção e garantia de direitos LGBTI+. Principalmente, no enfrentamento da LGBTIfobia no país, sobretudo, considerando a defesa militante na defesa da vida de sujeitos LGBTI+, que faz com que o Brasil se mantenha no topo do ranking mundial no extermínio desta população, particularmente, quando interseccionado e marcado pela questão racial, que coloca a juventude negra, como corpo-alvo desta violência (DUARTE, 2018).

Desta forma, conclui-se que é preocupante observar o recuo forçado pelas gestões públicas em relação as políticas LGBTI+, em todos os níveis de governo, principalmente, pela pressão ultraconservadora, que em nome da “moral”, da “família” e dos “bons costumes” produzem discursos de ódio. Assim, os corpos de LGBTI+, que para este segmento político não tem valor de vida humana, são inferiorizados e tratados como abjetos, produto da LGBTIfobia estrutural e pelo racismo de Estado.

A INTERSECCIONALIDADE COMO MÉTODO DE ANÁLISE NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Quando emerge a interseccionalidade e o que ela é? Houve algum momento decisivo para que o conceito instituisse ou ela simplesmente aconteceu? Existe um método para implementar efetivamente a interseccionalidade ou basta simplesmente se referir ao conceito para dar a entender o tema?

Todos estes questionamentos emergiram em nossas pesquisas, de forma individual e enquanto grupo de pesquisa, tendo em vista que o tema da interseccionalidade, na atualidade, tem tomado forma, ganhou a academia, e, não automaticamente, mas tendo como uma das consequências: a banalização do tema para uma fileira de debates superados.

Há uma tendência, observada no processo de debate sobre o tema, de restringir sua análise às questões de gênero, sexualidade, raça e classe social, além de enquadrá-la e vinculá-la às teorias pós-moderna e identitária. Não negamos o fato de que em muitos momentos isso de fato acontece. Contudo, em nossas produções, temos empreendido análises, na perspectiva da teoria queer (DUARTE & OLIVEIRA, 2021), que ao utilizarmos de determinados conceitos, tomamos em sua diferenciação e subversão, no sentido ontológico que os mesmos emergem, a partir da realidade concreta, para compreender e transformar a dinâmica da vida social.

Pretendemos utilizar como base teórica para este nosso texto a análise de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge sobre como utilizar a interseccionalidade como método de análise “para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar” (COLLINS & BILGE, 2021, p. 16).

Neste sentido, para as autoras,

a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais da vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS & BILGE, 2021, p. 15-16).

Essa proposta de método analítico consegue ampliar, aprofundar, entender e dá um salto de qualidade nas análises de sistemas de poder e métodos de opressão sofrido por pessoas consideradas não passíveis de viver e de não terem suas vidas garantidas pelo Estado. Esse conceito de fazer viver ou deixar morrer (FOUCAULT, 2005) é retomado por alguns autores tanto sobre a precariedade da vida (BUTLER, 2015; 2019), como na necropolítica (MBEMBE, 2018), revelando, com isto, a lógica implementada pelo neocolonialismo, neoconservadorismo e neoliberalismo.

O método analítico interseccional procura propor um mapa mais sofisticado para analisar a desigualdade social que vai além apenas da classe social, considerando as categorias de raça, gênero, sexualidade, capacidade e etnia – como outras – não como complementos secundários para explicar o sistema de classes com mais precisão, mas como conjunto de análise para resolver a questão da desigualdade social. Uma vez que as configurações contemporâneas do capital global são baseadas e referidas à exploração complexa e emaranhada das categorias citadas acima. Para tanto, é necessário pensar um método de análise que compreenda essas categorias

para pensar como as políticas e os direitos diferenciais de Estado-Nação contribuem (ou não) para reduzir ou agravar a crescente desigualdade global.

É assim, por exemplo, que as autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge puderam perceber e analisar as diferenças interseccionais globais e as relações de poder interseccionais na copa do mundo e como essa análise pode explicar o investimento em educação e as oportunidades melhores ou piores nos investimentos em educação e oportunidades para jovens do norte e sul global. Ademais dos investimentos em educação, a analítica interseccional da copa do mundo da FIFA propõe um debate interessante sobre como a “mágica” do fair play⁹⁷ consegue camuflar e reificar o processo de entendimento de mecanismos exploratórios sociais para a produção e reprodução da vida e do capital. Segundo essa ótica, as autoras propõem que o fair play do futebol organiza e “limpa” as diferenças de desigualdade social praticadas pelo capital no mundo, planando o terreno.

Na prática é como se as pessoas captassem e assumissem melhor a naturalidade do capital. Se o maior esporte do mundo tem regras limpas, então, necessariamente, todas as empresas que gravitam nesse ambiente também têm. Logo, se no futebol atletas que têm em si marcadores de opressão interseccionais conseguem galgar espaços que não seriam deles, na vida, é possível também que pessoas que não poderiam ocupar espaços de poder, de decisão e de altos ganhos financeiros, pelo próprio esforço, poderiam galgar esses espaços, uma vez que a sociedade, assim como o futebol, pratica jogos limpos. Com efeito, essa teoria se chama “meritocracia” e não consegue nem mesmo ser praticada pela FIFA e, conseqüentemente, pelo futebol, uma vez que, por exemplo, no futebol feminino, o tempo de exercícios práticos, os salários, a distribuição e investimento nos jogos são acachapantemente desiguais.

Muito embora a interseccionalidade tenha aparecido com esse nome no artigo Mapping the Margings,⁹⁸ Collins e Bilge (2021) requerem como interseccionalidade todos as ações coordenadas entre teoria e práxis organizadas e postas em prática por mulheres negras e mulheres indígenas muito antes do feminismo francófono ter sua primeira onda. Os feminismos indígenas têm sido fundamentais para desnaturalizar a legitimidade dos Estados-Nação coloniais e as mulheres indígenas contestam os marcos feministas dominantes que dividem os feminismos em “ondas”. O feminismo negro e o feminismo indígena não apareceram como mágica na terceira onda do feminismo para trazer diversidade para o feminismo convencional.

Ainda que boa parte dos estudos da interseccionalidade contestem a atuação marxista ou a ideia de que Crenshaw é uma feminista liberal, Collins e

97 *Fair Play* é entendido como a conformidade com as regras estabelecidas de um esporte, ramo de negócios etc.; jogo limpo.

98 *Mapping the margings: intersectionality, identity politics and violence against women of color*, artigo de Kimberlè Crenshaw, publicado em 1989, mas sem tradução no Brasil.

Bilge (2021) fazem questão de afirmar que Kimberlè, em *Mapping the margins*, identifica a maior aceitação da interseccionalidade na academia, mas também como uma forma de investigação e práxis críticas. Em primeiro lugar, porque Crenshaw trata das experiências vivenciadas pelas mulheres de cor e argumenta que as experiências são relevantes em si e significativas para solucionar questões sociais importantes. Segundo, porque Crenshaw se indica como uma feminista negra, sinalizando uma posição epistemológica específica de conhecimento interseccional. Terceiro, porque Crenshaw explicita que os problemas das mulheres negras é que não podiam ser analisadas por uma categoria de análise, e sim que era necessário verificar os múltiplos sistemas de poder que são inseparáveis na maneira como afetam a vida dessas mulheres. Em resumo: Crenshaw identifica várias das ideias da interseccionalidade como forma de investigação crítica.

Segundo Collins e Bilge (2021), essa inserção do conceito na academia, por Crenshaw, propôs uma interseccionalidade como investigação e prática críticas, mudando os projetos epistemológicos e do modo de trabalhar, com foco no de baixo para cima e, adicionando outras categorias de análise, trouxe complexidades à interseccionalidade.

Assim torna-se necessário entender que nomear uma categoria, principalmente, uma categoria de análise crítica, traz relevância e reconhecimento para a categoria na academia. No entanto, existem limites para essa incorporação, pensando o processo de amnésia institucional que tenta escrever a história das coisas novamente e deixam categorias inteiras de fora que são apagadas do cânone interseccional.

É fato que a interseccionalidade avançou, se modificou, sobreviveu e revela que:

as leituras detalhadas que apresentamos aqui das análises de raça e gênero de Beal como parte do capitalismo, a política identitária sólida como prática holística de justiça social apresentada nos trabalhos do CRC e as compreensões de interseccionalidade de Crenshaw como uma forma de investigação e prática críticas, tudo isso ilustra como as diferentes histórias da interseccionalidade podem promover diferentes entendimentos contemporâneos sobre o que é interseccionalidade (COLLINS & BILGE, 2021, p. 117).

É importante analisar também o alcance global da interseccionalidade nas várias lutas e protestos que foram organizados com base na teoria e prática críticas da interseccionalidade que, por exemplo, se alinhou aos projetos globais de justiça reprodutiva e de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, analisando que questões relativas a autonomia sexual sempre recai sobre meninas e mulheres, principalmente, aquelas racializadas, sem documento e com imensa precariedade da vida.

POR ONDE ANDAM AS POLÍTICAS E DIREITOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO? INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS

Como sinalizamos acima, pretende-se, de algum modo, utilizar dos conceitos da teoria queer, que, em algum momento, são utilizados, de uma maneira geral, para diminuir ou inferiorizar determinadas pessoas, como o próprio termo queer por exemplo. Assim, temos assumido, a partir dos estudos da interseccionalidade, nossa característica de movimento político, de pesquisa acadêmica e mesmo de ação política identitária. Desta forma, afirmamos nossa luta identitária, como LGBTI+, nesta produção acadêmica, que também é nossa luta política, revendo as políticas e direitos de LGBTI+, a luz da teoria e práxis da interseccionalidade, tomando o seu método analítico de teoria e práxis proposto.

Neste sentido, é necessário registrar que alguns coletivos negros, a exemplo do Combahee River, articulam de maneira expressiva a identidade como ferramenta para resistir à opressão, entendendo a identidade como um lugar político e não essencializadora.

À guisa de outros modelos, inúmeros movimentos mundiais usam de suas vivências para criar uma política não abstrata. No hip-hop, por exemplo, adolescentes e jovens adultos negros, contam a história de suas vidas fazendo disto um importante espaço de desenvolvimento de política identitária coletiva que dá forma a práxis contemporânea interseccional.

Reivindicar a interseccionalidade, em favor da identidade, amplia o entendimento do que é interseccionalidade (COLLINS & BILGE, 2021). No Brasil, destaca-se que mulheres negras precisaram de um movimento de mulheres negras ao usar uma perspectiva de política de identidade que não é separatista, valorizando o reconhecimento cultural e a redistribuição econômica no Brasil. Além disso, essas mulheres evitavam a política de vitimização, sem pedir orientação política e intelectual a grupos mais poderosos.

De modo geral, as pessoas privadas de políticas e direitos utilizam a política identitária para empoderamento político, e mesmo de produção de conhecimento, entendendo as identidades como subjetividade política coletiva em uma coalizão consciente que deixa espaço para a identidade individual.

Assim, queremos propor uma analítica interseccional ao tratar das políticas e dos direitos de LGBTI+, como sendo esta a identidade das pessoas que produzem este texto.

POR ONDE ANDAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO?

As políticas públicas são formuladas a partir de processos políticos através dos quais os governos exprimem seus objetivos em programa e ações com a finalidade de produzir resultados e/ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2003).

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente) (SOUZA, 2003, p. 13).

Após serem desenhadas e formuladas, as políticas públicas se desdobram em “planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” (SOUZA, 2003, p. 14).

Entretanto, para se pensar sobre uma determinada política pública específica, deve-se analisar suas três dimensões, segundo Walt e Gilson (1994), nos seus aspectos histórico e institucional, processual e organizativo. Bem como, situar a emergência e os desdobramentos desses processos políticos e as correlações de forças existentes. Os autores ainda destacam a perspectiva conjuntural de emergência e de desenvolvimento de uma determinada política e acrescentam para análise da mesma, quatro categorias: atores sociais, contexto social, processos sociais e conteúdo (WALT & GILSON, 1994).

Assim, “nenhuma política prescinde da participação de sujeitos e que existem inserções dos mesmos no debate político” (BAPTISTA & MATTOS, 2011, p. 70), na esfera pública, que não sem tensão, divergências e conflitos, esses sujeitos, de forma individual ou coletiva, disputam, conciliam e pactuam a direção política do processo de gestão e implementação de uma determinada política pública.

Neste sentido, mesmo entendendo a necessidade de contextualizar o posicionamento do Estado frente às demandas da sociedade civil organizada, principalmente, tendo como cena pública o protagonismo do movimento social LGBTI+, trataremos em nossa análise, frente aos limites deste texto, de algumas questões históricas para melhor compreensão das políticas públicas de LGBTI+.

Para tanto, como marco histórico, temos em 2001, com o Decreto nº 3.952, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) vinculado ao então Ministério da Justiça e, a partir desse marco, movimentos sociais LGBT organizados passaram a reivindicar a criação de políticas públicas voltadas para a promoção de direitos humanos e cidadania desse segmento identitário, para além daquelas voltadas para a prevenção e o tratamento do HIV/AIDS que já ocorriam desde a década de 1980 (MELLO et al., 2012).

Já em 2002, a incidência política dos movimentos sociais LGBT, enquanto sujeito coletivo identitário, teve como uma das principais consequências, frente às 518 ações no Programa Nacional de Direitos Humanos II - PNDH-2 (BRASIL, 2002), a inclusão de cinco ações que versam sobre orientação sexual como uma dimensão da garantia do direito à liberdade, opinião e expressão e dez relativas à

POR ONDE ANDAM AS POLÍTICAS E DIREITOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO? INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS

garantia do direito à igualdade de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (GLTTB), e que, segundo Mello et al (2012) incidirá em um Programa específico para a população LGBTI+.

É, portanto, no decorrer dos anos 2000, que de fato emergem, pelo Poder Executivo do Governo Federal, planos, políticas e programas com o objetivo de promover a cidadania e promover o acesso da população LGBTI+ aos serviços públicos, bem como combater a discriminação e o preconceito. Assim, como marco principal, temos o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004 (BRASIL, 2004), como a realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), em 2008 (BRASIL, 2008). Desta forma, fruto da referida Conferência, em 2009, tem-se o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2009a). Todavia, é no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), no mesmo ano, como política pública de direitos humanos do Estado brasileiro, que a temática da não discriminação a LGBTI+ aparece com mais detalhamento, formalidade e institucionalidade⁹⁹ (BRASIL, 2009b).

E necessário ressaltar que a primeira iniciativa com impacto expressivo foi a criação do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, também chamado de “Brasil sem Homofobia” (BSH), primeira política pública de governo e específica para a população LGBT, que foi formulada a partir da articulação entre o governo federal e a sociedade civil organizada e lançado no ano de 2004 pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos com o objetivo de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à

99 Segundo Duarte (2014), dois anos depois da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, na cidade de Durban, o governo brasileiro, da época, apresentou à Comissão de Direitos Humanos da ONU, uma proposta de Resolução tendo como objeto a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero como violação de direitos, mesmo que no Brasil ainda não exista uma legislação específica. Embora o governo brasileiro tenha retirado sua proposta, em decorrência dos países resistentes ao tema, como o atual governo brasileiro, a mobilização em torno da proposta, na ONU, fez surgir o *Painel Internacional de Especialistas em Legislação Internacional de Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero*, ocorrido em 2006, na cidade de Yogyakarta, e, com isso, tem-se o documento *Princípios de Yogyakarta para a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero* (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2011). Assim, a ONU instituiu a Resolução 17/19, em 2011, afirmando sua preocupação com ações discriminatórias e violentas que atingem LGBT em diferentes países. Em 2012, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos publica a cartilha *Nascidos Livres e Iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos* (ONU, 2012). Todos estes documentos, que o Brasil é signatário, pressupõem a garantia de direitos de LGBTI+ pelo regime internacional de direitos humanos, influenciando diretamente a formalidade, regulamentação e institucionalidade destes no âmbito nacional.

violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11).

O BSH estabeleceu três princípios fundamentais: 1) a inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de GLTB, nas políticas públicas e estratégias do governo federal; 2) a produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual; e 3) a compreensão de que a defesa, garantia e promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e da sociedade brasileira (BRASIL, 2004, p. 11-12) .

A necessidade da atuação e intervenção do Estado em relação às demandas LGBT é o eixo estruturante do BSH e, neste sentido, um dos principais objetivos do documento “é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos” na efetivação “novos parâmetros para definição de políticas públicas, incorporando de maneira ampla e digna milhões de brasileiros” (BRASIL, 2004, p. 7).

Embora o BSH tenha previsto a realização e definição de indicadores e avaliação anual por representantes do governo federal e das organizações LGBT e de defesa dos direitos humanos, tais ações nunca foram publicadas. Neste sentido, ausência de acesso a indicadores acerca da efetividade do Programa que revelem em que medida suas metas e objetivos tenham sido alcançados, é um dos principais entraves para a compreensão dos impactos dessa política pública voltada para a população LGBT.

Convocada pelo então presidente Lula no ano de 2007 e realizada em 2008 sob responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT” (BRASIL, 2008).

Os temas discutidos e aprofundados nos grupos de trabalho da Conferência LGBT resultaram em deliberações e moções que foram sistematizadas nos Anais da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT (BRASIL, 2008).

Seu conteúdo reflete o esforço do Governo e da Sociedade Civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir da implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2008, p. 6-7).

A Conferência resultou também na elaboração da “Carta de Brasília” que reafirma a importância da luta dos movimentos sociais para a consolidação das

POR ONDE ANDAM AS POLÍTICAS E DIREITOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO? INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS

políticas públicas em todas as esferas do Estado como fator determinante para “a construção de uma sociedade plenamente democrática, justa, libertária e inclusiva” (BRASIL, 2008, p. 242-244).

Em decorrência das propostas que foram aprovadas na Conferência Nacional GLBT, no ano de 2009, portanto, é aprovado o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNPCDH-LGBT) que, de acordo com o documento, “demonstram compromisso político do governo brasileiro, [...] em tratar a questão dos Direitos Humanos como verdadeira política de Estado” (BRASIL, 2009, p. 7).

O “Plano Nacional LGBT” apresenta um total de ações que corresponde ao triplo das previstas no “Brasil sem Homofobia” (60) - e a pouco menos de 1/3 das propostas aprovadas na Conferência Nacional LGBT (559) -, além de envolver número expressivamente maior de ministérios e secretarias do Governo Federal (oito, no âmbito do BSH, e 18, na esfera do “Plano Nacional LGBT”). Além disso, uma diferença importante consiste no fato de que o Plano especifica os órgãos responsáveis pela implementação de cada ação, bem como estabelece prazos para sua execução. Essa definição de prazos, porém, não deve ser vista como rígida, dada a ausência de qualquer mecanismo coercitivo no caso de descumprimento (MELLO et al., 2012, p. 303).

O Plano Nacional LGBT é de fato a materialidade do BSH, produto da Conferência LGBT e que previu o monitoramento e avaliação do Plano e atribuiu ao Grupo de Trabalho Interministerial “a responsabilidade de elaborar um relatório semestral de gestão, que informe ao governo e à sociedade o andamento das ações governamentais e subsidie os gestores públicos na tomada de decisões” (BRASIL, 2009, p. 42).

Apesar do Grupo de Trabalho Interministerial não ter se constituído, foi publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos o Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNPCDH-LGBT. O referido documento foi apresentado como um indicador de avaliação e monitoramento do PNPCDH-LGBT e traz uma síntese das informações das ações que atribuiu a 16 Ministérios a realização de 166 ações.

Cabe ressaltar, que neste mesmo ano de 2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 - PNDH-3 (BRASIL, 2009b) contemplou decisivamente a pauta de direitos de LGBT. Destaque se faz a diretriz 10 do documento, que aborda a garantia da igualdade na diversidade, se configurando como um importante instrumento para o público LGBT+, sobretudo o objetivo estratégico V, que trata

especificamente da garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Obteve-se um salto na questão dos direitos de LGBT+, considerando que na versão anterior era previsto apenas os direitos civis e políticos. Registra-se que esse movimento está articulado aos parâmetros estabelecidos pelas demais Recomendações dos organismos internacionais que o Brasil é signatário.

No ano seguinte, em 2010, em decorrência da I Conferência Nacional LGBT e com o Plano Nacional LGBT, o governo federal criou, a partir do Decreto nº 7.388 (BRASIL, 2010a), o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT), integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Apesar de ser instituída somente em 2011, pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT- PNSI-LGBT (BRASIL, 2011) contemplou uma reivindicação histórica da população LGBT (DUARTE, 2021), depois de um longo processo de pactuação, entre governo e sociedade civil, revelando, com isto, a materialidade de um dos eixos do BSH, em 2004. Contemplando, com a PNSI-LGBT, o processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que ainda é lento, tímido e com pouco investimento para uma cobertura nacional.

Contudo, cabe registrar que a II (2011) e a III (2016) Conferências Nacionais LGBT, enquanto espaço de controle social, produziram seus respectivos relatórios, mas que não se traduziram em Planos, enquanto política pública, apesar da participação e representação da sociedade civil organizada, quebrando com isto o assim chamado tripé da cidadania LGBT, que se limitou a existência do Conselho Nacional LGBT e a gestão institucional desta política, a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, vinculada a Subsecretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, submetida ao Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR).

Entre o intervalo das referidas Conferências acima, e muito em cima do debate da segunda, em 2013, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que se localizava institucionalmente a pasta de políticas e direitos LGBT, há um esforço político de implantação e implementação do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT e Promoção dos Direitos, com a perspectiva de criação dos conselhos estaduais e municipais LGBT em todo território nacional, com articulações com outras entidades da sociedade civil organizada, mas infelizmente esta política LGBTI+ não alcançou grandes feitos e repercussão orgânica e nacional.

Em 2016, temos uma reviravolta no cenário institucional do governo federal. Primeiro, o governo Dilma Rousseff (2015-2016) fundiu as pastas identitárias em uma só, criando, assim, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Contudo, após o impedimento de Dilma Rousseff, culminado

POR ONDE ANDAM AS POLÍTICAS E DIREITOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO? INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS

por um golpe de Estado, Michel Temer assumiu a Presidência da República e em sua primeira medida provisória (MP nº 726/2016), posteriormente convertida em lei (Lei nº 13.341, de 2016), sob a justificativa de corte de gastos, reduziu o número de ministérios de 32 para 23 e entre os extintos estava o referido Ministério, responsável por estruturar as políticas públicas voltadas para a população LGBT (BRASIL, 2016), que tem, no novo Ministério da Justiça e Cidadania, um lugar irrelevante para efetiva tais políticas, inclusive sobre o Sistema Nacional LGBT mencionado acima.

Em decorrência da pressão dos movimentos sociais e da projeção negativa, no ano de 2017, criou-se o Ministério de Direitos Humanos, a partir da Medida Provisória nº 768/2017. No entanto, tal medida não dispôs sobre a questão orçamentária, inviabilizando a implementação de políticas públicas (BRASIL, 2017) e, em particular, para a população LGBTI+, que sempre diminuta pelos governos, inclusive, com o Sistema Nacional LGBT (BRASIL, 2013) que nunca conseguiu ser implementado de fato.

No atual Governo Bolsonaro, reconhecido por suas posturas conservadoras e contrária aos Direitos Humanos, principalmente, da população LGBTQIA+, ao realizar a reorganização dos ministérios por meio da Medida Provisória nº 870/2019, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.844/2019, criando assim o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos (MMFDH), que retirou de fato a população LGBT da competência do referido Ministério, apesar da pasta denominada Diretora de Promoção dos Direitos de LGBT, submetida a Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG) do referido Ministério.

Em 2019, por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que tem por objetivo extinguir e estabelecer diretrizes para colegiados da administração pública federal, que foram instituídos por decreto, o governo Bolsonaro extingue os diversos mecanismos de participação social, entre eles o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD/LGBT) e revogando o Decreto nº 8.243/2014, deu fim à Política Nacional de Participação Social (PNPS) e ao Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Em junho de 2019, portanto, ao publicar o Decreto nº 9.883, o governo recria o CNCD, alterando sua composição, restringindo a participação de entidades da sociedade civil à três representações, estabelecendo a presidência como vinculada ao poder público e suprimindo qualquer referência a minorias sexuais, tal como no MMFDH.

Assim, de forma sucinta e destacando os momentos cruciais sobre os marcos principais quanto as políticas públicas LGBT, na atual conjuntura, não há o que se tratar ou falar em políticas públicas voltadas para o combate à discriminação e a promoção da cidadania da população LGBTQIA+ no Brasil desde 2016. Inclusive quando se trata da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, pois o que temos observado é sua existência precária, frágil e sem sustentação financeira como política equitativa no âmbito do SUS, salvo algumas raras exceções nos níveis estaduais e municipais. Como também acontece em relação a ausência de institucionalização

tanto dos conselhos estaduais e municipais LGBT, como nos espaços de gestão pública e dos respectivos planos governamentais. Ainda mais, quando anunciado pelo Governo Temer, que haveria a realização da IV Conferência Nacional LGBT, em 2019, e negada solenemente pelo Governo Bolsonaro que já se finda.

ESTADO E POLÍTICAS SEXUAIS NO BRASIL ATUAL

Muitos têm sido os desafios para a construção e consolidação de políticas sexuais dentro da lógica do Estado brasileiro, desde o processo de redemocratização. Assim, algumas conquistas, que destacamos acima, servindo como ilustração da configuração da garantia de direitos LGBTI+, no contexto do capitalismo tardio e em face às questões sexuais e de gênero, ainda são incipientes, mesmo no limite da sociedade burguesa e neoliberal.

É importante destacar que as principais conquistas da população LGBTI+ no Brasil, enquanto direitos humanos, têm sido realizadas no âmbito da judicialização, tais como: União estável, casamento civil e suas dissoluções; Direito previdenciário de casais homoafetivos; Adoção por casais de mesmo sexo; Acesso a serviços de saúde, insumos e medicamentos, principalmente, no processo transexualizador do SUS; Retificação civil de prenome e gênero no registro civil de pessoas transexuais sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual, de autorização judicial e laudo médico, apesar dos Cartórios em todo o Brasil, em sua maioria, criarem obstáculos, como a ausência de provimento legal por parte das Corregedorias de Justiça dos estados para regulamentar a decisão da ADI 4.275/STF de 01 de março de 2018; Criminalização da homofobia e transfobia enquadradas na tipificação da Lei do Racismo, pela omissão legislativa, até que o Congresso Nacional edite lei específica; e a Inconstitucionalidade do impedimento à doação de sangue por homens que mantêm relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, como homossexuais e bissexuais, resquícios morais no enquadramento destes sujeitos pelo contexto da pandemia do HIV/AIDS desde os anos de 1980.

Apesar dos avanços significativos e da pressão dos movimentos sociais LGBTI+ por mudanças nas políticas sexuais, o que se observou, portanto, foi uma disputa no campo discursivo, que nem sempre foi acompanhada por práticas efetivas que materializassem a proteção e os direitos da população LGBT, seja por ausência de investimento público ou por negações políticas pelos setores conservadores, especialmente, a bancada religiosa do legislativo brasileiro. Nas últimas legislaturas, observa-se uma reação a tudo que se tem como pauta questões relacionadas a gênero e sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva dentre outros temas. Portanto, criam-se e travam todos os projetos de lei (PL) apresentados na Câmara ou Senado Federal, mas também em casas legislativas estaduais e municipais, que direta ou indiretamente estão voltados às políticas e direitos LGBTI+.

POR ONDE ANDAM AS POLÍTICAS E DIREITOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO? INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS

Pensar a configuração do Estado brasileiro é um grande desafio em si, em um país com dimensões continentais, marcado por sua história de exploração, expropriação, colonialismo e escravidão. Pensar as políticas que englobam o escopo de gênero e sexualidade é outro ponto de acréscimo nesta complexidade, porém não há dúvidas que formular uma análise da conjuntura de cidadania das dissidências sexuais no Brasil atual é uma tarefa tão urgente e essencial, principalmente, mediante o encolhimento das já esparsas políticas de proteção social (BEHRING & BOSCHETTI, 2008).

As marcas históricas e culturais do processo de colonização brasileira, bem como, de desenvolvimento tardio do capitalismo, com a imensa fragilidade industrial e econômica brasileiras, sinalizam as dificuldades na efetivação de políticas que possibilitem direitos de cidadania à população brasileira, como um todo e aos sujeitos LGBTI+ em particular. A cultura de exploração, que fortalece segmentos de economia primários, tais como agronegócio e mineração, limita os avanços no campo tecnológico e socioeconômico (BEHRING & BOSCHETTI, 2008). As marcas da religiosidade branca e predominantemente cristã e fundamentalista, expressa pelo neopentecostalismo, reforçadoras de uma cultura eurocentrada, ampliam a complexidade desta análise na atual conjuntura do Estado brasileiro, amparado sobre as mais diversas formas de discriminação, preconceito, violência e morte.

Sabemos que o Estado burguês emerge como resultante dos conflitos entre os interesses na sociedade civil e a nova perspectiva econômica corporificada no mercado. Marx (2010), em sua crítica a visão hegeliana, sinaliza que o Estado assume status de abstração, desloca de sua natureza e se estabelece acima da sociedade que o gesta, com fins regulatórios e de controle. Desta forma, articula os interesses da burguesia capitalista na conformação dos seus pilares, como a família e sociedade civil, forjando consensos necessários ao avanço da economia política do capital em suas novas formas de divisão do trabalho e dos papéis sociais. A liberdade, portanto, passa a ser conceituada a partir da individualidade, se tornando a base principal dos direitos de cidadania, que são agora vinculados e mensurados pelo direito à propriedade e a lógica mercantil.

Assim, ao analisar a história da sexualidade neste contexto do capital, Foucault (1988) descortina as engrenagens utilizadas pelo capitalismo na formatação e controle de corpos dóceis na manutenção das estratégias de dominação. O autor aponta o conhecimento científico, sob o domínio da racionalidade, como mecanismo fundamental no estabelecimento do biopoder, consolidando a biopolítica na regulação destes corpos. Um conjunto de saberes, especialmente saberes médicos, psicológicos, jurídicos e pedagógicos passam ao escrutínio dos corpos e das sexualidades, estruturando um formato padrão para o que virá a ser definido como saudável ou patológico, legal ou ilegal, moral ou imoral.

É neste contexto, portanto, que Fraser (2009) destaca o poder de cooptação do Estado capitalista neoliberal, que, ao se apropriar de algumas reivindicações

nas pautas de movimentos sociais, e no caso, de LGBTI+, atende parcialmente aos seus anseios, cooptando as críticas não no sentido da transformação, mas no da monetarização que lhe permite perpetuar como poder. Assim, podemos perceber uma ampla gama de estratégias que colocam a sexualidade constantemente em debate através da cultura, do meio acadêmico e científico, mas não consolida, na prática cotidiana, as ações que garantam as políticas e os direitos de cidadania das dissidências sexuais. “É dito frequentemente que o sucesso relativo do movimento em transformar cultura permanece em nítido contraste com seu relativo fracasso para transformar instituições” (FRASER, 2009, p. 13).

Partindo deste panorama, contudo, consegue-se vislumbrar como em meio a tantos avanços experienciados no Brasil nas primeiras décadas do século XXI, o último processo eleitoral no país foi tão marcado pelo neoconservadorismo, tendo eleito um governo LGBTfóbico. Dois pontos merecem destaque neste percurso, um é a publicação do Decreto nº 8.727 (BRASIL, 2016) que reconhece a identidade de pessoas travestis e transexuais, estabelecendo o nome social e outro, as articulações para efetivação do projeto Escola sem Homofobia, objetivando consolidar uma política de enfrentamento a violência e discriminação no contexto educacional.

Ambas as pautas foram apropriadas pela ala de políticos conservadores e amplamente distorcidas e utilizadas na disseminação de notícias falsas que se espalharam pelo país. Desta forma, os ataques à jovem democracia brasileira ganham reforço às pautas conservadoras e restritivas de direitos. Neste raciocínio, entre seus primeiros atos, o atual governo federal, como vimos, extingue o Ministério de Direitos Humanos e cria o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), minimizando a secretaria responsável pelas pautas das políticas LGBT e redirecionando a política sexual que vinha se dando no contexto das políticas públicas para uma pauta conservadora e de pânico moral, focada no combate à “ideologia de gênero”, que envolve as sexualidades dissidentes.

No mesmo ano, extingue o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD/LGBT) e publica outro decreto, recriando o CNCD, retirando no registro do mesmo a designação LGBT e restringindo a representação dos movimentos sociais LGBT, que neste momento, de forma estratégica, em sua maioria, criam o Conselho Nacional Popular LGBT, para enfrentamento ao governo e suas ações anti-LGBTI+.

A negligência do Estado com a população LGBTI+ não é algo novo. Historicamente, as pautas LGBTI+ nunca tiveram muito espaço na política institucional, contudo, na atual conjuntura, o alinhamento às pautas conservadoras, tais como, as tentativas em pressionar o Conselho Federal de Psicologia (CFP) a favor de práticas de supressão das sexualidades, popularmente conhecidas como “cura gay”; o desmonte das políticas de IST, HIV/AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde (MS); a exclusão Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão no Ministério da Educação (MEC) e a criação

POR ONDE ANDAM AS POLÍTICAS E DIREITOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO? INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS

de uma secretaria para transformar escolas em colégios militares; a suspensão de editais pela pasta da cultura para produções audiovisuais e outras modalidades que se referem a LGBTI+; a ausência de dados sobre identidade de gênero nos relatórios do Disque Direitos Humanos que qualificam os poucos dados oficiais sobre as violências e violações de direitos de LGBTI+ pelo MMFDH; a retirada para o futuro censo demográfico ao que se refere a população LGBTI+, bem como da política de saúde mental, especialmente, a política de álcool e drogas, com impactos relevantes sobre a população de dissidentes sexuais, são um reflexo da política de controle dos corpos e de mortes aos sujeitos LGBTI+ exercida no país do governo Bolsonaro.

Por décadas o capital se ocupou da tarefa de descrever e normatizar as sexualidades, aliado a ciência positivista, numa perspectiva de controle dos corpos, como descrita por Foucault (1988), no uso da disciplina para o trabalho ao controle do corpo, tomando os mecanismos burocráticos e os diversos saberes que se alinham aos interesses mercadológicos, no fortalecimento do padrão de vida mercantilizado. Aos que escapassem do poder disciplinar da economia política, do poder do saber científico ou do poder moral religioso, haveria um conjunto de estratégias policiais e jurídicas para sua regulação. Assim, a burocracia, assumida como política pública, teria o viés de policialização dos corpos.

Portanto, na conjuntura atual do país, o fortalecimento da policialização e militarização das políticas públicas é flagrante, afinal, os corpos precisam ser controlados e adequados a lógica da acumulação de capital e há que se ter uma dose extra de autoritarismo na conformação da crescente desigualdade social e seus efeitos na dignidade da esmagadora maioria da população brasileira e, em especial, de LGBTI+. Especialmente, mediante as sucessivas crises de acumulação do capital que marcam o período neoliberal, ainda mais acentuada com a crise sanitária imposta pela pandemia da covid-19 (DUARTE, 2020).

Mbembe (2018) nos propõe uma importante reflexão sobre a conjuntura atual do Estado capitalista, que em sua posição subordinada aos interesses do mercado demonstra o exercício do poder estabelecendo quem pode e quem não deve viver. As decisões de aplicação do orçamento público, no planejamento estratégico dos investimentos e até mesmo a ampliação da burocracia, atuam direta e indiretamente no sentido de possibilitar ou não condições de sobrevivência. E neste sentido, os relatórios sobre os assassinatos de LGBTI+ produzidos pela sociedade civil organizada, como o Grupo Gay da Bahia-GGB (GASTALDI et al., 2021) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (BENEVIDES, 2021), revelam números impactantes no contexto da necropolítica bolsonarista, tendo em vista o apagão estatístico oficial por parte do Estado brasileiro no que se refere a apuração de dados sobre a população LGBTI+ brasileira em todos os aspectos da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É neste cenário, portanto, que urge destacar a necessidade premente de enfrentamento da estrutura que sustenta as bases do Estado capitalista, sem perder a dimensão interseccional, como afirmamos no começo do texto, como o racismo, o sexismo e a LGBTIfobia, que exercem, sobrepondo e intensificado, processos de aniquilamento dos sujeitos, das políticas e direitos de cidadania das dissidências sexuais por estes romperem com o modelo cisheterossexista e racista que desenha a moral sexual burguesa, cristã e familista que insiste em enquadrar e aniquilar as diferenças.

Assim, torna-se fundamental que a disputa no campo das lutas políticas, discursivas e práticas, e na (re)construção de políticas sexuais para as dissidências sexuais sejam viabilizadoras da dignidade de sujeitos LGBTI+. Estas, portanto, perpassam no enfrentamento da LGBTIfobia institucionalizada, assim como no racismo e no sexismo, que reproduzem práticas discursivas que não são acompanhadas de ações concretas de garantia de políticas e direitos.

Portanto, romper com esse modelo político e econômico do Estado ultraneoliberal e ultraconservador, que mantém o lucro acima da vida, passa também na forma como que as sexualidades são compreendidas, assimiladas e democraticamente exercidas, ou pela via da cidadania, com políticas e direitos sexuais garantidos, ou como monetização dos corpos e suas existências ou como objeto da política de morte. São os desafios que se colocam em tempos de resistência e com possíveis alianças e articulações interseccionais frente ao avanço, no momento presente, do negacionismo, das intolerâncias e das muitas formas de discriminação, ódio e pânico moral, que se estruturam e publicizam na dinâmica mesma da desigualdade social do Brasil.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, T. W. F.; MATTOS, R. A. (org.). Caminhos para análise das políticas de saúde. Rio de Janeiro: CCAPS, 2011.

BENEVIDES, B. G. (org.). Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/57510830. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. SEDH. Portaria nº 766, de 03 de julho de 2013. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: SEDH/PR, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011. Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT). Brasília: MS, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT. Brasília: SEDH/PR, 2009a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Brasília: SEDH/PR, 2009b.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Anais da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT - Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. Brasília, 2008. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/>

File/IConferenciaNacionaldeGaysLesbicasBissexuaisTravestiseTransexuaisGL-BT.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.952, de 4 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3952.htm. Acesso em: 15 jan., 2022.

BUTLER, J. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DUARTE, M. J. O. A política de saúde LGBT no SUS: contribuições para o Serviço Social. In: MORAES, C. A. S. (Org.). Serviço social e trabalho profissional na área da saúde. Uberlândia: Ed. Navegando, 2021.

_____. Violência, saúde e direitos LGBT: Análise crítica sobre itinerários e percursos. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, 2 a 7 de dezembro de 2018, UFES. Vitória: ABEPSS, 2018. p. 1-20, 2018.

DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, n. 48, v. 19, p. 153-168, jul./dez., 2021

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

POR ONDE ANDAM AS POLÍTICAS E DIREITOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO? INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez., 2009.

GASTALDI, A. B. F. et. al. (Org.). *Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia*. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

MARX, K. *A crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. *Nascidos livres e iguais*. Brasília: UNAIDS Brasil, Casa da ONU, 2013. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, v. 16, p. 11-24, 2003.

WALT, G.; GILSON, L. Reforming the health sector in developing countries: the central role of policy analysis. *Health Policy and Plan*, n. 9, v. 4, p. 353-370, dez., 1994.

Capítulo IX

ABOLICIONISMO E IMIGRAÇÃO NA MODERNIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA

Ricardo Lara¹⁰⁰
Pablo Ramon Diogo¹⁰¹

100 Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador Bolsa Produtividade CNPq. Email: ricardolarauf@gmail.com.

101 Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa e extensão *Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira: as origens do mercado de trabalho assalariado* (Processo: 302838/2020-1/CNPq). Email: pablo.rdiogo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Abordaremos no presente capítulo¹⁰² o movimento abolicionista e o processo migratório no Brasil na segunda metade do século XIX. Desenvolvemos, portanto, argumentos que demonstram as vinculações e determinações da modernização idealizada para a sociedade brasileira com o fim eminente da escravidão e a emergência de novas relações de trabalho. Para isso, analisou-se em particular duas associações de apoio à imigração: a Sociedade Central de Imigração e a Sociedade Promotora de Imigração, que tiveram papéis importantes no processo migratório brasileiro.

O processo abolicionista e sua inferência na formação socioeconômica brasileira foi um dos momentos fundamentais da ideologia modernizadora no país, como também a imigração que representou seu ápice. Esses processos remontam aos períodos de efervescência política e matizam personagens históricas que influem presentemente na sociedade, identidade e ideário nacional.

A sociedade brasileira, em seu período escravista, certamente se apresentava como uma totalidade assaz complexa, dotada de elementos e determinações próprias à sua lógica e funcionamento.¹⁰³ Nela, todas as personagens estiveram balizadas pelos atores principais do processo produtivo na formação social escravista, que eram o escravizado e o senhor de escravo. Isso se demonstrava tanto pior para o escravizado, que era a força de trabalho que imprimia a valorização no processo de trabalho, pois o próprio significado e estrutura da formação social escravista incorriam nessa forma específica de trabalho e exploração. Entretanto, toda forma

102 Artigo resultado do projeto de pesquisa e extensão *Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira: as origens do mercado de trabalho assalariado* (Processo: 302838/2020-1/CNPq), do Núcleo de Estudos e Pesquisas: trabalho, questão social e América Latina (NEPTQSAL/DSS/UFSC).

103 “Na economia colonial típica (escravista-mercantil), ou mais precisamente, na sociedade colonial, o universo das relações mercantis atingiu apenas a camada social superior dos colonos senhores de escravos; eles importavam das economias centrais mercadorias de várias espécies para o seu consumo próprio: produtos alimentares ou manufaturados para seu consumo pessoal, implementos para consumo produtivo. É claro que a realidade é um tanto mais complexa, pois a colonização envolve outras atividades (administrativas, militares, religiosas), o que amplia de certo modo a faixa da sociedade colonial ligada à economia mercantil; por outro lado, o próprio funcionamento da produção colonial, exigia outras categorias sociais além do binômio senhor escravo. Na agroindústria do açúcar, por exemplo, toda uma gama de operadores, funcionários etc.; o comércio impunha intermediários, instalações. Tudo resultava, na colônia, na formação dos primeiros aglomerados urbanos, e mais uma vez ampliava-se a faixa da economia de mercado, complicando o esquema. Atente-se, porém, que todos estes componentes da sociedade colonial que estamos agora apontando (funcionários, administradores, clérigos, militares) são no fundo categorias secundárias da sociedade colonial, na medida em que a sua presença no mundo ultramarino decorria da economia escravista e da produção para o capitalismo europeu; – era para produzir para a metrópole que se colonizava, mas a colonização acabava por envolver outros ingredientes. Logo, as outras categorias sociais dependem do binômio matriz, senhor-escravo, da mesma maneira que o setor subsistência da produção colonial depende do setor exportador. No fundo, portanto, e em última análise, no âmbito da colônia, tudo depende da camada senhorial, e a economia mercantil se expande em função dela” (NOVAIS, 2011, p. 111). Cf. também: SAES (1985, p. 80-83).

de trabalho improdutivo em determinada sociedade é diretamente dependente da riqueza produzida pelo elemento primordial inserido no processo produtivo, isto é, a força de trabalho operativa no processo de valorização. Disso resulta que, quanto maior e complexa é a formação social escravista, e a existência de inúmeras camadas sociais improdutivas, maior a exploração da força de trabalho escrava.¹⁰⁴ Desse modo, não é casual que todo o movimento conflitante gestado nos anos precedentes à Abolição perpassasse, conseqüentemente, pela questão da escravidão — até mesmo os senhores escravistas tinham clareza que a riqueza socialmente produzida advinha do trabalho escravo.¹⁰⁵ Nesse movimento histórico irrompeu algo inevitável no âmbito da formação social escravista: toda mudança precisava passar inevitavelmente pela estrutura central da dinâmica societária, isto é, a escravidão. Por isso, toda ideologia da modernização que se formava na relação colonial circunscrevia-se à perspectiva abolicionista, que se gestava no interior da sociedade. Destacam-se daí figuras históricas que representaram a ideologia da modernização como as de Joaquim Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama, Antônio Bento, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. Estes foram não apenas ideólogos da modernização brasileira, mas foram “[...] intelectuais orgânicos do capitalismo brasileiro” (GORENDER, 2016a, p. 186).¹⁰⁶

Neste artigo, pretendemos percorrer introdutoriamente o pensamento de alguns desses intelectuais com a finalidade de subsidiar o entendimento de qual era a perspectiva de modernização socioeconômica projetada para a sociedade brasileira. Cabe esclarecer que o movimento abolicionista foi apenas uma das posições políticas que marcaram a ideologia da modernização, como veremos adiante. A perspectiva abolicionista, mais delineada a partir dos anos de 1870, remonta necessariamente ao primeiro ideólogo da modernização brasileira na figura de José Bonifácio de Andrada e Silva. Posto isso, nos limitaremos ao movimento abolicionista e sua perspectiva modernizadora por meio de José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco, com suas respectivas obras *Projetos para o Brasil* e *O Abolicionismo*. Começamos com José Bonifácio, não somente por metodologia histórico-cronológica, mas como anotou Gorender (2016 a), o movimento abolicionista consagrado após a metade do século XIX foi uma atualização dos argumentos fundamentais das ideias abolicionistas precedentes.

104 Essa questão econômica não passou despercebida por Bagú (2021, p. 58), no que se refere ao papel que o dízimo eclesiástico inferia na exploração da força de trabalho escrava.

105 Sobre isso, cf. a petição enviada pelos lavradores e comerciantes à Câmara em 1884 pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura em Costa (1982, p. 65).

106 Para um quadro dos representantes do movimento abolicionista, cf. Gorender (2016, p. 184-202); uma breve biografia de Luiz Gama, André Rebouças e Joaquim Nabuco encontra-se em Costa (1982, p. 73-82).

O ABOLICIONISMO DE JOSÉ BONIFÁCIO E JOAQUIM NABUCO

José Bonifácio (1763-1838) viveu grande parte de sua vida em Portugal, donde trouxe influências iluministas que incidiram diretamente sobre seu pensamento e prática política. O iluminismo português irrompeu de um modo único numa sociedade que ainda se encontrava afastada do movimento revolucionário burguês na Europa, tratava-se de um iluminismo sincrético, que buscava conciliar seus ideais com os interesses metropolitanos de manter a espoliação colonial. Obviamente tal conciliação encontraria limites não apenas teóricos, mas também práticos¹⁰⁷. José Bonifácio aparece, então, como produto de seu tempo, assumindo uma retórica abolicionista reformista.

Dentre as defesas principais que José Bonifácio sustentava estava a extinção do tráfico negreiro e da escravatura; como também a concessão de terra aos escravos forros; a proibição da venda separada da pessoa escravizada à sua família — que só viria a se concretizar em 1871 com a Lei do Ventre Livre — e; a imigração com concessão de terra. Bonifácio criticava o modelo agrário extensivo adotado no Brasil, a política jesuíta e a vinculação dos ideais liberais com a defesa intransigente da escravidão. É notável, inclusive, a influência fisiocrata neste ideólogo, resultado da forma em que se deu o estabelecimento da ilustração em Portugal. Pode-se dizer que José Bonifácio defendia um ideal de nação, que se cindia da estrutura colonial e escravista dominante.

A defesa, em geral, do seu projeto para o Brasil era de uma perspectiva modernizadora que combatia o trabalho escravo, entendendo-o como entrave para o desenvolvimento do país. Resumidamente, José Bonifácio enquadrava em seu projeto uma perspectiva homogeneizadora para o povo brasileiro, em que o europeu era a figura máxima de civilização — nesse é que o imigrante estava representado —, defendendo assim a miscigenação para acabar com a heterogeneidade de povos e culturas presentes no Brasil. No que concerne à população indígena, tinha como proposta a tentativa de integração dessa população à sociedade brasileira, mas sem escapar do escopo racista dominante de enxergar no indígena o protótipo da vadiagem e o negro como vil e corrompido.

José Bonifácio representa o humanismo abstrato detrás da defesa da monarquia constitucional, um pensamento afeto a contradições, mas que tinha como perspectiva a superação dos problemas mais enraizados da sociedade brasileira. Se por um lado as propostas de Bonifácio apresentam-se grosseiras frente à realidade, não se pode descartar que ele encara a construção do Brasil a partir de suas raízes que ficaram intocadas por muito tempo. Bonifácio infere, desse modo, um humanismo estarecido que pretende romper com os “vícios” que

107 Uma sintética análise do ideal iluminista em Brasil e Portugal encontra-se em Novais (2011), em especial no cap. 4; sobre a particularidade do liberalismo numa sociedade escravista, cf. Moura (1977, p. 113).

corrompem o Brasil, mas que esbarra em seus próprios preceitos de suas propostas e reformas. Faltou a Bonifácio compreender o caráter das elites brasileiras com quem gostaria de contar e não teve apoio¹⁰⁸. Mesmo assim, cabe a alcunha de visionário que Emília Viotti da Costa confere ao monarquista a respeito da Lei do Ventre Livre (COSTA, 1982, p. 51). Com todas as limitações, Bonifácio conseguia compreender, mesmo que de maneira prática, o caráter da escravidão como entrave para qualquer panorama de modernização necessária ao país:

[...] continuando a escravatura a ser empregada exclusivamente na agricultura, e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e, logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiagem e desleixo, pelos caprichos de um falso pundonor. As artes não se melhoram; as máquinas, que poupam braços, pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso, ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas muares (SILVA, 2000, p. 29).

Por outro lado, Joaquim Nabuco (1849-1910) aparece como um grande ideólogo da modernização através do movimento abolicionista em efervescência. Embora também um reformista na consolidação do abolicionismo, difere em grau nas justificações de seus argumentos acerca da Abolição. Segundo Gorender (2016a, p. 191), seu amadurecimento na campanha abolicionista se deve pela influência de André Rebouças. Igualmente por estar inserido nas relações sociais da sociedade escravocrata, Nabuco não escapou do racismo imperante, mas conseguiu enxergar o motivo de tal racismo nas determinações econômicas de exploração¹⁰⁹. Sua obra *O Abolicionismo* representa, além da grandiosa eloquência propagandística, um

108 Acerca do atrito de José Bonifácio com a monarquia, cf. Graham (1956, p. 293-296) e Silva (2000, p. 108-120).

109 Mesmo que extensa, observe este desenvolvimento na seguinte argumentação: “Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras. A fusão do catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana, influência ativa e extensa nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela ama-de-leite, pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens; a ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte do nosso povo; a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento; podem ser considerados isoladamente do cativo. Mas, ainda mesmo no que seja mais característico dos africanos importados, pode afirmar-se que, introduzidos no Brasil, em um período no qual não se desse o fanatismo religioso, a cobiça, independente das leis, a escassez da população aclimada, e sobretudo a escravidão, doméstica e pessoal, o cruzamento entre brancos e negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adiantada pela mais atrasada, mas da gradual elevação da última”(NABUCO, 2000, p. 102).

imenso trabalho sobre os efeitos da escravidão.¹¹⁰ Nela, Nabuco versa o cenário geral da escravidão e os conflitos políticos por trás de seu mantimento. É dotado de denúncias acerca do tráfico negreiro, da escravidão em si, do enquadramento da Lei do Ventre Livre, de leilões de escravos e suas condições de vida, sobre a Guerra do Paraguai e os interesses escravocratas da elite senhorial.

O pensamento de Nabuco se distancia do de José Bonifácio por tentar compreender as determinações da escravidão para o país e daí rumar para um projeto de modernização, que era necessariamente a Abolição. Não se apoiava por simples ideais abstratos como seu predecessor, mas via na estrutura escravocrata e suas implicações o verdadeiro entrave e motivo da “arcaização”. Daí que surge a sua ideologia modernizadora, que busca o projeto de nação precisamente no “bem comum” que é a Abolição total. Nesse sentido, Joaquim Nabuco representa um nacionalismo que contrapõe à ideia nacionalista do estamento senhorial que focalizava na escravidão:

A escravidão procurou, por todos os meios, confundir-se com o país, e, na imaginação de muita gente, o conseguiu. Atacar a bandeira negra, é ultrajar a nacional. Denunciar o regime das senzalas, é infamar o Brasil todo. Por uma curiosa teoria, todos nós, brasileiros, somos responsáveis pela escravidão, e não há como lavarmos as mãos do sangue dos escravos. Não basta não possuir escravos, para não se ter parte no crime. Quem nasceu com esse pecado original, não tem batismo que o purifique. Os brasileiros são todos responsáveis pela escravidão, segundo aquela teoria, porque a consentem. Não se mostra como o brasileiro, que individualmente a repele, pode destruí-la; nem como as vítimas de um sistema, que as degrada para não reagirem, podem ser culpadas da paralisia moral que as tocou. Os napolitanos foram assim responsáveis pelo bourbonismo, os romanos pelo poder temporal, os polacos pelo czarado, e os cristãos-novos pela Inquisição. Mas, fundada ou não, essa é a crença de muitos. E a escravidão, atacada nos mais melindrosos recantos onde se refugiou, no seu entrelaçamento com tudo o que a pátria tem de mais caro a todos nós, ferida, por assim dizer, nos braços dela, levanta contra o abolicionismo o grito de Traição!

[...]

Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira

110 Um resumo sobre essa obra está presente em Gorender (2016a, p. 188-191).

a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul (NABUCO, 2000, p. 168-170).

O projeto de nação de Nabuco perpassava, então, não somente sobre a questão da Abolição, mas também da imigração branca do qual ele defendia. A imigração não passava sem problemas sob a formação social escravista, e o abolicionista não passou despercebido por isso: aponta que, pelo comando da lavoura, o imigrante não passava de “[...] um escravo branco” (NABUCO, 2000, p. 131). Seja a proposta da Abolição ou a proposta da imigração espontânea para o progresso do país, na ideologia modernizadora de Nabuco, uma condição não se desvencilhava da outra, mas era pressuposto: “A escravidão, como é incompatível com a imigração espontânea, também não consente o influxo das ideias novas. Incapaz da invenção, ela é, igualmente, refratária ao progresso” (NABUCO, 2000, p. 135). Suas ideias no que diz respeito à escravidão, perpassavam também sobre a questão da terra que, para ele, a escravidão havia inevitavelmente criado o grande latifúndio, que deixou o elemento nacional sem quaisquer possibilidades de posse da terra e legou a divisão manifesta entre cidade e campo.

Se José Bonifácio carregou a defesa do abolicionismo pela sustentação dos ideais iluministas,¹¹¹ Joaquim Nabuco, em contraste, realizou uma crítica do escravismo em si. Obviamente os argumentos defendidos por Nabuco havia contradições, tanto no nível teórico quanto político. Entretanto, não é de se dispensar que Nabuco se alavanca como proposta nova para um projeto de Brasil que rompia com os interesses dominantes, isto é, ele realizou a ideologia da modernização balizado na perspectiva abolicionista. Entretanto, Nabuco recaiu no mesmo erro de seu antecessor, José Bonifácio, de tentar construir a Abolição com apoio das elites senhoriais.

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda (NABUCO, 2000, p. 18).

111 No sentido da análise que tomamos das ideologias modernizadoras de José Bonifácio e Joaquim Nabuco, torna-se coerente a tese de Novais, *op. cit.*, p. 159, qual seja, o pensamento iluminista concretizou-se de modo mais revolucionário na colônia do que na metrópole.

Há que se ressaltar, que mesmo com essa limitação, Nabuco defendia uma proposta de abolicionismo que não se concretizaria apenas no ato da libertação dos escravos. A Abolição para o abolicionista precisava ir além, com reformas que romperiam com quaisquer traços escravocratas possíveis e que seriam inevitáveis após a libertação dos escravos.¹¹²

Dos dois abolicionistas analisados, destaca-se que a ideologia de modernização perpassava pela Abolição, arriscamos mesmo dizer que o projeto de país projetado por ambos só se iniciaria com a Abolição. Apesar disso, ambos despojavam toda a expectativa não no elemento nacional ou no negro que viria a ser recém-liberto, mas no imigrante europeu. Para compreender este elemento em comum é necessário separar temporalmente José Bonifácio de Joaquim Nabuco. Incontestável que o primeiro serviu de grande influência para o último, mas o período histórico em que os dois estão matizados são distintos e inferem diretamente sobre seus pensamentos. José Bonifácio estampa um pioneirismo quando se trata de falar da imigração europeia no Brasil quando essa ainda demoraria a se alastrar e, além disso, é perceptível em toda a sua defesa a influência iluminista, esta notadamente europeia, que teve peso significativo no pensamento de Bonifácio, em especial sobre o homem ideal que representava as Luzes. Já Joaquim Nabuco faz defesa da imigração europeia a partir das experiências concretas das imigrações, já grandemente proliferadas no Brasil. O intrigante disso é a defesa imigrantista de Nabuco frente sua forte argumentação contrária à escravidão e seus efeitos para o país. Entretanto, se analisado no quadro histórico vivenciado a partir da segunda metade do século XIX, é compreensível sua defesa. A imigração era, a partir dessa época, o “espírito do tempo” que sobrelevava as discussões e intenções nas relações sociais.

AS SOCIEDADES DE IMIGRAÇÃO E A IDEOLOGIA MODERNIZADORA

O debate sobre a imigração, alavancada a partir do fim do tráfico negreiro, constituía a ideologia da modernização mais predominante e que mais concorreu entre as distintas classes para se materializar, sendo disputada por interesses diversos. Neste campo de disputa, obviamente que a classe escravizada estava fora do escopo de projetar qualquer direção sobre o tema – a importância para este segmento residia na sua libertação, no qual o movimento abolicionista efervescente, a partir da década de 1870, representou um apoio sem precedentes. No entanto, qualquer discussão ou inflexão que versava nos objetivos do imigrantismo, tinham no escravismo e na Abolição os temas centrais, por essa razão que o projeto de nação de Nabuco e sua proposta de Abolição carregava conjuntamente a imigração.

112 Cf. Nabuco (2000, p. 169-170).

A imigração enquanto disputa das camadas sociais envolvidas, conjuntamente com o debate da Abolição, representou na história nacional o elemento decisivo da ideologia da modernização que rumava a ultrapassagem do escravismo para o modo de produção capitalista, mas de qualquer horizonte que provinha o projeto imigrantista, ele excluía de antemão o elemento nacional e o negro que viria a ser liberto.

Duas classes são relevantes para compreender os rumos da ideologia da modernização projetada na imigração: os barões cafeicultores do Oeste paulista de um lado e, de outro, elementos inseridos nas categorias secundárias, segundo a preposição de Novais.¹¹³ Veremos como somente o último segmento conseguiria representar uma ideologia da modernização genuína, mas que pela correlação de forças entre ambos, a modernização — mesmo que não completa — foi enquadrada pelos interesses dos cafeicultores. As duas classes em disputa detinham seus próprios órgãos e mecanismos para realizar, além da ideologia necessária, a efetivação prática para sua transformação. Elas se concentram em duas sociedades de imigração: Sociedade Promotora de Imigração, comandada pelos potentados do Oeste paulista e; a Sociedade Central de Imigração, organizada através de seletos grupo pouco influente na sociedade escravista.

A Sociedade Central de Imigração foi formada em 1883 no Rio de Janeiro por três conhecidos imigrantes alemães: Carl von Koseritz, Herman Blumenau e Hugo Grubber. A sociedade, por conta de seus membros fundadores, já contava com experiência de imigração das colônias consolidadas por imigrantes alemães ao Sul do país. A proposta inicial dos fundadores era o aumento da imigração alemã para a capital do Império, isto é, para o Rio de Janeiro. Os fundadores da Sociedade Central de Imigração viam no alemão um grande conservador de sua nacionalidade que trariam benefícios para o Brasil, e eram contrários a qualquer perda de identidade alemã. Essa concepção de projeto de nação com as experiências de colonização alemã alocadas no Sul do território e enxergando na nacionalidade alemã a característica do progresso brasileiro incidem diretamente sobre os rumos e defesas da Sociedade Central de Imigração.

Após a Revolta de Ibicaba em 1857, resultante do insucesso do sistema de parceria que revelara traços de escravidão incompleta, o governo alemão impediu a imigração subsidiada e dificultou a vinda de imigrantes alemães para o Brasil, decorrente das condições a que os imigrantes estavam sendo submetidos nas plantagens. Essa condição só seria revogada pelo governo alemão em 1896,¹¹⁴ ano em que a Sociedade Central de Imigração já se encontrava extinta. Se Koseritz e Grubber continuaram na Sociedade Central de Imigração, não é casual que Herman

113 Ver, supra, nota 4.

114 Cf. Kowarick (2019, p. 80).

Blumenau a tenha abandonado,¹¹⁵ pois a proposta inicial focalizada na imigração alemã teve de se adaptar, sem, contudo, perder de vista no europeu o imigrante ideal para o progresso do país (CARREGA, 2017).

Se o governo alemão proibiu a imigração subsidiada, a Itália passou por convulsões políticas precedentes onde a imigração seria inevitável. Com a efervescência política da Primavera dos Povos em 1848, a Itália urge com a luta pela unificação que mais tarde se juntaria com a guerra contra a Áustria, com consequências apenas no fim da segunda metade do século XIX que o guiaram para a sua industrialização. O efeito disso foi a disparidade econômica no território italiano entre o Norte industrializado e o Sul fortemente agrícola, com o Estado assegurado pela burguesia industrial que tomava medidas tributárias impopulares para desenvolver e modernizar o país, o que ocasionou grandes prejuízos aos pequenos produtores artesanais e agricultores. Nessa dinâmica histórica ocorre a acumulação de capital pela burguesia industrial italiana apoiada pelo Estado que separa o trabalhador agrícola do seu meio de produção e impele os artesãos para a entrada no mercado de trabalho assalariado. Serão esses italianos despojados de seus meios de produção e a superpopulação relativa expelida das fábricas que serão a maioria dos imigrantes destinados ao Brasil.¹¹⁶

A Sociedade Central de Imigração teria de alterar sua proposta inicial e abranger o imigrante italiano que buscava fare l'America. Da mesma forma, isso não limitou seu escopo geral que ainda se baseava nas experiências das colônias de imigrantes no Sul. Por essas experiências, os integrantes da Sociedade Central de Imigração se opunham ao latifúndio e à concentração de terra, eles buscavam a democracia rural, que figurava para eles como a pequena propriedade para o imigrante. Essa era uma das defesas principais da Sociedade Central de Imigração. Para seus formuladores, a melhor forma de nacionalizar o imigrante seria tornando-o pequeno proprietário de terra (CARREGA, 2017).

A Sociedade Central de Imigração contava com investimentos próprios e de seus sócios, e grande parte de sua mobilização ocorreu pela propaganda através de seu periódico *A Immigrazione*. Os imigrantes que conseguiam trazer eram inseridos em núcleos coloniais separados por nacionalidade, visto serem avessos à miscigenação, e nestes núcleos promoviam a pequena propriedade da terra. Mesmo com essa política de pequena propriedade que representava uma guerra

115 É conhecida a imagem que Herman Blumenau tinha dos italianos e a aceitação de sua imigração a contragosto em sua colônia. O colonizador alemão considerava os italianos como “vadios e mendigos das cidades, [...] industriosos de duvidoso caracter, viciosos e beberrões, ladrões e criminosos [...] já em sua antiga pátria haviam sido freguezes da policia correccional e criminal [...]” (BLUMENAU apud BRIGNOLI, 2010, p. 54). Há de se considerar ainda os conflitos não apenas culturais, mas geográficos em que italianos e alemães se inseriram na colônia Blumenau.

116 A breve explicitação sobre a conjuntura italiana do século XIX encontra-se em Santos (2006, p. 1-2).

ao latifúndio, a Sociedade Central de Imigração teve de se adaptar às condições em que se encontravam se quisessem realizar seu objetivo. Por isso, propunham também engenhos centrais, que eram formas de arrendamentos da terra por parte de alguns latifundiários. Outra proposta provocante da sociedade que refletia sobre os latifundiários era o imposto sobre terras improdutivas como forma de arrecadação para a imigração e promoção da pequena propriedade (CARREGA, 2017, p. 163-164). Era uma luta que eles travavam no sentido de melhorar a imagem do Brasil, portanto, era uma guerra ao latifúndio, mas não ao latifundiário, sendo a própria proposta dos engenhos centrais um exemplo.

Nota-se a perspectiva reformista por parte dos formuladores da Sociedade. Esse caso era inevitável, tendo em vista que o objetivo mesmo da Sociedade Central de Imigração era a promoção da imigração europeia e, por isso mesmo, era necessário tornar atrativo o país para a imigração. A grande batalha da sociedade residia na reforma do Império para atrair os imigrantes e concretizar seu projeto de modernização. Tratava-se mesmo de reformar o Império e não ir além dele, uma vez que entre seus filiados estavam grandes defensores da monarquia que escreviam constantemente para o boletim da Sociedade, como André Rebouças, Visconde de Taunay e Louis Couty.¹¹⁷ Há que se ressaltar que além da defesa da monarquia, é nítida a inspiração liberal no pensamento dos autores. Esse ecletismo de posições foi traço particular da época que se matizou em todos os pensadores. A grande influência dos formuladores imigrantistas era a Europa, os Estados Unidos do Norte e a Argentina; o primeiro espelhava o ideal a ser almejado, e os dois últimos como locais em que o sucesso da imigração europeia estaria comprovado. O sentido de Pátria e de nacionalismo habitava, para os formuladores, no imigrante europeu, este significava a essência da sua ideologia modernizadora. Não sem sentido Louis Couty afirmara em 1881 que: “A situação funcional desta população [do Brasil] pode resumir-se em uma palavra: o Brasil não tem povo” (COUTY apud CARVALHO, 1987, p. 66). Para esse ideólogo, o povo brasileiro habitava externamente, isto é, o povo era uma identidade que deveria vir a ser construída sobre a figura do imigrante.

Lopes (2014) enfatiza a permanência de pensamentos racistas de alcunhas “cientificistas”, expressão mesmo do darwinismo social, na intelectualidade brasileira. Ganha-se destaque daí Conde de Gobineau, que exerce funções diplomáticas no Brasil por quatorze meses ao lado de D. Pedro II em fins dos anos 1860. Até mesmo Carrega (2017) indica não só a visível influência de Herbert Spencer, mas

117 André Rebouças foi mesmo o mentor intelectual do projeto da Sociedade Central de Imigração. A maior parte dos ataques ao latifúndio partiram do abolicionista. Conjuntamente com ele, Visconde de Taunay, o autor de *Inocência*, realizou grande quantidade de contribuições em *A Imigração*. Já Louis Couty, parece ter dado o contributo maior no sentido “cientificista” da imigração alicerçado sob a figura do europeu, com fortes inspirações spencerianas. Sobre esses integrantes da Sociedade Central de Imigração e seu papel, cf. Carrega (2017, p. 150-158).

igualmente de Gobineau, o pai das teorias raciais, nos boletins da Sociedade Central de Imigração.¹¹⁸ Compreende-se, sob a luz da influência racista de alcunha “cientificista”, o motivo do projeto de nação desembocar no imigrante. Não se tratava apenas das experiências concretas das colônias de povoamento ao Sul, mas sobretudo de um apoio ideológico que conferia legitimidade para a defesa argumentativa. Desenrola-se, portanto, que a ideologia da modernização consolidada na imigração fundia-se com a ideologia do branqueamento,¹¹⁹ manifestando um nacionalismo às avessas.

O fundamental da Sociedade Central de Imigração e que lhe confere um dote modernizador, em conjunto com a questão da propriedade da terra, é a defesa da imigração não somente de camponeses e agricultores, como também de artesãos e operários. É perceptível que este chamamento, para além do espectro agrícola, é efeito da política imigrantista realizada na Argentina, onde a Sociedade Central de Imigração observava com invejosos olhares.¹²⁰ Sobretudo, são esses aspectos — principalmente a defesa da pequena propriedade da terra para o imigrante com ataques ao latifúndio e o apoio não apenas do elemento agrícola, mas também de segmentos que poderiam inflexionar um capital industrial — que fazem confluir a ideologia da modernização, alicerçada na imigração da Sociedade Central de Imigração, com uma perspectiva que buscava quebrar com as estruturas da formação social escravista que estava posta, rumando assim para reformas que poderiam liberar o modo de produção capitalista em território nacional. Os formuladores da Sociedade Central de Imigração circunscreviam-se, portanto, enquanto “[...] intelectuais orgânicos do capitalismo brasileiro” (GORENDER, 2016a, p. 186).

As contradições nos argumentos não passaram ao largo da Sociedade Central de Imigração, na verdade fazia-se como presença marcante. É preciso salientar que essa contradição — como a denúncia ao latifúndio, mas as propostas de engenhos centrais, mesmo com duras críticas ao sistema de parceria implementado pelos cafeicultores; a defesa dos ideais liberais juntamente com a defesa monárquica;

118 Lukács (2020, p. 579-591) versou sobre o pensamento reacionário, feudal e irracionalista de Gobineau, demonstrando inclusive como seu pensamento foi de grande utilidade aos escravocratas dos estados norte-americanos do Sul e aos propósitos imperialistas. Resumindo o legado de Gobineau, o filósofo afirmou: “Em sua concepção expressa-se, ao lado das tradições feudais, o orgulho racial do colonizador europeu frente à gente ‘de cor’, tida como ‘desprovida de história’ e incivilizada. Fica claro que semelhante construção da história teria necessariamente que encontrar nos arianos, como mostramos, não só a culminação, mas também o fim da história. O pessimismo fatalista era inevitável para Gobineau. Algumas décadas mais tarde, isso lhe renderia uma grande popularidade junto à intelectualidade decadente e igualmente pessimista do fim de século. Porém, isso o tornaria dispensável quando o obscurantismo da teoria imperialista das raças se fizesse combativo e ativista, lançando-se em seu ataque final contra a cultura humana”.

119 A expressão “ideologia do branqueamento” é retirada, aqui, de Moura (2014, 2019) que vinculou essa perspectiva com os projetos de modernização que envolviam o país.

120 A política imigrantista da Argentina projetada para além do elemento agrícola pode ser conferido em Marangoni (2007, p. 94) e Oliveira (2011, p. 4).

críticas à corrupção que a escravidão estabelecia na sociedade, mas o projeto de nacionalismo totalmente veiculado por meio do imigrante europeu — é reflexo das contradições presentes na sociedade escravocrata em decadência. Soma-se a isso que a Sociedade Central de Imigração operava em limites estreitos, que precisava a todo tempo reajustar algumas de suas propostas iniciais. Não surpreende, desta maneira, a síntese de seus pensamentos terem se dado numa espécie de iluminismo reformado, um sincretismo que só poderia provir da materialidade de uma formação social escravista que atrasava há muito qualquer perspectiva de Abolição final.¹²¹

Findada em 1891, a Sociedade Central de Imigração teve enormes dificuldades para concretizar sua ideologia modernizadora. Além de contar somente com financiamento de seus sócios, grande parte dos investimentos destinavam-se à propaganda através de boletins que circulavam na Europa, como maneira de incentivar a imigração europeia. Ademais, a má imagem que o Brasil tinha no exterior no trato com os imigrantes dificultava investidas sucessivas, somando-se a isso a concorrência imigrantista com países mais atrativos, como o Norte dos Estados Unidos e a Argentina. A Lei de Terras de 1850 funcionava também como grande impeditivo de atração aos imigrantes e de objetivação das propostas, no qual a Sociedade Central de Imigração criticou de monta. Visto esses elementos que funcionavam como barreiras para a Sociedade Central de Imigração, entende-se o motivo de sua grande batalha significar o melhoramento do país, pois sem esse pré-requisito dificilmente sua política imigrantista conseguiria concretizar sua ideologia modernizadora. Aí habita a explicação, também, do reformismo e tentativa de conciliação. Mas dentre todas as dificuldades experimentadas, e que levou a política da Sociedade Central de Imigração ao fracasso, reside em outra sociedade concorrente de imigração, dentro do território nacional e de grande peso, a Sociedade Promotora de Imigração¹²².

A Sociedade Promotora de Imigração foi fundada em São Paulo no ano de 1886 e era comandada por grandes cafeicultores do Oeste paulista, como Antônio Prado, Martinho Prado Júnior, Visconde de Parnaíba e Jorge Tibiriça (PETRI, 2010, p. 13). Carrega (2017) atribui sua criação como maneira de reação frente à Sociedade Central de Imigração, por parte dos cafeicultores — estes que a Sociedade Central de Imigração também atacava constantemente. Em levantamento realizado parece não haver dados suficientes para a afirmação de Carrega. Sabe-se que o problema da imigração começou a ser levantado antes mesmo do aparecimento da Sociedade Central de Imigração, ela constitui-se como uma resolução de fato após o Congresso Agrícola de 1878, em que se pautava o problema do trabalho

121 Cf. Carrega, *op. cit.*, *passim*.

122 *Ibid.*, *passim*.

escravo, visto os avultosos preços do escravizado.¹²³ Soma-se a isso que a primeira Hospedaria de Imigrantes, localizado no Bom Retiro, bairro da cidade de São Paulo, foi concluída em ano anterior da criação da Sociedade Central de Imigração. O que é verdadeiro foi a forte oposição que a Sociedade Promotora de Imigração ocasionou sobre as demais tentativas de imigração, tanto que se pode atribuir o insucesso da Sociedade Central de Imigração pela investida sucessiva que a Sociedade Promotora de Imigração desenvolveu.

O destaque principal da Sociedade Promotora de Imigração está na subvenção da imigração por conta da província paulista. O ponto fulcral de sua política e sucesso enquanto associação imigrantista reside exatamente aí, não sem outro motivo que o período de seu funcionamento, que vai até 1895,¹²⁴ é a fase de subsídio da província paulista para a imigração. Após 1895, o subsídio deixa de ser assumido de maneira indireta pela província do estado de São Paulo e passa-se para o subsídio direto do Estado. Entretanto, para compreender o sucesso e o motivo do subsídio estatal, precisamos antes discorrer brevemente sobre a cafeicultura e suas determinações, pois essa está intrincada na política imigrantista da Sociedade Promotora de Imigração.

A cafeicultura irrompe no cenário histórico brasileiro após a decadência da mineração, que pode contribuir com alguma acumulação prévia de capital para sua formação, contando também com alguns pontos em que já se praticava o fabrico de açúcar nas províncias que ficariam conhecidas pela prática cafeicultora. Foi essa acumulação prévia dos engenhos e da mineração que permitiu desenvolver inclusive mecanismos de financiamento que impulsionaria a economia cafeeira, sendo que parte deste financiamento, para além das estruturas produtivas, se compunha de escravos. É da derrocada da economia mineradora com os engenhos disponíveis que se criaram as bases de formação para os cafezais (GORENDER, 2016a, p. 538-540). Antônio Prado foi um desses financiadores e donos de engenhos que enriqueceram e que mais tarde tornar-se-ia um dos maiores representantes da cafeicultura paulista. A partir de meados do século XIX, a lavoura cafeeira desponta no território nacional como a economia mais dinâmica, onde grande parte do sucesso deveu-se ao aumento do consumo do café no mercado mundial no período de 1822-1849, devida à baixa de seu preço. Este momento particular manifestou-se através do aumento da produção cafeeira.

O café tem a infeliz propriedade de exaurir rapidamente o solo, o que motivou expansões de terra para seu cultivo. Daqui começa a separação entre o Vale do Paraíba e o Oeste paulista. Este último, por contar com mais terras férteis

123 Sobre o Congresso Agrícola de 1878, cf. Petri, op. cit., p. 34-36.

124 As informações sobre o ano findo de 1895. Petri (Ibid.), em dissertação específica sobre a sociedade, argumenta ser 1896, já Kowarick, (op. cit., p. 95-96), Moura (2019, p. 128) e Oliveira (op. cit., p. 8) apontam para 1895.

disponíveis, devido ao recente desbravamento, acabou alavancando muito mais sua produção, o que permitiu acumulação de capital mais vantajosa. Já o Vale do Paraíba, região que expandiu as bases para a produção cafeeira, teve no “[...] emprego da violência contra os posseiros ali estabelecidos, expulsos por meio dos esbulhos judiciais, da força bruta e até do assassinato” (GORENDER, 2016b, p. 421) a forma de apropriação das terras.¹²⁵

A cafeicultura do Oeste paulista, que começa a se estabelecer definitivamente após 1870, teve de buscar a força de trabalho escrava a partir do tráfico interprovincial, sobretudo das economias decadentes.¹²⁶ Embora com as limitações do tráfico interprovincial no fornecimento de força de trabalho escrava, com a acumulação significativa de capital monetário da economia cafeeira, manifesta na sua expansão territorial, têm-se o movimento não de um processo abolicionista por parte dos cafeicultores e sim de aumento da força produtiva. Se destaca, aqui, a introdução de ferrovias que serviriam à lavoura cafeeira:

O primeiro trecho ferroviário, com pouco mais de catorze quilômetros, é inaugurado em 1854, na cidade do Rio de Janeiro, expandindo-se a partir de então para as regiões cafeeiras da Província. Na década seguinte, mais precisamente em 1866, a cidade de São Paulo é ligada ao porto de Santos, e, no ano seguinte, os trilhos chegam até Jundiaí, no interior paulista. A introdução da ferrovia traria novo dinamismo à produção cafeeira. Mesmo nas regiões decadentes do Vale do Paraíba, a baixa nos fretes dos transportes serviu para compensar, pelo menos em parte, os onerosos custos imperantes (KOWARICK, 2019, p. 61-62).

A introdução das ferrovias não operara apenas como liberação de capital para os cafeicultores, mas acelerava a rotação de seu capital, o que dava mais mote para

125 Martins (1990, p. 69) também aponta para o processo violento de ocupação no Oeste paulista mediante a grilagem.

126 Kowarick, *op. cit.*, p. 59-61; a seca nordestina de 1877-1878 deixou desaparecidas 300.000 a 500.000 pessoas, onde 150.000 morreram de fome (PERRUCCI apud PETRI, *op. cit.*, p. 38). A partir da segunda metade do século XIX em diante, o Nordeste começou a presenciar um imenso esvaziamento populacional: “De fato, ponderável contingente humano, principalmente da área sertaneja, duramente assolada pelas secas das décadas de 1870 e 1880, foi transferido para a Amazônia em decorrência do *boom* da borracha. Entre 1872 e 1890, o Nordeste apresenta um saldo migratório negativo de cerca de 350 mil pessoas. Nos últimos 25 anos do século XIX, além de migrarem para Minas e para a Bahia, onde o surto de cacau passou a atrair mão de obra, os nordestinos canalizam-se, principalmente, para os seringais da Amazônia, que recebem cerca de 250 mil pessoas” (KOWARICK, *op. cit.*, p. 83). A cafeicultura foi uma das áreas mais beneficiadas desse desastre, do qual conseguiu importar grande quantidade de escravos. Mesmo após a Abolição, durante a Primeira Guerra Mundial, houve dificuldades de abastecimento de imigrantes para o café, buscou-se braços no Nordeste para migrarem à lavoura cafeeira. As regiões escolhidas pela The San Paulo CoffeStatesCo. Ltd. – empresa que esteve à frente desta iniciativa, e que em seguida Antonio Prado reproduziria o mesmo movimento – para importar mão de obra foram as mais assoladas pela seca (Ibid, p. 125-126).

a produtividade do trabalho e sua crescente acumulação. Essa resolução apresenta-se mais verdadeira a medida que examinamos o aumento progressivo dela: de 1875 a 1900, na província paulista, “[...] as ferrovias aumentaram de 655 km para 3.373 km” (CARREGA, 2017, p. 182), ao mesmo tempo que a produção de 1.200.000 sacas de café, em 1880, passa a ser, em 1888, de 2.600.000.¹²⁷ Frente à demanda produtiva sempre em ascensão é evidente que os cafeicultores reclamariam de falta de braços para a lavoura, eis a decisão da imigração no Congresso Agrícola de 1878 como resposta à falta de braços. Se a cafeicultura clamava mais força de trabalho para a cafeicultura isso se dava em razão do aumento da produtividade de seu processo de trabalho, mas se representantes de outras economias clamavam força de trabalho o motivo era por grande parte ter sido absorvido nas lavouras cafeeiras.¹²⁸ Sabe-se que no Congresso Agrícola de 1878 a predominância era de cafeicultores, mas isso não descarta a possibilidade de no imaginário social prevalecer a mesma argumentação da falta de braços. Tal problema não passou despercebido por André Rebouças (apud CARREGA, 2017, p. 154, grifo nosso) quando elencou cinco problemas da agricultura nacional:

- I. Falta de conhecimentos profissionais
- II. Escassez de capitais
- III. Carência de braços
- IV. Falta de estradas
- V. Elevados impostos

Aqui já se vê que a escravidão moderna, pela especificidade em que está inserida, não é alheia às forças produtivas do trabalho, mas as incorpora.¹²⁹ A incorporação se deve a alternativa dos cafeicultores frente à decadência quantitativa de trabalhadores escravos, mas isso não descarta a determinação apontada. Na verdade, foi a partir da metade do século XIX que a economia escravista brasileira demonstrou através de suas determinações econômicas o máximo de desenvolvimento que poderia ter. É evidente que tal contato — do aumento das forças produtivas com a particularidade histórica e contradições internas, sobretudo com o emprego do trabalho escravo — teria um limite que desembocaria na Abolição. Apesar disso, não podemos concluir que o único fator que determinou a Abolição foi o fator econômico, colocado na necessidade constante de força de trabalho visto o aumento da produtividade do

127 Dados da produção quantitativa de sacas de café foram extraídas em *Ibid.*, p. 64.

128 Entre 1854 e 1886, somente no Oeste novo paulista, o contingente escravo aumentou em 235% (*Ibid.*, p. 66).

129 Para fundamentar nosso argumento ao plano geral da formação social escravista, segue-se o apontamento de Costa, *op. cit.*, p. 53: “Em 1857, 66% dos engenhos de Pernambuco eram ainda movidos à tração animal; 31% à água; e 2% apenas, à vapor. Depois de 1870, o número de engenhos movidos à vapor aumentou rapidamente, atingindo 21,3% em 1881”. Sobre a relação do trabalho escravo com o aumento da força produtiva do trabalho, cf. Gorender *op. cit.*, p. 129-138.

trabalho, que levaria à imigração. O fator econômico é apenas uma determinação, mas não é determinista sobre as ocorrências políticas que se desenvolveram no decorrer histórico. Assim, o movimento abolicionista em processo confere maior determinação para o aumento da produtividade do trabalho do que o aumento da produtividade para a imigração. Dessa forma, a política de imigração desponta como fator do abolicionismo,¹³⁰ pois foi este último que decididamente mais limitou o número de escravos ao processo produtivo.

Visto, portanto, a dinâmica cada vez mais crescente da cafeicultura, os impostos do Império somavam 90% somente da economia cafeeira nos anos 1870 (PETRI, 2010, p. 35). Compreende-se o porquê de, além da província paulista, o Estado imperial estar refém da cafeicultura. Santos relata, também, que o governo provincial do estado de São Paulo era presidido pelo Conde de Parnaíba, primo da família Prado (SANTOS apud LOPES, 2014, p. 9). Assim, na comutação entre economia dinâmica concentrada com os interesses políticos, a Sociedade Promotora de Imigração conseguiu o subsídio provincial para realizar seu projeto de imigração. E é exatamente por ser comandada pelos cafeicultores com interesses estritamente econômicos que as propostas da Sociedade Promotora de Imigração tornam-se clarividentes.

A Sociedade Promotora de Imigração, ao contrário da Sociedade Central de Imigração, defendia a vinda apenas de imigrantes agrícolas. Diferentemente das requisições do imigrante ideal da Sociedade Central de Imigração, a Sociedade Promotora de Imigração investia apenas nos imigrantes com famílias, sendo provenientes das camadas mais pobres de alguns países europeus. A idealização europeia ainda não saíra do escopo, nem mesmo dos cafeicultores paulistas. Assim, para eles resultou perfeita a imigração italiana.

Do oposto da Sociedade Central de Imigração é que se situava a Sociedade Promotora de Imigração. Esta apenas investiu na imigração como forma de se livrar economicamente do embarço e do inevitável momento que surgiria a Abolição. A imigração para ela surgira, então, como motivo de substituição gradual do negro escravizado. Se tratava de realizar o que Clóvis Moura (2019, p. 123) denominou de “segundo tráfico”, e não sem sentido o slogan da Sociedade Promotora de Imigração era “mandem vir seus parentes”.¹³¹

A Sociedade Promotora de Imigração, através do subsídio provincial, alavancou a vinda de 126.415 imigrantes.¹³² O material propagandístico da associação imigrantista também era pago através de subsídio; ao ano de 1887, 60.000 exemplares de

130 “O abolicionismo não foi uma função do imigrantismo. O oposto é que é verdade: o imigrantismo foi uma função, uma decorrência do abolicionismo”. *Ibidem*, p. 614.

131 *Slogan* este que leva o título da dissertação de Petri (*Ibid.*, p. 13). A busca por força de trabalho que substituísse o negro escravizado é vista até na denominação que os cafeicultores da Sociedade Central de Imigração tinham para o imigrante, esses eram chamados de “enxada” (*Ibid.*, p. 70).

132 Dados extraídos de *Idem*, 2005, p. 5 e Moura, *op. cit.*, p. 128.

divulgação destinados à Europa foram subsidiados pela província paulistana e parcela dos jornais paulistas que promoviam a associação imigrantista tinham por principais redatores os próprios cafeicultores (LOPES, 2014). As hospedarias de imigrantes construídas¹³³ também foram pagas pela província (PETRI, 2010, p. 56-57).

A partir de 1887, a província de São Paulo lega a administração da Hospedaria de Imigrantes do Brás para a Sociedade Promotora de Imigração, e em 1888 realizam a mesma transferência das Hospedarias de Imigrantes de Santos e São Paulo. Os relatos apontam o desleixo em reparos e infraestrutura na Hospedaria por parte da associação imigrantista. A avidez por lucro dos cafeicultores os fazia economizar no emprego de capital fixo nas Hospedarias, além de desejar o menor tempo possível de residência na Hospedaria para que os imigrantes chegassem imediatamente às lavouras. A vinda de imigrantes operacionalizada através de contratos com os comerciantes que os traziam fez com que a Sociedade Promotora de Imigração operasse de modo astuto: com a finalidade de não aumentar os preços da vinda com os imigrantes pela alta demanda, ela oscilava a quantidade de imigrantes requeridos nos contratos feitos com os comerciantes, por vezes exigia uma quantidade mínima e noutro contrato — quando os preços se encontravam menores — exigia sua demanda efetiva para a lavoura (PETRI, 2010).

O principal comerciante de imigrantes da Sociedade Promotora de Imigração era Ângelo Fiorita, este mercador de carne humana detinha o monopólio quase exclusivo da imigração italiana.¹³⁴ Além dos ganhos monetários do comerciante, a Sociedade Promotora de Imigração igualmente lucrou com a vinda dos imigrantes de todas as formas possíveis. A associação imigrantista controlava a imigração em São Paulo, o que lhe dava exclusividade em certas práticas que lhe seriam vantajosas (PETRI, 2010). O imigrante subsidiado já adentrava nas lavouras cafeeiras com dívidas a serem pagas e durante muito tempo o imigrante que não se destinava à cafeicultura perdia seu subsídio (GOREBDER, 2016b). Ademais, como a vinda dos imigrantes se realizava por passagens pagas mediante contratos estabelecidos com comerciantes, a prática corriqueira era o pagamento por parte da Sociedade Promotora de Imigração no qual a província reembolsava o valor. Muitas vezes, os cafeicultores para pagarem o contrato recorriam a empréstimos bancários, com juros de 6%, na Casa Bancária da Província de São Paulo, no qual o dono era Jorge Tibiriça, sócio da Sociedade Promotora de Imigração. Os repasses de verbas

133 Dentre elas, a Hospedaria do Bom Retiro, Hospedaria do Brás, Hospedaria de São Bernardo, Hospedaria de Santos e a Hospedaria na estalagem da Ilha das Flores. Somente a última não se encontrava sobre administração da Sociedade Promotora de Imigração, e todas elas continham diferentes funções. Petri, op. cit., p. 86.

134 Dr. Fernando Barros, médico da Hospedaria de Imigrantes, destaca como se dava o transporte dos imigrantes: “quasi deshumano como é feito o serviço de transporte dessa pobre gente” (BARROS apud Ibid., p. 112).

para as manutenções das Hospedarias eram realizados por meio de banco que a família Prado era proprietária (SANTOS apud LOPES, 2014, p. 9). Somam-se a essas práticas lucrativas registros de desvios de dinheiro, especulação com os imigrantes e corrupção. Essa atitude da Sociedade Promotora de Imigração, concentrada na família Prado, ocasionou através de Rui Barbosa severos ataques. O que Patiño viria a figurar anos mais tarde na Bolívia, a família Prado o antecipou no Brasil.

Fica nítido qual o propósito da política imigrantista da Sociedade Promotora de Imigração e que, embora tenham tido práticas econômicas sagazes, estavam distantes de exprimir uma “mentalidade capitalista” como é comum inculcar nos cafeicultores a historiografia.¹³⁵ Como assinalou Costa (1982, p. 59):

No início dos anos 1880, no entanto, a maioria dos fazendeiros continuava a depender da mão-de-obra escrava. A imigração continuava a ser, para eles, mais uma esperança do que uma realidade e continuavam a duvidar das possibilidades de substituir o escravo pelo trabalhador livre. Por essa razão continuavam a se opor à abolição.

O horizonte das relações de produção ainda habitava a formação social escravista mesmo com a recorrência aos imigrantes. Estes foram submetidos mais ao sistema de trabalho compulsório do que ao trabalho assalariado em si.¹³⁶ Portanto, além do aumento da força produtiva que estimulou a imigração por parte dos cafeicultores, a Abolição como momento inevitável também atuou no sentido de promover essa política. Nesse sentido, a imigração para a Sociedade Promotora de Imigração, em contraste com a Sociedade Central de Imigração, estava distante de qualquer ideologia modernizadora. Observa-se as distintas inflexões nos projetos que almejam as duas associações imigrantistas. Posto a Sociedade Promotora de Imigração estar centralizada pelos cafeicultores ela terminou por exprimir muito mais uma alternativa frente às condições políticas vivenciadas no período, com isso, a ideologia modernizadora acabou destinado à Sociedade Central de Imigração que procurava implantar medidas que, dentro de seus limites, iriam contra a corrente posta pela classe dominante e o status quo — ainda que incorporassem certos elementos da lógica dominante e sua ideologia.

As sociedades imigrantistas analisadas tinham, ao meio de suas contraposições, pontos confluentes, visto elas focalizarem sua proposta na imigração como algo em comum. Não é de se surpreender que as duas associações empregaram enormes esforços propagandísticos tanto internamente quanto no exterior, pois, a imagem do Brasil era constantemente rechaçada como local de imigração. Grande parcela

135 Carrega, op. cit., e Petri (2005; 2009; 2010) embora com enorme base documental que por vezes prova o oposto confluem para essa mesma conclusão.

136 Gorender, op. cit., p. 606-607; e Martins, op. cit., passim.

do material propagandístico realizado limitava-se a desmentir esses “boatos”, como forma de atrair os imigrantes. É evidente que a Sociedade Central de Imigração conseguiria fazer este trabalho com maior legitimidade, mirando em seus núcleos coloniais como exemplo e com suas propostas propriamente modernizadoras. Ora, se o intento de ambas era o de promover a imigração, ainda que com objetivos distintos, fica esclarecido o esforço que precisavam para melhorar a imagem do Brasil. Se a Sociedade Promotora de Imigração buscava desmentir e traçar a imagem apenas pela imagem e não pela materialidade em si, é algo inerente a sua própria proposta de imigração, isto é, elevar os “braços para a lavoura”.

Os relatos e reclamações dos imigrantes eram frequentes, muitos na primeira oportunidade fugiam para o Rio da Prata (PETRI, 2015). Carrega (2017) estima que em 1885, somente metade dos imigrantes chegados ao Brasil ficavam e constituíam famílias, o restante voltou à terra de origem ou migrou para outro país. Isso explica o empreendimento exaustivo em propaganda das duas sociedades de imigração. A imigração enquanto projeto para se concretizar não poderia ser tratada como um fim em si mesmo, e nisso a Sociedade Central de Imigração atuou bem e compreendeu melhor que seu concorrente.

Outro ponto em comum entre as duas sociedades habita no projeto de nacionalismo a favor do imigrante e em detrimento do trabalhador nacional. O forte darwinismo social revestido de caráter científico e presente na sociedade brasileira se objetivou de maneira eminentemente política nesse sentido. Contudo, mesmo nesse ponto em comum há um ponto de divergência estritamente econômico: enquanto a Sociedade Promotora de Imigração, encabeçada pelos cafeicultores, focalizava no trabalhador agrícola, por outro lado, a Sociedade Central de Imigração ampliava na figura do imigrante europeu os seus dotes profissionais superando o espaço rural. Moura (2014) já havia enfatizado como os métodos agrícolas do italiano da época eram mais arcaicos do que a do negro da plantagem. Este fato não deixou de incomodar os primeiros fazendeiros que investiram na imigração: o mito da técnica superior europeia fez com que parcela dos fazendeiros voltasse a preferir o trabalho escravo e rechaçasse o imigrante. Vê-se então que, as razões da nacionalidade apoiada na imagem do imigrante estão carregadas de um imaginário racista que mistifica a própria realidade. É certo que a explicação do projeto de imigração não habita apenas na explicação racial, mas a ideologia modernizadora, que tem por base a imigração, presente nesse estágio histórico incorporou elementos decisivos desse âmbito. Isto posto, ainda assim, é preciso ter a clareza que “se a divisão do trabalho se produz sobre bases raciais, não o é — mesmo que pareça

paradoxal — por motivos raciais, e sim econômicos e sociais. Na história colonial, a divisão racial é uma projeção da divisão em classes sociais” (BAGÚ, 2021, p. 124).¹³⁷

Se a ideologia da modernização se apoiou no imigrante como forma ideal para o progresso, por sua vez, ela operou dentro da materialidade histórica em que esteve inserida. Após a independência política via-se que o país não alcançara o mesmo dinamismo dos países que dominavam o mercado mundial. A consequência era inevitável no imaginário social: enxergava-se no negro, sujeito este que incorporava em si a figura da escravidão, como o elemento nocivo e arcaico e, conseqüentemente, mirava-se no europeu como a imagem do progresso. A ideologia da modernização se caracteriza nessa etapa histórica como ela viria a se configurar daí em diante, isto é, como ideologia colonialista, buscando importar modelos para o desenvolvimento do país. Funde-se, portanto, ideologia da modernização com ideologia colonialista, e este par é tão mais conexo quanto mais particular pertence aos estratos superiores das classes sociais, sobretudo presente nos dias atuais.¹³⁸

Esta ideologia da modernização que incorpora elementos externos é específica mesmo da particularidade que o país ocupa na divisão internacional do trabalho. Será a sua materialidade concreta que definirá os rumos e sentidos dessa ideologia sem, contudo, esquecer que ela é um campo aberto e em disputa que sempre busca transformações que perpassam as classes sociais. Nesse sentido, é preciso incorporar quais são os movimentos e dinâmicas das classes que atuam na sociabilidade interna, pois elas podem inferir diretamente no caráter e objetivações dessas ideologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise que incorremos, fica evidente que a ideologia da modernização, a partir da metade do século XIX, esteve protagonizada pelo movimento abolicionista e a Sociedade Central de Imigração. Entretanto, se os cafeicultores estavam longe de projetar qualquer ideologia modernizadora, eles estiveram mais aptos a concretizar qualquer mudança, posto os instrumentos e mecanismo que detinham, ainda que essa mudança estivesse longe de significar alguma ruptura. A ideologia modernizadora foi enquadrada pela classe senhorial e realizada por ela. Ela — como acertadamente analisou Gorender, mas por uma perspectiva diferente — “[...] salvou a dominação de classe dos proprietários rurais [...]” (GORENDER, 2016a, p. 202). A Lei Áurea retificou o fato, que foi dado pelo movimento abolicionista. E nesse sentido, o mérito é muito mais do movimento abolicionista do que da classe

137 No original, lê-se: *“Si la división del trabajo se produce sobre bases raciales, no lo es —aunque parezca paradójico— por motivos raciales, sino económicos y sociales. En la historia colonial, la división racial es una proyección de la división en clases sociales”*.

138 Sobre isso, cf. Lara e Diogo (2020).

senhorial, mesmo que no terreno político seja a última classe que tenha vencido. Quando afirmamos constantemente o movimento abolicionista, endossamos a assertiva de Costa (1982, p. 82): “A historiografia consagraria o nome de Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Patrocínio, da princesa Isabel e do imperador. A estes caberiam os louros da vitória, mas, ao lado destes, havia muitos outros, cujos nomes a história não registrou: heróis anônimos da abolição”.

Os heróis anônimos da Abolição foram substituídos pelos imigrantes paulatinamente no processo produtivo, o que conferiu uma segurança maior para a efetivação da Abolição pela classe senhorial e, por daí em diante, se as estruturas de dominação mudaram, o foram apenas em forma, pois a “Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra, como os antigos senhores de escravos” (MOURA, 2014, p. 152).

E se a classe senhorial foi quem realizou a ideologia modernizadora apoiada no abolicionismo, cabe sinalizar que a ideologia em si não foi projetada por ela. Foram nessas específicas correlações de forças presentes na materialidade que de fato se operou a libertação da escravatura. A objetividade material da dinâmica dos conflitos e interesses das diferentes classes na formação social que determinaram as transformações que ocorreram. O que se produziu, portanto, foi a modernização em forma, mas que conservaria elementos que ainda apresentariam traços da antiga formação social, apoiado fortemente na panacéia nacionalista que, entretanto, era na verdade um nacionalismo às avessas, um simulacro nacionalista.

REFERÊNCIAS

BAGÚ, Sergio. Economía de la Sociedad Colonial. (Colección Socialismo e Libertad). Disponível em: <http://elsudamericano.wordpress.com>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRIGNOLI, Joice. Novos Sujeitos para a Colônia Blumenau. A Representação dos Imigrantes Italianos no Século XIX. (1875-1880). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/MO/2011/345837_1_1.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

CARREGA, Arthur Daltin. Imigrantes para a pequena propriedade: o boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Global, 1982.
- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Expressão Popular, 2016a.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016b.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil: e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LARA, Ricardo; DIOGO, Pablo Ramon. A Ideologia da modernização trabalhista na formação social brasileira. *Revista Temporalis, Brasília (DF)*, v. 20, n. 40, p. 165-181, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31613>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- LOPES, Tabita Tiede. A Família Prado em São Paulo: imigração e branqueamento em fins do século XIX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 1, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014. Anais [...]. Espírito Santo: UFES, 2014. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur/Tabita%20Tiede%20Lopes.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- LUKÁCS, Georg. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARANGONI, Jonas Barradas. *Governar é povoar: a influência alberdiana na organização do Estado argentino nos meados do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP, 2007.
- MARTINS, José de Souza de. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Publi-folha, 2000.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Márcio de. Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 26, São Paulo, jul. 2011. Anais [...]. São Paulo, 2011.

PETRI, Kátia Cristina. Braços para a lavoura: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). Revista Cordis, São Paulo, n. 3-4, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9549>. Acesso em: 1 abr. 2021.

PETRI, Kátia Cristina. “Mandem vir seus parentes”: a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo (1886-1896). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PETRI, Kátia Cristina. Terras e Imigração em São Paulo: política fundiária e trabalho rural. Revista Histórica, São Paulo, n. 2, p. 1-9, jun. 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia01/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SAES, Décio. A formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. In: Revista Histórica. São Paulo, nº 9, abr., 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao09/materia01/>. Acesso em: 9 jun. 2021.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. Projetos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

Capítulo X

MARX, ENGELS, AS ESPECIFICIDADES NACIONAIS, AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GUERRA NO TEMPO DA NOVA GAZETA RENANA

*Vitor Sartori*¹³⁹

139 Professor da UFMG, mestre pela PUC SP em história social e doutor em Filosofia e Teoria geral do Direito na USP.

INTRODUÇÃO

O ano de 1848, imediatamente depois da publicação do Manifesto comunista, é uma marca na teorização marxista sobre a política e as revoluções. Um autor marxista de grande envergadura, György Lukács, diz algo que chama a atenção: “depois de 1848 a sociedade capitalista se apresenta já com toda a sua fealdade consumada”.¹⁴⁰ Isto teria ocorrido porque, depois que as classes trabalhadoras aparecem na esfera pública de modo organizado e defendendo seus próprios interesses, a burguesia mostra sua verdadeira face e a sociedade capitalista explicita sua fealdade, para que usemos a expressão de Lukács.

Neste contexto, aquilo que restaria ao moderno proletariado seria, no limite, uma revolução mundial em que a palavra de ordem seria “proletários de todos os países, uni-vos!”,¹⁴¹ ou seja, a resposta às revoluções que se colocavam no plano europeu em 1848 seria a organização e a insurgência internacional dos trabalhadores em nível mundial. Marx e Engels enxergam como resolutive somente a transformação internacional da sociedade civil-burguesa em algo superior.

Nas palavras dos próprios autores do Manifesto, tem-se o seguinte:

No lugar da sociedade civil-burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos.¹⁴²

Trata-se da defesa de uma nova ordem societal sem classes e ligada àquilo que Marx chamou, posteriormente, no livro III de O capital, de “transição do modo de produção capitalista para o modo de produção do trabalho associado”.¹⁴³ Deste modo, o ano de 1848 traria a urgência de um salto qualitativo, rumo a uma sociedade sem classes sociais. Na posição oposta, a burguesa, emergiria o cinismo ligado à defesa da antiga ordem.

Ainda remetendo a um momento posterior da teorização de Marx, podemos dizer que se trata do que foi descrito em O capital: “a burguesia tinha conquistado poder político na França e Inglaterra. A partir de então, a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras”.¹⁴⁴ Diante de tal situação, depois de 1848, a posição burguesa é, no essencial, cada vez mais defensiva e, de modo geral, reacionária. Intelectualmente, isto seria visível na economia política, em que, diz Marx, “no lugar da pesquisa desinteressada entrou

140 LUKÁCS, *Aportaciones a la Historia de la Estetica*, p. 106.

141 MARX; ENGELS, *Manifesto comunista*, p. 69.

142 MARX; ENGELS, *Manifesto comunista*, p. 45.

143 MARX, *O Capital III*, p. 117.

144 MARX, *O Capital I*, p. 135.

a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção da apologética”,¹⁴⁵ sendo que as consequências disto estão no plano material e no campo intelectual.

Entre nós, o filósofo político Carlos Nelson Coutinho, com base no desenvolvimento de *A Destruição da Razão* do mencionado Lukács, chegou a dizer que haveria, no plano ideológico, “uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848” marcada “por uma progressiva decadência” em que as “categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética” seriam abandonadas.¹⁴⁶ Ou seja, de acordo com os autores que mencionamos, a percepção sobre a esfera pública da sociedade capitalista muda profundamente. E isto ocorre depois dos acontecimentos que se dão, grosso modo, entre a Revolução Francesa de 1789 e aquilo que, em 1848, traz eventos revolucionários por toda a Europa. Podemos dizer que parte da importância do ano de 1848 vem do fato de que as classes trabalhadoras estiveram no centro da esfera pública pela primeira vez na história. Isto é trazido por historiadores renomados como Eric Hobsbawm, por exemplo. Para ele, tal momento “foi, no sentido literal, o insurgimento dos trabalhadores pobres nas cidades – especialmente nas capitais – da Europa Ocidental e Central.”¹⁴⁷ Há um salto qualitativo no tempo de Marx e de Engels, portanto. Porém, por mais que haja manifestações explícitas de Marx, de Engels e de autores como Lukács sobre a explicitação da crise das relações sociais de produção e das formas ideológicas burguesas, há um desenvolvimento muito meandrado neste processo. Assim, não é possível vê-lo sem o devido cuidado, sob pena de enxergar certa homogeneidade enganadora nos acontecimentos de 1848, e na percepção sobre eles.

Reforçamos o significado destes eventos, porém, destacamos que é preciso certo cuidado. Há heterogeneidades entre países distintos como Inglaterra, França, Alemanha e Polônia. De modo mais geral, ainda sobre a época, é novamente György Lukács que ressalta a influência dos acontecimentos mencionados sobre as personalidades intelectuais: “entre a revolução de 1789 e aquela de 1848 tem lugar esta grande crise do pensamento moderno; foi neste período que, pela última vez, surgiram a partir da vida burguesa personalidades de primeiríssima ordem, formulando, cada um a seu modo, as grandes contradições da época.”¹⁴⁸ E, se é verdade o que diz o marxista húngaro, a compreensão dos textos de Marx e Engels sobre este tempo pode ser uma chave – embora não a única – para o entendimento sobre a nova fase da moderna sociedade capitalista.

145 MARX, *O Capital I*, p. 135-136.

146 COUTINHO, *Estruturalismo e miséria da razão*, p. 21.

147 HOBBSAWM, *Era das revoluções*, p. 420.

148 LUKÁCS, *O jovem Marx e outros escritos filosóficos*, p. 111.

Esta fase se inicia no momento imediatamente posterior à emergência da crise que preocupa a teorização lukacsiana. Tendo isto em conta, no presente artigo, a partir do que foi chamado pelo filósofo brasileiro José Chasin de análise imanente,¹⁴⁹ procuraremos explicitar as nuances dos textos marxianos e engelsianos da Nova Gazeta Renana. Analisaremos a posição dos autores acerca das relações internacionais e da situação de cada país diante das revoluções de 1848. Trata-se de ver também as diferenças específicas do tratamento dado no Manifesto e na Nova Gazeta Renana periódico mencionado. Tais textos são escritos sob o signo dos acontecimentos da época, mas trazem diferenças entre si. Elas marcam o desenvolvimento social de formações sociais distintas e trazem à tona interrelações entre classes, relações internacionais, revoluções e guerras, interrelações estas que fazem os anos em torno de 1848 mais complexos do que se pode supor à primeira vista.

O MANIFESTO E A NOVA GAZETA RENANA DIANTE DA EUROPA OCIDENTAL E DA ALEMANHA

O Manifesto comunista trata de enfatizar a emergência da sociedade capitalista, bem como as contradições que a marcam de modo o mais universal possível. Neste texto, Marx e Engels destacam a importância da organização mundial do moderno proletariado. E, para que isto seja feito, a exposição dos autores traz um grau de abstração grande, em que a Europa ocidental é tomada como ponto de partida para a descrição das relações entre as classes sociais. A oposição entre burguesia e proletariado traz o fio vermelho da exposição dos autores e dá a tônica do modo pelo qual, a partir dos escombros da sociedade capitalista, seria possível a emergência de nada menos que o comunismo. Se voltarmos nossos olhos à Nova Gazeta Renana, porém, notamos que as contradições entre as classes sociais na Europa passam por conformações distintas (e ligadas a especificidades nacionais) de outras classes, como o campesinato, a pequena burguesia, a aristocracia, dentre outras. E, assim, a famosa posição dos autores segundo a qual “tudo que é sólido desmancha-se no ar”¹⁵⁰ parece ser muito mais verdadeira na França que na Alemanha da época. O ar provinciano do país de Marx e Engels, bem como o peso de relações pré-capitalistas ainda seria bastante marcante, de modo que o desenvolvimento do capitalismo alemão é, no mínimo, tardio.

Destacamos tal aspecto porque ele deixa claro o caráter desigual do processo de entificação do capitalismo em cada formação social da Europa ocidental.

149 Cf. CHASIN, *Estatuto ontológico e resolução metodológica*.

150 MARX; ENGELS, *Manifesto comunista*, p. 14.

Na Alemanha, a Prússia agrária colocava-se em destaque. Sobre ela, diz Engels que “o governo prussiano, em geral, sempre soube submeter a classe oprimida simultaneamente às relações feudais e às relações burguesas modernas, tornando, assim, o jugo duas vezes mais pesado.”¹⁵¹ Ao contrário da descrição do Manifesto, a burguesia alemã não carrega consigo o proletariado moderno propriamente como uma força auxiliar de seu desenvolvimento. Ela não é forçada a se radicalizar politicamente a cada passo que dá. Antes, ela liga-se à aristocracia junker e desenvolve uma posição fortemente antipopular e antidemocrática. Ao invés de se ter, como na França, uma Assembleia nacional revolucionária e republicana, em 1848, a burguesia alemã vem a estabelecer uma assembleia como “representação da burguesia prussiana, como Assembleia Ententista”;¹⁵² sobre o tema, diz Marx:

Ela proclamou em voz alta, diante do povo prussiano, que ele não tinha se entendido com a burguesia para fazer a revolução contra a Coroa, mas que havia feito a revolução para que a Coroa se entendesse com a burguesia contra ele mesmo!¹⁵³

Mesmo ao se analisar a Europa ocidental, que é o ponto de partida do Manifesto, percebemos que não há homogeneidade na formação e no desenvolvimento das formações sociais capitalistas. O processo revolucionário de 1848 ocorre no nível europeu. Mas a maneira pela qual cada país está situado nos acontecimentos deste tempo é muito diversa.

A Alemanha, por exemplo, tem uma Assembleia nacional que não coloca a relação entre revolução e terreno do Direito que redunde no desenvolvimento burguês e popular. Nela, antes, o ímpeto antipopular é claro na conformação da esfera jurídica. E, assim, diz Marx, “o terreno do Direito, na verdade, é o terreno do Direito prussiano.”¹⁵⁴ O anacronismo do desenvolvimento social alemão traz, ainda segundo o autor alemão, uma situação em que as camadas mais avançadas da classe burguesa são deixadas de lado em prol da aristocracia agrária. Diz o autor que “a burguesia alemã tinha se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão” explicitando uma posição em “que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia, cujas ideias e interesses são assemelhados aos do proletariado.”¹⁵⁵ Ou seja, a posição específica da Alemanha nas revoluções de 1848 não é, ao menos não inteiramente, aquela

151 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 225.

152 MARX, *Nova gazeta renana*, p. 327.

153 MARX, *Nova gazeta renana*, p. 327.

154 MARX, *Nova gazeta renana*, p. 327.

155 MARX, *Nova gazeta renana*, p. 324.

da França. E, assim, para entender os acontecimentos deste tempo, bem como a perspectiva de Marx e Engels sobre a época, é preciso passar por tais diferenças. No que se nos apresenta uma questão: estaria o Manifesto, ao contrário da Nova Gazeta Renana, desconsiderando tal complexidade?

Para responder, podemos analisar uma importante passagem do Manifesto que, como é inerente à exposição deste texto de Marx e Engels, traz um panorama geral sobre o desenvolvimento da oposição entre burguesia e proletariado na Europa ocidental:

A burguesia vive em luta permanente; primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas estas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, a recorrer a sua ajuda e desta forma arrastá-lo para o movimento político. A burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria.¹⁵⁶

Para Marx e Engels o desenvolvimento da burguesia não é linear e homogêneo. Há oposições nacionais e internacionais a serem consideradas. Mas a exposição dos autores, no Manifesto, está voltada ao sentido mais amplo possível deste processo. Haveria, no geral, uma correlação que se coloca entre o passado e o futuro: a luta contra a aristocracia e contra camadas burguesas contrárias ao progresso da indústria se volta ao passado. Já a aliança com o proletariado se liga, ao mesmo tempo, ao passado e ao futuro.

A luta de classes está relacionada ao passado na medida em que a derrubada da aristocracia e de frações da burguesia poderia trazer o avanço das forças produtivas burguesas. Porém, este processo de aliança com o proletariado forneceria aos trabalhadores as armas contra o próprio domínio burguês, que acaba de se instaurar. E, assim, aquilo que enfatizam Marx e Engels não explicita tanto as oposições entre as frações da burguesia e entre as burguesias de diferentes países. Mas tal aspecto é apontado. Ou seja, não é verdade que os autores desconsiderem a complexidade da situação. Ocorre que o Manifesto do partido comunista se volta aos trabalhadores de todo o mundo e procura dar destaque aos elementos comuns do processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Os aspectos específicos a cada formação social são considerados, mas não dão a tônica da exposição.

De certo modo, podemos dizer que a Nova Gazeta Renana traz algo diferente. Colocada na Renânia, ela trata das revoluções europeias de 1848, mas não pode deixar de dar um destaque especial à perspectiva alemã deste conflito. Na Europa

156 MARX; ENGELS, *Manifesto comunista*, p. 48.

ocidental, sob certos aspectos, a posição alemã era oposta à francesa e, por vezes, tendia à reação. Em meio ao processo constituinte colocado em Berlin, Marx faz a seguinte comparação: “Berlim tem agora seu Comité de Sûreté Générale, tal como Paris em 1793. Com a única diferença de que o comitê parisiense era revolucionário e o berlinense é reacionário.”¹⁵⁷ Embora a Alemanha não fosse irreversivelmente ligada à reação, Marx acredita que o sentido da consolidação da Assembleia constituinte tenha sido a defesa aguerrida da antiga ordem. Nela, a reconciliação entre burguesia e aristocracia dá a tônica. Assim, o processo narrado no Manifesto e que coloca a classe burguesa entre o passado e o futuro ocorre de outro modo. Não se tem tanto uma classe forçada a apelar ao proletariado a todo o momento. Ao lado da aristocracia junker, busca-se retirar de campo o protagonismo da massa do povo. Os progressos da indústria são colocados, portanto, em segundo plano. O essencial está na preservação da ordem atual, mesmo que, para isso, a aliança com a velha ordem venha a negar a própria soberania do povo e os elementos progressistas do sistema capitalista de produção. O terreno do Direito prussiano, assim, consolida-se com a repressão brutal de uma espécie de comitê de segurança pública às avessas. Os resultados da constituinte alemã colocam a contrarrevolução no centro do palco político da época. Trata-se da negação da revolução alemã. Mas, para Marx e Engels, não há um percurso findo e já traçado; e, assim, existem possibilidades futuras.

Desse modo a revolução foi diretamente negada. Ulteriormente foi encontrada a teoria ententista, a revolução foi então negada mais uma vez, e ao mesmo tempo foi negada a soberania do povo. A revolução foi, portanto, de fato posta em questão, e pôde ser posta em questão porque foi somente meia revolução, só o começo de um longo movimento revolucionário.¹⁵⁸

De acordo com Engels, a revolução alemã teria sido meia revolução na medida em que traz a reconciliação do novo com o velho. Nela, ganha destaque um elemento antipopular e os governos posteriores às jornadas de março e de julho de 1848 acabam por consolidar a contrarrevolução, e não a revolução popular, o acordo com a coroa, e não a república democrática. O desfecho das revoluções francesas deste ano coloca-se no campo da contrarrevolução também, mas isto tem uma face distinta: passa pela ascensão popular e pelo declínio da república social, que tem participação de socialistas.¹⁵⁹ Na Alemanha a mais remota possibilidade da vitória popular aparece como algo a ser negado. A soberania popular mesma

157 MARX, *Nova Gazeta Renana*, p. 90.

158 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 86.

159 Cf. MARX, *As Lutas de classe na França*.

é negada. E, assim, a contrarrevolução se instaura antes que a revolução social possa tomar seus rumos mais radicais, mesmo que, como no caso francês, limitados pela época.

Há, porém, um aspecto a ser destacado: mesmo diante de tal cenário, Engels – e Marx – não são pessoas que enxergam a Alemanha só como um baluarte da reação. Antes, eles veem a derrota das classes trabalhadoras e da massa do povo como “só o começo de um longo movimento revolucionário”.¹⁶⁰ Haveria, certamente, tendências que levariam o país dos autores a se colocarem de modo reacionário. Porém, a tendência oposta existiria também.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ESPECIFICIDADES NACIONAIS E O SENTIDO DA REVOLUÇÃO EUROPEIA DE ACORDO COM A NOVA GAZETA RENANA: A ALEMANHA, O PAN-ESLAVISMO E O CASO POLONÊS

As revoluções de 1848 dominam o cenário europeu, que é profundamente heterogêneo. Mesmo ao olharmos a Europa ocidental, isto vem à tona. E, se formos voltar a vista à Europa oriental, outros pontos importantes precisam ser destacados.

Isto ocorre, não só porque o pan-eslavismo começa a ganhar terreno, sendo apoiado por figuras progressistas como Bakunin. O apego deste autor à unidade nacional que se ligasse a um povo e a uma cultura específica seria contrária ao avanço da revolução europeia (e mundial). De acordo com Engels, “para todos os pan-eslavistas, a nacionalidade, isto é, a fantástica nacionalidade eslava universal, tem precedência diante da revolução.”¹⁶¹ Conclamar o pan-eslavismo ou o pan-germanismo seria algo, no limite, ridículo. Sobre o assunto, exclama o autor do Anti-Düring: “quão ridículos se tornariam os democratas alemães se pretendessem estabelecer uma aliança pangermânica teuto-dinamarquesa-sueca-inglesa-holandesa para a ‘libertação’ de todos os países falantes de alemão!” No que ele continua: “felizmente a democracia alemã está acima de tais fantasias.”¹⁶² Ou seja, na Nova gazeta renana, de modo complementar àquilo que é conclamado no Manifesto – que os proletários de todo o mundo se unissem – há uma crítica à resolução dos problemas sociais em meio à precedência da nação sobre a revolução. Portanto, um aspecto a ser analisado sobre as revoluções de 1848 diz respeito à relação de cada povo com a nacionalidade e com o ímpeto revolucionário.

Naquele momento, a Alemanha estaria em um patamar mais adequado às possibilidades do presente se comparada aos eslavos imbuídos da ideologia pan-

160 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 86.

161 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 430.

162 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 429.

eslavista. Sobre isso, Engels chega a dizer que “a revolução alemã só aconteceu, a nação alemã só começou a se tornar alguma coisa quando as pessoas se livraram completamente dessas futilidades. Mas o pan-eslavismo também é tão infantil e reacionário quanto o pangermanismo.”¹⁶³ Assim, para que vejamos o cenário europeu com mais cuidado, é preciso trazer à tona, não só a correlação dos povos (e das classes sociais de cada país) com a nacionalidade. De acordo com nossos autores, o cenário internacional tem uma influência nada negligenciável na conformação objetiva de cada formação social e de sua relação com a revolução europeia (em um primeiro momento) e, posteriormente, mundial.

Complementar à análise da especificidade nacional é, portanto, o entendimento sobre o modo como os países se correlacionam entre si diante do desenrolar revolucionário.

Sobre o assunto, diz Engels sobre a Polônia, a Santa Aliança e a Alemanha:

A existência nacional da Polônia não é tão necessária a ninguém quanto justamente a nós alemães. Em que se alicerça em primeiro lugar o poder da reação na Europa desde 1815 e mesmo, em parte, desde a primeira revolução francesa? Na Santa Aliança russo-prussiano-austríaca. E o que sustenta essa Santa Aliança? A divisão da Polônia, da qual todos os três aliados tiram proveito. A visão que os três poderes fazem na Polônia é o elo que os liga uns aos outros: o roubo comum os tornou solidários uns aos outros. Desde o momento em que foi cometido o primeiro roubo contra os poloneses, a Alemanha caiu sob a dependência da Rússia. A Rússia ordenou a Prússia e a Áustria que permanecessem monarquias absolutas, e a Prússia e a Áustria tiveram de obedecer. Os já antes sonolentos e tímidos esforços, especialmente da burguesia prussiana, de conquistar a dominação fracassaram completamente em face da impossibilidade de se desembaraçar da Rússia, em face do apoio que a Rússia ofereceu as classes feudal-absolutistas na Prússia.¹⁶⁴

A aliança entre Áustria, Rússia e Prússia seria marcada por tons claramente contrarrevolucionários. Aquilo que Marx e Engels chamam de Santa Aliança, portanto, traria consequências enormes para o destino da Alemanha e da revolução alemã.

A Prússia tem a dianteira em solo germânico devido à correlação entre as classes no país, bem como em razão das derrotas das guerras camponesas.¹⁶⁵ O caráter tardio do capitalismo nacional também joga um papel essencial, e se liga à posição de reação destes países diante revolução francesa.¹⁶⁶ Porém, se formos olhar para a análise de nossos autores, notamos: a subordinação da Polônia diante

163 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 429.

164 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 239.

165 Cf. LUKÁCS, *Goethe e seu tempo*.

166 Cf. LUKÁCS, *A destruição da razão*.

da Santa Aliança joga a Prússia sob a dependência russa. O caráter absoluto das monarquias da Áustria e da Prússia se liga, em grande parte, à pressão da Rússia, correlacionada à divisão da Polônia. E, com isto, as classes feudal-absolutistas ganharam destaque na medida em que a existência nacional da Polônia foi vilipendiada. Com isto, a tímida e sonolenta burguesia prussiana é uma refém da aristocracia junker, também, devido ao contexto e aos acordos internacionais. Este cenário, incompreensível sem uma visada sobre as relações internacionais, é aquele da contrarrevolução na Alemanha, aquele em que a hegemonia prussiana é bastante clara.

Para miná-la, segundo Engels, seria preciso que se organizasse as massas do povo, certamente. Porém, a existência nacional da Polônia apareceria como uma condição para o avanço da revolução na Alemanha. Ou seja, no caso polonês, há uma defesa clara da independência por parte dos nossos autores. Para derrotar as classes feudais-absolutistas, o partido da democracia – e é bom lembrar que a Nova gazeta renana é um órgão da democracia – precisaria apoiar “a criação de uma Polônia democrática” que, segundo Engels, é a condição primordial para a criação de uma Alemanha democrática.¹⁶⁷ Ou seja, a opressão prussiana ao povo alemão e ao povo polonês vem a inviabilizar a conquista da democracia em solo alemão, sendo preciso defender a democracia também na Polônia. E, para isto, seria imprescindível, a independência. E mais: “a Polônia precisa ter ao menos a extensão de 1772, precisa possuir não somente os territórios, mas também os estuários de seus grandes rios e precisa ter ao menos uma longa costa no mar Báltico.”¹⁶⁸ A valorização de elementos internos do país deveria dar ensejo a mudanças substantivas no âmbito nacional e internacional. E, portanto, seria necessária a confluência entre independência nacional e democracia.

Este ponto merece destaque por nós: não se trataria de qualquer democracia, mas da retomada dos territórios anteriores a 1772 e da conformação política bastante específica de uma democracia agrária: “a própria Polônia era a melhor escola para aprender o que a Polônia precisa.” No que continua Engels, depois de ter destacado a importância da apreensão da especificidade nacional polonesa: “o mérito dos poloneses consiste em terem sido os primeiros a reconhecer e divulgar que a democracia agrária é a única forma possível da libertação para todos os povos eslavos.”¹⁶⁹ O avanço da revolução europeia precisaria que os trabalhadores de todo o mundo se unissem. Isto já havia sido visto no Manifesto. Na Nova gazeta renana, porém, uma faceta distinta deste processo aparece: aquela da heterogeneidade dos países, dos povos e das classes diante da conformação do capitalismo da

167 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 240.

168 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 241.

169 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 261.

época. Aquilo que é tangenciado no Manifesto comunista é explicitado aqui. E é abrangido ao se defender a independência da Polônia e o caráter agrário da democracia no país (bem como nos povos eslavos). Portanto, há algo que não pode ser explanado somente pela oposição classista central ao sistema capitalista de produção, aquela entre a burguesia e o proletariado.

A tonalidade da Nova gazeta renana é distinta daquela do Manifesto sob este aspecto, em que as relações internacionais e as relações interclassistas são vistas em cada caso concreto, portanto, em um grau menor de generalização. Continuemos.

Na Polônia, o campesinato polonês teria um papel muito distinto daquele exercido depois de 1848 na França, em que é uma força reacionária.¹⁷⁰ Ele seria no limite, um elemento importante no avanço da própria revolução europeia, e para a revolução alemã em especial. As revoluções de 1848 teriam um caráter internacional, como já havia sido destacado no Manifesto. Porém, as minúcias do processo revolucionário, as idas e vindas, bem como a tática de cada país e de cada classe social não aparecem senão em seus sentidos mais gerais. E, com isto, na Nova gazeta renana, um elemento ineliminável está na análise das guerras, por exemplo. No caso da Polônia, ao se ter em conta o próprio desenvolvimento da Alemanha, e da revolução, do pan-eslavismo etc., seria preciso uma guerra contra a Rússia

E o que significava a guerra contra a Rússia? A guerra contra a Rússia significava a efetiva, aberta e consumada ruptura com todo nosso vergonhoso passado, significava a verdadeira libertação e unificação da Alemanha, significava a instauração da democracia sobre os escombros da feudalidade e do breve sonho de domínio da burguesia. A guerra contra a Rússia era o único caminho possível para salvar nossa honra e nossos interesses perante nossos vizinhos eslavos e especialmente perante os poloneses.¹⁷¹

As guerras não podem ser vistas sem a correlação com as revoluções, ou com as lutas de classe. Nelas também se apresenta a especificidade nacional de cada formação social. O caso alemão, segundo Marx e Engels, somente poderia ter sucesso caso houvesse a derrota da reação, caracterizada na Rússia. Isto levaria a algo que ultrapassaria em muito os meros interesses nacionais alemães e poderia mudar o cenário europeu de modo decisivo.

Uma guerra nunca é algo agradável, porém. E, por isso, deve-se explicitar como as relações internacionais têm sua tônica, segundo nossos autores, não

170 Cf. MARX, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*.

171 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 241.

tanto em correlação com a moral e com os princípios do Direito internacional, mas em ligação com o desenvolvimento conturbado do capitalismo, que se impõe em âmbito potencialmente mundial. Estes aspectos são destacados na Nova gazeta renana. E, pelo que vemos aqui, uma guerra contra a Rússia seria necessária, dentre outras coisas, para que se garantisse a independência da Polônia, bem como das forças democráticas neste país e na Alemanha, com o triunfo da revolução alemã.

Entretanto, depois da meia-revolução alemã, faltou coragem para atuar tão resolutamente. Ouviram-se discursos pomposos sobre a libertação da Polônia, boas-vindas a poloneses de passagem pelas estações ferroviárias e oferecimento das ardentes simpatias do povo alemão (e a quem elas ainda não foram oferecidas?); mas começar uma guerra contra a Rússia, que colocaria em xeque todo o equilíbrio europeu, e, para completar, abrir mão de alguns pedaços do território roubado – bem, só quem não conhece os alemães esperaria isso.¹⁷²

Há uma confluência entre a meia-revolução alemã, o domínio da Prússia, o conforto da alta burguesia e da aristocracia junker diante do equilíbrio europeu defendido pela Santa Aliança. Esse é um lado da revolução que ocorre em solo alemão. O outro está ligado a certa fraseologia pseudorrevolucionária: é o palavreiro vazio sobre a libertação da Polônia e as boas-vindas aos poloneses. A posição da Nova gazeta renana é a defasada necessidade de uma guerra contra a reação, corporificada na Rússia. O governo alemão, bem como as classes dominantes alemãs, defende, ao mesmo tempo, a libertação da Polônia e as condições que tornam impossível esta libertação. E, assim, ao olharmos também para as relações internacionais, vemos como que uma meia-revolução se caracteriza por um discurso supostamente revolucionário e uma práxis indissociável da contrarrevolução.

A GUERRA E AS REVOLUÇÕES: A ALEMANHA DIANTE DO CASO DA DINAMARCA

As relações entre os países teriam naturezas distintas, mesmo que nunca pudessem ser dissociadas do avanço do capitalismo na época. Vimos estes elementos ao tratar da correlação entre pan-eslavismo, a Polônia e a Alemanha. Agora, averiguaremos um posicionamento oposto de Engels: se o autor era radicalmente favorável à independência da Polônia, quando se volta os olhos para a Dinamarca, tem-se a defesa da guerra revolucionária.

Diante da dependência da Dinamarca frente à Alemanha da época de um lado e, doutro, do escandinavismo, Engels chega a dizer que “certamente não

172 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 241.

se pode negar que os dinamarqueses sejam uma nação semicivilizada.”¹⁷³ De um lado, haveria um pastiche da cultura alemã: “os dinamarqueses são um povo que se encontra na mais ilimitada dependência comercial, industrial, política e literária da Alemanha.”¹⁷⁴ Doutro, destaca-se o “entusiasmo pela brutal, sórdida e pirata nacionalidade velho-nórdica, por aquela profunda interioridade que não consegue exprimir seus entusiásticos pensamentos e sentimentos em palavras”, e que continua nosso autor, “mas sim em ações, especificamente em brutalidade contra mulheres, bebedeira permanente e furor guerreiro alternado com sentimentalidade lacrimosa.”¹⁷⁵ Este cenário, acrescido das revoluções – que também tiveram lugar na Dinamarca – faria com que a guerra entre Alemanha e Dinamarca pudesse adquirir uma conotação bastante peculiar: “a guerra dinamarquesa é a primeira guerra revolucionária que os alemães conduzem.”¹⁷⁶ Ou seja, a posição engelsiana é a antítese direta daquela vista acima.

Tal ponto é bastante relevante, pois mostra Engels se posicionando diante da dependência, e não da independência da Dinamarca. Ou seja, sua posição é oposta àquela adotada quanto à Polônia. E isto se daria mesmo que diga nosso autor que “é bastante ruim para a Alemanha que sua primeira guerra revolucionária seja a mais ridícula guerra jamais travada!”¹⁷⁷ No caso dinamarquês, Engels é favorável ao desenvolvimento de uma guerra que possa radicalizar a revolução. Porém, ele chega à conclusão segundo a qual o modo pelo qual a guerra é levada à Dinamarca é absolutamente ridículo, tal qual é o ímpeto revolucionário do governo alemão. Ou seja, mesmo que talvez fosse desejável um domínio alemão revolucionário no caso dinamarquês, não seria isto que ocorreria em verdade.

Há algo a notar: não se está a defender qualquer nacionalidade diante doutra; há uma defesa da revolução. O maior nível de concretude, de proximidade dos casos específicos, salta à vista e leva nossos autores a considerar as especificidades dos casos concretos, e mesmo a singularidade de cada evento com muito cuidado. E, desta maneira, a Nova gazeta renana complementa o internacionalismo do Manifesto, e só faz isto ao trazer outra tônica.

Ainda sobre este ponto, é bom notar que a Alemanha não estaria a trazer a civilização à Dinamarca. De um lado, Engels não deixa de explicitar como que seu ponto de vista não é aquele das nações, mas da revolução internacional. Doutro, ele explica como que a própria nação alemã estaria ao lado da contrarrevolução em diversos aspectos. Novamente, portanto, tal qual no caso do pan-eslavismo e

173 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 294.

174 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 292.

175 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 292-293.

176 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 292.

177 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 292.

do pangermanismo, há um ataque à ênfase no nacionalismo e no apego a traços – por vezes brutais – de determinadas culturas.

Quanto ao escandinavismo, o autor do *Anti-Düring* é bastante duro ao abordar a brutalidade das ações analisadas. Ele não se coloca abstratamente, seja a favor da independência das nações, seja a favor da guerra. No caso específico, ele analisa uma guerra em curso. E, ao fazê-lo, traz um desfecho possível em um cenário ainda revolucionário. E, assim, deparamo-nos com outro aspecto relevante: para Marx e Engels não há qualquer modelo prévio a ser seguido à priori. Trata-se sempre da análise das determinações do real.

Mesmo que o cenário da revolução seja bastante incerto, e olhando o caráter ridículo da guerra que analisa, Engels explica seu ponto ao destacar a complexidade das relações entre as classes, as especificidades nacionais, as relações internacionais e o curso das guerras e das revoluções. Ou seja, as revoluções de 1848 se colocam no cenário europeu em toda a sua complexidade e autores como Marx e Engels não deixam de explicitar isto. A questão é de tal dificuldade que não seria possível se colocar diante de quaisquer situações sem que a análise dos contextos mais diversos fosse levada em conta. O caso dinamarquês traz elementos similares aqueles do polonês em diversos sentidos; porém, a conjunção deles traz um sentido distinto, e os autores que analisamos aqui chamam a atenção a este fato.

Só para que se mencione uma presença marcante nas relações internacionais da época: a Rússia e a Prússia. Engels coloca a seguinte questão: “e quem esteve desde o início ao lado da Dinamarca? Os três poderes contrarrevolucionários da Europa: Rússia, Inglaterra e o governo prussiano.”¹⁷⁸ Ou seja, tal qual no caso da Polônia, os interesses da reação também se colocam no plano internacional. Aqui, porém, ao contrário do caso que vimos acima, a independência dinamarquesa significava o domínio dos interesses da Rússia, da Inglaterra e da Prússia. De acordo com Marx e Engels, a revolução alemã diz respeito tanto à situação da Polônia quanto da Dinamarca; diz Engels que “Prússia, Inglaterra e Rússia conspiraram [...] contra a Alemanha e contra a revolução.”¹⁷⁹ Neste caso, a Inglaterra aparece no lugar que a Áustria ocupava no caso da Polônia. E isto, conjugado com a subordinação escandinava à Alemanha, dá uma tônica diferente ao caso, como notam nossos autores.

Continua o autor alemão ao destacar que “Prússia, Inglaterra e Rússia são as três potências que mais têm motivos para temer a revolução alemã e sua primeira consequência, a unidade alemã” e explicita: “Prússia, porque assim ela deixará de existir, Inglaterra, porque assim seria privada da exploração do mercado alemão, Rússia, porque assim a democracia avançaria não apenas até a Vistula mas mesmo

178 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 294.

179 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 294-295.

até a Dvina e o Dniepr.”¹⁸⁰ Se a especificidade do caso polonês levava à necessidade da democracia agrária e da independência da Polônia, na Dinamarca, a necessidade de expansão da democracia e da revolução exigiria uma guerra revolucionária alemã contra o país, que estaria ligado aos poderes internacionais contrarrevolucionários da Europa. O pan-eslavismo atuaria neste cenário trazendo uma ideologia de expansão e consolidação do domínio da Rússia; o escandinavismo reforçaria os elementos de opressão pré-burgueses da Dinamarca. Assim, ao priorizarem a nação em detrimento da revolução, mesmo em suas faces progressistas, estaria mesclando escandinavismo e pan-eslavismo na contrarrevolução. E a análise da revolução alemã precisa destes elementos.

APONTAMENTOS FINAIS

Marx e Engels trazem os desenvolvimentos gerais dos acontecimentos da época no Manifesto. Porém, não há nos autores alemães um tratamento homogêneo e arbitrariamente generalizador da Europa e das revoluções de 1848. Se a exposição do Manifesto e da Nova gazeta renana são distintas, isto não se deve a qualquer insuficiência no conhecimento ou na concepção dos autores. Antes, há certa complementariedade entre os textos, que se colocam em níveis diferentes de abstração. Enquanto o Manifesto trata de explicitar os elementos mais gerais da situação de 1848, a Nova gazeta renana aborda estes mesmos aspectos, primeiramente, a partir da especificidade da Alemanha e da revolução alemã. Depois, passa às relações internacionais nas quais, especialmente a Prússia, está assentada. Para tanto, vê-se o cenário europeu em correlação com os poderes da contrarrevolução, corporificados na Santa Aliança.

Não é porque as contradições basilares da sociedade capitalista são simplificadas, como se diz no Manifesto, que as oposições desta sociedade são simples. Somente com a emergência do mercado mundial, e da história mundial é que o cenário europeu se coloca de maneira que não é possível falar dos rumos de uma revolução nacional sem passar pelas mais diversas relações internacionais. Elas, no limite, ultrapassam a Europa já em 1848, não só devido às colônias e ao papel que começa a jogar o desenvolvimento econômico estadunidense, mas devido ao fato de que a Rússia se coloca em íntima conexão com a Ásia.

Vimos, assim, que não há modelo pronto para as revoluções sociais e para a análise de realidade das formações sociais. A Alemanha não pode ser reduzida às revoluções que se passam em 1848 na França. A especificidade do caso alemão depende da aliança burguesa com a aristocracia junker e da ligação desta com os poderes da contrarrevolução, colocados na Santa Aliança. Mesmo ao se abordar países como a Polônia ou a Dinamarca – aparentemente marginais

180 ENGELS, *Nova gazeta renana*, p. 294-295.

MARX, ENGELS, AS ESPECIFICIDADES NACIONAIS, AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GUERRA NO TEMPO DA NOVA GAZETA RENANA

aos acontecimentos centrais da época – Marx e Engels mostram situações muito distintas e de relevo à Alemanha. Eles provam que há impossibilidade de sucesso da revolução alemã sem a democracia agrária e a independência no caso polonês; já quanto aos dinamarqueses, ao invés de se ter a defesa da independência da Dinamarca, Engels traz a necessidade da guerra revolucionária. Tem-se uma perspectiva que não é aquela da civilização burguesa ou das nações. Defende-se o fenecimento da velha ordem e o processo árduo por meio do qual isto poderia ser possível internacionalmente. E, como resta claro na Nova gazeta renana, as nuances deste processo não foram negligenciadas.

REFERÊNCIAS

CHASIN, José. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Estruturalismo e miséria da razão. Expressão popular: São Paulo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Nova gazeta renana. Trad. Livia Cotrim. São Paulo: expressão popular, 2020.

HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

LUKÁCS, György. Aportaciones a la Historia de la Estetica. Trad. Manuel Sacristan. México: Grijalbo, 1965.

LUKÁCS, György. Destruição da razão. Trad. Rainer Patriota. Alagoas: Instituto Lukács, 2020.

_____. Goethe e seu tempo. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. O jovem Marx e outros escritos filosóficos. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MARX, Karl. As lutas de classe na França. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Nova gazeta renana. Trad. Livia Cotrim. São Paulo: expressão popular, 2020.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O capital, Livro I, Volume I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. O capital, livro III, tomo II. Trad. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jikings. São Paulo: Boitempo, 1998.